

LARISSA KLOSOWSKI DE PAULA

**CULTURA HISTÓRICA, VISÕES DO ENSINO: DAS OBRAS
FUNDACIONAIS AOS PRIMEIROS ESCRITOS PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA DO BRASIL (1817 – 1861)**

DOURADOS - 2022

LARISSA KLOSOWSKI DE PAULA

**CULTURA HISTÓRICA, VISÕES DO ENSINO: DAS OBRAS
FUNDACIONAIS AOS PRIMEIROS ESCRITOS PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA DO BRASIL (1817 – 1861)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para obtenção do título de doutora em história.

Área de Concentração: História, Região e Identidades

Orientadora: Profª. Dra. Adriana Aparecida Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P324c	<p>Paula, Larissa Klosowski de.</p> <p>Cultura histórica, visões do ensino das obras fundacionais aos primeiros escritos para o ensino de história do Brasil (1817-1861) / Larissa Klosowski de Paula. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientadora: Adriana Aparecida Pinto.</p> <p>Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. História do Brasil Império. 2. Cultura histórica. 3. Historiografia. 4. Ensino de História. I. Título.</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

LARISSA KLOSOWSKI DE PAULA

**CULTURA HISTÓRICA, VISÕES DO ENSINO: DAS OBRAS
FUNDACIONAIS AOS PRIMEIROS ESCRITOS PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA DO BRASIL (1817 – 1861)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 19 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Profa. Dra. Adriana Aparecida Pinto (UFGD) _____

2º Examinador:

Prof. Dr. Marcelo Fronza (UFMT) _____

3º Examinador:

Luís César Castrillon Mendes (UFGD) _____

4ª Examinadora:

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato (UFMS) _____

5º Examinador

Fernando Perli (UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento dos mais belos, pois, a meu ver, consiste em reconhecer que nada é construído do zero, nada é conquistado em solidão, e nada é realizado sem propósito. Neste sentido, sou grata por toda trajetória percorrida muito antes do ponto referencial de escrita desses agradecimentos. Sou grata, primeiramente, às deusas e deuses, orixás, meu anjo de guarda e todas essas energias lindas que acredito que nos circundam, nos protegem. Sou grata aos meus pais, Lenir Klosowski de Paula e Sebastião Geraldo de Paula, por terem me gerado, cuidado, educado e incentivado, sempre. Aos meus irmãos e irmãs, em especial, ao Leonardo Klosowski, que acompanhou de muito perto toda a minha trajetória de vida, lidou com as minhas imaturidades e, também, com o meu gradativo amadurecimento. À minha tia (*in memorium*) Wilma Klosowski e a à minha avó, Maria Ana Tomio Klosowski, que hoje, acredito, me cuidam do além vida. Ao meu primo, Guilherme Klosowski Niehues, que assim como meu irmão, sempre esteve muito próximo e me ensinou muito sobre a vida. A essas pessoas, devo meus passos iniciais, em vários sentidos desse conceito.

Levando em consideração a caminhada percorrida, sou imensamente grata por cada pessoa que compartilhou comigo espaços, tempos, vivências, experiências. Principalmente aos meus amigos/as de infância Mariana Laís Boareto, Luana Cristina Ferreira, Pâmela Pereira Capello, Thiago Lima e Henrique Braga. Vocês sempre foram e serão um dos meus portos seguros, e sempre estarão nas minhas melhores lembranças. E menciono ser um dos portos, porque acredito que criar laços seja uma das coisas que faço bem.

Assim, não posso deixar ser grata pela minha eterna mosqueteira da faculdade, Jéssica Natali Oliveira, e pela Lua Maria, agora, a pequena mosqueterinha gerada por essa mãe incrível que a Natali é. Não há como deixar de recordar, também, da Gisele Maria Ratigueri, do Claudinei Galdino, da Marcela Carvalho, da Jessica Franco, da Maria Almeida e de tantas outras pessoas que nunca me deixaram desistir de nada. Sempre me incentivaram de muitas maneiras possíveis.

No incentivo acadêmico, os agradecimentos sempre vão se voltar para o Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná / Campus de Paranavaí, principalmente nas figuras do meu primeiro orientador, ainda na iniciação científica, Prof. Roberto Leme Batista, que me ensinou a pesquisar e, considero, escrever “para os pares”; à Profa. e amiga, Isabela Candeloro Campoi, minha orientadora de mestrado e espelho da mulher que eu quero ser, um dia; e ao

Prof. e amigo, Fábio Tadeu Vighy Hanna, que um dia me mandou um e-mail com alguns textos de um autor que ele acreditava que eu ia gostar. Esse autor fundamentou minha dissertação e, hoje, a minha tese. Foi por intermédio dessa indicação de leitura que tomei conhecimento dos escritos de Jörn Rüsen.

Na conclusão dessa etapa, realizada “longe de casa”, permeada por longas viagens em ônibus nem sempre confortáveis, sou grata pelo acolhimento recebido do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, principalmente na figura da minha orientadora, que sempre esteve disposta e acessível. Me orientou para a conclusão desse trabalho e em muitos outros momentos, que não incluíam a academia. Sempre me tratou com humanidade, respeito e atenção. Prof. Adriana Aparecida Pinto orienta para além da academia, é um exemplo de professora, pesquisadora, escritora, mãe e mulher. Sou muito grata por todo aprendizado compartilhado nesses quatro anos e pelos que estejam por vir, espero. Assim como também presto agradecimentos e espero continuar fazendo parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino, História e Educação (GEPEHED), liderado pela Prof. Adriana.

Sou grata também por aqueles/as que conheci e compartilhei espaço durante as disciplinas cursadas, e em especial aos que me acolheram em gestos, conversas e, até mesmo, em suas casas, como foi o caso da Marcela Prenda, do Fernando Lucas Garcia, da Nísia Maria e da Ana Gonçalves Sousa. À Aninha, a gratidão é imensa. À Carla Fabiana Costa Calarge o agradecimento é, também, por nos mantermos próximas, mesmo que distante, e em contato.

Em relação ao lar, meus sinceros agradecimentos vão para o meu amor, Clayton Corso Aldrovandi, e para minha amiga-irmã Laicy Leicy de Lima, por sempre estarem comigo, me incentivando dia após dia, me socorrendo nos momentos em que eu precisava de colo, acalento, ou só reclamar. Obrigada a vocês dois pela nossa vivência, companheirismo e por vocês serem pessoas incríveis em todos os sentidos que essa palavra pode atingir.

Por fim, sou grata ao Wallace Gomes de Lima, secretário do PPGH/UFGD, por todos os esclarecimentos realizados, sempre com disposição, afeto e educação. Obrigada à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa por mais ou menos 16 meses. Gratidão também pela colaboração dos professores Marcelo Fronza, Luís Mendes e Fernando Perli com as considerações realizadas no exame de qualificação, que foram importantíssimas para que esse trabalho pudesse ser concluído da maneira que foi. Agradeço também pelas considerações na banca de defesa, acrescidas por aquelas realizadas pela professora Jaqueline Zarbato. Sou grata, também aos/as membros da banca de defesa pela atenção, cuidado, humanidade e profissionalismo.

Nada é histórico só porque aconteceu.

Jörn Rüsen

RESUMO

Essa tese defende a afirmação de que havia uma escrita “à brasileira” da história do Brasil por intermédio de obras impressas e disseminadas nessa territorialidade, por sujeitos naturalizados ou nascidos no Brasil e que tiveram suas obras publicadas entre os anos de 1817 e 1861. Para tanto, traçou-se como objetivo de pesquisa identificar a possibilidade da existência de uma cultura histórica de escrita antes mesmo da efetivação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que norteou, desde a sua criação, a forma pela qual a história do Brasil seria escrita e ensinada. O fundamento para essa possibilidade de análise foi a existência de fontes para tal, tais como *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de Aires de Casal, de 1817; as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil*, de Pizarro e Araújo, de 1820-1822; as *Memórias para servir a História do Reino do Brasil*, de Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, de 1825; a *História dos Principaes Sucessos do Imperio do Brasil*, do Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, de 1826; e os escritos utilizados como didáticos no Colégio Pedro II, a saber, o *Compendio da História do Brasil*, de José Ignacio de Abreu e Lima, impresso em 1841, e as *Lições de História do Brazil*, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1861. Buscou-se ressaltar, também, as características dos períodos históricos e do campo intelectual no qual essas obras foram escritas, bem como os sujeitos que escreveram essas obras, por intermédio de revisão bibliográfica dessas temáticas. Para se responder à hipótese de pesquisa, utilizou-se como metodologia a categorização das fontes nas premissas de Jörn Rüsen, quanto aos *interesses*, as *ideias*, os *métodos*, as *formas e funções* concernentes à lapidação da cultura histórica escrita e das formas de se fazer história em determinadas temporalidades. Com esse movimento, foi possível considerar que houve uma escrita à brasileira que extrapolou às norteadas pelos órgãos e institutos oficiais que versaram sobre tal tarefa.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil Império; Cultura Histórica; Historiografia; Ensino de História.

ABSTRACT

This thesis supports the affirmation that there was a “Brazilian way” writing of the history of Brazil through works printed and disseminated in this territoriality, by subjects naturalized or born in Brazil who had their works disseminated between the years 1817 and 1861. To this end, the research objective was to identify the possibility of the existence of a historical writing culture even before the establishment of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), which has guided, since its creation, the way in which history from Brazil would be written and taught. The basis for this possibility of analysis was the existence of sources for such, as *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (Corografia Brasília or Historical-geographical Relation of the Kingdom of Brazil), by Aires de Casal, from 1817; the *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil* (Historical Memories of Rio de Janeiro and the Provinces Attached to the Jurisdiction of the Viceroyalty of the State of Brazil), by Pizarro and Araújo, from 1820-1822; The *Memórias para servir a História do Reino do Brasil* (Memories to Serve the History of the Kingdom of Brazil), by Luís Gonçalves dos Santos, Father Perereca, from 1825; the *História dos Principaes Sucessos do Imperio do Brasil* (History of the Main Successes of the Empire of Brazil), by the Viscount of Cairu, José da Silva Lisboa, from 1826; and the writings used as didactics texts at Colégio Pedro II, namely, The *Compendio da História do Brasil* (Compendium of the History of Brazil), by José Ignacio de Abreu e Lima, printed in 1841, and *Lições de História do Brasil* (Brazilian History Lessons), by Joaquim Manuel de Macedo, from 1861. It was also sought to highlight the characteristics of the historical periods and the intellectual field in which these works were written, as well as the subjects who wrote these works, through a bibliographic review of these themes. In order to respond to the research hypothesis, the categorization of sources was used as a methodology according to Jörn Rüsen's premises, regarding interests, ideas, methods, forms and functions concerning the stoning of written historical culture and ways of doing history in certain temporalities. With this movement, it was possible to consider that there was a Brazilian-style writing that extrapolated those guided by official bodies and institutes that dealt with this task.

KEYWORDS: History of Empire Brazil; Historiography; Historical Culture; Teaching History.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os métodos da ciência histórica	29
Quadro 2: Tipologias narrativas	40
Quadro 3: Reformas Educacionais Implementadas por Pombal	82
Quadro 4: Cursos criados no Brasil até 1821	84
Quadro 5: Obras lançadas pela Imprensa Régia entre 1808-1818	97
Quadro 6: Síntese do campo dos interesses.....	191
Quadro 7: Síntese da dimensão das ideias.....	192
Quadro 8: Síntese da dimensão dos métodos	203
Quadro 9: Síntese das dimensões das formas e funções.....	246

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Esquema teórico de Rüsen	25
Imagem 2: A Corografia em versão digital	93
Imagem 3: A Corografia em versão digital – Sumário.....	94
Imagem 4: As Memórias em versão digital – Impressão Régia	101
Imagem 5: As Memórias em versão digital – Typografia de Silva e Porto.....	102
Imagem 6: Memórias para Servir a História do Reio do Brasil em versão digital.....	124
Imagem 7: Principaes Succesos Politicos do Imperio do Brasil em versão digital.....	128
Imagem 8: Compendio da Historia do Brasil em versão digital.....	140
Imagem 9: Lições de Historia do Brasil em versão digital	144
Imagem 10: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 01	275
Imagem 11: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 02	275
Imagem 12: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 03	276
Imagem 13: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 04	276
Imagem 14: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 05	277
Imagem 15: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 06	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sujeitos citados – categoria indígenas.....	149
Gráfico 2: Sujeitos citados – categoria etnias generalistas.....	150
Gráfico 3: Atividades econômicas - gêneros agrícolas	153
Gráfico 4: Atividades econômicas - animais.....	154
Gráfico 5: Sujeitos citados – categoria trabalho.....	155
Gráfico 6: Atividades econômicas - produtos	156
Gráfico 7: Sujeitos Citados primeiros cinco tomos – Etnias Indígenas	159
Gráfico 8: Sujeitos Citados nos primeiros cinco tomos – Etnias Gerais.....	160
Gráfico 9: Sujeitos Citados nos três últimos tomos – Categoria Geral.....	161
Gráfico 10: Atividades econômicas nos cinco primeiros tomos - Gêneros agrícolas.....	163
Gráfico 11: Atividades Econômicas nos três últimos tomos – gêneros agrícolas.....	164
Gráfico 12: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Produtos Gerais	166
Gráfico 13: Atividades econômicas três últimos tomos – Produtos Gerais	167
Gráfico 14: Atividades econômicas três últimos tomos – outras atividades.....	168
Gráfico 15: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Criação de Animais.....	169
Gráfico 16: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Outros Ramos.....	169
Gráfico 17: Categoria trabalho primeiros cinco tomos – Gerais.....	170
Gráfico 18: Categoria trabalho últimos três tomos – Gerais	171
Gráfico 19: Sujeitos Citados - Etnias Gerais.....	174
Gráfico 20: Sujeitos Citados - Trabalho.....	176
Gráfico 21: Gêneros Agrícolas.....	177
Gráfico 22: Outras atividades.....	178
Gráfico 23: Etnias Gerais	179
Gráfico 24: Categoria Trabalho.....	181
Gráfico 25: Regionalismos	182
Gráfico 26: Economia Geral.....	183
Gráfico 27: Etnias Gerais	184
Gráfico 28: Etnias Indígenas	185
Gráfico 29: Categoria Trabalho.....	186
Gráfico 30: Economia Geral.....	187
Gráfico 31: Etnias Gerais	188

Gráfico 32: Categoria Trabalho.....	189
Gráfico 33:Economia Geral.....	190

SUMÁRIO

1. A hipótese, as fontes e o objeto: à guisa de introdução.....	15
2. O método e cultura histórica: os fundamentos metodológicos.....	24
3. A construção da nação e suas temporalidades.....	45
3.1 Da Família Real à Independência	45
3.2 Da Independência às Regências.....	58
3.3 O Segundo Reinado	70
3.4 Entre contextos: algumas considerações gerais dos períodos.....	76
4. Os Campos Intelectuais e a Formação das Identidades.....	81
4.1 A forja.....	81
4.1.1 Manuel Aires de Casal e a <i>Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil</i>	91
4.1.2 Pizarro e Araújo e as <i>Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil</i>	98
4.2 A bigorna	106
4.2.1 Luís Gonçalves dos Santos e as <i>Memórias para servir a História do Reino do Brasil</i>	121
4.2.2 José da Silva Lisboa e a <i>História dos Principaes Successos Políticos do Imperio do Brasil</i>	125
4.3 O martelo	129
4.3.1 José Ignacio de Abreu e Lima e o <i>Compendio da Historia do Brasil</i>	137
4.3.2 Joaquim Manuel de Macedo e as <i>Lições de Historia do Brazil</i>	142
5. As dimensões rüsenianas aplicadas às obras: uma cultura histórica à brasileira.....	146
5.1 Os <i>Interesses</i>	146
5.2 As <i>Ideias</i>	192
5.3 Os <i>Métodos</i>	203
5.4 As <i>Formas</i> e as <i>Funções</i>	246
6. Considerações Finais (?)......	256
7. Referências	266
8. Apêndice.....	275

1. A hipótese, as fontes e o objeto: à guisa de introdução

O ensino de história consiste em uma área de interesse de diversos pesquisadores. De acordo com Schmidt (2012), com base nas pesquisas desenvolvidas por Chervel e Cuesta Fernandez, é possível se traçar uma linha associativa das medidas implementadas no ensino com a formação da identidade dos sujeitos das mais distintas nacionalidades. Partindo desses pressupostos, a autora destaca que, no Brasil, o ensino de história, à luz de seu código disciplinar educacional, estruturado desde o Império, pode ser identificado através da recuperação da escrita de caráter escolar e não escolar, por intermédio dos escritos em circulação na época, sejam aqueles necessariamente destinados ao público escolar, sejam os produzidos com o intuito de registrar a história da porção de terra ligada à Portugal. Nesses escritos, quando se pontua a questão das intencionalidades dos sujeitos de seus tempos, de acordo com as premissas de Rüsen (2007a), é possível identificar as carências de orientação de suas épocas¹; as formas de visão de mundo e do que era importante destacar, e que foram perpetuadas na história; bem como a consciência histórica do período da escrita. Também, no que se refere à motivação para esta pesquisa, pode-se compreender quais foram os alicerces de uma história do Brasil escrita por brasileiros ou sujeitos naturalizados como tal, publicada em território nacional e que teve suas visões da história perpetuadas por intermédio do ensino tempos depois. E aqui residiu a hipótese dessa pesquisa, que consistiu na afirmação de que havia uma produção brasileira que fora incentivadora dos escritos educacionais utilizados no Colégio Pedro II nos primeiros anos em que a disciplina História do Brasil fora implementada no currículo escolar da instituição.

Neste sentido, questionou-se, a partir de leituras realizadas no bojo da história cultural: “Se a história como disciplina de saber partilha suas fórmulas com a escritura de imaginação, é possível continuar atribuindo a ela um regime específico de conhecimento?” (CHARTIER, 2009, p. 12-13). Essa questão fora resgatada de Chartier pelo fato dos primeiros escritos de história impressos no Brasil não terem sido elaborados por historiadores de formação², mas por

¹ Na leitura de Rüsen (2001), compreende-se por carências de orientação o “estopim” dos interesses humanos por orientação no tempo. Segundo o autor, “As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de ‘história’”. (RÜSEN, 2001, p. 31)

² Em obra contemporânea, tratando de autores também contemporâneos de história, Falcon (1996) aponta para a existência de pelo menos quatro situações quando se fala sobre o conceito e identidade do termo “historiador”, a saber: a dos mestres e doutores em história, mas graduados em outras áreas; a dos graduados em história, e mestres em áreas afins; a dos docentes de história graduados em outras áreas, mas que orientam teses e dissertações, bem

clérigos e bacharéis que possuíam conhecimentos acerca da história do Brasil. Assim sendo, por tratarem, apropriando-se aqui de Chartier (2002, p. 36), de “produções intelectuais de um período”, seria possível que nessa gama de escritos provenientes da “imaginação” se encontrasse respostas às questões levantadas na atualidade acerca das formas de elaboração dos conteúdos dos escritos didáticos do Segundo Reinado, haja vista que, para que fossem elaborados, necessitaram de referenciais anteriores sobre a história do Brasil os quais, todavia, não poderiam estar dispostos nas matrizes de ensino de história francesas e portuguesas, das quais o ensino de história no Brasil foi herdeiro.

Tomando por base essas considerações, à luz da metodologia talhada pelo alemão Jörn Rüsen, entendeu-se que “Não é no *porquê* da definição do pensamento histórico por interesses, ideias, métodos e formas que está o ponto de partida de sua interpretação especificamente científica, mas sim no *como* isso acontece.” (RÜSEN, 2007, p. 13 [grifos do autor]). Assim sendo, por intermédio dos materiais escritos pelos “historiadores de ofício” do Império, buscou-se verificar a hipótese de que o registro histórico preludiado no Brasil do século XIX era-lhe tão particular, tão distinto da matriz de inspiração francesa e portuguesa, que possuía elementos que foram basilares para o nortear o ensino de história do Brasil quando esta cátedra fora implementada no Colégio Pedro II³. Partiu-se do pressuposto de que havia certa confluência entre os escritos publicados mesmo antes da criação do Colégio Pedro II, com a produção voltada para o ensino de história que seria elaborada já em momentos posteriores à criação do Colégio, como afirmado anteriormente.

Assim sendo, a hipótese acima mencionada, de que os autores de livros didáticos brasileiros se basearam em obras publicadas no Brasil por autores que aqui residiam, fora lapidada conforme caminhavam as orientações e as disciplinas cursadas pela pesquisadora no período de escrita, pesquisa e elaboração desta tese. No que tange àquelas que contribuíram tais reflexões, as disciplinas de *Teorias e Métodos da História, Ensino de História e Instituições*

como possuem produções acadêmicas na área da história; e, por fim, da dos especialistas em áreas afins ou não, mas que escreveram trabalhos de história. Para este trabalho, compreender-se-á como historiador aqueles que tiveram o “[...] reconhecimento de seus trabalhos como sendo de história” (FALCON, 1996, p. 8), haja vista que os autores aqui mencionados não possuíam formação acadêmica em história, mas sim em outras áreas do conhecimento, tais como direito e teologia, mas que destinaram esforços para a escrita e/ou ensino de história.

³ Isso porque, de acordo com Gasparello (2004), muito antes da publicação de livros, agregando nessa categoria manuais, compêndios, resumos, entre outros, reconhecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, os autores de tais materiais haviam consultado outras fontes, as quais, inclusive, citam em meio às suas obras. Dentre essas “fontes” estavam, também, autores que publicaram obras no Brasil.

Escolares, Seminários de Pesquisa e A Invenção da Nação: Surgimento do Brasil na Narrativa Oitocentista deram suporte para se repensar a proposta inicial submetida ao programa, haja vista que, na primeira delas, mediante o contato mais assíduo com as teorias e filosofias da história, bem como com as metodologias de investigação histórica e as suas formas de apresentação, fora possível repensar nos métodos que seriam utilizados e nas formas de catalogação das fontes, nos “fazer” ou “andaim” da pesquisa propriamente dita, como mencionado por Luca (2011). Dessa forma também caminharam as contribuições dos *Seminários de Pesquisa*, basilares para se permear os primeiros passos nas reformulações do projeto inicial. Dentre os referenciais utilizados que permitiram esse repensar, pode-se destacar Bloch (2001), Chartier (2010), Gaddis (2003), Koselleck (2013), Luca (2011), Reis (2003), Thompson (1981), entre outros.

A disciplina de *Ensino de História e Instituições Escolares*, com suas contribuições sobre os saberes escolares e a ciência de referência, como também nas formas de articulação entre os campos de pesquisa da história e da educação, e a interdisciplinaridade entre eles, também foi basilar para se lapidar a proposta e, inclusive, pensar quais seriam, no Segundo Império, as “ciências de referência” consultadas pelos autores de manuais didáticos. Principalmente nas leituras de Forquin (1992), Chervel (1990) e Mandredi (1993) houve contribuições no que tangencia o pensar a história e seu imbricamento no imaginário social, por intermédio da educação, em tempos longínquos. Outra contribuição desta disciplina fora na atividade de resenha de uma produção ligada ao campo de pesquisa almejado, para qual fora selecionada pela pesquisadora a tese de doutoramento de Mendes (2016), que permitiu uma visão da história em linha similar à trilhada nesta pesquisa que segue⁴.

A disciplina *A Invenção da Nação: Surgimento do Brasil na Narrativa Oitocentista* permitiu, entre outras associações, uma análise mais aproximada da construção da narrativa “escolhida” pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como representativa do Brasil do Segundo Império e, conseqüentemente, da que fora parar nos manuais, resumos e compêndios utilizados como didáticos nesse período e que nortearam a formação da nacionalidade, cuja construção passava pelo âmbito escolar.

⁴ Outras três disciplinas foram cursadas pela pesquisadora e contribuíram para o pensar na multiperspectividade em relação à história. Foram estas: *Microanálise Histórica, História e Estudos de Gênero e Mato Grosso do Sul História e Historiografia*. Cada qual com a sua particularidade, essas disciplinas foram importantes para o repensar na calibragem de lentes para se analisar a história em suas minúcias em relação aos sujeitos e espaços.

Lapidada a hipótese e seus desdobramentos, primeiramente foram selecionadas as fontes que comporiam essa pesquisa, que consistiram naquelas disponíveis em formato *Portable Document Format* (PDF) no *site* do Senado Federal Brasileiro. Do rol de obras raras disponíveis, foram selecionadas as que possuíam em seus títulos referências à história do Brasil e, destas, as que foram publicadas em solo brasileiro e escritas por autores brasileiros ou naturalizados brasileiros. Das fontes encontradas nesse arquivo, foram selecionadas para a pesquisa a *Corografia brasílica ou relações histórico-geográfica do Reino do Brasil*, publicada pela Imprensa Régia, em 1817, no Rio de Janeiro, de autoria de Manoel Ayres de Casal, em seus dois tomos; os nove tomos das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice Reino do Estado do Brasil*, de José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, sendo os quatro primeiros publicados pela Imprensa Régia e os últimos pela Typografia de Silva Porto, entre os anos de 1820 e 1822; as *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, de autoria de Luís Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), impresso em 1825 pela Imprensa Régia; três tomos da *História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil*, de José da Silva Lisboa (Visconde de Cayru), publicada em 1827 pela Typografia Imperial e Nacional; o *Compendio da historia do Brasil*, tomos I e II, de José Ignacio de Abreu e Lima, publicado em 1843 pela editora Eduardo e Henrique Lammert; e *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, datado de 1861, e impresso pela Typografia Imparcial de J.M.N. Garcia⁵. As duas últimas obras foram citadas no mapeamento realizado por Gasparello (2004) no quadro sobre história do Brasil nos programas de ensino do Colégio Pedro II entre os anos de 1849 e 1877⁶.

No que diz respeito aos produtos e produtores dos livros escolares utilizados como didáticos no Brasil, vale ressaltar que, de acordo com Bittencourt (2008), houve alguns cânones da produção didática nacional que se perpetuaram por gerações, tais como Joaquim Manoel Macedo, citado pela autora, bem como os mapeados por Gasparello (2004): Abreu e Lima, Luiz de Queiroz Matoso Maia, João Ribeiro, Pedro do Coutto, Veiga Cabral, Fleiuss e Magalhães, entre outros.

No que tange às considerações de Bittencourt (2008), embora por muito a Imprensa Régia tenha mantido o monopólio sobre as produções e impressões no Brasil, a situação teve

⁵ Optou-se, em todo corpo da pesquisa, por manter a grafia utilizada nas fontes da pesquisa.

⁶ A opção pela referida datação se deu em virtude de as mencionadas obras estarem na seção de “obras raras” do sítio do Senado Federal e por conta do tempo de finalização da pesquisa.

alteração conforme a atividade obteve destaque em solo nacional, o que colaborou para que, de acordo com Neves e Machado (1999), a escrita produzida em território nacional ganhasse evidência e passasse a compor mais assiduamente o cenário dos impressos. Mais adiante, a preferência de publicação de didáticos recaiu nas obras elaboradas por sujeitos ligados diretamente ao Colégio Pedro II e à Academia Militar do Rio de Janeiro, ambos, na época, de referência no que confere ao saber histórico escolar. Assim sendo, considerar os autores dos compêndios quando se trata do trabalho com fontes impressas, ainda mais da categoria ocupada pelos didáticos, é de suma importância para compreender as preferências e os ideais propagados e perpetuados, no caso dessa pesquisa, pelos historiadores de ofício. Se pode identificar, com o avanço da pesquisa, que as “formas” de se escrever a história do Brasil no período antecedente à criação do IHGB fora por vezes recuperada pelos autores de obras de ensino utilizadas no Colégio Pedro II.

Vale destacar, ainda, que para pesquisa está se compreendendo por “didáticos” uma categoria de escritos, que engloba os compêndios, resumos, lições e outros que se destinavam ao ensino da história em ambiente escolar. Embora, como destacado por Gasparello (2004), cada uma das nomenclaturas faça referência à uma forma de escrita distinta (como, por exemplo, os *compêndios*, que tinham por referente serem compilados e não escritos de próprio punho), levou-se em consideração o espaço de utilização para se considerar a categoria “didático”, haja vista que tanto os compêndios quanto as lições e resumos eram destinados ao ensino da história. Para os escritos que antecederam tanto a criação do IHGB, quanto do Colégio, optou-se por utilizar a categoria de “fundacionais”⁷ pelo fato de ter-se identificado na pesquisa que estes possuíam certas características historiográficas que foram recuperadas pelos autores de didáticos e pelo IHGB em tempos posteriores à escrita das obras, como se procurou demonstrar na análise das fontes.

Choppin (2004) ressalta, ainda, que a influência dos didáticos na formação das identidades, posto que mais assiduamente disseminados e consumidos por um público que estava em formação escolar no período em que os manuais circulavam, também corresponde a uma motivação para a escolha dessa tipologia de fontes como escopo de pesquisas. Ao encontro dessas premissas, destaca o autor que também acarreta importância as análises nas bases

⁷ De acordo com Guimarães (1988), o século XIX foi marcado por uma tentativa de historiografar a insurgência das nações. A tais textos o autor atribui a característica de fundadores de uma forma de se escrever a história da história do Brasil, daí o conceito de “fundacionais”.

didáticas e epistemológicas dessas fontes, posto que “[...] ela se ancora em uma disciplina de referência que possui suas próprias finalidades, seus conteúdos de ensino e seus métodos de aprendizagem específicos.” (CHOPPIN, 2004, p. 558), resultando em um tipo específico de conhecimento transfigurado em cada temporalidade histórica distinta.

Cabe ainda ressaltar que “O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar” (CHOPPIN, 2004, p. 561), posto que essa tipologia de fontes não se faz de maneira completamente livre pelos autores, mas caminhando junto ao ordenamento que recai sobre a educação de determinada época, seja este vindo de quaisquer que forem as esferas de influência (política, religiosa, econômica, ideológica, entre outras). Justamente por isso, na terceira seção que compõe esse trabalho buscou-se tecer algumas considerações sobre a história do Brasil dos períodos nos quais as fontes aqui analisadas foram escritas, e, na quarta seção, buscou-se compreender como, em cada período destacado na seção anterior, os escritos se situavam enquanto objetos de representação. Essa organização decorre do fato da primeira seção corresponder à essa introdução e a segunda, aos desdobramentos metodológicos que nortearam a análise das fontes e o detalhamento do que se compreende por cultura histórica nessa pesquisa.

Além disso, de acordo com Bittencourt (2004), são os autores que dotam determinada obra de identidade⁸, o que faz com que seja necessário ampliar as lentes que tangem a autoria para os horizontes que revelam a personalidade por de trás do nome. Neste sentido, “Os conflitos, tensões, acordos, discriminações, satisfações, fazem parte da história dos autores dos livros e há necessidade de inclusão de outras fontes documentais.” (BITTENCOURT, 2004, p. 479), e essas informações podem ser identificadas nos excertos dos escritos onde há propagação da personalidade do autor: nos prefácios, comentários, prólogos, introduções, advertências, corpo textual, notas de rodapé, entre outros. Nessas partes, de acordo com a autora, é possível identificar certa comunicação do autor para com o público atingido (professores, pais, estudantes). Justamente por isso, ainda na quarta seção desta pesquisa, buscou-se destacar também, mesmo que brevemente, a historicidade dos sujeitos que escreveram as obras aqui analisadas, bem como se foi alicerçando as intencionalidades das obras desses sujeitos face ao período de escrita das mesmas por intermédio das metáforas “forja” para as narrativas

⁸ O conceito de identidade aqui referenciado diz respeito à identidade do material, suas características físicas e narrativas e não propriamente a identidade do sujeito que a produz.

fundacionais que “aqueceram” a escrita de uma história do Brasil; “bigorna” para a que possuía características iniciais de se delinear um aspecto de brasilidade mais preciso que as primeiras; e “martelo” para aquelas que foram repetidas por mais de uma geração e eram propagadas em um meio no qual o público as tinha como didáticas.

Levando em consideração que, de acordo com Bittencourt (2004), as gerações de autores não seguem uma perspectiva unívoca, sendo caracterizados por suas heterogeneidades, divergências de pontos de vista e público ao qual se destinam, pode-se inferir que o saber histórico disseminado em tais obras conduzia a um tipo específico de narrativa de construção histórica brasileira, aplicado no contexto escolar. Para se negar ou afirmar tal hipótese utilizou-se a epistemologia de Rüsen (2001) para se compreender se essas narrativas possuíam um “fio condutor” comum, ou se destoavam entre si. Optou-se por destrinchar essa epistemologia, aqui transformada em metodologia de pesquisa, na próxima seção. Vale destacar que a metodologia empreendida se centra na abordagem rüseniana dada à contribuição desse autor para a compreensão de interesses históricos das distintas épocas, assim como através de sua análise dos campos de delimitação dos *interesses, ideias, métodos, formas e funções* aplicadas à pesquisa histórica, e, neste caso, à pesquisa com os escritos históricos à brasileira na condição de metateoria que tal perspectiva da história possui. A análise das obras compõe a quinta seção dessa pesquisa.⁹

No que se refere a opção da pesquisadora pela metodologia tracejada mediante as considerações de Jörn Rüsen, vale ressaltar que se justifica ao passo em que o referido autor possui contribuições que alinham as questões relacionadas à pesquisa em história, que compõem a obra *Razão Histórica - Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*, com os métodos específicos da ciência histórica, dispostos na *Reconstrução do Passado - Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*, e finalizados com as abordagens acerca das formas de apresentação na *História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*, o que resulta em uma metateoria da história que se demonstrou aplicável à análise das obras que compõem o escopo de fontes dessa pesquisa.¹⁰ Além disso,

⁹ Inicialmente, a opção fora de não adotar uma seção para destrinchar a metodologia. No entanto, com o avanço da pesquisa e a quantidade de fontes analisadas, possuiu uma seção para a metodologia e outras para os períodos e análise das obras aparentou ser menos cansativo ao/a leitor/a e evitou repetições e retomadas de conteúdo base para a análise.

¹⁰ Além disso, a pesquisadora já havia utilizado as categorias de análise clivadas a partir das leituras realizadas de Rüsen na dissertação de mestrado. In: PAULA, Larissa Klosowski de. Consciência histórica e temática das

buscou-se referências de pesquisa nos bancos de dissertação e teses da Universidade Federal do Paraná / UFPR e da Universidade de Brasília / UNB, ambas movimentadoras de traduções das obras do referido autor, principalmente nas pessoas de Maria Auxiliadora Schmidt e Estevão Resende Martins. Na primeira delas, encontrou-se 4 dissertações de Ensino de História que utilizam o autor como um dos referenciais para fundamentar os conceitos de consciência histórica, didática da história e educação histórica; 10 dissertações e 15 teses da área de Educação, que relacionavam o autor com os conceitos de aprendizagem histórica, educação histórica, cultura histórica, consciência histórica, manuais de didática da história, livro didático, narrativas históricas e cultura escolar; e apenas 3 teses da área de História, sendo que em apenas uma o autor é utilizado para fundamentar a construção do conhecimento histórico. No banco de teses e dissertações de História da UNB, uma tese foi encontrada mencionando Rüsen para conceituar consciência histórica, uma dissertação contava com as contribuições do autor para ciência histórica e uma dissertação analisava as categorias de sentido e trauma históricos em Jörn Rüsen. No banco de teses e dissertações da área da educação, não foram encontrados trabalhos que mencionavam o autor. Do levantamento realizado na plataforma *SciELO*, apenas 5 artigos tinham em Rüsen a sua fundamentação, e apenas um deles o aplicava em estudos relacionados à uma fonte escrita de 1972¹¹.

Merece destaque que algumas das formas de análise do autor foram adaptadas à data de publicação das obras analisadas, posto que, de acordo com Grespan (2018), é possível ao método histórico ser reformulado mediante o processo de pesquisa. Para tanto, a metateoria de Rüsen foi, para essa pesquisa, composta por suas considerações do campo da epistemologia, que transcende épocas e permite identificar os interesses nas entrelinhas dos documentos. Para que isso fosse possível, as obras selecionadas para a pesquisa foram lidas de capa a capa e categorizadas em quadros temáticos para a organização das informações que seriam analisadas pela pesquisadora. A composição dos quadros passou pela organicidade temática que perfaz os campos dos *interesses*, das *ideias*, dos *métodos*, das *formas* e das *funções*, destacando o que as obras possuíam de cada uma dessas dimensões. Para demonstração dos resultados, foram elaborados gráficos, quando a análise permitiu tal demonstração, quadros e demais recursos que

mulheres nos livros didáticos de história/ Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - Campus de Paranavaí; 2017.

¹¹ No referido artigo, Assis (2010) utiliza-se do referencial conceitual de Jörn Rüsen para tecer análises sobre um dos tomos da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, no qual constava o artigo *Do Império à República*, de Sérgio Buarque de Holanda, datado, segundo o autor, de 1972, momento em que foi publicado junto à coletânea.

se destinam a demonstrar de maneira mais facilitada o rol de dados catalogados diante da metodologia adotada. Alguns extratos dessa elaboração categorial estão dispostos em apêndice.

Destarte, não se tratou de comparar as produções no sentido hierárquico do termo, mas de identificar as visões da história das mesmas e, por fim, se haviam ou não similaridade entre elas e em quais pontos suas formas de apresentação se perpetuaram, resultando em uma história à brasileira, sobre o Brasil, e utilizada como referencial nas narrativas escolares do Império.

2. O método e cultura histórica: os fundamentos metodológicos

Como disposto na primeira seção desse trabalho, o período delimitado para essa pesquisa compreende os anos de 1817, data de publicação da *Corografia* de Manuel Ayres de Casal, a 1861, de publicação da obra de Joaquim Manuel de Macedo no Colégio Pedro II, citada por Gasparello (2004) como utilizada até meados de 1877. A escolha por tal periodicidade se deu pelo fato de que Casal fora um dos autores mais citados pelos demais que compreendem o escopo de fontes dessa pesquisa, e por Macedo ser considerado um dos autores cânones do ensino de história no Colégio Pedro II, conforme afirma Bittencourt (2008).

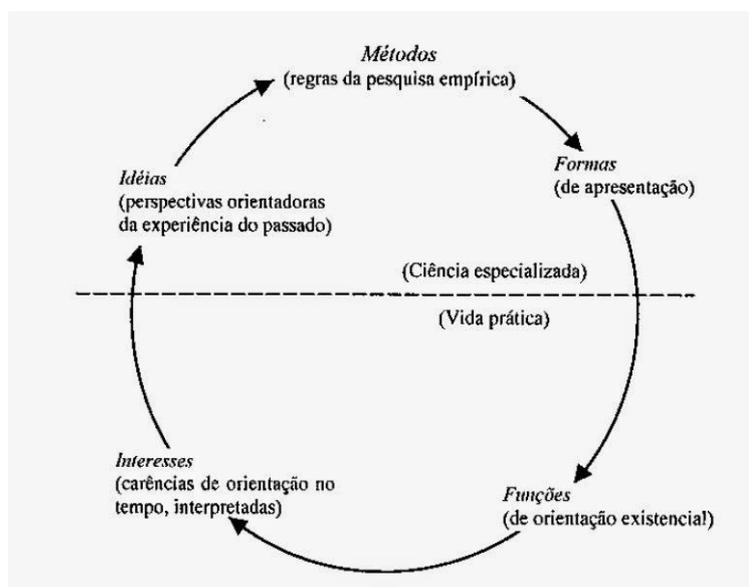
No que se refere à utilização de metateoria de Jörn Rüsen, vale ressaltar que a escolha pelo teórico se perfaz diante da singularidade de seu método, que se baseia quase que exclusivamente nas premissas da ciência da história, e que pode interpelar a hipótese aqui proposta, haja vista que, para o autor, a teoria nada mais é do que “[...] a análise de um determinado conteúdo em busca de suas determinações racionais manifestas.” (RÜSEN, 2001, p. 13). Como, nesta pesquisa, a hipótese consistiu na identificação de uma escrita da história “à brasileira”, que poderia ter refletido nos dois manuais didáticos utilizados no Colégio Pedro II, conforme destacado por Gasparello (2004), essa metateoria teve a consistência necessária para responder aos questionamentos levantados para as fontes justamente por trazer elementos do pensamento histórico científico e permitir o traquejo destes elementos nas fontes selecionadas para compor o rol dessa pesquisa, bem como também permeia a identificação das funções de tais elementos deste pensamento na produção histórica/historiográfica de determinados sujeitos.

No objetivo de demonstrar que “[...] a ‘razão’ é a força motora do pensamento histórico na história enquanto ciência e isso de tal forma que ela esteja presente mais intensamente na atividade cognitiva da ciência histórica” (RÜSEN, 2001, p. 21), é que a primeira obra da trilogia *Teoria da História*, de Jörn Rüsen, se assentou, e que serviu de suporte para recriar a metodologia que foi utilizada para a investigação das fontes dessa pesquisa. Isso porque os autores das obras que compõem o rol ora investigado não eram historiadores de formação, como ressaltado anteriormente, mas suas obras foram consideradas como raras, como históricas, como narrativas que tinham em suas linhas e entrelinhas *formas* de se historiar o Brasil no período em que foram escritas, sendo, assim exequível, a aplicabilidade teórica de Rüsen sobre elas.

De acordo com Rüsen (2001, p. 23), “[...] introduzir a razão como faculdade de fundamentar argumentativamente e a sua capacidade de, com essa razão, enunciar a ‘história’, a partir da experiência para a mudança no tempo” consiste na principal característica de uma História que se perfaz enquanto ciência, seguindo determinados métodos e formas de apresentação que lhes são particulares. Não que os autores das obras ora analisadas tivessem interesse de que elas, futuramente, fossem destinadas ao ensino da história ou figurasse enquanto ferramenta para análise histórica, embora no manejo das fontes alguns tenham declarado essa intencionalidade abertamente, mas é notório que possuíam intencionalidades com a escrita de suas obras e não pautaram suas produções na ficcionalidade.

A escolha, neste exercício, deu-se pela base epistemológica da teoria de Rüsen em virtude da adequação aos objetivos da pesquisa e das fontes utilizadas para atingir o propósito. Apostou-se no potencial metodológico das considerações de Rüsen, para além de suas incursões na didática da história (foco da maioria dos trabalhos que se remetem ao autor no Brasil)¹². Para tanto, levou-se em consideração as seguintes dimensões para clivagem das fontes¹³:

Imagem 1: Esquema teórico de Rüsen



Fonte: RÜSEN (2001, p. 35)

¹² Para maiores informações, consultar Barom e Cerri (2012).

¹³ Na versão enviada para o exame de qualificação, havia-se optado por analisar as dimensões do esquema ora apresentado em conjunto com a análise das fontes. No entanto, com o avançar da pesquisa, modificar a estrutura da tese foi a opção mais sensata a se tomar para não tornar a leitura fatigante e repetitiva para o/a leitor/a. Além disso, a houve, quando no exame de qualificação, a indicação de inserção de uma seção metodológica mais específica e adensada.

O primeiro passo, que corresponde ao campo dos interesses, resume-se na necessidade que os sujeitos possuem de se assenhorar do passado para orientar-se no tempo. Levando esses *interesses* ao campo da teoria da história, nas contribuições destacadas por Jörn Rüsen (2001, p.30), vale destacar que:

Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que a querem satisfazer, que estes já a interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. [...] A teoria da história abrange, com esses interesses, *os pressupostos da vida cotidiana* e os fundamentos da ciência da história justamente no ponto em que o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com as suas próprias vidas, *na medida em que a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado.* [Grifos nossos]

Somente quando significados à luz das carências de orientação no tempo é que as respostas a esses interesses se transfiguram em História. Neste sentido, os *interesses* em assenhorar-se do passado compreendem a primeira etapa para se localizar no tempo histórico e destacar o distanciamento em relação ao presente, a projeção em relação ao futuro, por meio de uma base substancialmente sólida que fora construída por intermédio dessa representação do passado. No entanto, não somente esse *interesse* em assenhorar-se do passado daria conta de justificar o porquê se recorre a ele quando se trata de se orientar no tempo e construir a História.

“Se as carências de orientação no tempo são dirigidas ao pensamento sobre o passado, então são requeridos critérios de sentido.” (RÜSEN, 2001, p. 31), de modo que não basta apenas representar o passado pelo passado, mas há de haver um fio condutor que dote esse passado de sentido, fundamentado na razão, fazendo uso de “[...] critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais o homem pode agir.” (RÜSEN, 2001, p. 31), pois, de acordo com o autor, o agir humano é sempre intencional e em direção ao objetivo tracejado. Neste sentido, o campo das *ideias* se perfaz como aquele onde os *interesses* se transfiguram para a ação de se dirigir ao passado propriamente dito, transformando-os em interesses no e do conhecimento histórico, especificamente.

Assim sendo, as *ideias* podem ser consideradas como reguladoras da reflexão humana sobre o seu passado e movimentadoras dos objetivos levantados no campo dos *interesses*, mas agora voltados ao passado de maneira histórica. Elas representam um conjunto de “[...] pontos de vista supra ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais este se constitui e é

reconhecido como ‘história [...]’” (RÜSEN, 2001, p. 31). As *ideias*, neste sentido, constituem as formas nas quais o passado aparece enquanto história, e como, em tais histórias, a ação humana é significada e introduzida na narrativa como forma de modificação no tempo¹⁴.

Além da característica de apropriação e significação do passado à luz do presente, ao campo das *ideias*, de acordo com Rüsen (2001), também pertencem os questionamentos acerca do passado, a formulação das hipóteses a serem testadas por intermédio dos *métodos*, assim como a triagem do *campo de experiência* que a história permite a quem a escreve. No que se refere ao *campo de experiência*, este, de acordo com Rüsen (2011), pode ser compreendido como o pertinente ao passado enquanto tal, o que já ocorreu, é fato, tornou-se experiência dos homens no tempo e só pode ser analisado mediante os resquícios relegados aos sujeitos do presente, por meio de fontes, de experiências concretas canonizadas no tempo. Isso porque

Os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão enredados a fim de continuarem seguros de si e de não terem de recear perder-se nelas, ao se imiscuírem nelas pelo agir, o que precisam fazer, para poderem viver. A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consciência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. *A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana.* (RÜSEN, 2001, p. 66 [grifos nossos])

Neste sentido, as *ideias*, quando constituídas enquanto históricas, ou seja, quando construídas de maneira a necessitar do passado para atender às carências levantadas nos *interesses*, podem abrir os caminhos para interpretação da experiência no tempo, e significar essa experiência assentando-a na realização de um passado e nas formas de se representar esse passado para a posteridade. No entanto, *interesses* e *ideias* são perceptíveis, de acordo com Rüsen, em toda tipologia de pensamento histórico. O que vai, de fato, dirigir esse pensamento para os meandros da História serão os meios percorridos para se trazer esse passado à narrativa e “fazê-lo falar”, tornando-o conteúdo empírico através de meios precisos, específicos, para tal.

De acordo com Rüsen (2001), este é o ponto basilar que diferencia o pensamento histórico dos demais. Os *métodos* percorridos por essa ciência constituem o terceiro ponto da

¹⁴ Para essa premissa, Rüsen (2001) usa o exemplo do termo “progresso”, que foi significado no decorrer da era moderna, sendo primeiramente entendido como um benefício, e, posteriormente, principalmente após os horrores das guerras, com grande grau de malefícios.

matriz criada pelo autor e funcionam como reguladores do pensamento histórico não no sentido de coibir que ele exista, mas de direcioná-lo para o caminho da razão e validar as *ideias* que podem ser respondidas pela representação do passado, daquelas que não o podem. É por meio dos métodos que as carências de orientação, surgidas nos *interesses* e lapidadas em questionamentos mais precisos quando no campo das *ideias*, ganham forma de históricas. “Nada é histórico só porque aconteceu”, afirma o autor. Para que o seja, é preciso que “comos” e os “porquês” sejam desnudados, seja por quem pesquisa a fonte, seja por quem a produziu, de maneira precisa e assentada na História.

Neste sentido, os *métodos*, para Rüsen (2007a, p. 101):

[...] indica[m], de um lado, o conjunto de todas as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente. Trata-se da tessitura das diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão dos pontos de partida e à teorização, conferindo-lhe dinâmica de processo cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade. [...] O “método histórico” refere-se, de outro lado, em sentido estrito, a operações específicas de conhecimento conhecidas como “pesquisa histórica” e abrange suas regras básicas.

No que tange ao campo dos *métodos*, quando se trata da perspectiva de Rüsen (2001; 2007a; 2007b), deve-se levar em consideração que por esta operação o autor compreende a análise das fontes, as formas pelas quais o historiador fundamentou os seus estudos, os “comos” e os “modos” da pesquisa em si, bem como as *formas* de apresentar os resultantes desse processo para aqueles que se interessam pela temática ou dela necessitam. Segundo Rüsen (2001), o conhecimento histórico possui suas particularidades metodológicas em relação às outras ciências, posto que o historiador lida, por muitas vezes, com uma temporalidade que não é sua, com fontes produzidas por outros sujeitos também distantes do seu tempo, com fatos que apenas a pesquisa fundamentada e conjuntura explicativa pode “alterar”. Neste sentido, o historiador reconstrói e representa partes do passado, à luz de seu objeto, e representa esse passado de acordo com as carências de orientação que o fizeram pensar, pesquisar e escrever sobre ele.

Como Rüsen aposta essencialmente na particularidade do conhecimento histórico, quando se trata dos métodos desse conhecimento, o autor cria alguns critérios para analisar essa dimensão, que é a mais vasta quando se relaciona com as demais por ele explicadas. Nela, Rüsen aposta em uma série de fatores para a validação do conhecimento histórico enquanto ciência, e, de acordo com ele, os passos angariados podem ser observados em quaisquer que

sejam as produções de cunho histórico, haja vista que o autor trabalha em uma perspectiva metateórica da história, ou seja, um campo acima do da teoria propriamente dita¹⁵.

Para a explicação desses critérios dos métodos históricos, o autor destina toda uma obra da trilogia *Teoria da História*. Estas obras, já lidas, relidas e categorizadas de acordo com os passos detalhados por Rüsen quanto à dimensão dos *métodos*, fora resumida no quadro abaixo.

Quadro 1: Os métodos da ciência histórica

<i>DIMENSÕES DO MÉTODO HISTÓRICO</i>			
<i>UNIVERSAIS HISTÓRICOS</i>	Recursos que permitem caracterizar as conjunturas, constatar a natureza do processo temporal e sua relação com os demais processos, identificar os fatores decisivos que desencadearam as mudanças ou permanências		
<i>DIMENSÕES TEMPORAIS</i>	<i>Hermenêutica</i> Orientada pela intenção do autor	<i>Analítica</i> Resultado do atrito entre as intenções e a orientação sistêmica	<i>Dialética</i> Resultado da relação mútua entre “[...] intensões e condições estruturais do agir humano” (RÜSEN, 2007a, p 117)
<i>OPERAÇÕES PROCESSUAIS</i>	<i>Heurística</i> “[...] operação metódica da pesquisa” (RÜSEN, 2007a, p. 118); “ses” e “comos” do fazer do historiador em relação à fonte	<i>Crítica</i> Delimitação do espaço/tempo em que o fato aconteceu, utilizando-se das “ciências auxiliares”	<i>Interpretação</i> Trabalho de síntese entre o fazer historiográfico e a “plausibilidade explicativa” (RÜSEN, 2007a, p. 130)
<i>OPERAÇÕES SUBSTANCIAIS</i>	<i>Hermenêutica</i> Dimensão do presente que possui resquícios do passado, de onde se parte para compreender o passado	<i>Analítica</i> Orientação do sentido da história através da <i>práxis</i> e do questionamento do fato	<i>Dialética</i> Forma de apresentação, embasada nas duas dimensões anteriores, análise das estruturas da “mentalidade”

Fonte: Elaborado pela autora (2020), com base em: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília ; Ed. Unb, 2007a

Para a compreensão geral dessa forma de se reler o passado, é preciso considerar que Rüsen propõe uma análise que parte do ponto de vista do sujeito em suas carências de orientação, que é encaminhada aos métodos da história, e retorna às carências de orientação iniciais, por intermédio da narrativa do historiador. Esse movimento, de acordo com o autor, pode ser percebido onde quer que se almeje historicizar algum fato, embora os métodos (no sentido generalista) se alterem de acordo com a temporalidade e possibilidades do tempo.

¹⁵ Partindo desses pressupostos, para Rüsen a discussão sobre se a história é ou não uma ciência não possui sentido: ela é uma ciência, com métodos específicos e regras de pesquisa delimitadas, embora possua “modos” e “comos” distintos em suas também distintas temporalidades.

Iniciando pelos *universais históricos*, um dos pontos ressaltados por Rüsen (2001) quando se trata dos *métodos*, vale destacar as formas pelas quais o autor caracteriza e descreve as conjunturas são levadas em consideração; a natureza do processo temporal; a relação dessa natureza com os demais processos que circundam a temática histórica abordada; e os fatores decisivos para as mudanças ou permanências que foram destacados pelo autor da obra. Consiste, de uma maneira geral, em um “todo” da história, que, posteriormente, é analisado precisamente em suas dimensões de tempo, processo de análise e operações substanciais.

Em relação às *dimensões temporais*, segundo ponto dos *métodos* destacados por Rüsen, as categorias *hermenêutica, analítica e dialética* são os pontos focais que orientam a análise do objeto face à temporalidade histórica de onde parte o sujeito que a cataloga e o contexto que o cerca. “A mediação de procedimentos hermenêuticos, analíticos e dialéticos produz a unidade do método histórico na multiplicidade das técnicas de pesquisa históricas, com as quais as diversas áreas da experiência histórica podem ser integradas.” (RÜSEN, 2007a, p. 117). É através dessa metodologia, de acordo com o teórico, que se possibilita o desnudar dos constructos temporais e identitários de prevalência do que vem representado na fonte. Seriam as entrelinhas que permitem a identificação do próprio sujeito e suas intencionalidades em relação ao objeto.

Para analisar a dimensão acima, considerou-se a forma de escrita das obras analisadas nessa pesquisa; como os autores aparecem ou não na narrativa; e o que utilizam de suporte teórico para sustentar seus ideais. Isso porque, de acordo com ele, “Não é no *porquê* da definição do pensamento histórico por interesses, ideias, métodos e formas que está o ponto de partida de sua interpretação especificamente científica, mas sim no *como* isso acontece. ([grifos do autor] RÜSEN, 2007a, p. 13).

Neste sentido, tanto a forma como os escritos são orientados quanto a temporalidade de suas narrativas permitem certa identificação de como aquilo que fora registrado marcou a experiência dos sujeitos de quem se fala, a tal ponto desses acontecimentos serem utilizados como suportes históricos para a construção das identidades históricas. Quando se pensa nessa relação com o escopo de fontes selecionadas para essa pesquisa, a construção de uma identidade histórica escrita à brasileira, antes mesmo da instituição do IHGB e do Colégio Pedro II, chama a atenção a prevalência, na maioria das fontes analisadas, de um discurso em defesa de um modo de viver semelhante ao português, de um afogamento da cultura indígena, da prevalência de uma religião e do enaltecimento de uma tipologia de nação que se assenhora de um passado com os olhos do “conquistador”. Semelhantes às narrativas de restauração mencionadas por

Araújo (2008), essa forma de se escrever a história pátria tinha como foi condutor a intencionalidade de recuperar a glória portuguesa por intermédio de sua regeneração no Brasil. Mais adiante, tais perspectivas serão mais bem detalhadas, bastando, para o momento, destacar que:

Antropologicamente, a experiência temporal fixa-se como histórica quando se relaciona em linha direta com os pontos de vista que os autores e os destinatários do conhecimento histórico consideram como decisivos para a sua identidade. Por meio dessa referência histórica acontece algo com os pontos de vista dos sujeitos do conhecimento histórico: eles passam a ser tratados de forma comunicativa. (RÜSEN, 2007a, p. 69)

A forma comunicativa supramencionada corresponde a maneira como a história é escrita e recebida pelos sujeitos aos quais se dirige, que no caso dessa pesquisa corresponde ao período que se inicia em 1817 e se expande, cronologicamente, até o momento da utilização de manuais escritos por brasileiros no Colégio Pedro II, haja vista que a narrativa escrita por Casal, o autor da obra que inicia essa pesquisa, fora recuperada nas duas obras analisadas que foram utilizadas no referido colégio, como também fora ressaltado no resultante da pesquisa de Gasparello (2004). Essa forma de comunicar, partindo desses pressupostos, transcendeu temporalidades, construiu uma representação identitária de um Brasil e se perpetuou, até mesmo, nas minúcias exigências do IHGB para a construção de uma história da nação, como será explanado no decorrer das seções que perfazem essa tese.

As *operações processuais*, quando se trata da pesquisa em história, são as “[...] regras que garantem sua forma dinâmica [...]”. (RÜSEN, 2007a, p. 133-134). Regimentadas pela *heurística*, pela *crítica* e pela *interpretação*, tais operações permitem o mapeamento das formas do fazer, o direcionamento das intencionalidades, as maneiras de se analisar o passado e o resultante desse processo. Vale lembrar que, aqui, não se trata de afirmar que todo resquício do passado que chega ao presente fora orientado de tal maneira, mas que estas compreendem as possibilidades de leitura das fontes e que podem ser elencadas quando se trata de responder as carências de orientação do presente em relação ao passado.

No que compreende a dimensão da *heurística*, na perspectiva de Rüsen (2007a, p. 118):

Heurística é a operação metódica da pesquisa, que *relaciona questões históricas*, intersubjetivas controláveis, *a testemunhos empíricos* do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para

responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes. [Grifos nossos]

Por intermédio desse procedimento, reúne-se e questiona-se as fontes à luz das hipóteses, levando em consideração os crivos da ciência de referência e o chamado, por Rüsen (2007a), *princípio metódico da plausibilidade explicativa*, que se orienta de acordo com as carências de orientação dirigidas às fontes, e pela relação dos fatos face à experiência histórica.

Como, nesta pesquisa, a hipótese é que a escrita da história no Brasil no Período Imperial possui características próprias, que antecedem a criação do IHGB e do Colégio Pedro II, os questionamentos às fontes caminharam no sentido de identificar as *formas de apresentação* das narrativas que antecederam essas instituições. Tratou-se de “[...] abrir sistematicamente os construtos narrativos do conhecimento histórico a novos conteúdos da experiência.” (RÜSEN, 2007a, p. 112) e às novas formas de análise das fontes, ao passo em que a metodologia aqui utilizada busca os resquícios metateóricos dessas formas de apresentação com vistas aos métodos explicitados por Jörn Rüsen, que consistem nas dimensões das *carências de orientação*, dos *interesses*, das *ideias*, dos *métodos*, das *formas* e das *funções* que se pode inferir a esses escritos e em como os elementos neles contidos refletiram nas maneiras de se elencar os conteúdos basilares para se ensinar a história no Colégio Pedro II e de se escrever a história por intermédio do IHGB.

No que se refere à *crítica*, segundo ponto dos *processos substanciais*, esta “[...] contribui indiscutivelmente para o enriquecimento do saber histórico com o conteúdo de fatos do passado até então desconhecidos”. (RÜSEN, 2007a, p. 113). Nela, os *fatos* ou *dados*, ocorridos em determinado tempo e lugar, são analisados de maneira objetiva e interpretativa, tanto que Rüsen (2007a, p. 123) caracteriza esse processo como “[...] ponto fulcral da objetividade histórica”. Por intermédio da crítica, no sentido de fundamentação, o pesquisador olha para o passado contido em suas fontes com vistas à significação, sem, no entanto, desconsiderar as conjunturas, mas também não pressupondo que tudo nelas estaria expresso. É um trabalho de significação fundamentada, posto que, de acordo com autor, a *crítica* por si não dota um fato de essencialmente histórico, mas sim a sua facticidade e seus reflexos em determinadas conjunturas.

Primeiramente, por meio da filtragem das fontes, ou seja, separando o que é de *tradição* do que é *resíduo*, a *crítica* permite o *princípio metódico da plausibilidade informativa* localizando o que se deu “de fato” em relação ao objeto analisado. Posteriormente, comprovada

a fatualidade do ocorrido, “A última instância de controle da plausibilidade informativa ou factual, de um dado das fontes é a concepção da realidade que o historiador elabora a partir de seu mundo concreto.” (RÜSEN, 2007a, p. 126). Para tanto, faz uso tanto do conhecimento que relaciona à história, quanto das ciências auxiliares. No entanto, essa dimensão só se completa quando se passa da crítica para a interpretação.

A última dimensão das *operações processuais*, a *interpretação*, por sua vez, articula as informações oriundas da crítica e as insere no contexto narrativo, transformando os fatos em história. De acordo com Rüsen (2007a), é a operação mais específica da ciência histórica, posto que é através dela que se organiza o conhecimento já obtido e o apresenta por intermédio, na maioria das vezes, de uma narrativa. Sem esse procedimento os fatos não se tornam históricos. Vale ressaltar ainda que essa dimensão, nas premissas de Rüsen (2007a, p. 130) “[...] obedece, pois, ao *princípio metódico da plausibilidade explicativa*”, de modo que seu objetivo consiste em tornar os processos temporais cognoscíveis dentro da especificidade tempo-espacial em que repercute, ou seja, não se trata de criar universais explicativos para um determinado fato histórico, mas sim de compreender como esse fato refletiu na singularidade de “uma história”.

Interpretação é a operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano. Ela organiza as informações das fontes em história. Ela as insere no contexto narrativo em que os fatores do passado aparecem e podem ser compreendidos como história. Como ela transforma fatos em história(s), deve ser considerada com operação de pesquisa própria, especificamente histórica. (RÜSEN, 2007a, p. 127)

Como última tarefa das *operações processuais*, têm-se a forma de apresentação dos resultantes, que, de acordo com Rüsen, ocorre por intermédio da narrativa, o “fio condutor” que interliga as a heurística, a crítica e a interpretação. Para Rüsen, “As informações das fontes são ordenadas narrativamente mediante construtos teóricos de forma tal que sua sequência temporal está dotada de capacidade explicativa máxima. (RÜSEN, 2007a, p. 130).

Levando em consideração que as dimensões que compõe os métodos são os *universais históricos*, as *dimensões temporais*, as *operações processuais*, e as *operações substanciais*, torna-se importante destacar que esta última “[...] trata-se do que foi levantado das fontes e interpretado como ‘história’” (RÜSEN, 2007a, p. 133), das perspectivas acerca do passado. “Trata-se da representação de um processo temporal, que associa a expectativa do futuro ‘realisticamente’ à experiência do passado e associa a experiência do passado ‘idealisticamente’

à expectativa do futuro” (RÜSEN, 2007a, p. 134). Neste campo, de acordo com Rüsen (2007a), é que se fecha o constructo do que é chamado de história enquanto ciência no que diz respeito aos métodos que a solidificam. Vale destacar ainda que essa dimensão conta com três etapas constitutivas, que visam a dinâmica de construção da história com suporte na identidade: a *hermenêutica*, a *analítica* e a *dialética*.

No que diz respeito à primeira etapa que compõe a dimensão das *operações substanciais*, a *hermenêutica*, vale ressaltar que, na concepção de Rüsen (2007a), esta consiste nos procedimentos que desnaturalizam o que o autor denomina por *tradição* quando na pesquisa com as fontes. Por *tradição* compreende-se às formas de análise e de história que tende a manter o passado intacto, inerte. Partindo desses pressupostos, na *hermenêutica* das *operações substanciais*, os questionamentos dirigidos às fontes quebram a inércia do passado à medida que se orientam pelas carências da temporalidade presente, por meio do trabalho do sujeito que pesquisa e das intencionalidades que consegue mapear em relação ao passado, desnudando os contextos de sentido que levaram às mudanças temporais. “É preciso compreender os agentes, se se deseja saber o que realmente aconteceu por causa de suas ações.” (RÜSEN, 2007a, p. 139), assim como também é necessário compreender os interesses que orientam esses indivíduos, o que termina por constituir uma análise cultural do passado através das entrelinhas de suas fontes. Justamente por isso, nas demais seções que compõem essa pesquisa, buscou-se analisar tanto as características das temporalidades em que foram escritas as obras, quanto algumas das que perpassaram os sujeitos que as escreveram, embora de maneira sucinta.

Já a dimensão *analítica* “[...] não está orientada pelas tensões de hegemonia cultural, mas pela intenção de relativizá-las e enquadrá-las em requisitos de plausibilidade de tipo não-cultural.” (RÜSEN, 2007a, p. 145). Nessa dimensão, as estruturas ganham maior destaque em detrimento da autodeterminação dos sujeitos produtores das fontes, de modo que as condições de sobrevivência, os laços de sociabilidade, entre outros aspectos essenciais para a vida dos sujeitos, são levados em consideração para que se possa mapear os reflexos que possuem para com a produção da fonte. “A analítica opera a prova real histórica: ela decifra a força das circunstâncias na escrita de sua apropriação cultural.” (RÜSEN, 2007a, p. 148). Sendo assim, esta dimensão prende-se à superestrutura¹⁶ e a identifica nas entrelinhas através da identificação

¹⁶ Superestrutura, nessa pesquisa, não está relacionada à premissa marxiana do termo, mas sim os aspectos gerais da temporalidade em que as fontes foram escritas, as exigências das instituições “invisíveis”, bem como os meandros do campo de sociabilidade do qual o sujeito fazia parte e, em sua escrita, dirigia sua forma de apresentação para que fosse aceita por um grupo.

da experiência histórica vigente no momento de produção da fonte, catalogando quais forças eram tão preponderantes em determinado momento que houve fluidez e naturalidade para se expressar a mesma dentro de determinada conjuntura. Para exemplificar, Rüsen (2007a) menciona a força dos desígnios religiosos na determinação do comportamento humano nas mais variadas fontes históricas, de modo que “Quem constrói o passado por meio de hermenêutica, parte de uma experiência histórica própria e de uma auto interpretação própria, nas quais o tempo, como fator intencional, desempenha um papel importante. (RÜSEN, 2007a, p. 136).

Por fim, a última dimensão que alude às *operações substanciais* é a *dialética*, que compreende uma articulação entre a *hermenêutica* e a *analítica*, também componentes de tais operações. Nessa dimensão, trata-se de “[...] desenvolver as complexas relações internas entre a hermenêutica e a analítica, de tal forma que ambas sejam sintetizadas em um terceiro conceito ou (para usar o termo agora adequado) ‘subsumidas’”. (RÜSEN, 2007a, p. 154-155). Neste sentido, submete-se a *hermenêutica* à *analítica* para não se cair no relativismo; e a *analítica* à *hermenêutica* para fugir do determinismo. O agir humano, nessa premissa, passa a ser pluridimensional na medida em que media a representação entre os sujeitos do passado e do presente.

Retornando à matriz geral criada por Rüsen (2001; 2007a; 2007b), todo exercício de análise histórica se finda nas *formas de apresentação*, ou seja, nos resultados expressos historiograficamente acerca do objeto, de modo que sejam atendidas as *funções* que a história e a historiografia possuem para com a vida prática dos sujeitos em suas temporalidades. Para Rüsen, as *formas de apresentação* possuem tanta importância quanto os métodos percorridos na pesquisa, pois é através das mesmas que se orienta o resultante de todo o processo percorrido anteriormente. No âmbito das *formas*, leva-se em consideração “[...] a identidade respectiva dos destinatários (potenciais), a quem são dirigidas as histórias cujos conteúdos são garantidos pelas pesquisas.” (RÜSEN, 2007a, p. 109-110)

Não obstante, as formas e as funções do saber histórico são dois fatores originais e essenciais da matriz disciplinar da ciência da história. Eles são e permanecem elementos integrantes do trabalho de obtenção do conhecimento científico. Afinal, a história continua precisando ser “escrita”, ou seja, apresentada de alguma maneira, e toda historiografia – em que forma seja – está inserida em um contexto prático de funções. (RÜSEN, 2007b, p. 11)

No que se refere às *formas*, Rüsen (2007b) destaca que embora o objeto esteja no passado, a forma pela qual o “escritor da história” apresentará os resultantes de suas análises

está ligada às maneiras de se atingir um público que está no presente; ou seja: escreve-se do passado, com base em fontes do passado, mas no momento presente. Segundo o autor, “Essa relação com o público-alvo confere ao fator ‘formas de apresentação’ sua especificidade e seu peso próprio no processo do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2007b, p. 20). Assim sendo, em virtude dessas formas próprias de apresentação, a história escrita, embora seja resultante da pesquisa, possui maneiras distintas de se organizar, que aludem diretamente às carências de orientação do tempo presente de quem escreve e de para quem se escreve. Embora elas sempre partam das carências de orientação iniciais, dos *interesses* transfigurados em *ideias* que foram investigadas por *métodos* precisos, é na forma da escrita que o resultado desse processo se torna cognoscível.

Levando-se em consideração essas premissas e compreendendo que as temporalidades possuem conjunturas distintas, com distintas carências de orientação, Rüsen (2007b) buscou compreender como as formas de apresentação se interligavam ou não com as metodologias percorridas na pesquisa que dão embasamento para as narrativas historiográficas, chegando a alguns elementos que devem ser considerados quando na análise da narrativa de cunho histórico. Estes, que se resumem na constituição histórica de sentido, que para tanto, se baseia na consciência histórica de determinada época, são alocados dentre as categorias de *memórias*, *continuidade*, *comunicação*, *identidade* e *sentido de tempo*. Cada uma dessas categorias pode ser identificada nas diferentes *formas de apresentação* identificadas pelo alemão. Estas, de acordo com seus estudos, categorizam quatro tipologias gerais de narrativas historiográficas, que são distintas entre si. Através desses tipos de narrativas, Rüsen categorizou as formas de racionalidade da ciência histórica nas distintas temporalidades, enquadrando-as de acordo com os critérios mencionados acima, em suas prevalências e ausências.

Nesse contexto, a narrativa é entendida como a forma usual da produção historiográfica, que pode emanar de escolas diversas. Pela análise de uma narrativa histórica ganha-se acesso ao modo como o seu autor concebe o passado e utiliza suas fontes, bem como aos tipos de significância e sentidos de mudança que atribui à história. Ela espelha por isso, tácita ou explicitamente, um certo tipo de consciência histórica, isto é, as relações que o seu autor encontra entre o passado, o presente e, eventualmente, o futuro, no plano social e individual. (SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011, p.12)

Nessa dimensão, Rüsen preocupa-se com a forma expressiva utilizada pelos pesquisadores para que os resultantes de todo percurso desenvolvido por meio dos métodos se tornem significativos para quem lê. Tal forma expressiva perpassa as dimensões da estética e

da retórica, que nas palavras de Rüsen (2007b, p. 36), abarcam o “[...] discurso histórico, que opera como código cultural em uma dada sociedade.”. Essa dimensão também permite que se entenda como determinadas culturas históricas se tornam quase que prevalentes em relação à outras posto que “Nenhum saber histórico é amorfo. O saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente. Forma e função são essenciais ao trabalho do historiador.” (RÜSEN, 2007b, p. 10) e terminam em perspectivas da história que ou se perpetuam, ou ficam relegadas ao passado haja vista que “A apresentação historiográfica é, por conseguinte, um modo da constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico”. (RÜSEN, 2007b, p. 28). Vale ainda ressaltar que é por meio desse processo que a obra adquire *relevância comunicativa*, ou seja, sentido para interpretação de determinada conjuntura atual, sobre o passado. É nas formas de apresentação, para resumir, que a obra escrita sobre uma “história” adquire relevância enquanto História.

Para que essa relevância seja atingida, tanto as dimensões estéticas quanto as retóricas devem ser contempladas. Por estética, de acordo com o autor, compreende o plano seguido para uma determinada intenção para com o escrito. Neste, vigoram formas de apresentação que tem por objetivo aproximar o sujeito que busca apreender o que se tem de conteúdo neste escrito da sua própria realidade.

A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto. (RÜSEN, 2007b, p. 31)

No entanto, para que esse discurso seja aceito, perpetuado e condicione a formação das identidades, faz-se necessário que os destinatários da obra possam entrar em contato, no campo da consciência história, com as *memórias* de caráter histórico sobre determinado fato, mesmo que este não tenha sido por eles vivenciado. Isso significa que o que está escrito em forma de História tenha que ser compreendido de tal maneira que seja significativo para o sujeito que usa esse escrito para compreender suas carências de orientação, ativando *memórias* com tamanho significado interpretativo que permitem ao sujeito a alusão a um passado por ele não presenciado, mas compreensível.

Para essa ação, faz-se uso de uma certa imaginação histórica, que, por sua vez, precisa ser mediada por um campo que a solidifique na realidade histórica para que não passe da factualidade para ficcionalidade. Ou seja: é necessário que o sujeito realize um processo imaginativo ao passo em que apenas pela escrita não se é possível atingir uma representação completa na mente do leitor; mas que, no entanto, a representação escrita precise ser significativa, compreensível e Histórica¹⁷ a ponto de suscitar uma *memória* orientadora das carências de orientação no tempo.

A memória histórica não catapulta representações imaginárias, por passe de mágica, de um passado factual longínquo para a proximidade da orientação concreta do agir humano. Ela se esforça, isso sim, e por vezes com grande dificuldade, por amenizar, mediante o trabalho interpretativo da consciência histórica, o peso determinante do passado sobre a vida presente e suas perspectivas de futuro. A consciência histórica tem por objetivo, pois, extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo. (RÜSEN, 2007b, p. 33-34)

Para tanto, a retórica é conclamada como relação pragmática que traz a realidade histórica à esfera da estética. Por seu intermédio, alcançam-se os destinatários ao se aproximar a linguagem do saber histórico a dos indivíduos, promovendo uma facilitação no processo de autocompreensão do sujeito face à história. A esse discurso que interconecta os sujeitos (autor e leitor), Rüsen (2007b) denomina por *tópos histórico*. E nesse princípio, a capacidade comunicativa da história escrita se torna ponto chave na narrativa. E é nessa perspectiva da cultura histórica com capacidade comunicativa que esse trabalho de investigação de uma escrita da história à brasileira buscou ressaltar.

A duas dimensões, estética e retórica, são interligadas: enquanto a estética liberta o ser para o pensamento histórico à guisa de suas intencionalidades, a retórica o prende na necessidade de coesão com o contexto e com as respostas às carências de orientação do tempo presente, levando em consideração as metodologias para a ciência histórica. Dessa forma, o sujeito rearticula todos os resultantes de sua pesquisa e elenca os graus de importância de cada uma das partes, de acordo com o seu posicionamento em relação aos interesses, vinculados à

¹⁷ Com inicial maiúscula para se remeter ao processo científico.

estrutura racional de validação por intermédio dos resultados, de modo que a produção se distingue da ficcionalidade e se vincula ao caráter científico.

Esse conhecimento, que necessita da narrativa para chegar aos destinatários, compreende um “[...] sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica.” (RÜSEN, in: SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011, p. 95), e se perfaz mediante formas distintas de comunicação por intermédio da narrativa de cunho histórico. Essa tipologia, de acordo com Rüsen (2007b), pode ser de quatro tipos diferentes, cujo as características do campo da *memória*, da *continuidade*, da *comunicação*, da *identidade* e do *sentido de tempo* se articulam de forma diferente.

Elaborada essa série, cada princípio e o conjunto deles ainda pode ser diferenciado de acordo com as perspectivas que determinam a especificidade da constituição histórica de sentido, dentro do contexto da interpretação do tempo pela narrativa. Essas perspectivas são: a elaboração da experiência do tempo por meio da *memória histórica*, a formação de uma *representação da mudança temporal* (“continuidade”), que sintetize as três dimensões do tempo num construto abrangente de sentido e, por fim, a função de *constituição de identidade*, que articula a representação da mudança temporal, enriquecida com a interpretação da experiência histórica com a vida concreta dos sujeitos. Essa função deve ser considerada sobretudo quanto à *forma comunicativa* em que se realiza. É nessa forma que a historiografia corresponde ao princípio regulativo da relevância cognitiva. (RÜSEN, 2007b, p. 44 [grifos do autor])

Para que seja posta em prática a atividade de escrita, de acordo com Rüsen (2007b), leva-se, também, em consideração, que a mensagem se propaga em determinado contexto social, se dirige à determinadas pessoas e necessita ser compreendida. Levando essa premissa em consideração e interligando-a com as fontes que integram essa pesquisa, as narrativas produzidas para livros e manuais possuíam um público seletivo de destino, que foram destacados conforme correram as análises das obras.

No que se refere às tipologias narrativas presentes nas produções de cunho histórico, de acordo com Rüsen (2007b, p. 48), “Como *topoi* da narrativa histórica, os quatro princípios formam uma rede de características tópicas da historiografia, que abrange a totalidade do campo das estratégias históricas de argumentação.”. Essas tópicas se organizam de acordo com as categorias mencionadas anteriormente, possuindo algumas distinções precisas de uma para outra, que servem como suporte para a elaborar a argumentação do autor. Essas tipologias, para as quais Rüsen (2007b) destinou parte do terceiro volume da coleção *Teoria da História*, foram sistematizadas no quadro 2:

Quadro 2: Tipologias narrativas

	<i>Memória de</i>	<i>Continuidade como</i>	<i>Comunicação na forma de</i>	<i>Identidade pela</i>	<i>Sentido do tempo</i>
<i>Narrativa tradicional</i>	Origens constituindo os presentes modos de vida	Permanência dos modos de vida originalmente constituídos	Adesão	Afirmação de padrões culturais de autocompreensão	Ganho de tempo no sentido da eternidade
<i>Narrativa exemplar</i>	Casos demonstrando aplicações de regra gerais de conduta	Validade das regras abrangendo temporalmente diferentes sistemas de vida	Argumentação da faculdade de julgar	Generalização de experiências do tempo transformando-as em regras de conduta	Ganho de tempo no sentido da extensão espacial
<i>Narrativa crítica</i>	Desvios problematizando os presentes modos de vida	Alteração das ideias de continuidade dadas	Tomada consciente de posição oposição a comportamento sociais prescritivos	Negação de determinados padrões de identidade	Ganho de tempo no sentido de ser um objeto de juízo
<i>Narrativa genética</i>	Transformações de modos de vida alheios para modos mais apropriados	Desenvolvimento em que os modos de vida mudam a fim de estabelecer a sua permanência dinamicamente	Relacionamento discursivo das posições e perspectivas divergentes	Mediação de permanência e da mudança para um processo de autodefinição	Ganho de tempo no sentido da temporalidade

Fonte: Elaborado pela autora, com base em RÜSEN, 2007b, p. 62 e RÜSEN, In: SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011, p. 98.

Embora, de acordo com Rüsen (2011), nenhuma narrativa se apresente de forma pura, mas sim com algumas características que são preponderantes na perspectiva do sujeito que escreve, as diferenciações entre as tópicas por ele categorizadas ocorrem de acordo com “[...] pontos de vista decorrentes da função de orientação que possui o saber histórico.” (RÜSEN, 2007b, p. 44). Desse modo, embora não haja narrativas essencialmente puras, algumas tipologias tendem a prevalecer. Essas tipologias, no que se refere às obras analisadas nessa pesquisa, foram melhor delimitadas conforme a análise das fontes permitiu.

Por fim, as *funções*, último campo da matriz rüseniana aqui apropriada, cumprem o papel de devolutiva às carências de orientação que motivaram o movimento de pesquisa e escrita inicial, e de especificidade de pensamento histórico de inquietar-se pela mudança. Nesse inquietar-se, surgem novos *interesses*, ajustam-se os novos *critérios* e se adequam às novas carências de orientação, pois o tempo e a sociedade em que se vive e se significa esse tempo são instituições dinâmicas, que não se mantêm estáticas enquanto a escrita da história se perfaz, de modo que sempre haverá carências de orientação novas, que manterão a *História Viva*.

Neste sentido, *interesses, ideias, métodos, formas e funções* são as dimensões históricas que se é preciso analisar quando se quer identificar os andaimes de uma *cultura histórica* em específico. Vale ressaltar que a especificidade da cultura histórica ora em enfoque consiste naquela que se fundamenta nos princípios de Jörn Rüsen sobre esse conceito.

De acordo com o autor, por cultura histórica compreende-se uma categoria que engloba estruturas, investigação acadêmica, ensino de história, conservação ou depredação de monumentos históricos e museus, entre outros, que, de alguma forma aproximam o presente do passado e trazem deste os vestígios significados pela memória histórica. Neste campo, os aspectos valorativos imbricados no que se considera e preserva enquanto história termina por consolidar a cultura histórica como categoria pelo fato de que, por meio dessa, pode-se “categorizar”, nas palavras do autor, “[...] pautas para a prática cultural.” (RÜSEN, 2016, p. 56) que evidenciam, ao mesmo tempo, o imbricamento e a particularidade da história enquanto processo e enquanto categoria cultural, ao mesmo tempo, na análise de um mesmo objeto localizado no tempo.

Um dos alicerces da cultura histórica é, de acordo com o autor, a consciência histórica¹⁸, de modo que:

Da consciência histórica há somente um pequeno passo para a cultura histórica. Se se examina o papel que exerce a consciência histórica na vida de uma sociedade, ela aparece como uma contribuição cultural fundamentalmente específica, que afeta e influi em quase todas as áreas da práxis da vida humana. (RÜSEN, 2016, p. 57)

Neste sentido, a cultura histórica seria o resultante da “ação” da consciência histórica em determinada sociedade. Nesta pesquisa, essa “ação” se significa nos escritos produzidos e aqui analisados, resultantes de processos culturais dos sujeitos produtores, haja vista que um escrito, para ser produzido, disseminado, preservado ou destruído, necessita de inserção nos preceitos culturais de determinada sociedade, e é deles resultantes ou combatentes. Por conta dessa categorização de cultura histórica e da escolha metodológica deste trabalho, compreender os *interesses*, as *ideias*, os *métodos*, as *formas* e as *funções* de cada uma das obras fora necessário.

¹⁸ Esta afirmação, Rüsen (2016) realiza em na obra *Contribuições para uma teoria didática da história*.

Na ótica de Rüsen (2016), o termo *cultura histórica* também faz menção ao modo de viver do homem no tempo, sendo este, então, uma categoria que se resume como uma cultura situada no tempo e que possui seus disseminadores para se consolidar. Dentre esses, como ressaltado por Salles (2014), pode-se destacar os livros, manuais, compêndios e resumos utilizados com fins didáticos. Além destes, jornais, revistas, periódicos, historiografias, entre outros, também podem operar enquanto disseminadores de determinada cultura histórica, chegando, na atualidade, nas mídias digitais que dão suporte aos conteúdos, bem como os seminários, encontros, jornadas, entre outros.

Vale destacar, ainda, que Rüsen (2016) enfatiza que não é qualquer forma de interpretação do tempo que pode ser considerada como elemento da cultura histórica, de modo que:

A cultura histórica se refere, portanto, a uma maneira particular de se abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como “história” enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade. (RÜSEN, 2016, p. 59)

Se se interpelar o conteúdo da experiência com os ferramentais dispostos pelo autor nos campos dos *interesses* e *ideias*; o produto da interpretação com os dos *métodos*; a orientação com os das *formas*; e da finalidade com os das *funções*, as particularidades da interpretação histórica no tempo podem ser evidenciadas nas premissas que Rüsen destaca para a forma de escrever a história enquanto ciência, e a peculiaridade do que se considera como cultura história, neste trabalho, pode ser também elucidada. Isso porque essa maneira de se manejar o categorial de cultura histórica preserva os seus elementos circunstanciais, bem como os seus alicerces, que são, na visão de Rüsen, a memória histórica e os modos de recordação da mesma (os quais o autor exemplificou como o “contar” as histórias). A cultura histórica, neste sentido, corresponde à memória histórica e sua ação para a criação do conteúdo significado e fundamentado que resulta no “contar da história” que solidifica a cultura histórica.

Na visão do autor, é possível à cultura histórica configurar sentidos nas dimensões estética, política e cognitiva. A primeira destas dimensões encontra seu referente nas artes. Rüsen (2016) usa de exemplo as novelas com temas “de época” e os dramas históricos, ainda que reconheça que estes não possuem compromisso com a verdade histórica, mas que, de uma forma ou de outra, tematizam os resquícios históricos de alguma forma, ressaltando os pontos

“belos”. Além dessa característica, ao campo da estética da cultura histórica, em Rüsen (2016), também se leva em consideração a linguagem histórica verbal e não verbal, bem como as obras artísticas tratadas como fontes históricas. De acordo com o autor, o que torna a estética histórica basilar para a cultura histórica é quando esta se articula com a experiência do passado.

Em relação à política na cultura histórica, Rüsen (2016) destaca como exemplo a dominação de um grupo sobre outro. Para ele, essa dominação busca alicerce na história quando retoma, cria e utiliza símbolos carregados de historicidade para fundamentar um posicionamento dominante e estabelecer um tipo de ordem duradoura, sendo o exemplo mais acabado dessa premissa a formação e consolidação dos Estados Modernos, para os quais a existência e importância da história fora retomada e solidificada. Nessa dimensão, a cultura histórica opera enquanto legitimadora de determinada conjuntura, em busca de um tipo específico de consentimento para tal dominação e se embrinca na identidade histórica, o que não significa que não haverá resistência à dominação, haja vista que os dominados também possuem capacidade para o ato rememorativo da história imbuído de consciência histórica.

Por fim, quando se trata da dimensão cognitiva da cultura histórica Rüsen (2016) aposta no poder das ciências históricas como forma de regulamentação metodológica operada nos processos de perceber, interpretar e se orientar através da história. Com essa dimensão, a coerência entre conteúdo e “modos de fazer” é regulada e adentra o campo da História. Justamente por isso, destaca o autor que:

Gostaria de definir como “cultura histórica” o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática. Essa expressão quer deixar claro que o especificamente histórico possui um lugar próprio e peculiar no quadro cultural de orientação da vida humana prática. [...]

A cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência no tempo, determinados da consciência histórica humana. (RÜSEN, 2007b, p. 121)

As três dimensões da cultura histórica, em Rüsen (2016), se complementam quando se trata da rememoração histórica. “Não há nenhuma rememoração histórica que não esteja marcada pelos três princípios.” (RÜSEN, 2016, p. 72), de modo que uma rememoração demasiadamente estética perde o sentido de orientação no tempo, torna os clássicos obsoletos e, infere-se, se distancia da concepção da História; uma visão extremamente calcada na política

tende a construir visões da história demasiadamente unilaterais, dominadoras e excludentes; e a prevalência de uma cultura histórica cognitivista resulta no dogmatismo ideológico.

Mediante essa correlação entre as dimensões estética, política e cognitiva, a categoria de cultura histórica se delinea e ganha sentido ao passo em que não se perde de vista a racionalidade do procedimento metodológico da história, concernente à dimensão cognitiva; os direitos de legitimidade política, nesta dimensão; e a autonomia estética.

É a essa tipologia de cultura histórica que se buscou fazer jus nessa pesquisa e por isso se fez uso das dimensões do pensamento e da consciência histórica expressas e resumidamente explicadas anteriormente. Ainda buscou-se mapear as temporalidades de escritas das obras para que fosse possível identificar o “ambiente histórico” em que elas foram escritas e que orientam, dadas as dimensões culturais de cada período, as possibilidades de execução da escrita e de sua forma. Assim sendo, a seção que segue procura, de maneira resumida, destacar os pontos de relevância das temporalidades de escrita das obras aqui analisadas: o Período Joanino; o Primeiro Reinado e as Regências; e o Segundo Reinado.

As fontes selecionadas para essa pesquisa compreendem aquelas que foram identificadas como “raras” no *site* do Senado Federal, disponíveis em formato PDF, como mencionado anteriormente, e foram submetidas aos crivos da metodologia destrinchada nos parágrafos acima, bem como analisadas de acordo com as características de suas épocas de composição. Além do trabalho exercido de forma manual pela pesquisadora, que leu as fontes “capa a capa”, categorizou-as de acordo com a metodologia selecionada, contou-se também com a utilização do *software Iramuteq*¹⁹, para a contagem dos dados levantados pela pesquisadora de maneira manual, assim como também se fez uso das ferramentas gráficas do *Excel* para geração dos gráficos que serão apresentados na seção seis.

¹⁹ Software livre ligado ao pacote estatístico *R*, que auxilia nas análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Para esta pesquisa, contou-se com a plataforma para a contagem dos dados levantados pela pesquisadora de maneira manual.

3. A construção da nação e suas temporalidades

A história do Brasil, assim como de outros locais do mundo, possui as suas particularidades. Nas seções que seguem, a intencionalidade foi demonstrar, de maneira sucinta, algumas dessas particularidades alocadas nas “divisões” clássicas dessa história, categorizando-a em três períodos: da vinda da família real até a Independência; da Independência do Brasil até o chamado Período Regencial; e, por fim, o Segundo Reinado. Essa intencionalidade se interliga com a ideia de que a escrita das obras em muito fora influenciada pelas carências de orientação dos sujeitos e da temporalidade na qual se alocavam, haja vista que, de acordo com Rüsen (2001), todo sujeito, como sujeito do seu tempo, dirige suas intencionalidades em acordo com aquelas provenientes do período histórico em que se encontra, daí a necessidade de se recorrer à uma revisão de literatura sobre a temática, interligando-a com algumas considerações alocadas na criticidade rüseniana.

3.1 Da Família Real à Independência

Os séculos que sucederam a Revolução Francesa foram marcados pela importância da escrita e da produção voltada para o campo das ideias em seus reflexos no cotidiano: era o período de marcar uma reviravolta na formação dos indivíduos, dos Estados e das composições de poder que marcariam as sociedades e se consolidariam no decorrer da história. Assim sendo, “[...] uma vez que as atividades administrativas tinham se tornado mais complexas, e as econômicas, mais intensas, crescera a importância e o papel da escrita.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 23). Nessa temporalidade, as discussões políticas, administrativas e sociais ganharam um campo mais amplo, que fora propiciado pela profusão de gazetas, periódicos, escritos filosóficos e livros das mais variadas tipologias na Europa: “A palavra escrita convertia-se em arma de combate, enquanto os intelectuais tinham o seu lugar reconhecido, seja como crítico, seja como auxiliares dos poderes estabelecidos.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 24).

Nesta conjuntura, a iniciativa voltada à circulação de ideias, principalmente no que diz respeito a Portugal e Espanha, consistia na formação e consolidação de uma elite letrada, porém ainda conservadora dos velhos hábitos; esclarecida, mas não ao passo de promover ou dar

continuidade a uma revolução; e culta, desde que isso significasse se utilizar da cultura como instrumento político tendo em vista a manutenção de poder. No que tange à essas perspectivas, o uso da escrita consolidou uma nova, embora conservadora, visão de sociedade e cuja manutenção do *status* social era uma das premissas.

Além disso, nos trópicos sofria-se com a tentativa de distanciar os sujeitos dos ideais revolucionários franceses e americanos, assim como com a presença do elemento europeu sobre os territórios “conquistados”. Somava-se a esse contexto as consequências da Era Napoleônica, principalmente no que diz respeito ao Estado Português, que, embora fosse aliado dos ingleses, sofreu com os espólios da expansão francesa, o que culminou na transferência de sua corte para uma das colônias.

Como destacado por Costa (2010), o século XIX foi marcado, nas Américas, pelos processos de independência em relação às colônias ibéricas, sendo o Brasil uma particularidade dada às relações existentes entre os colonos e os “colonizadores”, que vieram para as terras brasileiras junto com a corte portuguesa, em 1808. Além disso, vale destacar que, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 27), “[...] a política portuguesa, aparentemente míope, de evitar a criação de universidades e o estabelecimento de imprensa nas colônias, serviu para conservar uma homogeneidade muito maior entre os membros da elite dirigente, fossem eles naturais da Europa ou de ultramar.”.

Neste sentido, diferentemente do que havia acontecido nas colônias espanholas, nas portuguesas houvera, apropriando-se aqui das ideias de Thompson (1981) a respeito dos *Costumes em Comum*, uma certa formação cultural, social e ideológica que se consolidou através da ausência, que aproximou, até certo ponto, a “elite” de ultramar da metropolitana, o que contribuiu para a formação de uma “unidade da elite ilustrada luso-brasileira” que tinha por pressuposto a aproximação das graças de sua majestade. Nas considerações de Araújo (2008), essa elite em ultramar procurava regenerar a portuguesa, criando meios simbólicos de consolidar no Brasil elementos culturais que tinham por objetivo criar uma espécie de nova Portugal, de um recomeço. De acordo com o autor, “[...] o Brasil não teria os vícios arraigados de Portugal; seu clero seria abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos poderosos que pudessem sobrepor seus interesses individuais aos da Nação”. (ARAÚJO, 2008, p. 54).

No entanto, dada à expansão do Império Napoleônico e à assinatura do Tratado de *Fontainebleau*, entre França e Espanha, no ano de 1807, a pressão sobre Portugal aumentou, colaborando para a retirada da corte em direção à colônia juntamente, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 29), com “[...] 15 mil pessoas, arquivos da biblioteca real e um prelo

tipográfico [...]”. O Brasil, nesse contexto, tornou-se sede das decisões de Portugal, galgando de espaço privilegiado, em relação às demais colônias, no âmbito das decisões metropolitanas.

A vinda da corte, de acordo com Bittencourt (2008), também representou uma particularidade no que diz respeito ao desenvolvimento de todo um conjunto de modificações no Brasil à luz dos auspícios dos nobres portugueses que a acompanhavam. Sobre essas particularidades, destaca Costa (2010, p. 242) que:

As capitais das províncias, quase todas, aliás, situadas no litoral, tornaram-se centros políticos administrativos importantes, o que daria nova vida a esses núcleos urbanos. A intenção de criar uma elite capaz de governar o país acarretou a fundação de algumas faculdades (Rio de Janeiro, Recife e São Paulo), criando estímulos novos para a vida urbana. Os fazendeiros começaram a construir casas nas cidades. A Corte tornou-se o grande centro das atenções.

Além disso, dada à necessidade de fortalecimento do aparato administrativo, de acordo com Fontes (2007), Dom João também destinou atenção para a criação de ministérios, conselhos e órgãos necessários para o funcionamento do Império em terras brasílicas. Acompanhando esse processo, também foram criadas instituições de ensino em níveis distintos, e outras instituições e espaços de sociabilidade, tais como a Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. No que se refere à última, destacam Neves e Machado (1999, p. 47) que

[...] a criação da Imprensa Régia, pelo decreto de 13 de maio de 1808, contribuiu, como nenhuma outra medida, para despertar da vida cultural da colônia. Além dos inevitáveis documentos oficiais, esse órgão cuidou da publicação de jornais e de muitas obras de cunho científico e literário.

Tais modificações acompanhavam a estrutura burocrática de funcionamento do Império, para a qual, de acordo com Costa (2010), a intencionalidade, nas premissas do conceito de Rüsen (2001), consistia em unir as demandas dos antigos colonos com os interesses dos recém-chegados membros da corte real, haja vista que, de acordo com Lenharo (1979, p. 41), “[...] ampliaram-se as proporções da demanda do mercado consumidor carioca, aumentando sensivelmente as necessidades da população”²⁰. A única exceção às premissas de melhoramentos da metrópole consistia no afastamento dos ideais revolucionários franceses, que

²⁰ Embora Lenharo (1979) esteja tratando, na obra mencionada, da questão de abastecimento de gêneros de primeira instância, tais como, e principalmente, o mercado de carnes no Rio de Janeiro, é possível que se perceba o aumento das demandas para a região após a instalação da Corte.

eram rechaçados, de modo que, “[...] a Intendência revestia-se de um alcance sobretudo político, pois destinava-se a ‘arredar dos nossos lares os espiões e partidaristas dos franceses’ e velar sobre ‘os crimes secretos’ que eram, muitas vezes, ‘forjados nos clubes e lojas’”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 33).

A instalação da Biblioteca Nacional e o aumento do número de livreiros foram outras características que marcaram esse período, o que contribuiu para que a Imprensa Régia contasse com uma Junta Diretora censora que, de acordo com os autores supramencionados, examinavam o que se iria publicar, excluindo tudo aquilo que fosse considerado ofensor à religião, à moral e aos bons costumes. Vale ressaltar ainda a censura realizada pela Mesa do Desembargo do Paço, desde os anos de 1808, aos livros, fossem eles importados ou não. De acordo com Neves e Machado (1999), passava pelo crivo desse órgão que atuava como censor até mesmo as obras da Secretaria dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, assim como as obras que precisassem ser retiradas diretamente da alfândega, o que, no entanto, não impedira o tráfico dessas para o Brasil.

Ademais, as modificações também foram responsáveis pela geração de empregos tanto para os adventícios da corte portuguesa, quanto para os naturais do Brasil, “Em especial, para aqueles que haviam obtido formação jurídica na Universidade de Coimbra e que viriam a constituir o núcleo da elite que proclamou a independência.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 35). Além disso, a possibilidade de ascensão social marcou consideravelmente uma parcela da sociedade natural brasileira do referido período, colaborando para o despontar das discussões entre as alas liberais e conservadoras diante dos interesses de mercado preludiados com a vinda da corte para o Brasil. Essas discussões, de acordo com Lenharo (1979), perpassaram todo o Período Imperial.

No que tange a esse processo, de acordo com Dias (2005), os resquícios do conflito entre liberais e conservadores se fez sentir nas estruturas do Império, marcando-o de maneira particular em relação às demais nações da América Latina, que também passaram por processos de rompimento do exclusivismo colonial, mas preludiadas por um processo de transformação dos antigos *criollos* em consolidadores das repúblicas nessas territorialidades. Já em solo brasileiro, de acordo com Dias (2005), “A vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significava por si uma ruptura interna dos setores políticos do velho reino.” (DIAS, 2005, p. 12) mesmo que ainda persistissem algumas rugas internas entre povos das distintas localidades.

Importante considerar que os ideais da Revolução Francesa, vistos com desconfiança pelas elites de quaisquer que fossem os absolutismos, já haviam caído no gosto de alguns brasileiros de elite ainda no século XVIII, de maneira a preocupar as demais elites que não coadunavam com os auspícios da nascente burguesa. A propósito do tema, Costa (2010, p. 29), assevera:

Nem as prisões, nem os exílios, nem os enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo. Em vão a censura intentava impedir a divulgação das ideias nocivas à ordem vigente. Em vão a polícia punia com rigor as tentativas de insurreição. Burlando a fiscalização, alguns livros penetravam no país.

Tais ideais em crescente disseminação e acrescidas pelos processos de independência da América Latina colaboravam para a solidificação de um sentimento de temor: ao mesmo passo em que algumas elites almejavam um processo mais livre de comercialização, temiam pelos caminhos a se trilhar para a realização de tal objetivo, o que colaborou para a diferenciação da conjuntura brasileira em relação às vizinhas de Latinoamérica. De acordo com Lenharo (1979), era notório que alguns membros da nascente burguesia não proprietária almejavam um processo de independência dada à circulação de seus produtos, principalmente no Rio de Janeiro. No entanto, ainda se temia o processo dada à possibilidade de perda de privilégios que isso poderia acarretar. E um temor similar assombrava a ala mais conservadora das elites, que temia diante da possível perda de privilégios e, principalmente, do que essa conjuntura poderia significar para a crescente política da cafeicultura no Vale do Paraíba, como destacado por Neves e Machado (1999).

No entanto, vale ressaltar que:

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente “nacional” viria pela integração de diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder a da “vontade de ser brasileiros”, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se construir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos [...]. A dispersão e fragmentação do poder, somada à fraqueza e instabilidade das classes dominantes, requeria a imagem de um Estado forte que a nova Corte parecia oferecer. (DIAS, 2005, p. 17-18)

Neste sentido, as elites agrárias instaladas no Brasil somavam esforços aos portugueses para a manutenção do *status* vigente, haja vista a temeridade da eclosão de movimentos que viessem destituí-la do poder, tal como ocorrido nas demais nações latino-americanas. “A sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha alternativa [...] a não ser transformar-se em metrópole [...]. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível.” (DIAS, 2005, p. 19).

Ressalte-se, ainda, a preocupação das elites com o imaginário da época, principalmente em virtude da contenção de regionalismos que, na visão dessa elite, poderia causar a desagregação da recém-formada sociedade pós-colonial²¹. Alinhado a este entendimento, de acordo com Neves e Machado (1999), as celebrações que contavam com a presença da corte colaboraram para o fortalecimento do sentimento de pertença e para a ressalva desta enquanto ponto de autoridade na região, assim como também foram importantes para a alteração do estilo de vida dos moradores do Brasil da época, que passaram a seguir, na medida do possível, os ideais que vinham dessa elite recém-chegada. A propósito deste contexto, a terceira obra analisada nesta pesquisa enfatiza, por intermédio da descrição que realiza, esses ritos da Corte no Brasil, caminhando, a *pari passu* com a cultura histórica demasiadamente estética.

Por consequência, a educação passou a atrair a atenção da Corte no Rio de Janeiro graças às suas possibilidades perante a formação do ideário de uma nação. Cientes do potencial que a educação possuía, haja vista a experiência jesuítica²² que, de acordo com Saviani (2007), fora um dos suportes do aparato colonizador, e de sua necessidade diante da realização de um projeto de unificação nacional, “A partir de 1808, a Coroa, marcada pelo pragmatismo característico da Ilustração luso-brasileira, procurou incentivar sobretudo o ensino dos conhecimentos considerados úteis” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 50), desde que estes não fossem a contragosto dos auspícios da coroa e da elite a ela ligada.

Criam-se, pois, as escolas de cirurgia, as aulas de comércio, de escrituração mercantil, de operações cambiais, de guarda-livros, de conhecimentos em línguas estrangeiras, entre

²¹ Essas considerações ficam expressas na análise que Dias (2005) realiza das correspondências entre José Bonifácio e Dom Domingos de Souza Coutinho, em meados de 1813. Nessas correspondências, destaca a autora a insegurança dos mencionados dirigentes em relação à diversidade de formação da população brasileira, composta por brancos, negros livres e escravos, índios, entre outros.

²² De acordo com Saviani (2007), a implementação de uma “pedagogia brasílica” pelos jesuítas, ocorrida na vinda destes para o Brasil em 1549 e indo ao encontro das intenções dos colonizadores, resultou em um processo de aculturação do natural da colônia ao padrão europeu (não sem resistência) que se iniciou pela linguagem e se alastrou de maneira profunda, alterando as tradições e costumes nativos.

outras, no Rio de Janeiro. “[...] foram estabelecidas ainda a Academia de Guarda-marinha e a Academia Militar (1810); na Bahia, uma Aula Militar, um curso de Agricultura e uma cadeira de Química.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 50). Tais mudanças foram decorrentes da necessidade de “[...] formação de quadros para administração e para defesa militar do Reino, cujo a sede se transferira para o Rio de Janeiro [...]”. (SAVIANI, 2007, p. 113).

De acordo com Oliveira (2013) e Boaventura (2009), outras modificações que se relacionavam com o contexto educacional do Período Joanino consistiram na necessidade de confirmação da Mesa de Desembargo do Paço para o preenchimento do cargo de professor; no aumento da quantidade de aulas régias nas províncias, agora acrescidas das disciplinas de ciências naturais e matemática; a implementação de cursos superiores, cujo “Os principais tipos de ensino foram o médico, os cursos jurídicos, seguidos do militar e profissional, das aulas e cursos isolados e das instituições culturais” (BOAVENTURA, 2009, p. 131); na inserção de aulas de música, desenho e pintura, após a chegada da Missão Artística Francesa, em 1816; entre outras²³.

Com o fim da Era Napoleônica e o reestabelecimento da política externa de aproximação com a França, uma nova conjuntura política perpassou a realidade do recém reformulado reino, a começar pela pressão inglesa pelo retorno do rei à metrópole, haja vista os desarranjos políticos pelos quais passava Portugal. No entanto, Dom João optou pela permanência no Brasil e elevação deste à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, mais precisamente em 1815, ano da assinatura do Tratado de Viena, que desestabilizou a organização dos interesses portugueses (tanto relacionados ao Brasil como à metrópole) quando a abolição da escravatura – esteio da produção portuguesa – fora colocada em pauta. Tais discussões foram basilares para aumentar a disparidade de interesses entre portugueses e brasileiros, haja vista que algumas rugas já haviam se tornado evidentes. Estas, foram observadas nos escritos do Visconde de Cairu, obra analisada mais adiante.

²³ Com a derrota de Napoleão e a restauração dos Bourbon, o posicionamento português em relação aos ideais franceses se alterou consideravelmente, haja vista que, por volta de 1816, atracou no Brasil um navio que trazia consigo pintores, músicos e estudiosos franceses: a chamada Missão Artística Francesa. Esta, que somaria os esforços de consolidação de um imaginário social voltado para os interesses da corte por intermédio de composições musicais que ressaltavam o estilo tropical de musicalidade; com a criação da Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, que serviria para a formação de pessoal para os interesses da corte; assim como pelas descrições da fauna, flora e conjuntura social que foram realizadas por alguns viajantes estrangeiros partícipes do mesmo projeto, mas que não se contentaram apenas com o Rio de Janeiro, viajando pelas demais províncias do país. (NEVES e MACHADO, 1999).

Somou-se a essa conjuntura a eclosão de alguns movimentos, caracterizados por Costa (2010) pelo saudosismo diante dos ideais da Revolução Francesa, tal como na insurreição que estourou em Pernambuco em 1817 e a disseminação de lojas maçônicas pelo Brasil. Além disso, a questão da Província Cisplatina também colaborou para que a diversidade de interesses surgisse e se solidificasse perante, destacam Neves e Machado (1999), o crescente aumento de influência das famílias que auxiliavam na resolução do conflito, e que colaboravam para o aumento da produção brasileira nas regiões interioranas. Em contrapartida, ainda de acordo com os mencionados autores, o descontentamento de algumas regiões, tais como em Pernambuco, era crescente, ao passo em que se aumentavam os impostos para o custeio do conflito. Neste mesmo contexto, a conspiração liberal que se iniciava na metrópole acirrou ainda mais as disputas. Assim sendo, tanto na colônia, quanto na metrópole a instabilidade era presente.

Enquanto na metrópole o sentimento que motivava a insurgência era permeado por um sentimento nacionalista e antibritânico, no Brasil, mesmo que impulsionadas pelos ideais liberais, tais movimentos, principalmente no que se refere à Revolta de Pernambuco, ainda eram, de acordo com Costa (2010), mais restritos do que as ideias europeias insurgidas na mesma vertente. Destaca a autora que “Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza.” (COSTA, 2010, p. 32), embora “[...] contribuía para acentuar, de forma mais intensa que em outras regiões, por força do legado da Guerra dos Mascates (1710-1711), a oposição entre naturais do Brasil e de Portugal”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 63).

Finalmente, é preciso não esquecer que a criação do Seminário de Olinda em 1800, modelado na reforma pombalina da Universidade de Coimbra, implantara em Pernambuco uma instituição de ensino única na colônia, capaz de formar toda uma geração, sobretudo de clérigos, afinada com os ideais reformistas que gravitavam em torno de Rodrigo de Sousa Coutinho, e que ganhou, na segunda metade do século XIX, um espaço próprio de sociabilidade com o aparecimento da maçonaria. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 62)

A existência do Seminário colaborou para a formação da “[...] sensibilidade da aristocracia local e a capacidade de articulação das ideias ilustradas, adquirida pela elite intelectual [...]”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 62).

A eclosão da Revolta de Pernambuco colaborou para o arrefecimento do já fragmentado poderio do trono português na metrópole. Nem mesmo a coroação formal e Dom João VI, quando da morte da rainha Maria I, e os privilégios comerciais oferecidos aos produtos

metropolitanos foram suficientes para contentar os ânimos dos insurgentes peninsulares. (NEVES e MACHADO, 1999). Dada à essa conjuntura de insegurança, quando houve a Revolução do Porto, no ano de 1820, em Portugal, resultando no regresso de Dom João VI para a metrópole, as elites privilegiadas pelo estabelecimento da corte no Centro-Sul viram-se apreensivas, sentimento que foi acrescido com algumas revoltas e demonstrações de regionalismos que eclodiram na temporalidade mencionada, tais como, destacados por Sierra e Mariscal, *apud* Dias (2005), os que ocorreram em Pernambuco, na Bahia, do Maranhão e Pará. Neste sentido, as massas populares, incrédulas de uma forma de governo que pudesse findar as problemáticas internas, consideravam o poder real como uma saída.

[...] a Corte e o poder real fascinavam-nos como uma verdadeira atração messiânica; era a esperança de socorro de um bom pai que vem curar as feridas dos filhos. Nem a febre do constitucionalismo chegaria a afetar drasticamente o seu condicionamento político. Também as classes dominantes tenderam a apegar-se à Corte. Atormentados pela falta de perspectiva política e pelo desejo de afirmação diante de facções rivais, chamados em sua vontade pelo nepotismo do príncipe, atraídos por títulos e, sobretudo, ansiosos de assegurar sua autonomia local sob a proteção e sanção do poder central que viria afirmar sua posição em meio à população escrava, ou pior, a turbulência de mestiços que não eram proprietários. (DIAS, 2005, p. 27-28).

Levando tais características em consideração, justifica-se a aproximação das elites brasileiras ao desejo por uma estrutura monárquica de governo em detrimento de uma republicana, seguida pelas demais nações latino-americanas. No entanto, vale ressaltar que a opção não foi perene, posto que, mesmo antes da independência, em 1822, tais elites já renunciavam algumas formas de “lusofobia”²⁴, que “[...] transparece continuamente nos desabafos da imprensa através de todo o século XIX [...]” (DIAS, 2005, p. 31).

As rugas existentes entre brasileiros e portugueses tendeu a aumentar na mesma proporção que se acentuava a crise da metrópole e a exigência pelo reestabelecimento do exclusivismo colonial, quebrado quando da abertura dos portos em 1810, e alavancado após as negociações comerciais entre Brasil e, principalmente, Inglaterra, a partir de 1816. Nem mesmo as exigências do Congresso de Viena, de 1815, puseram fim ao crescimento das negociações estabelecidas pelo jovem membro do Reio Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nesse meio tempo, a crise econômica iniciada na Inglaterra, de acordo com Costa (2010), atingia a Europa

²⁴ Termo adotado por Dias (2005) para se remeter às rugas entre nativos e portugueses no Brasil do século XIX.

em cheio, e “Para os portugueses, no entanto, todos os males pareciam advir da permanência da corte no Brasil e da autonomia concedida à colônia.” (COSTA, 2010, p. 41). Neste contexto, antessala de 1822, panfletos foram disseminados tanto no Brasil quanto em Portugal defendendo ou atacando o pacto colonial entre as nações. “A literatura da época, a despeito da censura, aparecia cheia de denúncias contra as instituições arcaicas.” (COSTA, 2010, p. 43).

Os jornais publicados por portugueses no estrangeiro, especialmente em Londres, clamavam, em primeiro lugar, contra a inversão de papéis, que ocorrera entre Brasil e Portugal, insistindo para que o centro do Império luso-brasileiro voltasse à antiga metrópole, que não podia substituir como simples colônia do Brasil. Os portugueses encontravam-se, como afirmava *O Campeão Português, Amigo do Rei e do Povo*, reduzidos à condição de órfãos, “sem rei e quase sem pátria”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 67)

A eclosão da Revolução do Porto em 1820, de acordo com Costa (2010), evidenciava uma contradição: nomenclaturava-se enquanto liberal, porém buscava o fim das ações liberais implementadas por Dom João VI, principalmente em relação ao Brasil. Nas considerações de Neves e Machado (1999, p. 69), os revolucionários, quando na disseminação do *Manifesto da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa*, buscavam evidenciar que embora o movimento fosse revolucionário, não tinha raízes na Revolução Francesa, “[...] mas pretendiam apenas corrigir as instituições do país segundo as Luzes do século e os princípios do mundo civilizado”.

No Brasil, o impacto do contexto português se disseminava através de ofícios, cartas e notícias que circulavam, o que colaborou para a divisão da Corte em duas tendências: de um lado estavam os que acreditavam na volta de Dom João VI para Portugal como a atitude mais sensata; de outro, os que insistiam na sua permanência no Brasil como uma forma de “[...] preservar o Brasil do contágio das ideias liberais mais radicais, ainda que ao preço de perder-se o trono português na Europa.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 69). Essas discussões se acirraram, principalmente, no Pará, Bahia e Rio de Janeiro, o que exigiu posicionamento da realeza perante as discussões. Nessas circunstâncias, Dom Pedro I, enviado para apaziguar os ânimos, garantiu a permanência da monarquia e da religião católica no Brasil, pontos estes reivindicados pelos movimentos. Tais acontecimentos, ainda em acordo com os autores supramencionados, repercutiram em Portugal, servindo de alicerce para o descrédito na monarquia. Somou-se a isso a aceitação de Dom João VI à futura constituição portuguesa, que fora noticiada tanto no Brasil quanto em Portugal.

Iniciava-se, assim, a circulação de variada literatura política, em ambos os lados do Atlântico, sob a forma de jornais, folhetos e panfletos, que passaram a servir de principais veículos para um intenso debate sobre as ideias liberais e constitucionais, que a nova prática política pretendia inaugurar. E que gerou um clima febril no Rio de Janeiro e Salvador; mas também no Maranhão, no Pará, em Pernambuco, e até em locais de menor expressão. De caráter didático e/ou polêmico, recorrendo com frequência aos diálogos, escritos sob forma de comentários aos fatos recentes, ou de discussões sobre as grandes questões da época, os folhetos e panfletos políticos esforçavam-se por traduzir em linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 71)

Essa nova realidade permitiu a concentração de pessoas que compartilhavam os mesmos ideais em locais escolhidos para a discussão do que era noticiado, assim como ressalta Joaquim Manuel de Macedo na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, quando destaca a existência de cafés, clubes e associações que foram se solidificando em acordo com a preferência por determinado posicionamento de grupos.

A convocação das Cortes de Lisboa com a representação de parlamentares brasileiros não fora suficiente, no entanto, para assegurar a posição que o Brasil havia galgado desde a vinda da família real até a eclosão do movimento do Porto. Nestas condições, em 1821, D. João VI retorna à Portugal com parte da Corte, o que põe fim ao denominado Período Joanino, e deixando em seu lugar, como regente, o filho Pedro I.

A permanência do regente na ausência do pai fora perpassada pelo desfalque dos cofres públicos e pelos ideais separatistas advindos das províncias do norte. As do Sul, por sua vez, apoiavam o imperador, mas não dispuseram de recursos financeiros para solidificar o apoio. Em relação a esse contexto, destacam Neves e Machado (1999, p. 76) que:

Ao contrário do que, em geral, sustenta a historiografia, as Cortes não foram instaladas com o objetivo específico de recolonizar o Brasil. Nos primeiros meses, os regeneradores ignoraram a antiga colônia, porque desconheciam a atitude que dom João VI tomaria diante do Movimento Vintista, temendo a adoção de represálias, com a ajuda da Santa Aliança. A preservação e a recuperação de Portugal, abandonado pela Coroa em 1807, eram os focos prioritários da atenção dos revolucionários.

Posteriormente, ainda predominou por certo tempo uma ideia de equiparação entre a antiga colônia e a metrópole, que tendia a tratar as províncias brasileiras como se fossem unidades independentes entre si por intermédio do apoio às Juntas Governativas, diminuindo o poderio da Corte alocada no Rio de Janeiro em relação às demais províncias. Essa provisão das

Cortes de Lisboa facilitou a solidificação das elites locais à frente das províncias brasileiras, dividindo interesses e enfraquecendo o poder monárquico.

Esse clima de euforia não perdurou por muito tempo. Em fins de dezembro de 1821, de acordo com Neves e Machado (1999), decretos das Cortes exigiam o retorno do príncipe regente à metrópole. Além disso, o resultado das Cortes de Lisboa previa a volta gradativa do exclusivismo colonial, haja vista, de acordo com Costa (2010), a (re)transferência de inúmeras repartições alocadas na colônia para a metrópole, a nomeação de delegados para as províncias e o destacamento de tropas com destino a Pernambuco e Rio de Janeiro. Essas ações, de acordo com Costa (2010), não foram aceitas passivamente no Brasil. Muito pelo contrário, relata autora que “As decisões tomadas pelas Cortes repercutiram no Brasil como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado.” (COSTA, 2010, p. 47), que culminara, de acordo com Neves e Machado (1999), no envio de tropas portuguesas para o Brasil e no estopim de conflitos diplomáticos que renderam páginas e páginas às imprensas metropolitanas e brasílicas e, também, às obras do Visconde de Cairu, como será analisado mais à frente.

No Brasil, estavam em jogo os interesses de diversas camadas que alçaram espaço na hierarquia social graças à vinda e permanência da Corte desde 1808 até o momento de retirada de parte dela rumo à Portugal. “Eram juristas, burocratas, clérigos, escritores, artistas e educadores que veriam suas carreiras comprometidas, caso se extinguisse a regência de dom Pedro.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 82). Ressalta-se ainda que a permanência da monarquia representava, para as elites, a possibilidade de manutenção da escravatura, foco da força de trabalho do período e sustentáculo da produção brasileira.

Essa conjuntura refletiu na ação do príncipe regente em permanecer no Brasil, seja pela manutenção da possibilidade de união entre Brasil e Portugal, seja pela pressão pela sua permanência para a salvaguarda da “ordem” vigente. De acordo com Costa (2010, p. 49), “A tensão entre a colônia e metrópole agravou-se depois do ‘fico’. O príncipe procurou apoio entre os homens de prestígio do país e de reconhecida fidelidade à Monarquia.”. Além disso, buscou-se a alternativa de manutenção de duas coroas no período antecedente à independência, o que, no entanto, não logrou sucesso dada a questão do livre comércio, que era requerido pelo Brasil e rechaçado por Portugal. Nesta conjuntura:

Três partidos disputavam a liderança dos acontecimentos. Um partido predominantemente português, composto na maioria por comerciantes ansiosos por restabelecer antigos privilégios [...]. Estavam decididos a defender a política das cortes [...]. O segundo compunha-se de brasileiros e

portugueses recrutados entre as categorias dominantes, os mais poderosos em posses e empregos de representação [...] acabariam por aceitar a ideia de ruptura com Portugal [...]. Finalmente, o Partido Republicano, igualmente interessado na Independência, composto na sua maioria por elementos de tendências radicais e democratas, ligados a atividades urbanas [...]. (COSTA, 2010, p. 50-51)

A opção foi pela via de centro: uma ruptura com Portugal que, no entanto, não estancaria a comercialização entre as duas nações. De acordo com Costa (2010), até mesmo as alas mais radicais apostaram nessa via para a manutenção da comercialização brasileira sem completo prejuízo das atividades empreendidas entre ambas as nações. Ainda assim, as tensões em âmbito interno resistiram, havendo movimentos que ainda clamavam pelo reestabelecimento da Coroa, na figura de Dom João VI, como regente do Brasil. Esses só foram solapados com a incursão do exército pacificador instituído por José Bonifácio e dirigido por Pedro Labatut. (COSTA, 2010).

A questão interna, neste período, residia na formação da Constituinte, que embora representasse um ato de desligamento de Portugal, ainda trazia em seu texto e na figura do dirigente convocador as raízes portuguesas, assim como se promulgava longe da incidência das luzes por ter excluído, tanto da formulação quanto do acesso ao voto, a maior parte da população brasileira. Ao mesmo passo, José Bonifácio, um dos nomes do processo de Independência, se movimentava articulando alianças com algumas nações latino-americanas, tais como a Argentina – uma das mais reconhecidas nações independentes dada à comercialização deveras intensiva –, assim como fazia com países europeus, tais como a Áustria (às custas da princesa Leopoldina), líder da Santa Aliança, e com a Inglaterra, que detinha grande parcela de força quando no reconhecimento da independência das colônias.

Com essa articulação, ficara impossível a Portugal manter a situação de dependência do Brasil, o que se demonstrou de maneira aberta com a Proclamação da Independência em setembro de 1822. Ainda assim, a composição social era desigual, distinta e não compactuava dos mesmos interesses, de modo que lhe faltava “Coesão de uma identidade nacional, que o período colonial não fora capaz de criar, a fim de canalizar, [...], um projeto comum, impossível de realizar na ausência de uma cultura letrada generalizada.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 184).

Assim sendo, ressalta-se a importância da cultura escrita em tal período, posto que um dos mecanismos de coesão, como destacado anteriormente, estava a cargo destes suportes. Neste sentido, compreender a formação da intelectualidade que crivava tais palavras torna-se

basilar para que se entenda, nas premissas de Rösen, as intencionalidades circundantes e as formas de apresentação destas no cotidiano social.

3.2 Da Independência às Regências

Após a independência do Brasil, de acordo com Costa (2010), a diferença entre os grupos políticos radicais e conservadores tornou-se mais complexa e incidente, fato que levou à constituição de ministérios arraigados de figuras políticas ligadas às oligarquias, que “Cônscios da distância que os separava da grande maioria da população, empenhavam-se em manter a ordem e em limitar as tendências democratizantes.” (COSTA, 2010, p. 59-60), assim como em manter distantes as intencionalidades que destoavam de seus interesses.

De acordo com Costa (2010, p. 61), “A elite de letrados, falando em nome das categorias socialmente dominantes, seria porta-voz de uma ideologia liberal que mascarava as contradições do sistema.”, sendo estes, para Neves e Machado (1999, p. 85), “[...] os coimbrãos, em geral mais maduros que os cosmopolitas, com passagem pela Universidade de Coimbra (daí o nome que os caracterizava) e larga experiência na vida pública no Império luso-brasileiro”, e que tinham suas representações na figura, principalmente, de José Bonifácio, personalidade amplamente estudada por Araújo (2008)²⁵. Por outro lado, os brasilienses, representados por Joaquim Gonçalves Ledo, eram mais novos e formados diante de uma Corte alocada no Brasil, sendo, portanto, mais idealizadores da realidade brasileira, embora ainda familiarizados com os ideais portugueses de formação cultural. Embora a questão do nascimento, como destacado por Araújo (2008), não seja prevalente quando se trata de consolidar o sentimento de pertença do sujeito, não ter a educação formal no exterior, infere-se, pode ter surtido influência na maneira como esses sujeitos percebiam e despertavam o sentimento de nacionalidade.

Para solidificar a recém galgada independência, importante fora o papel das manifestações cívicas em virtude da aclamação do Imperador, o que, no entanto, não fora suficiente para que este caísse no gosto da imprensa, que, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 86), em alguns casos, chegou a tecer comentários deveras ácidos ao posto máximo do Brasil, “[...] chegando a *Gazeta do Rio* de 15 de outubro a afirmar que o Defensor Perpétuo do

²⁵ De acordo com o autor, Bonifácio, em seus escritos, teria trilhado tanto o caminho da geração coimbreense quanto o da geração que via na escrita de uma história do Brasil potencialidades, como citado em momentos anteriores.

Brasil preenchia o ‘sublinhado emprego de imperador constitucional’”. Nessa conjuntura, ainda em acordo com os autores mencionados, coube aos intelectuais coimbrãos reagir por intermédio de um decreto que definia Dom Pedro I como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Essa atitude fora a abre-alas para as decisões posteriores do imperador, que,

Em seguida, [...], após se deixar cortejar pelos brasilienses, voltou a aproximar-se dos coimbrãos, emprestando autoridade a José Bonifácio para, alegando a presença de perturbadores da tranquilidade e da ordem pública, abrir uma devassa, que desarticulou o grupo brasiliense, com o fechamento de jornais, prisões e deportações, sob a acusação de demagogos, anarquistas e republicanos. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 86)

Na obra do Padre Perereca, que terá análise descrita mais a frente, houve a preocupação nos escritos em se criar uma imagem paternalista do Defensor Perpétuo do Brasil. Após a coroação, Dom Pedro instaurou a Ordem do Cruzeiro, mecanismo, de acordo com os autores mencionados acima, para a concessão de privilégios de nobreza, ligada aos cargos públicos, honraria semelhante à instaurada na corte de Napoleão. Além disso, o governo recém instaurado se aproximava do absolutismo do Antigo Regime na medida em que cerceava a liberdade de imprensa, que fora novamente colocada em discussão com um decreto de 1823, que primava para que esta fosse restaurada no Brasil. Ao mesmo passo, o imperador destinava tempo para a publicação de escritos de sua autoria em jornais e periódicos, assim como respondia por intermédio destas às críticas que recebia pelo mesmo canal, contraponto duas faces distintas de sua própria figura: uma absolutista, haja vista a repressão aos brasilienses; outra, no entanto, ilustrada, dada a parca abertura permitida em alguns dos periódicos que o monarca destinava atenção.

Vale ainda ressaltar que era conhecida a realidade de que nem todas as províncias continuariam fiéis ao imperador – haja vista os conflitos antecedentes nas regiões do Piauí, Maranhão, Bahia e Pará –, o que servia de suporte para a existência de correntes contrárias e favoráveis à figura do imperador e à manutenção da monarquia. Além disso, fazia-se necessário o reconhecimento da independência por parte das nações estrangeiras, o que somente seria solidificado com a elaboração de uma Constituinte. Assim sendo,

O começo dos trabalhos contou, assim, com apenas 52 deputados, dentre os noventa que efetivamente viriam a tomar o assento. Em sua essência, esses indivíduos representavam as elites política e intelectual do novo Império em construção. Mais da metade – 49 deputados – formaram-se em Coimbra e/ou

tinha suas raízes na burocracia deixada por dom João. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 90)

Essa conjuntura colaborou para aumentar as disputas entre o imperador e sua oposição, composta por alas mais liberais em detrimento das menos reivindicativas. O conflito girava, de acordo com os autores mencionados acima, em torno da ala coimbreense em oposição à brasiliense. “A oposição liberal mostrava-se implacável nos ataques contra o imperador. Criticava o seu favoritismo em relação aos portugueses, condenava a inexistência de liberdade de imprensa e protestava contra a prisão de políticos dissidentes.” (COSTA, 2010, p. 141). A situação se agravou com a discussão do direito de veto por parte do monarca, o que para os liberais significava algo que deveria ser reduzido. Diante dessas contraposições:

O calor dos debates na Assembleia transpareceu nos jornais, cuja opinião fora silenciada desde os acontecimentos do final de 1822, e que então se multiplicaram. De um lado, José Bonifácio e os demais Andradas, seus irmãos, fundaram *O Tamoio*, erguendo a bandeira da oposição não só contra os democratas, mas também contra aqueles que se mostravam favoráveis a um poder autoritário [...]. *A Sentinela da Liberdade à Beira-mar da Praia Grande* carregava nas tintas contra os oficiais portugueses integrantes do Exército Brasileiro. De outro lado, o *Correio do Rio de Janeiro*, *O Espelho* e o *Diário do Governo* criticavam os anteriores [...] e defendiam o pleno poder do imperador. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 92)

As obras escritas por Padre Perereca e Cairu também versavam sobre a figura do imperador. No campo cultural do pós-independência, a composição de hinos, bandeiras, cantigas e demais elementos representativos fora circunstancial para a solidificação do imaginário social da nação. Era necessária também, de acordo com Carvalho (2020), a homogeneidade da elite, o que se faria por intermédio da educação. Somou-se a isso, de acordo com Neves e Machado (1999), a constante troca de nomes de cidadãos brasileiros como uma das formas de se ressaltar a brasilidade. A preferência se dava, em acordo com os autores mencionados, mediante a agregação de termos indígenas, de elementos da fauna e flora nacionais, assim como de estruturas políticas importantes que haviam despontado no período. Ainda assim, “Como apontou Capistrano de Abreu magistralmente, o Brasil, no início do século XIX, não passava de uma coleção de cinco regiões etnograficamente distintas, em que apenas a língua e religião comum atuavam no sentido de uma aproximação.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 97).

Uma das formas de se contornar essa disparidade e de aproximar essas regiões seria por intermédio da escrita de uma história do Brasil que tivesse como característica não rechaçar por completo a herança portuguesa, mas destacar as potencialidades do Brasil enquanto uma nação, no sentido estrito da palavra. Para tanto, de acordo com Araújo (2008), essa escrita viria permeada de elementos que destacassem o Brasil enquanto foco da narrativa, e não de maneira agregada à Portugal ou para atender apenas aos interesses da Coroa Portuguesa. A ideia que nortearia esses escritos seria a de identificar uma tipologia que tivessem a centralidade da história do Brasil para além dos feitos portugueses, embora ela tivesse início na “descoberta” de Cabral. Talvez por isso, as narrativas escritas no pós-independência tenham características de *topoi* exemplar e epicentro nos grandes feitos no Brasil, em seus “sucessos políticos”, como no caso da obra de Cairu.

Ao lado dos portugueses, essa onda identitária de cunho brásílico era vista com maus olhos e, inclusive, rechaçada mediante as publicações no *O Espreitor Constitucional*, como mencionado por Neves e Machado (1999). Esse cenário de disputas, composto pela distonia entre portugueses e brasilienses, se acirrou conforme os portugueses permaneceram em cargos de destaque e na corte. Infere-se que a interpretação desse contexto denotou em uma ideia de que isso favorecia a perpetuação de um governo autoritário e centralizador. Os portugueses passaram a ser vistos com mais desconfiança pelos brasileiros, que passaram a considerá-los como ameaças. “Ameaça que servia para criar, a partir da aversão e do desprezo, uma noção de identidade” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 100) fundamentada na lusofobia e na adoção de características que ressaltavam a brasilidade como de importância para afirmar essa posição.

Em meio a estes acontecimentos, em maio de 1824 os Estados Unidos reconheciam a independência do Brasil, fato este ainda pendente em relação às demais nações estrangeiras. Mediado pela influência inglesa, em 1825, Dom João VI faz o mesmo, sendo este ato procedido pela da Inglaterra, da Áustria, França, Santa Sé, entre outros. A missão, então, voltou-se para a conquista e manutenção da unidade territorial como uma das formas de consolidar a independência em relação à Portugal, ao mesmo passo em que se fazia necessário criar uma identidade à recém-criada nação e solidificar o poder monárquico. Isso porque ainda em meados de 1823 as províncias no Norte (Maranhão, Piauí, Pará e Ceará) e a Cisplatina permaneciam fiéis às Cortes de Lisboa, o que, conseqüentemente, desagregava o ideário de nação e enfraquecia o poder do imperador. A unidade fora garantida através de conflitos diretos e da sobrepujança das forças imperiais.

No entanto, o ato não garantiu a supremacia de poder das forças monárquicas, o que levou o imperador à dissolução da Assembleia Constituinte em 1823, e na outorga da Constituição em 1824. Esta, por sua vez, excluía da vida política a maior parte das pessoas que residiam no Brasil, e, de acordo Costa (2010) e Neves e Machado (1999), representava os ideais de uma diminuta elite ilustrada. Contraposições à essa elite, destacam Neves e Machado (1999), puderam ser observadas nas publicações de *O Tamoio*, do *Sentinela da Liberdade* e do *Typhis Pernambucano*, principalmente.

Além disso, os poderes de alguns senadores foram aumentados, chegando a consolidá-los no poder por muitos anos, ininterruptos. Essa conjuntura colaborou para que esses sujeitos construíssem uma espécie de clientela para si, posto que, de acordo com Costa (2010, p. 142), “O apoio desses homens era decisivo para obter-se um empréstimo bancário, um posto na burocracia, uma pensão no governo, a aprovação de uma empresa ou companhia por ações, ou para o êxito numa carreira política.”. Abaixo desses, na hierarquia clientelista do império, estavam os deputados, que também gozavam de privilégios e os destinavam aos mais próximos de acordo com seus interesses. Levando essa conjuntura em consideração, Bittencourt (1993), afirma que era relativamente comum os escritores de manuais didáticos, já no Segundo Reinado, os fazerem de acordo com a benção desses sujeitos.

Nem mesmo com a reconvocação da assembleia em 1826 a situação de desavença entre os grupos influentes no Brasil fora dissolvida. De acordo com Castro (2010, p. 147)

A organização do sistema educacional, a legislação agrária, a abolição do tráfico de escravos, a liberdade de imprensa, a naturalização de estrangeiros, o recrutamento militar, a liberdade de culto, a organização de conselhos, provinciais e municipais, a composição do poder judicial: estes eram alguns dos pontos que dividiam os representantes em dois grupos opostos, um liberal e outro conservador.

Embora a Constituição abrisse espaço para as discussões advindas da Assembleia Geral, o imperador possuía poderes múltiplos, conferidos a ele pela existência do poder Moderador. Nessa conjuntura, duas formas de soberania vinham à tona e se solidificavam: uma de caráter tradicional, conservador, originária da via dinástica; e outra de cunho liberal, composta pela participação (embora representativa) de alguns membros da população nas Assembleias. Assim sendo, “[...] iniciados os trabalhos da primeira legislatura, em 1826, a Câmara, apoiada pela imprensa, passou a medir forças com o executivo.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 110). Isso

porque enquanto o Senado era formado por pessoas de confiança do imperador, a maioria do grupo coimbrão, a Câmara, por sua vez, fora composta por herdeiros do grupo brasileiro.

Um dos principais pontos de discussão dessas duas alas, de acordo com os autores supramencionados, era a educação. Isso porque:

Em primeiro lugar, destinava-se a fornecer ao Estado os quadros administrativos necessários. Para a maioria, o alvo mais importante era o ensino superior, com a aprovação da criação de dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um, em São Paulo, e o outro em Olinda, pela lei 11 de agosto de 1827. Em segundo, a educação devia voltar-se para toda a população, através da criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas e lugares mais populosos do Império (Lei de 15 de outubro de 1827). (NEVES e MACHADO, 1999, p. 111-112)

Nessa atribulada conjuntura brasileira e diante da morte de Dom João VI, Dom Pedro I, em 1826, se viu obrigado a abdicar do seu trono em Portugal em nome da filha, Maria da Glória. No entanto, com o golpe empreendido por seu irmão, Dom Miguel, o absolutismo fora restaurado em Portugal, o que, de acordo com Neves e Machado (1999), colaborou para expulsão de brasileiros que estudavam na Universidade de Coimbra – que foram taxados de rebeldes –, acrescentando ainda mais o sentimento antilusitano em solo brasileiro.

Somou-se à essa atribulada conjuntura as dificuldades financeiras ocasionadas pelo conflito Cisplatino e pela desvalorização da moeda nacional se comparada à libra-esterlina. O tratado com a Inglaterra, estabelecido em meados de 1827, agravou a crise interna, terminando na falência do Banco do Brasil em 1829.

No campo político, a crise se agravava, de acordo com Morel (2003), perante as disputas entre o Legislativo e poder moderador. Também no campo econômico a situação do Brasil não era estável: aumento da inflação dada a abertura econômica às nações europeias nos moldes estabelecidos em 1810 para a Inglaterra, emissão de dinheiro sem lastro e os crescentes empréstimos colaboravam para crescer o ambiente de desconfiança perante as atitudes do imperador. A exigência inglesa pelo fim da escravatura e a pressão dos latifundiários pela manutenção inflamavam a situação, assim como a perda da Província Cisplatina. Somou-se à essa conjuntura as Jornadas de Julho na França, responsáveis pela deposição de Carlos X como uma possível reanimação da centelha revolucionária. Sobre esse acontecimento, relata Morel (2003, p. 16) que:

A mudança de referências no Brasil foi instantânea. A França passou a ser designada pela mesma posição liberal como pátria das Luzes, da civilização, e exemplo de liberdade para o mundo. A assimilação Carlos X Pedro I foi imediata. Nas cidades brasileiras ocorreram festejos pela queda do monarca... francês, com alusões pouco sutis ao imperador do Brasil. A oposição subia de tom.

A imprensa oposicionista brasileira, de acordo com o autor supramencionado, ganhava evidência, haja vista, de acordo com Neves e Machado (1999), a aprovação de um dispositivo que regulamentava a liberdade de imprensa, assim como os grupos de oposição ao monarca. Além disso, conflitos começaram a eclodir no Rio de Janeiro, opondo monarquistas e republicanos, portugueses e brasileiros. A chamada *Noite das Garrafadas* e o conflito de *Mata Morotos* foram exemplos desses antagonismos, sendo o último protagonizado por Cipriano Barata, redator do *Sentinela da Liberdade*.

Nessa conjuntura atribulada, Dom Pedro I abdicou ao trono brasileiro em nome de seu filho, que na época tinha apenas cinco anos de idade, e rumou a Portugal, onde, de acordo com Neves e Machado (1999), destituiria o usurpador Dom Miguel e restauraria a filha no trono. Embora a criança regente não pudesse assumir com plenos poderes, “Após o 7 de abril, a elite política não hesitava no rumo a seguir, pois o monarca continuava a representar o principal símbolo da unidade e da ordem, que ela prezava acima de tudo.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 121). A manutenção do monarca no poder era uma postura tomada, inclusive, por um dos autores de obras analisados nessa pesquisa e que fora partícipe ativo do processo de independência de parte da América Latina. Com a experiência ganha na vizinhança, José Ignácio de Abre e Lima também apostava nesse viés.

Dada a menoridade de Dom Pedro II, o Brasil fora conduzido, de 1831 a 1840, por regentes nomeados, os quais, inicialmente, de acordo com Costa (2010), seguiram uma perspectiva liberal mais autêntica, mas que aos poucos se alterou dada à realidade brasileira do período, permeada pela manutenção da escravidão e solapada pela concentração de poderes. Na perspectiva de Neves e Machado (1999, p. 122), “Após o 7 de abril, a antiga oposição entre coimbrãos e brasilienses, do Primeiro Reinado, desdobrou-se em um espectro mais amplo”, alocando os caramurus na ala conservadora, em substituição aos coimbrãos, enquanto na outra ala se alocavam os progressistas, reformistas e/ou democratas, compostos pelos anteriormente denominados por brasilienses. Ao centro, encontravam-se os mais moderados.

De acordo com Carvalho (2012, p. 19), “O período compreendido entre 1830 e 1889 foi para o Brasil, como para toda a América hispânica, a continuação do longo e doloroso parto de

seus respectivos Estados-nação iniciado na primeira década do século”. Neste período, a concentração do eixo decisório político-econômico no município neutro facilitou à “forja do Estado” a tarefa de moldar uma identidade nacional e de unificar o país. Ainda em acordo com Carvalho (2012), o período de duração das regências pode ser dividido em dois, sendo o primeiro caracterizado pelas ações do liberalismo moderado e tendo perdurado entre 1831 e 1837, e o segundo, de vertente mais conservadora, abrangendo o período entre 1837 e 1840.

Os anos que seguiram à abdicação foram movimentados no que se refere às reivindicações por parte da população e das elites locais. De acordo com Neves e Machado (1999), a Setembrada e a Novembrada, ocorridas no Recife em 1831, a Abrilada, de 1832, as Carneiradas, de 1834 e 1835, a Guerra dos Cabanos, em 1832, e os movimentos que eclodiram no Ceará, demonstravam a instabilidade política e social perpassada no período entre impérios.

Neste sentido, de acordo com Costa (2010), vários dos liberais autênticos foram, aos poucos, mudando suas opiniões e as associando aos ideais mais conservadores, tal como ocorrido com Evaristo Veiga no teor das modificações no jornal *A Aurora Fluminense*, de sua posse na época²⁶. “Fechar o abismo da revolução e parar o carro revolucionário. Essas duas frases de Bernardo Pereira de Vasconcelos [...] sintetizam uma preocupação que se repetia em discursos e clamores.” (MOREL, 2003, p. 20). Essa mudança de perspectiva identificada em Evaristo Veiga também o fora em outros políticos de orientação mais radical. Sobre Veiga, Joaquim Manuel de Macedo menciona, na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, que “Em 1828 fez-se redator da *Aurora Fluminense* (e sem pedir licença a chefe político algum!!!) [...] Com a *Aurora Fluminense* criou o partido *liberal-monarquista* no Brasil.” (MACEDO, 2005, p. 117)²⁷.

Até o 7 de abril, o jornal *Aurora Fluminense*, redigido por Evaristo Veiga se abstinha de pregar uma revolução. Mas, com a destituição do imperador, em suas páginas começou a se entrever a revolução, não sem surpresa, aliás. A comparação com o exemplo francês (as Três Jornadas de Julho de 1830) era o mote: “A nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar os três dias de Paris. Os atos de desinteresse e de generosidade, tão admirados na França,

²⁶ Nesta pesquisa, o autor destina esforços na análise das notícias veiculadas no mencionado periódico e que foram se alterando conforme Veiga tendia à orientação conservadora. Mesmo fazendo ferrenha oposição ao imperador, Veiga inclina seus interesses em defesa do conservadorismo à medida em que se aprofunda na realidade brasileira da época, que necessitava da manutenção de ideais antiliberais, caso às elites dominantes fosse preterido manter seus privilégios.

²⁷ A edição faz parte de uma série de livros que fora recuperado dos folhetins dos jornais. Esta passagem fora publicada no *Jornal do Comércio*.

foram reproduzidos aqui, e se entrarão até entre as pessoas da mais infeliz posição social.” (MOREL, 2003, p. 21)

Vale ressaltar que, ainda de acordo com o autor supramencionado, omitia-se do panorama social as revoltas interligadas à população pobre. No polo contrário, mais precisamente em *O Caramuru*, os restauradores, segundo Morel (2003), recusavam o movimento de antagonismo ao imperador, desacreditavam a “revolução” e propunham práticas de restauração à Constituição.

A fiel oposição protagonizada pelos liberais de ala mais radical, de acordo com Costa (2010), deu continuidade aos seus ideais por intermédio da imprensa. Como exemplo, a autora cita o jornal *Nova Luz Brasileira*, um dos protagonistas dos ideais liberais do período, assim como o *Jurujuba dos Farroupilhas* e no *Matraca dos Farroupilhas*. Nestes era possível, segundo a supramencionada autora, identificar a oposição ao posicionamento dos regentes pela ala mais conservadora do liberalismo. Além disso, em tais periódicos se incitava a população e os militares a se posicionarem contra a manutenção da estrutura conservadora. Essa perspectiva também era observada, de acordo com Morel (2003), no *Sentinela da Liberdade*, de Cipriano Barata, para o qual não houvera revolução alguma.

No que tange às regências, esse período da história brasileira ficou, nas palavras de Morel (196, p.7), fixado “[..] nas penas dos historiadores monarquistas do século XIX [..]” como caótico e turbulento dadas às alternâncias de poder entre as regências e pelos movimentos que eclodiram no Brasil. Carvalho (2012, p. 87) destaca que “Alguns historiadores apropriadamente consideram essa fase de vida brasileira como uma experiência republicana”. De início, tentando conter os ânimos frente a tênue linha de manutenção dos rumos do império, a regência trina provisória anistiou presos políticos, mas, ao mesmo tempo, proibiu ajuntamentos públicos na capital, encarceraram Cipriano Barata, enfrentaram conflitos na Bahia e no Pará, entre outros feitos (MOREL, 2003). Além disso, de acordo com Carvalho (2012), a proibição do tráfico de escravos em 1831 também foi uma marcante característica da trina provisória. Essa gestão, menciona o autor, terminou por marcar uma certa vitória da ala moderada em relação à liberal exaltada e à monarquista necessariamente dita.

Com a eleição da trina permanente, fora prevista uma reforma na Constituição que predizia que, de acordo com Morel (2003, p. 28):

- O Império se tornaria uma monarquia federativa
- O poder Moderador seria extinto

- Os senadores seriam eletivos e temporários
- As eleições parlamentares seriam bienais
- O Conselho de Estado seria extinto

De acordo com Carvalho (2012), uma das medidas iniciais fora rever a Carta Constitucional outorgada pelo imperador, principalmente no que se referia a concessão de assembleias e proventos às províncias, dando-lhes mais autonomia, assim como na retirada do poder de dissolução da Câmara por parte da regência. O senado, de acordo com o supramencionado autor, barrou tais reformas antes da eleição de Feijó para a regência una, eleição esta, de acordo com Carvalho (2012), marcada pela eleição popular e pela “[...] vitória dos moderados sobre exaltados e caramurus.”²⁸ (CARVALHO, 2012, p. 90).

No que tange à regência de Feijó, a criação da Guarda Nacional, as modificações no Código de Processo Criminal, o Ato Adicional de 1834 e os crescentes conflitos entre as elites, assim como entre o regente e a Igreja, foram balizas que levaram a sua renúncia em 1837, marcando a chegada de Araújo Lima, o marquês de Olinda, ao poder e a ação regressista da conjuntura que se consolidara com Feijó. Isso porque “[...] a mão de ferro do Estado centralizador e autoritário vai retendo o controle da situação abalada, o poder político dos grandes proprietários de terras e escravos se acentua.” (MOREL, 2003, p. 31). Com a morte de Dom Pedro I, os restauradores, aos poucos, perdiam suas bandeiras ao passo que os exaltados ganhavam suporte para a continuidade desse processo de intento revolucionário.

Ressalta-se ainda a embrionária formação de partidos políticos mais delineados, que, de acordo com Morel (2003, p. 32) “[...] constituía-se em formas de agrupamentos em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade [...]”, tal como menciona Macedo (2005, p. 123)

Em política o *Hotel da Europa* é sempre do partido do freguês ou do hóspede que lhe chega; é sempre e ao mesmo tempo de todos os partidos, e em suas salas os liberais e os conservadores têm dado banquetes políticos, fazendo ecoar nelas os *brindes* e os *vivas* mais opostos. Entretanto, é aos liberais que o *Hotel da Europa* tem mais servido, aliás sem preferência política.

E prossegue o autor:

²⁸ Caramurus também era uma das formas de se referir aos monarquistas no período imperial.

Despedindo-se do *Hotel da Europa* foi esse *clube* florescer nos pavimentos superiores da casa nº... da *rua dos Ourives*, onde muito deveu à solicitude e à dedicação do benemérito liberal e ilustre cidadão Dr. Manuel de Melo Franco, um dos membros da sua comissão administrativa.

Da *rua dos Ourives* passou-se o *Clube da Reforma* para a casa nº... da *rua Sete de Setembro*, e aí se acha e se mantém com o caráter de quartel-general do partido liberal do Império (MACEDO, 2005, p. 124)

Além dessas características destacadas pelo historiador de ofício, destaca Morel (2003) que estavam entre os porta-vozes dos exaltados os periódicos *Sentinela da Liberdade*, *Nova Luz Brasileira*, *O Republico*, entre outros.

No que tange aos adeptos do partido moderado, estes, de acordo com Morel (2003), foram de maior influência no aparato político do período regencial, e se expressavam nos periódicos *Aurora Fluminense*, *Astréa*, *O Sete de Abril*, *O Censor Brasileiro*, entre outros. Além disso, o supramencionado autor aponta que tais políticos possuíam na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional uma de suas associações mais profícuas. Tal associação fora mencionada por Macedo (2005) na obra *Memória da Rua do Ouvidor*.

Além desses grupos, também os restauradores buscavam expressão e espaço na sociedade regencial, conclamando um certo patriotismo português e negando a independência de 1822, assim como articulando-se para a restauração completa da monarquia no período pós-regencial. Se pronunciavam, de acordo com Morel (2003), através da Sociedade Conservadora, depois chamada de Sociedade Militar, e pelos periódicos *O Caramuru*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Carijó*.

Nessa atribulada conjuntura política, social e ideológica, fora aprovado, em 1834, o Ato Adicional à Constituição, que conservava o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado, mas abolia o Conselho de Estado; criava-se o Município Neutro no Rio de Janeiro; ampliava-se o poder das assembleias provinciais; e, por fim, convertia-se a regência trina em una, como forma de centralizar o poder (NEVES e MACHADO, 1999). Fora nessa conjuntura atribulada que Pedro Araújo Lima tornou-se regente, assumindo o lugar de Feijó, que havia abdicado. Esse movimento marcou uma iniciativa mais conservadora da regência.

De acordo com Carvalho (2012), o regresso conservador contou com a colaboração de membros da elite formada em Coimbra, tais como Bernardo Pereira de Vasconcelos. Representados nos grandes proprietários de terra, produtores de açúcar e café, esses apoiadores da nova regência formariam o futuro Partido Conservador, cuja filosofia fora elaborada pelo sujeito supramencionado.

Compunham a sociedade imperial altos funcionários da administração, oficiais, alto clero, grandes negociantes e proprietários, assim como lojistas, artesãos, profissionais liberais, marinheiros, pescadores, entre outros, demonstrando que as demandas sociais do império não eram únicas e que a massa social era, na verdade, heterogênea. Diante dessas características, destaca Morel (2003, p. 49), que, “Portanto, o ambiente cultural transformou-se com a abdicação de d. Pedro I, representando ampliação e diversificação na esfera pública cultural e literária.”. Sobre isso, o autor destaca ainda que:

Veja-se o caso do livreiro e editor francês Pierre Plancher: não vacilou diante da queda de seu protetor e, mostrando maleabilidade, mudou o nome de seu negócio para Tipografia Constitucional de Seignot-Plancher, abandonando em boa hora o título de Tipografia Imperial que recebera. Passa então a acompanhar as tendências do momento, transformando-se em linhas editoriais. Publica uma série de obras relativas às novas formas de sociabilidade, como *Constituição do povo maçônico* (1832) e os *Annaes maçônicos fluminenses* (1832), e imprime também os *Estatutos da Sociedade de Educação Liberal* (1833) (MOREL, 2003, p. 49)

Outro ponto destacado pelo autor foi a disseminação de romances em periódicos nacionais, movimento do qual Joaquim Manuel de Macedo, um dos historiadores de ofício e escritor de manuais didáticos fez parte, posteriormente. Interligada com a premissa de formação identitária do Brasil pós-independência, tais periódicos podem elucidar a tentativa dos dirigentes em formar um povo de “índole pacífica”, como afirma Morel (2003).

Somou-se a isso a intencionalidade de Araújo Lima de reestabelecer a centralidade política e ideológica quando em sua regência. Destacam-se nesse período, de acordo com Neves e Machado (1999), as reformulações do Ato Adicional de 1834 e do Código de Processo Criminal de 1832. Vale ressaltar ainda a conversão do Seminário de São Joaquim em Imperial Colégio de Pedro II, em meados de 1837/38. “Na instituição seria formada a maior parte da elite do Segundo Reinado.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 135). De importância, ainda, se fez a atuação de disseminar imagens do imperador menino por todas as províncias, assim como também se intencionava com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, de acordo com os autores supramencionados, tinha a finalidade de despertar a memória da nação em relação às suas particularidades, assim como de fornecer meios para a solidificação identitária do povo, em torno do ideal de império.

Uma das maneiras de se moldar essa tipologia de identidade vinha esboçada nas páginas dos periódicos disseminados no período, e que tratavam de maneira ríspida os levantes

anteriormente mencionados, em busca, considera-se, de formar opiniões coniventes com as propagadas pelos regentes acerca do mal ver de tais movimentos, assim como o faziam frente aos ideais separatistas advindos de alguns deles. Nota-se, de acordo com Morel (2003), que tais intencionalidades foram identificadas tanto entre a ala exaltada dos liberais, quanto entre os restauradores, de modo que mesmo após os anos de 1830 ainda não se havia definido por completa a identidade nacional.

A ideia era fortalecer a figura do imperador, ainda que menino, em prol da unificação do poder e da manutenção da posição de destaque das elites. Coadunando com essa intencionalidade e favorecendo a situação da classe que se mantinha no poder, a valorização do café brasileiro no exterior e, de acordo com Neves e Machado (1999), o fato desse produto ter no Rio de Janeiro o seu principal ponto de escoamento, serviu de suporte para o fortalecimento da centralidade do então Município Neutro. Além disso, destacam os autores supramencionados que também o crescimento do próprio imperador chamava atenção dessas elites conflituosas, haja vista que vinham nele a possibilidade de unificar as províncias e estabelecer meios de contenção aos levantes que sacudiram o período regencial, pois, nesta temporalidade, as elites “[...] passaram a temer mais a desordem do que o poder central” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 137).

A existência dos conflitos constantes em um curto período, o medo das revoltas e da possibilidade de um levante popular (seja este forjado por escravos ou libertos, por pobres ou proprietários de ala mais exaltada) levou os dirigentes, os homens de poder, a antecipar a maioria de Dom Pedro II, sem que esta, de acordo com Morel (2003), fosse votada no Legislativo, o que levou a manobra a ser nomenclaturada com o Golpe da Maioridade.

3.3 O Segundo Reinado

Embora nomeado imperador, de acordo com Neves e Machado (1999, p.140), o monarca não poderia, por si só, “[...] declarar guerra, negociar com países estrangeiros, nomear senadores, convocar ou dissolver a Câmara, aprovar ou suspender as resoluções das Assembleias provinciais, sem que os conselheiros avaliassem a sua decisão.” Era um monarca nos moldes ingleses: reinava, porém com restrição de governança. Assim sendo, o Segundo Reinado fora marcado pela presença um monarca ladeado por uma elite dividida, que repartia com ele as decisões acerca da nação. Perante essa conjuntura, consolidou-se a forte presença

dos intelectuais, ou os chamados de historiadores de ofício, que também compunham essa elite que orbitava o imperador em busca de prestígio, apoio e/ou como forma de consolidar a história pátria como símbolo de identidade nacional.

No que tange mais precisamente ao jovem imperador, de acordo com Carvalho (2012, p. 97),

Colocava-se no poder uma criança tímida e inexperiente. D. Pedro, nascido em 1825, era órfão de pai e mãe, só lhe restando no Brasil duas irmãs, com quem convivia numa corte chamada por um diplomata de “a mais triste do universo”. Fora educado sob rígida disciplina pelos homens da Regência, que procuraram fazer dele um governante perfeito nos termos dos modelos da época para os bons príncipes. Coroado, o jovem monarca esteve durante os primeiros anos sob a influência de palacianos a que se deu o nome de facção áulica. Aos poucos, no entanto, tornou-se independente e passou a governar com todos os poderes que lhe conferia a Constituição.

Mesmo com a figura do monarca à frente do império, o governo ainda era preluído pelas forças liberais e conservadoras em relativa alternância. No entanto, de acordo com o autor supramencionado assim como também destaca Costa (2010), a ala conservadora, por volta de 1841, tornou vigente duas leis que fortaleceram o poder central, uma recriando o abolido Conselho de Estado, e outra reformando novamente o Código de Processo Criminal. Tais medidas centralizavam o poder político e serviriam de antessala para o poder imperial diretamente nas mãos de Dom Pedro II. Além disso, de acordo com Neves e Machado (1999), tais medidas fortaleceram a ala conservadora em detrimento do poder dos progressistas, representados grandemente, ainda de acordo com os autores mencionados, pelo marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão.

No entanto, essas medidas ainda não foram suficientes para apaziguar nem os conflitos no país, e nem os existentes entre as elites dirigentes. A Sabinada, a Balaiada, a Farroupilha e a Cabanagem continuaram. A Revolução Praieira e outras movimentações em São Paulo e em Minas Gerais, que de acordo com Carvalho (2012), eram motivadas pelo desejo de participação política, aumentaram o sentimento de resistência²⁹. Dada essa realidade, as aspirações liberais e conservadoras foram se distanciando uma da outra ao mesmo passo em que ganhavam formas mais definidas. Além disso, o clientelismo, política de favorecimento de terceiros de acordo

²⁹ De acordo com Carvalho (2012), até mesmo Diogo Feijó fora um dos líderes dos movimentos que eclodiram nas províncias de Minas Gerais e São Paulo. A intencionalidade, se se partir do pressuposto de Rüsen (2001) para compreensão destas, estava em ampliar a participação política das alas mais exaltadas.

com as aspirações do ministério em vigência, se solidificava passo a passo, haja vista a reformulação do Código Penal e da Lei Interpretativa do Ato Adicional. Embora se fizesse notória a necessidade de construção de uma identidade nacional que unificasse a nação, tarefa para a qual seria necessária a força dos intelectuais, também o era que as disparidades políticas achassem um ponto de convergência, o que fora encontrado perante a manutenção e fortalecimento da centralização de poder, na figura do imperador.

Nesse momento histórico, destaca Carvalho (2012), o imperador passou a fazer uso poder Moderador, a ele concedido via Constituição e reiterado nas leis de 1840. Unificando o poder de decisão, o imperador buscou conter os desentendimentos internos conciliando os partidos Conservador e Liberal em uma espécie de política de coalisão, cujo espaço maior era para os desígnios conservadores.

A coalisão entre as duas forças fora primordial para o impulso econômico do país, que, de acordo com Neves e Machado (1999), teve na cultura do café a principal mola propulsora. Esta, por sua vez, fora se solidificando, principalmente, na região do Vale do Paraíba, da qual, de acordo com os autores supramencionados, foram expulsos e exterminados vários indígenas para alocação das lavouras. Também nessa região houvera a abertura de diversas estradas para facilitação do escoamento da produção, assim como entrepostos comerciais, portos e estradas de ferro, que além dessa funcionalidade, também permitiam a transposição de artigos das mais variadas especialidades e de informações que serviam de elo entre essas localidades mais longínquas e a sede do império brasileiro. Nessa temporalidade acrescia o poderio dos “barões do café” e, conseqüentemente, a influência que possuíam na conjuntura política imperial.

Até meados de 1848, de acordo com Carvalho (2012), o imperador e seu corpo administrativo centraram esforços em conter as rebeliões e dar suporte à nascente industrial. “O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira e governou, com algumas mudanças, até 1853.” (CARVALHO, 2012, p. 98). Algumas mudanças sociais, políticas e econômicas foram decorrentes desta conjuntura, tais como: o fim do tráfico de escravos³⁰; a elaboração da Lei de Terras de 1850 – cuidadosamente escrita e aprovada antes mesmo da proibição do tráfico; o estabelecimento de uma lei para regulação das atividades comerciais; o posicionamento frente às relações externas, principalmente no que se refere à bacia do Prata;

³⁰ De acordo com Carvalho (2012), embora proibido desde 1831, houvera continuidade da prática, para a qual se fazia vista grossa. No entanto, com o acirramento da política inglesa, que se valeu até mesmo de ataques aos navios negreiros, essa prática precisou ser repensada.

assim como a reforma da Guarda Nacional, conferindo ao governo maior controle sobre esta. Essa conjuntura refletiu diretamente no aumento do poder imperial.

A cúpula do sistema era ocupada pelo imperador, armado constitucionalmente do Poder Moderador que lhe concedia a faculdade de nomear livremente os ministros. O Poder Executivo constava de um presidente do Conselho e seis ministérios. Os ministros controlavam a burocracia judiciária, policial, militar, fiscal e eclesiástica em todo o país. *O ministro* da Justiça tinha em suas mãos o aparato policial e judiciário e a Guarda Nacional, *o do Império nomeava* os presidentes de província, os bispos e párocos *e os professores das escolas superiores* (CARVALHO, 2012, p. 102 [grifos nossos])

Se fazia notória a necessidade de centralização e a forma pela qual esta ocorria. Para tanto, os laços entre liberais e conservadores começaram a ser traçados: era a Conciliação que preludiou até os anos de 1852. “Durante esse período, as palavras liberal e conservador converteram-se em meras etiquetas. Era voz corrente que nada se parecia mais com um liberal que um conservador.” (COSTA, 2010, p. 160).

A política de conciliação, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 247), era demasiadamente frágil, de modo que “[...] em setembro de 1856, a súbita morte do marquês de Paraná veio sacudir o sistema político e abalar o frágil equilíbrio alcançado.”. Esse arrefecimento acabou por colocar o partido liberal no ostracismo por alguns anos. No entanto, com o falecimento de Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos proponentes e articuladores da política da Conciliação, em 1856, a política gradativamente perdeu forças, dando sopros de rearticulação aos liberais. Ainda assim, “A eleição da Câmara de 1857-1860 manteve a maioria conservadora.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 248). No bojo desse gabinete, mais precisamente após a crise econômica de 1857, as diferenças entre liberais e conservadores voltaram a ser delineadas com mais precisão.

Em meados dos anos de 1860, de acordo com Carvalho (2012), a volta dos liberais ao poder tornou-se possível. Marcada pelo apoio das províncias do Rio de Janeiro, Ouro Preto e São Paulo, de acordo com Neves e Machado (1999), interessadas no despontar econômico propiciado pela melhora dos preços, as demandas pela descentralização se tornaram pujantes, açambarcadas pela formação da Liga ou Partido Progressista em 1862, e que galgaria de espaço de poder até meados de 1868. Sete anos depois, em acordo com Carvalho (2012), a ala radical ganhou impulso e passou a contestar veementemente as características do regime. Esse período, de acordo com Carvalho (2012, p. 104-105), “Foi a década de mais intenso debate político no

Segundo Reinado. Vários livros importantes foram publicados e as discussões se davam até mesmo em conferências públicas”.

No entanto, nas últimas décadas do império, graças às modificações econômicas e às mudanças sociais percebidas no período, a manutenção das semelhanças entre os partidos não mais pudera compor espaço de poder, resultando em um novo distanciamento entre eles e no fortalecimento da ala localizada da perspectiva mais liberal. De acordo com Costa (2010), muitos partidários do conservadorismo se verteram para o partido liberal, haja vista, até mesmo, a criação da Liga Progressista em 1864, mas que não pode concluir seus auspícios dada a eclosão da Guerra do Paraguai no mesmo período.

Essa guerra modificou a conjuntura política que vinha se solidificando. Dom Pedro II conciliou as forças conservadoras, dada à afinidade que possuíam com o comando militar, em detrimento das forças liberais e progressistas que, naquele momento, eram maioria na Câmara. “Parte dos progressistas voltou ao Partido Liberal, outra parte criou o Clube Radical [...]” (CARVALHO, 2012, p. 107). Em 1870, os radicais criaram o Partido Republicano e lançaram um manifesto com as principais demandas de seus membros. Em 1873, São Paulo funda seu próprio Partido Republicano, dos quais faziam parte os barões do café e alguns outros proprietários. “[...] criaram-se clubes e jornais republicanos em várias províncias” (CARVALHO, 2012, p. 111).

Vale ressaltar ainda que data desta temporalidade a mudança do eixo econômico cafeeiro do Império, que passara do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista. “*O Império, agora, não era apenas o Vale*. Novas forças se aglutinavam no país *ideal*, divergentes, mas unidas na preservação da ordem escravista e no controle do país *real*.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 152-153 [grifos dos autores]). Além disso, fora possibilitada, graças à expansão comercial e do capitalismo internacional, a agregação de novas técnicas de trabalho para a exploração do café, o que, somadas às crescentes da substituição da força de trabalho escrava pela imigrante, marcou o início da modificação das formas de exercer a atividade no Brasil, tanto no que se refere às formas de contratação dessas forças de trabalho, quanto das técnicas de produção por elas executadas. Neste sentido, se se alteram as formas de se exercer o trabalho, conseqüentemente se alterou as demandas formativas do campo educacional, seja ele formal ou informal.

Outros produtos que tiveram destaque na economia imperial foram: o algodão, principalmente nas regiões do Maranhão, Pará e parte da Bahia; o tabaco, no sul da Bahia; a pecuária, principalmente no Rio Grande do Sul; e a borracha na região amazônica. A

implementação dessas novas culturas impulsionou a política de imigração em meados de 1870, sendo, de acordo com Neves e Machado (1999), inicialmente preferencial aos alemães, portugueses e suíços. Essa política de imigração, inicialmente motivada nos pressupostos da política de povoamento, não atendera aos ideais da elite cafeeira ansiosa por força de trabalho que substituísse a escrava, o que, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 172) gerou “[...] propostas diferentes, debatidas na imprensa e no Parlamento sobre a política imigratória.”.

Dentre os anos de 1875 a 1889 a força do republicanismo cresceu em âmbito interno graças à variabilidade que adquiriu com a diversificação econômica e de eixo decisório acima mencionada. Em 1878, os ideais de caráter liberal mais assíduos chegam aos ministérios, sem que, no entanto, tivessem força suficiente para quebrar os paradigmas construídos ao longo dos anos dentro de uma nação que fazia valer a ética do apadrinhamento (COSTA, 2010).

O mesmo gabinete, composto por liberais quando na necessidade de aprovação de modificações na conjuntura eleitoral do país, não teve força para solidificá-lo, sendo substituído, novamente, por um gabinete conservador. Tal gabinete, centralizando poderes e buscando novamente restabelecê-los, criou leis para as eleições posteriores, reduzindo o número de eleitores graças à exclusão de analfabetos, o aumento do poder de censo para eleição de determinados cargos, entre outras decisões.

A abolição da escravatura, assunto deixado de lado desde 1850, voltou à tona após a Guerra do Paraguai e fora impulsionada pela imprensa geral e pela já estabelecida imprensa negra. Apoiada por alguns intelectuais, pelo movimento abolicionista e pelo movimento negro, e solidificada na nomeação de um gabinete deveras abolicionista pela então regente Princesa Isabel, a abolição marcou o rompimento entre a Coroa e as elites agrárias, que se sentiram prejudicadas pela libertação sem indenização. Quanto à política imperial, destaca Carvalho (2012, p. 126-127) que:

D. Pedro II nada fez para criar bases de sustentação para seu governo ou para a monarquia. Não formou ao seu redor uma corte, nem mesmo uma nobreza só de títulos, como a brasileira. Não cultivou o apoio dos militares, como fizera seu pai. Também não buscou o apoio do clero, cioso que era das prerrogativas do poder do Estado. Não cortejou o povo, embora valorizasse o aplauso popular. O apoio às artes e ciências, sobretudo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a principal instituição cultural do país, criada em 1838 sob sua proteção, granjeava-lhe respeito e gratidão [...].

Nesse contexto, as alianças entre os militares e o Partido Republicado foram estabelecidas sem muitas problemáticas. De acordo com o autor supramencionado, a República fora proclamada sem que o imperador fizesse questão de contrapô-la, chegando até mesmo a desacreditar de tal ato.

3.4 Entre contextos: algumas considerações gerais dos períodos

O processo de formação do Estado Nacional Brasileiro foi marcado, de acordo com Costa (2010), por uma série de particularidades quando se trata do sentimento nacional: vias de comunicação escassas, limitando a troca de informações entre as regiões; economia essencialmente exportadora; mercado interno limitado; as províncias possuíam laços mais fortes com a Europa do que entre si; movimentos revolucionários concentrados nos seus epicentros; entre outros. Sobre essa temática, Carvalho (2020) tensiona sobre as origens dessa imprecisão quanto ao “sentimento nacional”, retrocedendo à análise da formação dos Estados Nacionais inglês, norte americano, prussiano e português, para então reforçar o porquê da dificuldade de delimitação dessa identidade no Brasil.

De acordo com o autor, o fato de em Portugal a revolução burguesa ter sido, no termo por ele utilizado, “abortada”, marcou significativamente a formação de uma elite homogênea por delimitativo de ideologia em detrimento de uma formada por clivagem de classe social. Em Portugal, explica o autor, a elite que passou a ocupar os cargos públicos quando na ascensão do Estado Nacional fora “treinada” para as funções do aparato administrativo, profissionalizada para a formação da burocracia. Ou seja: “A homogeneidade, neste caso, tendia a ser de natureza ideológica, gerada pelo treinamento e pela socialização antes que pela origem social” (CARVALHO, 2020, p. 33). E essa estrutura refletiu de maneira específica nas colônias portuguesas, em particular, no Brasil, tanto por conta das considerações levantadas anteriormente por Costa (2010), quanto pelo fato de que, de acordo com Carvalho (2020), o processo de formação nessas localidades ter sido forçado precocemente; os arranjos terem que contar com elementos da política externa, representativos das metrópoles; e pela existência de distintos modelos de organização política que agradavam os também distintos grupos políticos e rivais que almejavam a delimitação de uma identidade para a solidificação de uma nação.

Somando a essa conjuntura, pode-se destacar a realidade brasileira quando na vinda da Família Real para o Brasil em 1808 e da subsequente abertura dos portos à Inglaterra. De acordo com Rompatto (2001), essa inversão do papel da colônia tanto em abrigar o aparato administrativo do Império português quanto em poder comercializar com outra nação marcou espaço no imaginário dos sujeitos do período. Com a facilitação das atividades administrativas e econômicas, fortaleceu-se no Brasil a elite comerciante e, também, cresceu-se aquela ligada aos cargos públicos nomeados pelo Rei. Esses laços acirrados entre os antigos colonizados e os colonizadores tornaram-se particularidades brasileiras importantes para os reflexos da formação do Estado Nacional em momentos posteriores.

Dada essas particularidades, a reprodução de uma elite na colônia que fosse semelhante à da metrópole fora o sustentáculo inicial da estrutura de funcionamento do aparato colonial, mas que terminou por se perpetuar e tensionar a formulação de um Estado Nacional brasileiro. Isso porque a elite alocada no Brasil, principalmente na primeira metade do século XIX, foi treinada na Universidade de Coimbra e assumiu postos administrativos, jurídicos, religiosos e militares, dando origem à chamada por Neves e Machado (1999) de “geração coimbreense”, que fazia parte e fundia-se com a organização administrativa, ao mesmo tempo. Para estas, de acordo com Carvalho (2020), compor o corpo administrativo era condição de status e poder, bem como fazer parte da rede de sociabilidade inerente ao cargo ocupado, o que servia de suporte para o fortalecimento de ideais.

Por outro lado, quando na abertura dos portos às “nações amigas”, a lucratividade com a comercialização passou a chamar atenção daqueles que desempenhavam atividades na porção americana do Império, pois comercializar com a Inglaterra era mais lucrativo do que com a própria metrópole. Essa abertura, bem como a ocupação de postos no aparato administrativo do Reino, colaborou para a formação de um sentimento “antilusitano”, que foi agravado quando nas exigências das Cortes de Lisboa para a retroceder o Brasil ao exclusivo colonial, em meados dos anos de 1820-1822. Esse sentimento foi expresso principalmente na narrativa do Visconde de Cairu, que se pautou em Atas de algumas Assembleias ocorridas no período das Cortes e reproduziu falas que demonstravam expressamente o sentimento antilusitano dos brasileiros, e antibrasileiro dos lusitanos.

Vale ressaltar ainda, de acordo com Rompatto (2001), que se temia, dada a estrutura social brasileira, a deflagração de conflitos demasiadamente revolucionários, de inspiração na Revolução Francesa e do Haiti, que modificasse a conjuntura interna. E o Brasil já havia contado, nessa temporalidade, com a eclosão das Conjurações Mineira e Baiana, bem como da

Revolução Pernambucana que, inspiradas nos ideais franceses, foram considerados eventos ameaçadores da unidade administrativa empreendida na porção americana do Reino. A saída, fora encontrada na manutenção a estrutura de um Império, sagrando Dom Pedro I como defensor perpétuo do Brasil, e afastando a ameaça de levantes populares e do deflagrar revolucionário no sentido ocorrido nos vizinhos de Latinoamérica. A periculosidade que tais revoluções representavam para a unidade nacional foi expressa na obra, principalmente, de Abreu e Lima.

As elites, neste sentido, salvaguardavam sua posição social ao mesmo passo em que solidificavam uma estrutura garantidora dos privilégios estabelecidos quando na vinda da Família Real, o que, no entanto, não surtiu efeito no silenciar de ideias distintos, de também distintos setores das elites. Em resumo, tinha-se, nesse momento histórico, pelo menos três seguimentos de elite no Brasil: uma de caráter monarquista, representada por aqueles que eram adeptos a esse tipo de estrutura, engrossado pelos portugueses residentes e partícipes da estrutura política e econômica do Império, que ficou resumido no chamado “partido português”; e um liberal, que se subdividia entre moderados e exaltados, mas que tinham em comum um certo antilusitanismo, acrescido pela outorga da Constituição de 1824 e perpassada pelos ideais de fortalecimento dos poderes de representação, reconhecido como “partido brasileiro”. (ROMPATTO, 2001).

As acirradas disputas e a eclosão de movimentos contra a Constituição acrescida do poder moderador, tais como a Confederação do Equador, bem como a crescente pressão dos grupos liberais exaltados por meio da imprensa, para a qual se pode citar de exemplo as considerações de Cipriano Barata, colaboraram para aumentar a tensão entre esses setores que tentavam criar uma imagem de unidade nacional. Com a abdicação de D. Pedro I em nome de seu filho, em 1831, e o início do Período Regencial, a garantia de autonomia das províncias demonstrou, por meio dos recorrentes levantes ocorridos nesse período, a instabilidade da formação nacional, constantemente ameaçada a cada conflito.

O golpe da maioria e o retorno da figura de um Imperador ao poder, em 1840, bem o estilo de “parlamentarismo às avessas”, de certa forma centralizou os poderes nas mãos do jovem monarca, mesmo que este tenha optado pela política de equilíbrio entre os partidos Liberal e Conservador. A permanência do poder moderador dava-lhe o suporte necessário para dissolver e convocar as Câmaras e o Imperador o utilizava para acalmar as tensões entre os dois partidos. E, como o monarca era fonte de nomeações, de cessão de títulos e cargos, entre outras regalias, ambos os partidos mantinham o flerte, chegando até mesmo a serem confundidos entre

si – tanto é que se tornou conhecida a analogia do Visconde de Albuquerque de que nada era mais parecido que um saquarema que um luzia (ROMPATTO, 2001)³¹.

Mantendo essa linha estreita na estrutura político-econômica, as tentativas de formação de um Estado Nacional à brasileira, já que de maneira completamente distinta das protagonizadas na Europa, também foram realizados investimentos na herança educacional e de treinamento das elites brasileiras, de acordo com Carvalho (2020). Estas, oriundas da Universidade de Coimbra e que, agora, também eram educadas no Colégio Pedro II, no Seminário de Olinda, entre outras instituições mencionadas por Saviani (2007) e que foram delimitativas de uma estrutura ideológica de formação, começaram a ver na obtenção de títulos escolares e acadêmicos a forma de permanência e ascensão para as estruturas de poder do Império. As elites, agora letradas, viam nas formações em medicina, engenharia e direito formas delimitativas de prestígio social. Além disso, as formas de se escrever e ensinar a história pátria, de representar a nacionalidade por meio desses escritos e desse ensino, também ocupou espaço de importância para a consolidação de um tipo de imaginário social da nação, e infere-se, alargando o campo de construção de uma cultura histórica, nas premissas de Rüsen (2016), típicas para o período.

Além disso, importante destacar a influência e importância da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, bem como da *Revista do IHGB*, ambos reconhecidos pela historiografia do Brasil como elementos cruciais para o estabelecimento e institucionalização da tipologia de história que mediará a tentativa de formação da identidade nacional. Ademais, seriam os sujeitos que ocupavam espaço nesses locais de discurso que influenciariam diretamente na organização curricular do Colégio Pedro II.

Somadas à manutenção da materialidade dos interesses para com a perpetuação da estrutura dominante e que privilegiava os grupos formados ou em consonâncias com os ideais formuladores dessa elite que se deu a transição “não traumática”, nas palavras de Carvalho (2020), da Colônia para o Império, e do Império para a República, haja vista que “[...] os líderes republicanos que mais se salientaram na consolidação da República foram remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves” (CARVALHO, 2020, p. 44).

³¹ Por luzias compreendiam-se os membros do partido conservador, enquanto por saquaremas se identificavam aqueles que pertenciam ao partido liberal.

Neste sentido, era pujante a necessidade de solidificar algumas bases formativas para a identidade da nação recém liberta, da regência encaminhada ou da recuperação da centralidade do poder nas mãos de um jovem monarca. E para realizar essa necessidade, um dos pontos de maior influência consistia na geração das futuras mentes que estariam próximas dos locais de onde as decisões políticas eram tomadas. É importante destacar que:

Formação de identidade pode ser descrita como aplicação da experiência interpretada para o firmamento de uma unidade pessoal e social, um eu e um nós, bem como a correspondente definição do ser diferente do outro como produto da constituição da individualidade e do agrupamento social (RÜSEN, 2012, p. 131).

Assim sendo, destinar esforços para a escrita de obras que contextualizavam a história pátria para torná-la conhecida para as gerações futuras fora um dos pilares utilizado por aqueles que tinham acesso à escrita e à impressão dessas obras, assim como também fora acentuado o direcionamento do que se poderia ser apreendido sobre a história dessa nação. Para isso, fazia-se necessário pensar em formas de construir o sentimento nacional que iam ao encontro dessas premissas, assunto que será mais adensado na seção que segue. Para tanto, levar-se-á em consideração os referenciais que se tinha sobre a história do Brasil e as formas de consolidação desses ideais foram necessárias, daí a recuperação de algumas obras escritas antes do IHGB.

4. Os Campos Intelectuais e a Formação das Identidades

Nos períodos históricos abordados de maneira sucinta na seção anterior, fora possível observar as distinções de ideais presentes no território denominado por Brasil, haja vista as tensões existentes entre as forças políticas de orientações distintas que se conflituavam. No entanto, é inegável que a força da palavra escrita crescia, aumentando também as atenções acerca da formação educacional das elites e da população – em menor intensidade. Nesta seção, a intencionalidade é discorrer sobre as formas de organização dos campos intelectuais que, aos poucos, se formavam no Brasil, bem como apresentar, brevemente, os autores que tiveram suas obras publicadas em meio a esses períodos. Parte-se do pressuposto que a produção material escrita consolida o campo e dissemina a forma “à brasileira” de se escrever a história.

Vale destacar que por campo intelectual, nesta abordagem, compreende-se aquele ocupado por quem escreve o que os disseminadores da cultura histórica evidenciam como tal, levando em consideração que se uma história é escrita, isso é realizado por alguém, que possui (ou acredita possuir) propriedade para tal empreendimento. Se essa história é disseminada, significa que houve alguma forma de aceitação do que fora escrito. Se ela é preservada, também há interesses envolvidos. E é notório destacar que quando se trata de história, referenciais de escrita são necessários haja vista que o acesso à memória não se perfaz por meio de contato direto: a história é recuperada, acessada, por intermédio dos resquícios de si, das fontes, da historiografia. E estas, são produtos de um tempo, ou, como ressaltou Bloch (2001), dos homens no tempo.

Por fim, como essa pesquisa se alicerça na metateoria rüseniana, que reconhece a cultura histórica como uma relação entre a consciência histórica e a vida prática, o campo intelectual aqui delimitado corresponde aos orientativos e aos produtos dessa relação, que foram perpetuados nos escritos publicados nos períodos delimitados para a pesquisa, salvaguardo às delimitações realizadas para que a pesquisa fosse exequível.

4.1 A forja

Uma das atividades que gradativamente se tornou enobrecedora no Brasil fora a intelectual. Desde meados do século XVIII a Coroa portuguesa compreendeu que o saber Ilustrado, mesmo que censurado, era uma das formas de manutenção do poder e da centralidade

do Estado. Negligenciar a gama de conhecimentos produzidos na Europa da época não era um bom caminho. Vale ressaltar, no entanto, que a Coroa portuguesa ainda se mantivera vinculada ao padroado e mesmo com as Reformas Pombalinas (1779) a influência da religião no Estado português e em suas colônias ainda permaneceu associada aos princípios educativos por tantos outros anos, tanto é que os dois primeiros autores que compuseram as fontes analisadas nessa pesquisa são clérigos. Aos poucos, no entanto, “Ao absorver as Luzes para conservar ou ampliar o próprio poder, a Coroa reconhecia que o conhecimento constituía, ele mesmo, um poder.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 273).

De acordo com Saviani (2007), o Iluminismo português e as Reformas de Pombal foram processos interligados e importantes para a inserção das ideias de base empiristas, surgidas na Inglaterra, França e Itália, e que refletiram, diretamente, nas formas de organização do Estado Português, bem como na organização e importância da educação, que precisavam ser libertas dos jesuítas e de seu *ratio studiorum*³². Compreender essas modificações se torna importante pelo fato de que boa parte da elite brasileira intelectualizada, de acordo com Carvalho (2020), fora formada nos círculos coimbrenses, que sentiram, diretamente, as mudanças ocasionadas pelas reformas do Marquês de Pombal.

Para tanto, as reformas, iniciadas em Portugal, tiveram como princípio os pontos destacados no quadro 3:

Quadro 3: Reformas Educacionais Implementadas por Pombal

Reforma/Data	Medidas
Reforma dos Estudos Menores – 1759	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque no ensino primário e secundário; - Criação da figura do diretor de estudos; - Abertura de classes gratuitas de gramática em Lisboa para o ensino de acordo com os “novos métodos”; - Estabelecimento de quatro professores de Grego e quatro de retórica em Lisboa, e dois de cada uma dessas disciplinas em Coimbra, Évora, Porto e nas cidades “cabeça de comarca”; - Estabelecimento dos exames para ingresso na Universidade de Coimbra a serem realizados em Coimbra.
Junta de Providência Literária - 1770	<ul style="list-style-type: none"> - Redação dos novos estatutos da universidade; - Participação dos brasileiros Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho e Joao Pereira Ramos de Azeredo Coutinho;

³² Denominadas por Carvalho (1978) de “expressões de uma época”, as reformas pombalinas surtiram efeitos na formação dos sujeitos, de modo que isso refletiu no que o autor denominou por “fisionomia” do período no qual elas foram empreendidas. A guinada representada por essas ideias colocou Portugal e suas possessões na condição de produtores econômicos, alterando a visão cultural baseada no ideário cristão orientado pelos jesuítas, para aquele já prevalente na Inglaterra, por exemplo, de uma cultura mais voltada para as intensões e formas de ser e educar da nascente capitalista. Essa conjuntura refletiu na proposta de uma educação mais voltada para os valores de ação em detrimento dos de essencialização.

	- Aprovação do estatuto.
Reforma dos Estudos Maiores – 1772	- Enfoque no ensino superior; - Adição das faculdades de Filosofia e Matemática às já existentes (Teologia, Cânones, Direito e Medicina); - Redução do tempo de duração dos cursos de Direito, Teologia, Medicina; - Ênfase nos estudos práticos, principalmente em Medicina, Matemática e Filosofia; - Substituição das disputas escolásticas e ensino verbalista pelos estudos históricos.

Fonte: adaptado de Saviani (2007)

A partir dessas reformas, fora determinado um mapa de distribuição de professores e mestres de escolas régias, bem como as quantidades e as aulas que deveriam ser ministradas por todo o Reino português (o que incluía seus domínios em ultramar). “Do conjunto previsto para ultramar coube ao Brasil um total de 43 mestres, com as respectivas aulas régias.” (SAVIANI, 2007, p. 97). Estes, a partir da aprovação da Carta de Lei de 1772, seriam remunerados a partir do recolhimento do Subsídio Literário, por muitas vezes citado na obra de Casal.

No Brasil, essas Reformas tiveram reflexo, primeiramente, com concursos realizados para as cadeiras de latim e retórica em Pernambuco, em 1759. Embora esse ímpeto tenha arrefecido quando Maria I assumiu o trono português, na ascensão de Dom João, em 1792 e com sua nomeação como Príncipe Regente em 1799, as medidas adotadas na Reforma Pombalina voltaram à tona na figura de Rodrigo de Souza Coutinho, afilhado de Pombal, como ministro.

As aulas régias foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores. As aulas régias eram sinônimo de escolas que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si. (SAVIANI, 2007, p. 108)

O surgimento dessas aulas não impediu que os Seminários, já em funcionamento no Brasil, continuassem existindo e atuantes tanto na formação dos “naturais da terra”, quanto dos filhos das elites que demandavam pela preparação de seus rebelos para os estudos superiores, realizados, principalmente, na Universidade de Coimbra. Dentre os Seminários que influenciaram na formação dos filhos dessa elite, menciona Saviani (2007) o de Mariana, fundado pelo Frei Manuel da Cruz em 1750, e o de Olinda, fundado pelo bispo José Joaquim

da Cunha de Azeredo Coutinho em 1800. Este segundo, “[...] firmou-se como uma das melhores, senão a melhor escola secundária do Brasil.” (SAVIANI, 2007, p. 110) e pautou-se em uma metodologia de ensino que enviesava que o “[...] habitante das brenhas e dos sertões fosse filósofo ou que o filósofo habitasse as brenhas e os sertões.” (SAVIANI, 2007, p. 112).

Esse pároco que, por ofício, vai à procura de suas ovelhas percorrerá caminhos nunca antes trilhados, examinará diretamente os mais diversos produtos da natureza em todas as estações do ano: “o animal, o mineral, o vegetal, a planta, a raiz, a flor, o fruto, as sementes, tudo será analisado. (idem, ibidem). Conhecerá, pelas experiências dos paroquianos sertanejos, os poderes medicinais das ervas silvestres que ele, versado nas ciências naturais e no desenho, descreverá e desenhará; conhecedor dos princípios da mineralogia, ele detectará as minas e os mais diversos metais como a prata, o ouro e o ferro, “esse material indispensável para os trabalhos da lavoura e da escavação das minas” (idem, p. 123); instruído na sabedoria dos químicos, dos hidráulicos e dos geômetras, analisará e decomporá os fenômenos da natureza extraindo os sais, identificando as águas termais e ensinando a abrir canais, a controlar, represar e conduzir as águas até as lavouras; como sábio físico conhecedor das leis mecânicas ensinará a potencializar a força humana por meio das máquinas; e “como geógrafo inteligente, ele descreverá a extensão da sua paróquia, não só quanto às suas confrontações e dimensões, mas também quanto à natureza de que é, ou não, capaz o seu terreno e o para que é mais ou menos próprio” (idem, ibidem) (SAVIANI, 2007, p. 112).³³

De acordo com o autor mencionado, a tipologia de ensino propagada no Seminário de Olinda fora basilar para a formação de uma espécie de republicanismo. Embora seu fundador fosse defensor da sua majestade, quando assumido pelos padres Miguelinho e João Ribeiro, tornou-se o centro da Revolução Pernambucana, que eclodiu em 1817. A orientação do seminário continuou até meados de 1836, quando fora assumido pelo bispo Dom João Perdigão, que o voltou apenas para a formação teológica.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, as ideias pedagógicas oriundas do pombalismo se mantiveram em evidência, haja vista a necessidade de formação de pessoal para a administração, para a defesa do reino e para algumas atividades que se percebiam necessárias à Corte. Levando essa necessidade em consideração, os seguintes cursos foram organizados:

Quadro 4: Cursos criados no Brasil até 1821

ANO	CURSO
1808	- Academia Real da Marinha;

³³ Nesta passagem, Saviani (2007) se refere, nos trechos onde consta “idem, ibidem” às concepções por ele analisadas nos próprios escritos de Azeredo Coutinho.

	- Aulas de cirurgia e economia na Bahia; - Aulas de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro.
1809	- Aula de Medicina no Rio de Janeiro; - Cursos avulsos em Pernambuco; - Matemática superior em Pernambuco.
1810	- Academia Real Militar;
1812	- Escola de serralheiros, oficiais de limas e espingardeiros em Minas Gerais; - Escola de agricultura e de estudos botânicos na Bahia; - Laboratório de química no Rio de Janeiro.
1813	- Academia de medicina e cirurgia do Rio de Janeiro
1814	- Aula de agricultura no Rio de Janeiro.
1816	- Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (funcionando apenas como Escola de Artes em 1826).
1817	- Curso de química, que englobava as aulas de química industrial, geologia e mineralogia na Bahia; - Cursos de desenho e história em Vila Rica
1818	- Aulas de desenho técnico na Bahia.
1821	- Cursos de retórica e filosofia em Paracatu.

Fonte: adaptado de Saviani (2009).

Neste período, o que se poderia considerar como intelectualidade brasileira era decorrente da formação oriunda da Universidade de Coimbra e, posteriormente, das faculdades de Direito ou Medicina de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, quando não, das aulas régias, seminários e academias militares instauradas na colônia (NEVES e MACHADO, 1999). De acordo com Saviani (2007), dentre as figuras que se destacam neste período pode-se citar Silvestre Pinheiro Ferreira, que veio junto com a Corte para o Brasil trazendo consigo uma visão, ao mesmo tempo, liberal e harmônica em relação ao pensamento tradicional da ilustração portuguesa. A missão artística francesa, de acordo com o autor, vinda para o Brasil em 1816 também configurou um novo espaço para a formação dos intelectuais brasileiros³⁴.

Vale ressaltar ainda que esta intelectualidade carecia, para disseminação de seus ideais, de uma imprensa nos moldes que permitissem tal feito, o que permanecera em segundo plano até meados de 1808, com a chegada da família real. Assim sendo, a chamada, pelos autores supramencionados, “geração de 1790”, “intelectuais de Coimbra” ou “elite coimbrense”, era composta por setores essencialmente letrados na metrópole e que viram na corte a possibilidade

³⁴ Vale destacar que, de acordo com Trevisan (2007), há uma discordância na utilização do termo “missão” artística francesa e na influência desta na formação de brasileiros do período. Isso porque, de acordo com o autor, não haveria, de início, um aspecto de “missão” para a vinda dos artistas franceses para o Brasil que não fosse ensinar pintura aos filhos de D. João. No entanto, a publicação das obras *A Missão Artística de 1816*, de Afonso D’Escragnolle Taunay, e *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*, de Adolfo Morales de Los Rios Filho, deram esse “tom” de missão à ação empreendida pelos franceses no Brasil. De acordo com Trevisan (2007), essa designação dizia respeito apenas à forma como alguns franceses conceituavam suas próprias ações no Brasil e isso não estava necessariamente interligado à característica do trabalho por eles desempenhado na Corte.

de crescer em *status* social. Tal elite intelectual se solidificou sem similaridade de interesses, mas dentro da hierarquia da corte e em proximidade a esta, na tentativa de conservar o *status* que adquiria e no sentido de converter as Luzes aos seus auspícios.

Desprovida de tipografia até 1808, e de instituições locais de ensino superior até 1827, a elite intelectual do Brasil ou se movia na esfera do pensamento e da cultura de Portugal, quando podia frequentar os círculos metropolitanos, ou adquiria penosamente, nas precárias aulas régias e seminários existentes, a formação desejada, que complementava por meio de leituras avulsas, sem sistematicidade nem grandes possibilidades de discussão (NEVES e MACHADO, 1999, p. 191).

Ainda nesse contexto, essa elite de intelectuais se via restrita dada a baixa abrangência da palavra escrita em uma sociedade ainda agrária e escravocrata. De acordo com os autores supramencionados, as alternativas para essa elite intelectual eram a vida religiosa ou a administração pública. Importante destacar essas condições, haja vista que, de acordo com Bloch (2001), o homem é um sujeito de seu tempo e, para Rüsen (2007), dos lugares que ocupa enquanto sujeito histórico. E essa elite de intelectuais ocupava, de acordo com Carvalho (2020), tanto os cargos administrativos, quando os de discussão intelectual.

Neste sentido, os intelectuais que residiam no Brasil, por estarem em posição de destaque social e serem parte deste, “Continuaram atrelados, assim, ao poder. Melhor, confundiram-se com ele.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 192). A produção literária do início do Oitocentos fora marcada por ideias que ressaltavam a necessidade de progresso da sociedade brasileira, nos moldes da Ilustração luso-brasileira, que diferia da francesa nas questões relacionadas à centralização do poder e na manutenção monárquica, defendidas ferrenhamente pelos adeptos das Luzes portuguesas, enquanto rechaçadas pelos franceses. Além disso, o forte apelo religioso também fora marca da intelectualidade brasileira do Primeiro Reinado. Essa característica marcou, inclusive, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na figura de um de seus idealizadores, Januário da Cunha e Barbosa. Embora o IHGB tenha sido efetivamente fundado em meados de 1838, seu secretário perpétuo, citado anteriormente, fora formado junto e por meio das elites descritas nos parágrafos anteriores.

A esse respeito, destaca Carvalho (2020) certa homogeneidade ideológica da elite brasileira do Primeiro Reinado, haja vista a sua formação comum.

A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das

políticas dessa elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da Magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América Latina (CARVALHO, 2020, p. 37).

Vale ainda ressaltar que tais intelectuais foram basilares para a disseminação das notícias dos mais variados cunhos, pois ocupavam local de destaque nos jornais e panfletários do Primeiro Reinado (NEVES e MACHADO, 1999), assim como também registravam as “descobertas” e particularidades da colônia recém-elevada de posição.

Em relação aos estudos que tratam da trajetória dessa intelectualidade brasileira, Carvalho (2000) destaca que, inicialmente, são duas as abordagens de análise mais comuns desse campo, sendo a primeira baseada na exposição individual do pensamento dos sujeitos; e a segunda, preocupada com a identificação das similaridades entre os pensadores de uma época, agrupando-os, nas palavras do autor, em “[...] famílias intelectuais construídas em torno de certas correntes de pensamento” (CARVALHO, 2000, p. 123). Além disso, o autor chama atenção para o olhar para a escrita, a linguagem e o estilo retórico que marcaram, adicionando aqui as premissas de Rüsen, as formas de apresentação das obras. Esse estilo retórico, menciona Carvalho (2000), foi predominante no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, instituições pelas quais passaram muitos brasileiros, membros das elites políticas e intelectuais, que categorizaram uma forma de se escrever a história do Brasil, quando se voltam os olhares para essa atividade também inerente a esses intelectuais.

Destacam-se, para os fins a que se destinam essa pesquisa, algumas obras escritas em virtude de duas vertentes distintas, existentes entre os intelectuais brasileiros do período: uma de orientação de registro de acontecimentos na forma de crônicas ou anais, que em Rüsen (2011) podem ser qualificadas como narrativas tradicionais; e outra de vertente *magista vitae*, no sentido de narrativa edificante, ou de concepção exemplar, na tendência rüseniana. No manejo das fontes, identificou-se que essas duas premissas se entrelaçam.

Acompanhando a primeira tendência, escreveram-se a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817), do Padre Manuel Aires de Casal, [...]; as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil* (1820-1822), de monsenhor Pizarro de Araújo; e os *Anais do Rio de Janeiro* (c. 1833), de Baltazar da Silva Lisboa. Misto de ambas as orientações, o padre Luís

Gonçalves dos Santos publicou em 1825 as já citadas *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, mas foi o infatigável José da Silva Lisboa, com a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1826), que redigiu o exemplo mais acabado da tentativa de ensinar aos contemporâneos como entender o surgimento do novo país (NEVES e MACHADO, 1999, p. 194).³⁵

Ainda nas concepções destacadas, José Maria da Silva Lisboa traduzira os *Extratos das obras políticas e econômicas* de Edmund Burke, e Robert Southey lançara em Londres os três volumes da *History of Brazil*, em 1819, “[...] cuja pretensão era a de ser para os brasileiros o que a obra de Heródoto significa para a Europa”³⁶ (NEVES e CARVALHO, 1999, p. 195). No entanto, o estado recém independente ainda carecia de identidade tanto no que se refere à forma de escrever quanto de ensinar, haja vista que ainda prevalecia no reino a concepção de ensino herdada do período colonial, para a qual ao sacerdócio cabia o papel de ensinar, ignorando-se, por vezes, as premissas educacionais que haviam se tornado preponderantes na Europa.

Vale ainda ressaltar que nem mesmo as reformas pombalinas modificaram substancialmente a preponderância do ensino brasileiro e, também, que conforme os padres, bispos e demais membros da hierarquia religiosa galgavam de espaços de poder político (tal como o Padre Diogo Feijó) e cultural – tais como os escritores de livros e periódicos mencionados na citação acima. Ainda assim, a orientação de sociabilidade de cunho religioso ganhava espaço de poder e influência, fato este que, de acordo com Neves e Machado (1999), marcou os primeiros anos do século XIX e, conseqüentemente, o espaço educacional deste período. Tais marcas se erradicavam, ainda de acordo com os autores supramencionados, para o cotidiano das pessoas por meio das festas, tradições, costumes, práticas, atingindo também a convivência no lar. Tal situação permaneceu até meados de 1850.

Neste sentido, “[...] para a geração que se forma ao longo do processo de Independência e assume a liderança intelectual a partir da década de 1830, a nação se reveste de uma espessura histórico-cultural.” (ARAÚJO, 2008, p. 104). Esses homens das letras, segundo o referido

³⁵ Desse rol de fontes citadas pelos autores, apenas a obra de Baltazar da Silva Lisboa não fora analisada, haja vista que outro dos crivos utilizados para seleção das fontes era conter nas suas titulações referências à história do Brasil e não apenas de uma localidade.

³⁶ Essa obra também não compusera o rol de fontes por conta da nacionalidade do autor. Embora Araújo (2008) destaque em suas análises que não somente a nacionalidade deva ser levada em consideração quando se trata de identificar traços identitários da escrita de uma história de uma pátria, considerou-se, para a seleção de fontes, o princípio de Rüsen de multiperspectividade ao nível do observador, aplicando esse crivo ao observador que escreve da e sobre a localidade em que reside.

autor, também estavam entre os funcionários e estadistas do Brasil, de modo a constituir uma espécie de cúpula política e literata que buscava artifícios identitários para construir o recém-independente estado, no sentido de “forjar”. Com interesses comuns, essa elite, pode-se inferir, terminou por constituir aqui se denomina por “campo intelectual”, haja vista que, de acordo com Bourdieu (1983, p. 89), os sujeitos que o compunham possuíam “[...] objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”. Além disso, o capital de técnicas, os objetivos comuns, os referenciais, as crenças, entre outros aspectos mencionados pelo autor como pertinentes à categoria de campo, eram comuns a esses intelectuais que “forjavam” a nação. Suas heranças intelectuais, suas identificações dos caminhos possíveis para realização dos seus interesses também eram comuns, haja vista que, de acordo com Carvalho (2020), possuíam formação ideológica também comum.

Assim sendo, “Herdeira das Luzes, ainda que pálidas, de Portugal, as elites intelectuais e políticas da Independência não podiam deixar de considerar a educação como instrumento fundamental para difundir a civilização e o progresso.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 226). Neste sentido, a aposta nesse instrumento de clivagem da mentalidade social fora vista, inicialmente, como necessária para se abandonar o pensamento demasiadamente colonial, ainda que preservasse o respeito à metrópole e às Luzes de Portugal. A ideia era formar uma elite em solo brasileiro que fosse a imagem e semelhança das elites formadas anteriormente na metrópole, tal como mencionado por Carvalho (2020). Além disso, essa nova geração “[...] formava-se já nas faculdades estabelecidas no Brasil, seja em Olinda, em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Salvador.” (ARAÚJO, 2008, p. 118). Essa “nova” formação, embora viesse ainda baseada em Coimbra, estava alocada no Brasil.

A força da palavra escrita ganhara tamanha notoriedade após a instalação da imprensa, que aqueles que a ela tinham acesso eram considerados como cidadãos distintos em relação aos demais que engrossavam os índices populacionais da colônia. Essa premissa se torna evidente até mesmo no texto de uma das fontes analisadas deste período, onde se lê que “[...] Bartholomeu Simoens Pereira, Presbítero do Habito de S. Pedro, e Bacharel Formado, cujas virtudes, e letras o distinguem” (ARAÚJO, 1820, p. 55) fora nomeado Soberano no Cargo de Primeiro Prelado Administrador.

Assim sendo, se fazia necessário uma base cultural mais comum, pautada em um credo e uma língua, assim como a partilha de um passado similar, que solidificasse a base para uma unidade nacional, ainda que para atender uma nação que se fazia enquanto ponto de regeneração

de outra, que estava em decadência haja vista a invasão das tropas napoleônicas. Isso porque, de acordo com Araújo (2008), quando na vinda da família real para o Brasil a intelectualidade que fora se formando e se solidificando via nessa localidade uma forma de regenerar Portugal. “Esforço este que se encarregou, em particular, a escola primária, com a valorização dos símbolos e das tradições nacionais, mas que se ampliou com a descoberta do folclore e a criação [...] de manifestações artísticas próprias” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 255-256). Esse molde fora talhado no Brasil a partir da introjeção dos ideais advindos com a realeza e consolidação destes por intermédio dos mecanismos disponíveis à Corte. Foi neste cenário, brevemente abordado nos parágrafos acima, que as primeiras obras impressas em solo nacional e escritas por sujeitos que moraram por tempo no Brasil, sobre sua própria história, foram compostas, materializadas e disseminadas.

A *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, do Padre Manuel Aires de Casal, impressa pela Imprensa Régia, em 1817 chegou, segundo Prado Júnior (1955), a ser disseminada por mais de cinquenta anos desde a data de sua impressão, influenciando outros impressos em momentos posteriores e sendo referência para autores de outras escritas sobre o Brasil. Além dela, as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, do Padre Pizarro e Araújo, lançada em seus primeiros cinco tomos pela Imprensa Régia entre 1820 e 1822, e em seus últimos pela Typografia de Silva e Porto, em 1822, também estavam entre as produções datadas desse primeiro período (1808-1822), clivado para manejo das fontes. Ambas, de acordo com os arquivos encontrados no site do Senado Federal, estão catalogadas na seção de “obras raras”, e ambas foram mencionadas por outros autores também componentes do rol de fontes dessa pesquisa.

Nelas, se foi possível observar alguns dos critérios recuperados pelo IHGB no período em que este ditava as regras para se escrever uma história do Brasil, acrescidos da necessidade de “[...] acomodar os novos interesses que emergiam com o café e com os literatos de formação nativa.” (ARAÚJO, 2008, p. 118). Justamente por isso, houve a utilização do termo “forja” para categorizar essa literatura produzida por sujeitos naturalizados brasileiros ou que viveram por um longo período no Brasil, e que tiveram suas obras impressas e disseminadas nesse território. Conforme a pesquisa fora avançando, foi possível perceber o ferro e a brasa que davam os moldes dessa forja, sendo o “ferro” a necessidade de se criar uma identidade para o estado recém independente, e a “brasa” essa elite intelectual partícipe do processo de libertação,

aquecida pela participação na administração do Estado e pela proximidade com o novo Imperador.

Assim sendo, nas seções posteriores encontra-se a análise dessas obras de acordo com a metodologia que respalda essa pesquisa. Justamente por isso, essa seção fora denominada como período de forja, pois as obras escritas aqui foram rememoradas por outras e pelo secretário perpétuo do IHGB para se referir ao que precedera a criação do instituto em termos de uma escrita da história.

Para que, na seção posterior, fosse possível a análise das obras, optou-se por discorrer, aqui na seção que aborda um pouco a “forja”, sobre dois autores que escreveram obras publicadas nessa primeira “fase”.

4.1.1 Manuel Aires de Casal e a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*

A primeira obra denominada de “histórica” por seu autor e impressa no Brasil, em 1817, fora a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de autoria do Padre Manuel Aires de Casal. A vida desse sujeito, como destacado por Prado Júnior (1955), é pouco conhecida, exceto pelas informações de que ele era natural de Portugal e que se encontrava no Brasil desde meados de 1796, prestando serviço enquanto capelão, no Rio de Janeiro. O padre, de acordo com Fernandes, Felipe e Antunes (2013), era formado em Teologia e Filosofia e durante o período em que residiu no Brasil se dedicou ao estudo da geografia e da história dessa localidade, o que contribuiu para que o clérigo publicizasse obras que traziam consigo elementos descritivos das potencialidades das províncias brasílicas, bem como do surgimento de cada uma delas. Segundo Prado Júnior (1955), Casal permaneceu no Brasil até meados de 1821, quando retornou a Portugal junto com a Corte, onde faleceu.

Sua *Corografia*, de acordo com Prado Júnior (1955), dá pistas sobre as intencionalidades e personalidade de seu autor. Dentre os escritos destacados pelo autor encontram-se “[...] uma *Notícia sobre as capitânicas do Pará e Solimões*, publicadas em francês nos *Nouveaux Annales des Voyages* (t. IX – 1821), e citada no Sacramento Blake [...]”, assim como a *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de 1817, e a *Introdução da Geografia Brasílica*, de 1826, que segundo Prado Júnior (1955) consiste em uma

espécie de releitura da *Corografia*. Sobre esta obra, Prado Júnior (1955, p. 53) destaca, acidentemente, que:

A impressão geral que se colhe da leitura de sua obra é que o autor, depois de tomar por modelo e plano o esquema então corrente na matéria, isto é, uma revisão sistemática e geral de noções históricas, fatos da natureza e acidentes geográficos, encaixou nele, sem maior espírito crítico, as informações sobre o Brasil que foi reunindo em longo e paciente trabalho de pesquisa em textos escritos. Aires foi, aliás sem dúvida alguma, um incansável rebuscador de bibliotecas e arquivos; e daquilo que estava a seu alcance, pouco lhe teria escapado. Numa palavra, Aires de Casal foi um erudito.

Além disso, Prado Júnior (1955) destaca que o clérigo escreveu em um momento de transição de paradigmas na área da geografia, onde a vertente clássica, a qual pertence Casal, estava pontuada na narrativa descritiva e nomenclaturista, que se preocupava com nomear os acidentes geográficos, representar os limites destes para clivagem dos territórios, entre outras premissas. Enquanto isso, a vertente crítica e empírica, que começara a despontar em meados do século XVIII, mediante o avanço das teorias empiristas, estava relegada a segundo plano na obra do autor, mas fazia-se presente nos círculos de discussão da ciência de referência, na Europa. Nesta, de acordo com Prado Júnior (1955), buscava-se associar, para além da descrição dos acidentes geográficos e das características físicas das localidades, a interdependência dos fatores na existência de determinadas particularidades de local para local, suas especificidades e potencialidades, assim como demonstrar a elucidação das hipóteses de pesquisa por intermédio da experimentação e comparação de elementos.

Para o lançamento da *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, Casal contou “[...] com Licença e Privilégio Real, [para o] primeiro livro publicado no Brasil em dois volumes pela Imprensa Régia em 1817” (FERNANDES, FELIPE e ANTUNES, 2013, p. 136). Nesta obra, dividida em dois tomos que comprazem, juntos, cerca de 324 páginas, Casal aborda, no primeiro tomo, as províncias do Rio Grande do Sul ou de S. Pedro; do Paraná; do Uruguai; de Santa Catarina; de São Paulo; de Mato Grosso; de Goiás; e de Minas Gerais. No segundo tomo, o autor destina esforços para as províncias do Rio de Janeiro; do Espírito Santo; de Porto Seguro; da Bahia; de Sergipe d’El Rei; de Pernambuco; da Paraíba; do Rio Grande do Norte; do Ceará; do Piauí; do Maranhão; do Pará; de Solimões; e de Guiana.

Imagem 2: A Corografia em versão digital

COROGRAFIA BRASÍLICA
OU
RELAÇÃO HISTORICO-GEOGRAFICA
DO
REINO DO BRAZIL
COMPOSTA E DEDICADA A
SUA Magestade
FIDELISSIMA
POR
HUM PRESBITERO SECULAR
DO
GRAM PRIORADO DO CRATO.
TOM. I.



RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
M. DCCC. XVII

Com Licença e Privilégio Real.

"Facsimil" do frontispício da Primeira Edição

Manuel Aires de Casal

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br>

SUMÁRIO

1.ª PARTE

Introdução	17
Província do Rio Grande do Sul ou de S. Pedro	61
Província do Paraná	77
Província do Uruguai	85
Província de Santa Catarina	89
Província de São Paulo	97
Província de Mato Grosso	117
Província de Goiás	145
Província de Minas Gerais	163

2.ª PARTE

Província do Rio de Janeiro	185
Província do Espírito Santo	209
Província de Porto Seguro	215
Província da Bahia	223
Província de Sergipe d'El-Rei	247
Província de Pernambuco	253
Província da Paraíba	271
Província do Rio Grande do Norte	277
Província do Ceará	283
Província do Piauí	291
Província do Maranhão	297
Província do Pará	307
Província de Solimões	327
Província de Guiana	332

Nestes 22 subtítulos gerais, com exceção da introdução, a obra de Casal segue uma lógica interna precisa: titula a província de qual se tratará; aborda a localidade da mesma (algumas vezes fazendo menção aos pontos geográficos latitudinais ou longitudinais, em outras mencionando acidentes geográficos como pontos de referência); menciona o que se conhece da história da província de maneira geral, assim como faz com o clima; descreve os elementos naturais de destaque, tais como os montes, rios e lagos, ilhas, cabos e outros pontos de relevância; aborda a mineralogia; menciona fitologia e zoologia; e finaliza abordando as características das vilas, vilarejos e aldeamentos que a província possui. Essa lógica de organização por vezes está disposta em ordem distinta, mas seus elementos sempre são supridos, de uma forma ou de outra. Vale destacar também que a obra conta ainda com uma série de subdivisões que não são abordadas no sumário inicial. Analisando a organização geral da obra, Prado Júnior (1955, p.59) mencionou que:

Extremamente metódico, e dominado por uma idéia bem aparente de simetria (graças no que a consulta da Corografia se torna muito fácil e cômoda), ele passa sucessivamente em revista, para cada uma das circunscrições que analisa, a história, os acidentes geográficos (montes, cabos, baías, ilhas, rios, etc.), os minerais, vegetais, animais, terminando com uma relação das cidades, vilas e povoações mais importantes. Cada um destes parágrafos constitui compartimento estanque, em que retine informações mais ou menos extensas sobre o item considerado; às vezes limita-se a uma simples enumeração ou nomenclatura.

No entanto, embora a obra de Casal possua as características destacadas por Prado Júnior (1955), ela ainda abre possibilidades aos estudos históricos na medida em que cataloga uma série de elementos que eram presentes nas diversas províncias brasileiras e que podem não o ser na atualidade. Exemplos disso podem ser observados nas amplas descrições sobre o clima das províncias, os ciclos de chuva, os achados naturais que foram observados e catalogados pelo autor da obra (tais como as espécies de árvores e animais que se encontravam em cada localidade), a forma pela qual se empreendia a transposição dos rios e lagos, as edificações das províncias, entre outras possibilidades.

A Corografia Brasílica se tornara numa espécie de "livro sagrado" da geografia brasileira, e, ainda em 1873, Joaquim Manuel de Macedo, cujas obras de história e geografia constituíram os principais e quase únicos manuais de ensino daquelas matérias por muito tempo (e só foram substituídos pelos de Joaquim Maria de Lacerda, que ainda alcançaram as gerações hoje vivas), afirmava de Aires de Casal, no prólogo às suas Noções de Chorographia, que

era “o mestre e guia de quantos têm escrito depois dele” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 64).

Assim sendo, nota-se que a obra em análise se consolidou, nas premissas de Salles (2014), enquanto disseminadora de determinada visão de mundo, consolidando essa forma de apresentação por várias temporalidades, e, de acordo com Prado Júnior (1955), sendo, inclusive, mencionada no exterior. Quando se relacionam essas considerações com as perspectivas de Bufrem, Schmidt e Garcia (2006) sobre os usos desses escritos enquanto fontes para a pesquisa histórica, pode-se chegar à conclusão que, embora de temporalidades longínquas e permeados por certo estilo de escrita, “[...] esses livros podem ser tomados como fontes para investigar a presença de elementos que, em dados períodos históricos, demarcaram as formas de pensar e de desenvolver o ensino no país.” (BUFREM, SCHMIDT e GARCIA, 2006, p. 121)³⁷. E a mesma consideração se aplica às demais obras que compõem essa pesquisa.

No caso da obra de Casal, composta e destinada a “sua magestade fidelíssima” e escrita por “hum presbítero secular”, não se pode considerar que ela atenda necessariamente aos fins de ensino sobre o Brasil, mas na perspectiva de informar sobre o país, apresentá-lo, canonizá-lo nas páginas de um livro, em um período em que o poder da palavra escrita, como destacado anteriormente, se fazia pujante. Partindo desses pressupostos, já na apresentação da obra Casal destaca que a temporalidade que busca abordar compreende os anos de 1500 a 1532, muito embora, no decorrer da obra, mencione acontecimentos e fatos históricos para além desse período. Além disso, “[...] mostra-se a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas: indica-se o que há de mais notável em a Natureza; como são rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais” (CASAL, 1817, p. 15). Tais considerações são de fato alcançadas pelo autor no decorrer de sua obra.

Quanto à importância do que fora catalogado por Casal, vale ressaltar que o autor se utiliza de referenciais de seu tempo e os menciona constantemente, tanto no texto corrido, quanto nas notas de rodapé. Sobre essa questão, Prado Júnior (1955) posiciona-se destacando que:

³⁷ Embora as autoras estejam se referindo aos manuais do século XX, essa perspectiva também se aplica aos manuais, livros, compêndios e obras escritas de demais temporalidades haja vista que estes são produções dos sujeitos de seus tempos.

Para a parte histórica, Aires de Casal mostra possuir muito boa informação bibliográfica. Todas as grandes obras clássicas do seu tempo, relativas às matérias de que trata, aparecem citadas. Não lhe escaparam também os autores brasileiros, Rocha Pita e Gaspar da Madre de Deus. Este último é bastante referido, embora Aires não lhe cite o nome, mas somente o título da obra, Memórias para a Historia da Capitania de S. Vicente; parece, aliás, não simpatizar muito com o autor. Ainda nesta parte histórica, Aires de Casal não se restringiu às obras impressas; rebuscou os arquivos à sua disposição, mas nesta matéria de manuscritos ele é muito pouco elucidativo quanto à natureza dos documentos citados e lugar onde os encontrou. Limita-se, quase sempre, a referi-los em termos vagos, "um manuscrito que vi...", "que me foi comunicado...", "que soube por informação..." (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 61).

Em relação às obras lançadas pela Imprensa Régia desde a vinda da Família Real até o período antecedente à Revolução do Porto, Hallewell (2017), em sua obra clássica, *O Livro no Brasil*, que aborda essa temática, declara as seguintes obras:

Quadro 5: Obras lançadas pela Imprensa Régia entre 1808-1818

Ano	Obras
1808	- Relação dos Despachos - Observações Sobre o Comércio Franco do Brasil - Memória Histórica da Invasão dos Franceses em Portugal em 1807
1809	- Elementos de Álgebra - Elementos de Geometria
1810	- Observações Sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil - Observações Sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil - Refutações das Reclamações contra o Comércio Inglês - Mapa da Viagem de S. Luiz do Maranhão até a Corte - Preâmbulo, ou Ensaio Filosófico e Político sobre a Capitania do Ceará para Servir à sua História Geral - Tratado de Aritmética - Tratado Elementar de Física - Ensaio Sobre a Crítica - Marília de Dirceu
1811	- Ensaios Moraes - O Uruguay - Roteiro da Cidade de Santa Maria de Belém do G. Pará pelo Rio Tocantins - Obras Completas - O Consórcio das Flores - Compêndio - Riqueza das Nações - Paul e Virgínia
1812	- Elementos de Álgebra - Elementos de Geometria Descritiva Extraídos da Obra de Monge - Tratado Elementar de Mecânica - Ensaio Sobre os Perigos das Sepulturas dentro das Cidades e nos seus Contornos - Obras Poéticas
1813	- Tratado de Óptica - Prelecções Philosophicas sobre a Theoria do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceósyna e Cosmologia - Aforismos sobre as Hemorragias Uterinas e Convulsões Puerperais - Tratado Elementar de Arte Militar
1814	- Elementos de Astronomia

	- Compêndio de Matéria Médica - Discurso Fundamental Sobre a População
1815	- Memórias da Vida Pública - Primeira Linha Sobre o Processo Orphanologico - Elementos de Geodesia - História da Donzela Teodora
1816	- Filosofia Quimica - Coleção de Retratos de Todos os Homens que Adquiriram Nome pelo Génio, Talento, Virtudes [...] desde o Princípio do Mundo
1817	- Corografia Brasileira ou Relações Historico-Geográficas do Reino do Brasil
1818	- Obras

Fonte: adaptado de Hallewell (2017)

Nota-se que, em grande parte dos impressos, há disseminação de conhecimentos das diversas áreas, com destaque às ciências exatas e literárias. A *Corografia*, embora trilhe no mesmo objetivo, possui particularidade quanto ao tipo de conhecimento que busca abordar e disseminar. Vale ressaltar também, de acordo com Correa Filho (1949) e Prado Júnior (1955), que Casal fora reconhecido e renomado, por personalidades como Capistrano de Abreu, como cânone da geografia nacional, haja vista a sua contribuição com a *Corografia*, além de ter sido referenciado por outros autores utilizados nessa pesquisa, tais como Abreu e Lima, Joaquim Manoel de Macedo e Pizarro e Araújo. Neste sentido, levantou-se hipóteses acerca da obra desse clérigo à luz das representações que ele realizou do Brasil, que foram canonizadas em suas páginas e perpetuadas por aqueles que o utilizaram enquanto fonte, e disseminaram essa forma de conhecimento.

Sobre esse tipo de conhecimento, utilizando as categorias de análise adaptadas da obra do alemão Jörn Rüsen (2011), pode-se observar as particularidades da obra de Casal. No que diz respeito a metodologia de análise das fontes, as dimensões dos *interesses*, das *ideias*, dos *métodos*, das *formas* de apresentação e das *funções* puderam ser observadas nas entrelinhas do texto da fonte, sem deixar de lado o contexto vivenciado na época de produção. Nas subseções que seguem na próxima seção, explanar-se-á detalhadamente cada uma das dimensões.

5.1.2 Pizarro e Araújo e as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil*

No ano de 1820 outra obra veio à tona pela Imprensa Régia, escrita, também, pelo punho de um eclesiástico. Sobre este, de acordo com Galdames (2007), algumas considerações

podem ser tecidas haja vista a movimentada vida que teve. “Natural do Rio de Janeiro, Bacharel formado em Cânones, do Conselho de SUA MAGESTADE, Monsenhor Arcípreste da Capella Real, Procurador Geral das Tres Ordens Militares” (ARAÚJO, 1820, tomo III, capa), Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araújo se descreveu de maneira sucinta na contracapa de uma de suas obras (da qual se tratará na seção seguinte). No entanto, destaca Galdames (2007) que a vida do Monsenhor fora marcada pela proximidade que possuía com a Corte portuguesa, por sua atuação sempre próxima à política do Reino, o que lhe rendeu biografias escritas por autores como Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Manoel de Macedo, Sacramento Blake, Américo Jacobina Lacombe, e o próprio Galdames, já em 2007. Além disso, menciona o último autor citado que a vida do Monsenhor também fora permeada por alguns boatos acerca de sua própria idoneidade enquanto clérigo³⁸.

De acordo com Galdames (2007), o Monsenhor, nascido no Rio de Janeiro em 1753, formou-se em Cânones, na Universidade de Coimbra já reformada por Pombal e só optou pela vida religiosa após o falecimento dos pais. Neste meio tempo, movimentou-se de maneira singular a medida em que “[...] nem sempre obedecia às regras e às hierarquias clericais; acreditava muito mais nas relações clientelares. Para ele, o distanciamento entre a metrópole e a colônia, provocada pelo Atlântico, não representava motivo para que a figura do rei não fosse respeitada [...]” (GALDAMES, 2007, p. 11-12); tanto o é que o clérigo chegou a se desentender com bispos, deãos e demais autoridades religiosas. A serviço da Corte, o clérigo realizou visitas:

Nessas visitas pastoris, Pizzaro foi responsável em inventariar o patrimônio eclesiástico das freguesias; verificar como os párocos cuidavam dos paramentos sagrados; verificar os livros de batismo, casamento e óbito das freguesias; fazer um levantamento da fábrica, do número de fogos e almas sujeitas ao sacramento. O trabalho das visitas pastoris era próximo ao trabalho dos naturalistas da época. Pizzaro catalogava as freguesias, mapeava-as, identificava suas diferenças e estabelecia possíveis vínculos entre essas “construções divinas” (GALDAMES, 2007, p. 17).

Essa investida inicial que lhe dera suporte, infere-se, para a posterior elaboração das obras que redigiu. Vale ressaltar ainda que o Monsenhor ficou a cargo da Mesa de Consciência

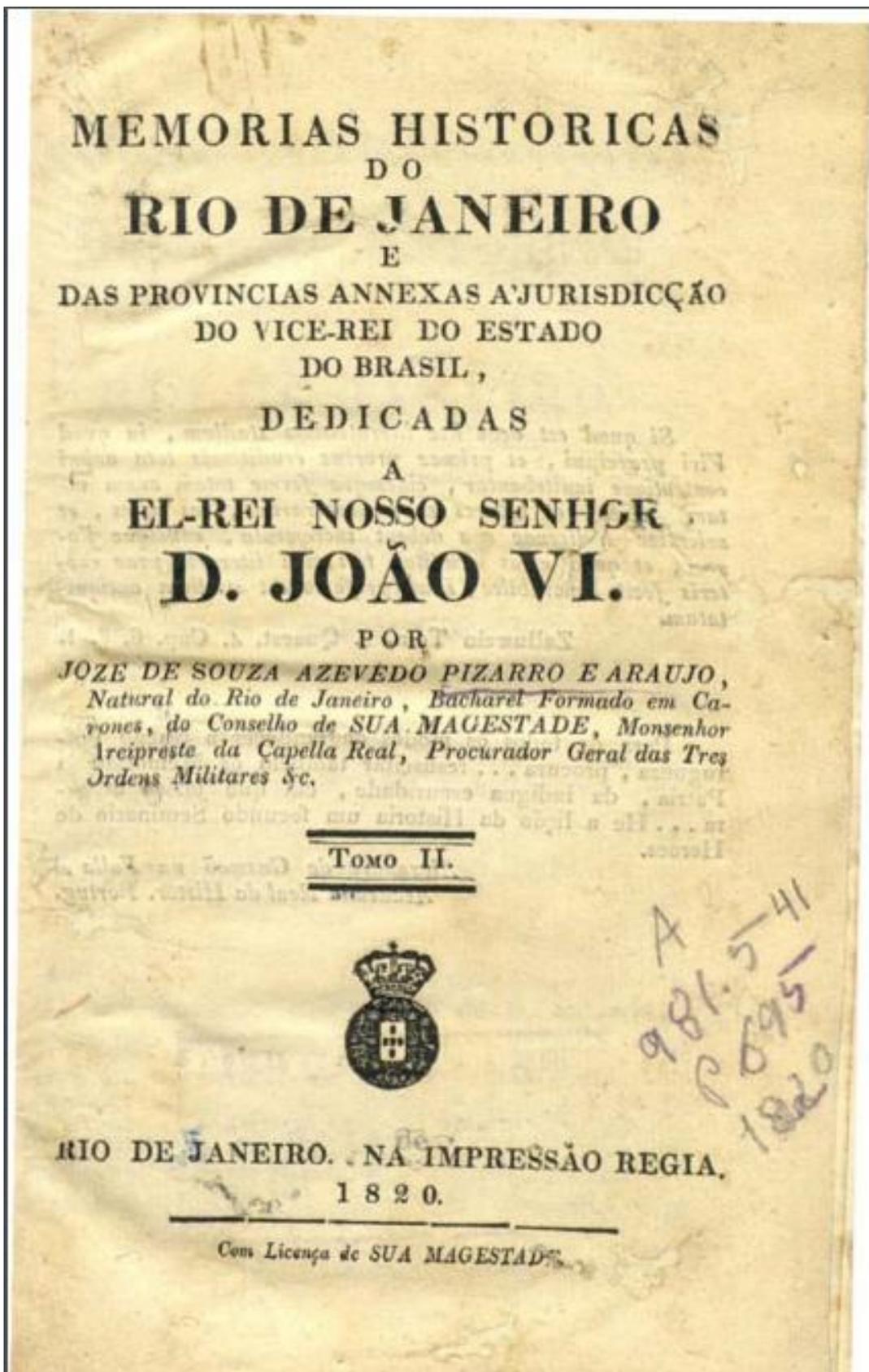
³⁸ Além disso, Galdames (2007) menciona a existência de uma filha, fato comprovado na carta enviada pelo clérigo ao Desembargo do passo em 1813, solicitando legitimação da menina enquanto sua filha e herdeira.

e Ordens a partir de 1808, mesmo ano em que fora nomeado procurador geral das ordens. Em 1826, Araújo fora eleito deputado da Primeira Legislatura.

Dentre as obras publicizadas do Monsenhor, pode-se citar, de acordo com Galdames (2007), a *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro... de 1565 a 1796, Obras Relativas a negócios eclesiásticos do Brasil* e as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Reino do Estado do Brasil*, dividida em oito longos tomos de mais de 200 páginas cada (sendo que o último tomo conta com duas partes), veio à público no ano de 1820, sendo seus cinco primeiros tomos lançados pela Impressão Régia, e os últimos, já em 1822, pela Typografia de Silva Porto³⁹. De acordo com Galdames (2007), foi esta obra que perpetuou o nome de Araújo enquanto historiador (de ofício), sendo, inclusive, utilizada por autores como Caio Prado Júnior, Guilherme Pereira Neves e Maria Regina Celestino de Almeida, motivos, também, pelos quais essa obra faz parte do escopo de fontes desta pesquisa.

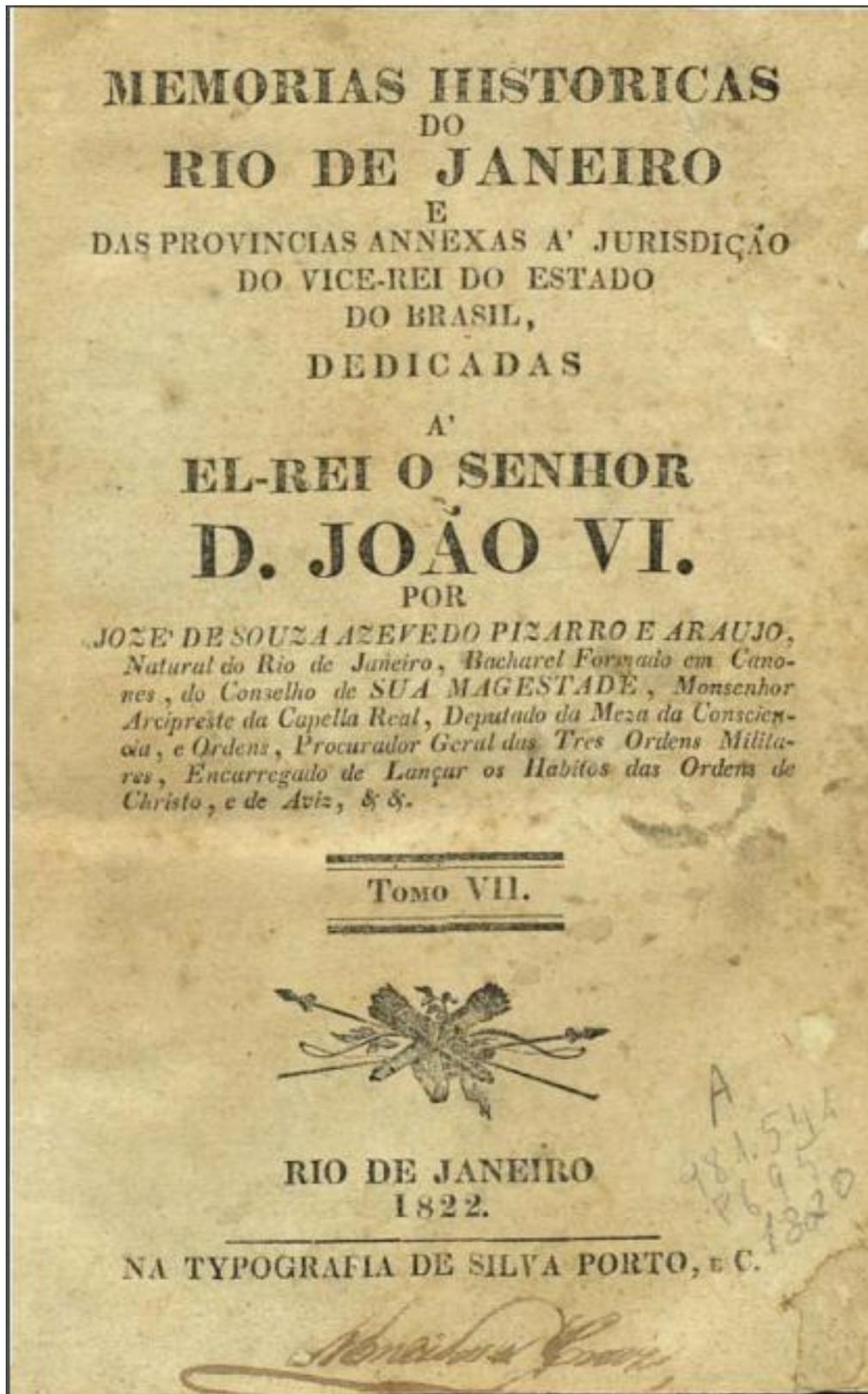
³⁹ Galdames (2007), por traquejar as obras reeditadas em 1945 menciona a existência de 10 volumes. No entanto, na seção de obras raras, no site do Senado Federal, a obra de Araújo compreende nove volumes que, reimpressos na data referida acima, acarretaram um volume a mais.

Imagem 4: As Memórias em versão digital – Impressão Régia



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>

Imagem 5: As Memórias em versão digital – Typografia de Silva e Porto



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>

Essas *Memórias* compreendem uma leitura do Brasil, destacada por Neves e Machado (1999), orientada pela narrativa de registro de acontecimentos, caracterizadas (pode-se destacar após a leitura tanto da obra de Araújo quando da de Casal) por narrativas densas acerca das províncias. Vale ressaltar ainda que, de acordo com Galdames (2007), as *Memórias* de Araújo foram precedidas de prospecto lançado pela Imprensa Régia e “[...] se as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* não foram uma obra encomendada pela monarquia para ter um melhor conhecimento sobre o território, elas indicam a afinidade de Pizarro com essa perspectiva.” (GALDAMES, 2007, p. 42).

Com a intencionalidade de catalogar a história das paróquias⁴⁰ do Brasil para que não se perdessem no esquecimento, Araújo se baseou em documentos do período, destacando eventos importantes de cada província que analisa, ao passo em que pretere aos interesses das classes dominantes e ao clero. O destacar dos elementos da cultura cristã e da solidificação do clero ocupam espaço central na obra do Monsenhor, bem como a descrição do cenário econômico e político de algumas das vilas e províncias. A obra, que não se constitui necessariamente de cunho didático, mas que fora citada como de referência nas demais obras que compõem o escopo dessa pesquisa, chamou atenção no que tange à forma de organização do conteúdo, realizada pelo autor, que não era, dado o período, historiador e nem considerado historiador de ofício. O clérigo, no entanto, fez usos de recursos da ciência histórica, nos moldes prenunciados na passagem do século XVIII para o XIX, de maneira precisa, citando, identificando e analisando documentos.

Diferentemente da obra de Casal, a de Pizarro de Araújo, embora esteja disponível na galeria *online* do Senado Federal, encontra-se dividida em oito tomos (nove, se se considerar que o último tomo é dividido em duas partes) e com um estado de conservação menos favorável à leitura quando comparada à de Casal. No entanto, esses fatores não impediram a possibilidade de leitura e catalogação da mesma nos parâmetros utilizados para esse trabalho.

Pelo fato de a publicação da obra ter ocorrido em duas editoras diferentes, como mencionado acima, optou-se, inicialmente, por analisá-la em duas partes distintas com o intuito de observar se haveria diferenças consubstanciais entre as obras publicadas pela Imprensa

⁴⁰ De acordo com o Dicionário Enciclopédico de Teologia, de Arnaldo Schüller, o termo “paróquia” corresponde a uma parte da diocese, um conjunto congregações administrativas unidas. Cascudo (1992) *apud* Paula (2010), aponta como paróquias províncias ou grupo de províncias dirigidas por um alto funcionário, sendo esta característica herança do mundo romano e solidificada pelo Édito de Milão em 313.

Régia das que o foram pela Typografia de Silva Porto⁴¹. No entanto, embora algumas diferenças tenham sido pontuadas no campo dos *interesses*, nos demais não o foram.

De início, ressaltaram-se alterações estruturais: há mais capítulos por obra, e o recurso de subdivisões dos capítulos em subtítulos menores é quase inexistente nos tomos impressos na Typografia. Além disso, os últimos tomos apresentam notas de rodapé menos extensas quando comparadas aos anteriores. Notou-se também certa modificação na linha narrativa: enquanto os primeiros tomos resguardavam *interesses* na história das paróquias e igrejas insurgidas nas províncias, vilas e vilarejos, no Tomo VI o *interesse* do autor estava mais interligado com a história da estrutura interna do clero, se atendo apenas a esta perspectiva, voltando a tecer considerações sobre o contexto histórico da parte brasílica do Reino português somente da metade Tomo VII em diante. Além disso, o uso de comprovação da narrativa por intermédio de documentos é menor quando comparado aos usos realizados nos cinco primeiros tomos: os mapeamentos identificados nos primeiros são pouco utilizados, as fontes se reduzem a editais, comunicados régios, cartas e alguns livros de cunho eclesiástico, que agora não mais são referenciados quanto ao número de folhas e parágrafos, como fora observado nos primeiros tomos. Notório, também, que os bispos, professores, médicos e bacharéis com formações na Universidade de Coimbra passam a ter espaço mais alargados nas *Memórias* do Monsenhor, bem como as características econômicas desses “novos” sujeitos, como se abordará nas seções seguintes.

No entanto, em toda a coleção de Araújo, em exame da obra de “capa a capa”, uma das primeiras particularidades que se pode observar fora que o autor segue mais assiduamente uma tipologia de história que se aproxima da científica. Isso porque Araújo esboça maior preocupação em relação à localidade das fontes que utilizou, de modo que as mapeia no preâmbulo da obra, tal como pode ser observado no excerto onde o autor menciona que:

⁴¹ A opção por catalogar e analisar de maneira separada a obra de Araújo se deu pelo fato de que as tipografias nas quais foram impressas possuíam, de acordo com Vieira (2019), características distintas, haja vista que a Impressão Régia era diretamente ligada ao Estado Português, enquanto a Typografia de Silva Porto, pertencente a Manuel Joaquim da Silva Porto era, junto com a Tipografia Silva Serva, Oliveira e de Moreira e Garcez, pioneira na esfera privada de imprensas no Brasil. No que se refere ao perfil da Silva Porto, revela o autor supramencionado que se baseava no da administração de emigrados reinóis que tentavam galgar espaço e ascensão social, caracterizando-se ainda, como espaço para o qual “[...] o grupo dos liberais fluminenses, através de artigos publicados no *Correio*, direcionou os que concordavam com a convocação de um Constituinte brasileira a assinarem a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, a ser entregue ao Príncipe Regente” (VIEIRA, 2019, p.190).

Por modo quasi semelhante descobri tambem muita parte de noticias encerradas nos Livros do Senado da Camara da Cidade, nos das Camaras das Villas de N. Senhora da Conceição d'Angra aos Reis d'Ilha Grande, de N. Senhora dos Remédio de Parati, e de Santo Antônio de Sá; que sam as mais antigas do Reconcavo da Cidade; nos da Provedoria Real; e nos dos Archivos dos Conventos; alem dos quaes examinei miudamente quantos existiam mais annosos nos Cartorios das Varas Eclesiasticas do mesmo Reconcavo, e das Matrizes d'elle, de cujo as fontes, bem como dos manuscriptos, varios, e d'outros documentos depositados em maons differentes, já nesta Cidade, já conservados em Lisboa, onde li tambem varios papeis impressos que guardam a Bibliotéca Publica d'aquella Corte, e a de Saõ Francisco; extrahi quanto foi possivel à formar a presente Collecção de Memorias, que podem ser proficuas a quem escrever a Historia d'este paiz (ARAÚJO, 1820, p. XI).

Araújo registra o acesso aos Livros das Sesmarias, Catálogos de Governadores, cartas, notícias, editais, requerimentos, escrituras, testamentos, livros de registros das capelas e de alguns padres, livros cartoriais, bem como documentos de Câmaras que continham informações a respeito das províncias e de seus bispados, as quais o autor chama de “fontes puras”, citando-as em seus números de páginas, parágrafos, e, por vezes, em relação às suas localidades.

No entanto, Araújo (1820, p. XIV) também menciona que, aos catálogos, em suas palavras, “[...] aumentei com varias noticias, umas, que já se desconheciam, e outras que teriam igual fortuna, se não se lembrassem agora, cooperando tudo para fazer mais completa a Memoria [...]”, abrindo espaço para uma forma de apresentação que aproximava sujeito e objeto do conhecimento. Além disso, o autor infere sentenças generalistas para comprovar o fato que na ausência de fontes escritas sobre o mesmo, utilizando-se de termos como “na opinião de muitos”, nos “contos históricos”, “conta o princípio da tradição”, entre outros. Vale ressaltar que Araújo dispõe de notório esforço quando se trata do uso das fontes escritas na imprensa de Lisboa acerca dos fatos sobre o Brasil, haja vista que por diversas vezes o autor recorre às mesmas.

Embora Araújo faça uso de citações de fontes do período, o faz de maneira exacerbada, chegando a ocupar páginas e páginas de sua obra com cópias de notícias publicizadas em periódicos em circulação na época, seja esse recurso utilizado no corpo de texto, seja nas notas de rodapé. Além disso, o autor apresenta uma linguagem de menos clivada pela razão em vários momentos da obra, como, por exemplo, no trecho que segue sobre a tomada do Rio de Janeiro pelos Franceses:

Observaram a Cidade no meio dos montes, que a protegem, e cobrem; contemplaram um sufficiente numero de Tropa regular, à que nada faltava de

muniçoens de guerra, e boca, com a boa vontade de todo auxilio; [...] dobrava-se-lhes a magoa, estalava-lhes o coração nos peitos, e mal podiam persuadir-se do que viam, [...]. Tudo lhes parecia sonho: e n'esse momento de tristeza, representando-se-lhes a Cidade mais bella, do que fora, e seus contornos mais agradaveis, do que tinham sido, dando infinito valor à perda, a mesma vida se lhes tornava insuportavel (ARAÚJO, 1820, p. 51-52).

Após essa menção, o autor insere a transcrição integral dos três documentos, para solidificar sua argumentação acerca do fato, sendo um registro do Livro de Assento dos Mortos da Freguesia da Sé; uma carta particular de autoria de Manuel de Vasconcelos Velho a Domingos José da Silveira; e um registro no Livro do Senado, de 23 de novembro de 1711. Após a transcrição, Araújo tanto conclama os documentos como evidencia os motivos que levaram o Rio de Janeiro a capitular frente à investida francesa; e em cada um deles há uma tipologia representativa única a quem escreve.

Importante destacar que o autor se utiliza ainda de outro documento para contrapor aos três primeiros, de autoria de Mr. Thomás, que aborda o outro lado do conflito: o lado francês. Vale destacar que Araújo, estando na defesa portuguesa do evento, não tece comentários após a citação de Mr. Thomás. Araújo faz uso, ainda, de escritos de Pe. Anchieta e de outros padres que os deixaram para a posteridade, o que, além de demonstrar certo manejo com escritos já publicados anteriormente, demonstra também que ele possuía certa propriedade intelectual acerca do assunto que abordava em sua obra, componente importante quando se trata, de acordo com as premissas de Rüsen (2001), do assenhramento do passado.

Semelhantemente à primeira obra analisada desta pesquisa, também Araújo destina atenção para descrição do potencial hídrico das províncias que descreve, bem como da localização geográfica das mesmas e da existência de edificações interligadas à religião cristã católica e do funcionalismo do estado – tais como casa dos governadores, dos officios, entre outras. Na seção cinco, analisar-se-á, dentro dos preceitos traçados por Jörn Rüsen, os pontos referentes aos *interesses*, as *ideias*, o *método*, as *formas* e as *funções* nos Tomos das *Memórias* de Araújo.

4.2 A bigorna

Após a Independência, o campo intelectual, enquanto formulador dessa nova realidade brasileira, também repercutiu iniciativas de modificação de mentalidade, haja vista que aos

poucos se substituíam a visão demasiadamente calcada no padroado em nome de uma educação mais semelhante aos auspícios do “progresso” e da “civilização”. Isso porque “O *habitus* [...] é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim.” (BOURDIEU, 1983, p. 94 [grifos do autor]).

O ideário da elite que formava esse campo não era claro em primeira instância, haja vista as disparidades regionais existentes nos anos de 1823.

Nem mesmo a elite intelectual, equipada para pensar os problemas do país e da nação, mostrava-se perfeitamente homogênea. De uma parte, formada na antiga metrópole, trazia no sangue a consciência do papel eminente da Coroa, que o marquês de Pombal legara à Universidade de Coimbra; e da Real Academia de Ciências do círculo reformista de Rodrigo de Sousa Coutinho [...]. De outra parte, no entanto, estimulada pelas oportunidades propiciadas pela presença da Corte, formara-se na terra, a partir de precárias instituições de ensino e da leitura nem sempre crítica dos autores mais radicais da Ilustração francesa, [...] (NEVES e MACHADO, 1999, p. 257).

No entanto, ausente em força, a segunda parcela dessa elite intelectualizada não pudera concretizar seu ideário. Neste sentido, o que se colocava em vigor ainda era o ideário de uma elite intelectual herdeira da concepção educacional coimbrese, seja porque os intelectuais vigentes na sociedade brasileira conservavam as características de pensamento daqueles que haviam se formado na Universidade de Coimbra; seja porque eram herdeiros, em formação, destes. No entanto, vale ressaltar que os intelectuais dessa temporalidade possuíam particularidades distintas das ressaltadas pela geração de pensadores que atravessou os anos de 1790 a 1822, haja vista que estes vivenciaram as modificações decorrentes da vinda da família real para o Brasil e, conseqüentemente, apostavam em propostas que visavam o “progresso” da antiga colônia. Estes, de acordo com Araújo (2008), não viam mais o Brasil como uma possibilidade de regenerar Portugal, mas com potencialidades para tecer sua história por meio de suas próprias características. E o próprio Januário da Cunha Barbosa fora um dos intelectuais que alterou sua visão acerca dessa possibilidade para o Brasil, como destacou Araújo (2008).

Nesse sentido, a forte presença do imperador e o fortalecimento deste se mostrava de importância para a unificação dessa classe de intelectuais em prol de uma construção identitária, de modo que nas obras que foram impressas nesse período e escritas por brasileiros trazem essa afirmação em seu interior, seja de maneira sutil, seja de maneira explícita. No entanto, a ideia de uma universidade não fora consolidada, de modo que as aspirações dessa elite foram até a

criação das Escolas de Direito (em Recife e em São Paulo), da Academia Militar e de Medicina (no Rio de Janeiro e na Bahia), o que já denotava um passo grande para o Brasil do período. Dessas saíria formada a elite intelectual que preponderou no Segundo Reinado.

No que se refere à expansão da palavra escrita, agora por intermédio do ensino, já de início do pós-independência, “A Constituição de 1824 estabeleceu a gratuidade do ensino elementar. A lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de cadeiras de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e até de escolas para meninas, nos locais mais populosos.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 228), o que, contudo, acabou por tornar-se letra morta. No mencionado período, segundo Saviani (2007), houve discussões acerca da necessidade de implementação de um tipo de educação para a “mocidade brasileira”. Para atender essa demanda, foi conclamado o compêndio *Memória de Martim Francisco*⁴², que se assemelhava demasiadamente com os escritos de Condorcet acerca da necessidade da instrução pública, mas contando com um certo filtro ideológico e gramatical, que substituía ou eliminava palavras e ideias que iam contra a estrutura imperial brasileira. Vale ressaltar, sobre este material, que ele servira de norteador para as delimitações educacionais que recaíram sobre a capitania de São Paulo, mas que

Reapresentada na Assembleia Constituinte e Legislativa, recebeu parecer favorável da Comissão de Instrução Pública na sessão de 7 de julho de 1823. O parecer, reconhecendo nela qualidades no método do ensinar e aprender, na classificação e graduação dos conhecimentos, na indicação das matérias, *na escolha dos compêndios*, lamenta os prejuízos à instrução pública acarretados pela sua não adoção. E recomenda que seja publicada às expensas do tesouro público, devendo servir imediatamente *como guia para os professores e para os autores de compêndios* (SAVIANI, 2007, p. 122-123 [grifos nossos]).

No entanto, dada às mudanças de interesses frente à Comissão de Instrução Pública, em virtude do desenvolvimento de cursos superiores em São Paulo e Recife, o estímulo ao enfoque educacional básico foi relegado às poucas palavras na Constituição de 1824, sendo tratado, segundo Saviani (2007), de maneira simplista e resumida à apenas uma frase. Notório ressaltar também que a referida constituição ainda contava com a adição de mais um poder à clássica tríade iluminista (executivo, legislativo e judiciário): o Poder Moderador. Este poder, que concentrava alguns âmagos decisórios nas mãos do Imperador, deixou seus lastros no sistema educacional à medida em que, de acordo com Bittencourt (1993), não foram ausentes as edições

⁴² Esse documento fora citado por Saviani (2007).

e impressões de manuais didáticos cujos autores se interessavam por chamar a atenção daquele que o detinha.

Com o fechamento da Assembleia em 1824 e a outorga da constituição, as discussões em torno da educação foram enfraquecidas, sendo retomadas com a abertura do parlamento no ano de 1826, contando com um projeto apresentado por Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira de Mello e Antonio Ferreira França. Nesse projeto, se elevava o ensino nacional em quatro diferentes graus. O 1º. Grau, denominado por pedagogias, abrangia conhecimentos elementares a todos os cidadãos, independente da camada social, e era articulado em três séries com duração de um ano cada uma, ofertados em cada povoação ou freguesia, assim como nas cidades e vilas. Para o 2º. Grau, do qual faziam parte os liceus, a formação era centrada nos conhecimentos relacionados às artes, ao comércio e à agricultura, de modo que estariam relegadas às cidades e grandes vilas. Para o 3º. Grau, denominado por ginásio, foram designados os conteúdos das ciências humanísticas gerais, e seriam desenvolvidos nas capitais das províncias. O 4º. Grau, das academias, seria formado por conhecimentos mais abstratos e específicos, e se concentrariam as cidades de São Paulo e em Pernambuco (SAVIANI, 2007).

No que tange ao reflexo dessa proposta na feitura dos didáticos, ressalta Bittencourt (1993, p. 31-32) que

Para o segundo grau de instrução, ou nível secundário, diferentemente, o autor [Martim Francisco d'Andrada] aconselhava uma maior liberdade para o professor na escolha dos compêndios, alegando que “desta maneira mantem-se nele uma atividade útil, ata-se-lhe um *novo motivo de emulação*, e se lhe concede a liberdade de comunicar aos seus discípulos as descobertas úteis e curiosas, que o progresso não interrompido das ciências pode oferecer”. [grifos nossos]

Embora tal proposta não tenha se consolidado, o registro de sua importância é notório, haja vista a intencionalidade dos atos em determinada temporalidade histórica, como menciona Rüsen (2001), e que tendem a marcar suas influências nas gerações futuras. Vale ressaltar ainda que no lugar de uma proposta abrangente, em 1827 o texto de referência para a educação brasileira era mais modesto e, segundo Saviani (2007), contava com apenas 17 artigos e estruturava noções básicas para a instrução nacional, ressaltando somente o ensino da leitura, da escrita, da gramática da língua nacional, das quatro operações e das noções de geometria, assim como do ensino cristão. A história, nessa temporalidade, estaria implícita, diluída, nos conteúdos sobre religião, leitura e outros. De acordo com Mendes (2016, p. 55), “a disciplina

escolar no Brasil constituiu-se com a sistematização dos planos de estudos do Colégio Pedro II, a primeira escola pública secundária, fundada em 1837 no Rio de Janeiro”.

Para essa conjuntura, segundo Saviani (2007), o método lancasteriano ou monitorial era propício e implementado. Interligando essas premissas com as formas de investigação utilizadas nessa pesquisa, pode-se conjecturar que a maneira de se decidir acerca dos meandros educacionais fazia jus à forja pela qual o Império brasileiro, ainda excessivamente ligado a corte portuguesa, encaminhava tais discussões acerca desse princípio. Isso porque, de acordo com Schorske (1979, p. XXI-XXII *apud* CHARTIER, 2009, p. 43), é possível, quando na análise das conjunturas e das fontes que dão vazão ao trabalho do historiador, duas linhas se entrecruzam, de modo que:

Uma linha é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com expressões anteriores ao mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura.

Importante destacar também que com a abdicação de Pedro I, de acordo com Neves e Machado (1999), e dada aos conflitos que eclodiam no período, coube às Regências a tarefa de encaminhar mais assiduamente os projetos de construção de uma identidade e de um ensino nacional. Para tanto, até mesmo as elites deveriam ser enquadradas mediante a formação de tal identidade, sufocando os conflitos existentes entre seus membros.

Outro ponto a ser resolvido, segundo Saviani (2007), consistia na carência de atenção por parte de todas as instâncias públicas de poder em relação à educação do povo, fato este interligado tanto à diacronia quanto à sincronia da temporalidade histórica ora em análise. Além disso, vale ressaltar que a formação de professores para tal propósito era deficitária e que, para agravar a situação, com o Ato Adicional de 1834, o governo central se desobrigou do financiamento da instrução pública, relegando às províncias tal incumbência, de modo que, de acordo com o texto do artigo décimo do referido ato, passou para a competência das assembleias legislar

§ 2o Sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral (BRASIL, 1866).

O Ato Adicional de 1834 pouco alterava a situação, haja vista que descentralizava as decisões de cunho educacional, deixando para as províncias a manutenção das primeiras letras, ao passo que desobrigava a Corte de arcar diretamente com os custos para tal. Além disso, ressalta Saviani (2007) que a falta de instalações propícias para o desenvolvimento das atividades de ensino também acrescia a problemática secularização da educação brasileira, de modo que, de acordo com o autor, o Ato Adicional de 1834 legalizou a omissão das províncias para com o ensino, o que, conseqüentemente, refletiu na necessidade de reformulações para atender a essa problemática.

Ponto positivo do Ato Adicional fora a criação das primeiras instituições para formação de professores, as chamadas escolas normais, que, embora não tenham repercutido o sucesso esperado em todo território brasileiro, foram basilares para a solidificação da instrução pública no Brasil, assim como para compor a dualidade que marcaria a formação intelectual que se acentuaria após os anos de 1889. Sobre essa divisão:

Na realidade, as preocupações das elites moviam-se em outra direção, como deixaria evidente o estabelecimento do Imperial Colégio de Pedro II, em 1837. Inspirava-se, claramente, no modelo português, que soubera fazer da Universidade de Coimbra o ponto de convergência da formação superior de todo o Império. A única instituição secundária oficial do país, patrocinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, o colégio evidenciava a importância, naquele momento, de cuidar da homogeneização futura da própria elite, cindida pelos conflitos regenciais, preparando candidatos para o ensino superior (NEVES e MACHADO, 1999, p. 230).

Já no que tange às Regências, período em que a ausência do poder centralizador da figura do monarca era uma realidade, foi possibilitado o ambiente no qual se uniram os ideais da intelectualidade em prol do nascimento, de fato, de uma identidade nacional. No entanto, a disparidade entre o tradicionalismo de formação intelectual europeia e a elite cultural baseada no liberalismo se fez presente, antagonizando interesses e marcando a elite brasileira do período; assim como também fora atinente às contradições entre um corpo de senadores e deputados de orientação ilustrada, e uma elite econômica escravocrata e agrária. Esses antagonismos, de acordo com os autores supramencionados, foram propulsores, também, das tensões e conflitos abertos que vieram à tona no período regencial.

“Graças ao ritmo mais veloz propiciado pela difusão da imprensa periódica e à consolidação do aprendizado dos mecanismos políticos, o clima de instabilidade política, instaurado a partir do 7 de abril, propagou-se por áreas geográficas distantes [...]” (NEVES e

MACHADO, 1999, p. 187), demonstrando o poder que a palavra escrita adquiria conforme o desenvolvimento da imprensa e a ampliação da rede educacional. Além disso, também se tornou notório que essa elite não era completamente unitária ao passo em que seus ideais distinguiam, na tentativa de manter os espaços de sociabilidade adquiridos na corte ou na administração pública, conforme demonstrado anteriormente com a explanação dos periódicos de maior reverberação. Nessas circunstâncias:

Mais temerosos, afeitos ao universo monárquico em que se tinham criado, os caramurus não podiam senão conceber o retorno de Pedro I para conter a anarquia que previam em breve. No outro extremo, os exaltados viam a oportunidade para realizar o país, *real* por excelência, com que tinham aprendido a sonhar, embevecidos pelas leituras assistemáticas dos elementos mais radicais da Ilustração francesa. Ao centro, que pressupunha a construção de uma nação pela educação e a cultura, e outra mais federalista, que insistia nas pátrias locais que não haviam desvencilhado (NEVES e MACHADO, 1999, p. 189).

Após as revoluções que ocorreram no período regencial, os escritos de atos heroicos ganharam destaque na imprensa nacional, embebecida no ideal de nacionalidade e pautada em “[...] toda uma filosofia de vida capaz de buscar as raízes da nacionalidade naquilo que o país tinha de próprio, de positivo.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 196), de modo a tentar construir uma identidade brasileira baseada nas Luzes portuguesas, mas, ainda assim, que exaltavam diretamente as potencialidades da nação em virtude daquilo que a dotava de individualidade.

Conforme ia se solidificando em território nacional, essa elite, aos poucos, rompia com a metrópole e se demonstrava através da criação de algumas instituições de importância no Brasil quando se trata da construção identitária, tais como o já mencionado Colégio Imperial Pedro II, criado em 1837; o Arquivo Público, criado em 1838; e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado também em 1838; “[...] assim como a composição das primeiras obras históricas, artísticas e literárias, que deveriam servir para moldar a personalidade do Estado-nação no Brasil.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 259). Tais instituições tinham como objetivo fortalecer a identidade nacional e disseminar conhecimentos relacionados ao país. Tal era a importância destes que:

Os principais proponentes da ideia – o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa – ressaltavam o caráter pedagógico do IHGB, sendo capaz a nova instituição de “ministrar grandes

auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”. Para tal, o Instituto devia, em consonância com o seu primeiro estatuto, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”, promovendo, posteriormente, “os conhecimentos desses dois ramos filosóficos por meio do ensino público”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 261).

Ao mesmo tempo, incentivava-se a criação dos institutos regionais como forma de centralizar a documentação das províncias e divulgava-se tais documentações, assim como os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Os membros que compunham o IHGB na temporalidade de sua criação e nos primeiros anos de sua formação estavam alocados na política nacional, alguns tinham sido formados na Universidade de Coimbra ou de Paris, ou nas escolas militares. Ainda assim, intencionavam a criação de uma homogeneidade cultural por meio do periódico e das ações empreendidas pelo Instituto. Quando assumiu o trono, Pedro II tendeu a se aproximar do Instituto, que exaltava a sua figura.

De acordo com Guimarães (1988), o século XIX, nos mais diversos locais do globo, fora marcado pela clivagem das identidades nacionais solidificadas na historiografia das nações, da qual os autores eram seletos de grupos das elites letradas, modelo do qual o Brasil não fugira. Ainda em acordo com Guimarães (1988, p. 5), “O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.”. Essa conjuntura terminou por materializar algumas narrativas acerca do Brasil, bem como determinadas formas de se historiografar a nação, dentre as quais se pode destacar as produzidas por Januário da Cunha Barbosa, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Raymundo José da Cunha Mattos, Karl Friedrich Phillip von Martius e Henrique Julio de Wallestein, entre outros.

Ainda em acordo com o supramencionado autor, fora por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que a proposta de construção de uma História Nacional, e, logo, de uma identidade nacional, se materializou. Primeiramente com o intuito de solidificar as identidades das elites nacionais para, então, conquistar as mentalidades dos demais sujeitos que compunham a nação e que ficariam excluídos desse processo construtivo, essa identidade se consolidaria no pós 1838 à medida em que “[...] o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira.” (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Para tanto, o cônego e secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa⁴³, lançou mão de dois documentos que norteavam quais seriam os rumos de uma história escrita do Brasil, dando os orientativos precisos em dois documentos por ele produzidos. Para esse momento, tornou-se importante enfatizar o *Discurso inaugural no ato de estatuir-se o IHGB e Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*, ambos datados 1839. Nestes, a intencionalidade de se clivar uma história nacional “ilustrada à brasileira” era pujante e imperativa, delimitava as formas da escrita, o que seria utilizado enquanto fontes e, dessa forma, o direcionamento da narrativa e, logo, da construção da história do Brasil, dos sujeitos que por ela seriam eternizados e, também, excluídos.

De acordo com Guimarães (1988, p. 8), o *Discurso* de Januário, apresentado em 25 de novembro de 1838, possui inclinação pragmática, à semelhança das instituições francesas, orientando que os trabalhos se realizassem mediante “[...] a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica.”. Além disso, o secretário perpétuo, em nome do IHGB, também orienta a centralização dos documentos no Rio de Janeiro, processo similar, destaca Guimarães (1988), ao ocorrido na França, que centralizou a construção de uma história nacional em Paris. Vale destacar, de acordo com Queiroz (2011), Januário tivera proximidade com o Instituto de Paris, o que pode o ter levado a detalhar o modelo de escrita de uma História do Brasil nos moldes da ocorrida na França, porém de maneira adaptada ao contexto nacional.

No *Discurso*, ficou evidente a preocupação com a institucionalização de uma história nacional que tivesse como enfoque “[...] mostrarmos para as nações cultas que também prezamos a *gloria da patria*, propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos *factos da nossa historia* [...] *purificados dos erros e inexactidões* que os mancham em muitos impressos [...]” (BARBOSA, 1839, p. 9 [grifos nossos]). Interligando esse trecho com a discussão realizada por Reis (2002), notório destacar a intencionalidade em, ao mesmo tempo, rever a história já escrita sobre e do Brasil, eliminar suas incongruências e estabelecer uma

⁴³ Januário da Cunha Barbosa além de pregador régio, oficial da Ordem do Cruzeiro, Cônego da Capela Imperial, deputado, diretor do *Diário Fluminense*, da *Tipografia Nacional* e da *Biblioteca Nacional*, também fora fundador, diretor e secretário perpétuo do IHGB, bem como da *Revista do IHGB*. (CASAGRANDE, 2006). De acordo com Queiroz (2011), o cônego maçom também obteve honrarias nacionais e estrangeiras⁴³, integrou sociedades literárias distintas e deixou um legado de textos escritos variados, dentre os quais pode-se encontrar os de cunho historiográfico.

História Nacional honrosa. Vale considerar, à título de inferência, que Januário tivera contato com uma nação que não só gerou, como também fora o principal alvo dos impactos da Revolução Francesa no decurso da escrita das histórias nações, bem como as orientações de caráter conservador tomadas no período pós-revolucionário, tanto no cenário político quanto no letrado. Para de Reis (2002), a inclinação de uma escrita da história centralista, pátria e, também, conservadora, portanto, contrária ao movimento que despontou na Revolução (Iluminismo), tinha por princípio o estabelecimento de uma unidade de conservação na face contrária à continuidade do processo, tendo como epicentro a Alemanha e a proposta de escrita da história que provinha dessa localidade. Essa forma de escrever a história buscava na glória do passado e na ausência da especulação do futuro a clivagem do “espírito da história”, seu enfoque e sua principal preocupação. E embora essa maneira de se catalogar a história tenha sido predominante na Alemanha, não se pode negar um “historicismo à brasileira” quando se calibra as lentes da análise do *Discurso* de Januário sob os aspectos que o autor do escrito considera como importantes para a História da nação e as maneiras de se a empreender.

Embora o Brasil não tenha passado por um processo de rompimento tão impactante quanto fora a Revolução Francesa, a Independência havia ocorrido, as nações latino-americanas cultivaram seus processos de libertação das amarras coloniais e se tornaram repúblicas, e houve levantes, revoltas e conflitos em território hoje nacionais. “Independente desde 1822, restava ao Brasil adquirir uma estrutura cultural própria, estabelecendo uma literatura, uma geografia e, especialmente, uma história.” (GONÇALVES, 2013, p. 227).

Além disso, o círculo letrado que estivera à frente da escrita da História do Brasil via Instituto Histórico possuía ligações diretas com Portugal, seja em virtude do nascimento, seja por intermédio da formação acadêmica. “Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança” (GUIMARÃES, 1988, p. 10). A institucionalização de uma forma de se escrever a história, via IHGB, colaborava, neste sentido, para manutenção de certo conservadorismo da estrutura monárquica vigente, além da também conservação de uma história pátria que fizesse jus aos nomes que se interligavam com tal conjuntura.

Neste sentido, ao IHGB, de acordo com o *Discurso* de Januário, cabia o papel de “[...] de eternisar pela historia os factos memoraveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espedas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espírito de partido, e até mesmo a ignorância.” (BARBOSA, 1839, p. 9 [grifos nossos]). Além disso, Januário ainda destaca os nomes dos autores de histórias do Brasil que

antecederam a criação do IHGB, canonizando alguns e dando-lhes a anuência do Instituto enquanto escritos de renome que mereceriam destaque dentre os demais que compunham o “passado” das histórias do Brasil. Sobre isso, destaca o autor que:

A empreza de alguns de nossos escriptores, que teem escripto sobre as cousas da patria, não será perdida para nosso instituto. Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incansaveis e distinctos litteratos Barredo, Rocha Pitta, Bispo Azeredo, Monsenhor Pizarro, Frei Gaspar Durão, Visconde de Cayurú e de S. Leopoldo, Conselheiro Balthazar Lisboa, Rebello, Ayres de Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da história geral brasileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos (BARBOSA, 1839, p. 16 [grifos nossos]).

Nota-se a preocupação em legitimar quais os nomes do passado seriam de importância para a continuidade de uma história da pátria. Destes nomes, Monsenhor Pizarro, Aires de Casal, L. Gonçalves dos Santos e o Visconde de Cairu foram autores analisados nessa pesquisa.

No que se refere às formas de se escrever a História do Brasil, vale destacar a preocupação com a construção de um tipo de identidade brasileira. E nas palavras do cônego maçom, “O nosso silencio, reprehensivel de certo em materia que tanto affecta a honra da patria, tem dado occasião a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser immediatamente corrigidas.” (BARBOSA, 1839, p. 10). Corrigir tais inexactidões passaria a ser uma das tarefas do IHGB, pois, de acordo com o autor, essas imprecisões colaborariam para uma errônea interpretação a história dos acontecimentos brasileiros, corrompendo a história pátria e obscurecendo, até mesmo, a importância da independência. Caberia ao IHGB, nas palavras do seu secretário perpétuo:

[...] salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos ; [...] assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a direção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. Esta tarefa, em nossas circumstancias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais emprehendedor, tornar-se-há facil pela comjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das provincias do Imperio, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e filosofica do Brazil (BARBOSA, 1839, p. 10).

Essas indicações, no entanto, não eram novidades para o cenário de uma escrita da História do Brasil, como se poderá verificar mais adiante. No que tange à forma da escrita, orientava o secretário perpétuo do IHGB que esta fosse iniciada pela prospecção documental, realizada de forma semelhante à dos naturalistas, os quais, cita o autor, “[...] que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que rescuscita uma animal [...]”⁴⁴.” (BARBOSA, 1839, p. 12). Nesta passagem é possível notar certa proximidade metodológica com o ferramental das ciências naturais e, também, com a forma de se escrever a história na França. Vale relembrar também, de acordo com Queiroz (2011), que Januário tivera proximidade com o Instituto francês, e daí, talvez, a similaridade com escrita proveniente desse epicentro.

No entanto, embora a forma de escrita baseada nas ciências naturais tenha sido destacada, logo em seguida, na ordem descritiva do próprio *Discurso*, o cônego complementa suas orientações destacando a preocupação com as particularidades da “vida moral”. Segundo ele:

A vida moral tem suas condições e suas leis ; compõe-se tambem de circumstancias ligadas por meio de relações quasi necessarias ; a philosophia póde reconhecê-las e demonstrá-las ; e a imaginação, com mais celeridade e certeza, saberá então dellas assenhorar-se. A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que accelere os seus passos (BARBOSA, 1839, p. 12 [grifos nossos]).

Nota-se na passagem a delimitação das particularidades da vida moral, com suas condições e leis próprias. Retomando as considerações tecidas por Reis (2002), a maneira como Januário destaca as peculiaridades da vida moral e suas condições poderia ser relacionada com a forma de se analisar o passado preludiada pelos historicistas alemães, para os quais “As instituições humanas e vivido humano não são resultado do cálculo da razão, mas de um *processo histórico*, independente da vontade consciente dos indivíduos.” (REIS, 2002, s/p.). Também o destaque às circunstâncias relacionais que comporiam a vida prática adentra o bojo da maneira historicista de se pensar a história ao passo em que “Eles [os historicistas alemães] queriam apreender o ‘gênio’ de um povo, que aparecia em suas instituições, costumes, valores e biografias.” (REIS, 2002, s/p.).

⁴⁴ Para tecer essas considerações, Januário cita o Barão de Barante.

No entanto, a metodologia empreendida na ação de análise da história em si muda de aspecto quando o secretário perpétuo do IHGB propõe que esta seja reconhecida e demonstrada pelos meandros da filosofia, que, de acordo com Reis (2002) iria na contramão da proposição realizada pelos historicistas alemães, que consideravam que pensar a história filosoficamente, pelos meandros da razão iluminista, levaria aos “excessos” da Revolução Francesa. A inferência a se seguir, o guia seguro, que para o autor se resumiria na atividade desempenhada por historiadores e geógrafos, “[...] só quem pode oferecer-nos essa galeria de factos, que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos [...]”. (BARBOSA, 1839, p. 12), completa o hibridismo suposto no *Discurso* de Januário, de modo que, embora se considerasse as particularidades da “vida moral”, sua análise seria realizada nos moldes de uma perspectiva iluminista “à brasileira”, sem muitos rompimentos com o que já se havia preposto acerca do passado, buscando unidade e centralidade na forma de se escrever a História do Brasil.

Neste sentido, a “[...] grande utilidade que se pode colher dos estudos historicos e geographicos, [que] marca por isso mesmo uma época gloriosa de nossa patria [...]” (BARBOSA, 1839, p. 13) poderia ser alcançada após a criação do IHGB, que seria responsável por esse crivo. Esta escrita, aponta o discursista, seria herdada pelos “patricios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da gloria litteraria.” (BARBOSA, 1839, p. 13), já indicando a quem caberia o papel de escrever a história do Brasil, sob tutela do IHGB, a quais sujeitos ela seria dirigida e com qual finalidade.

Quanto aos imperativos das formas de se escrever, Januário, no documento *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*, texto de duas páginas e dividido em duas partes, sendo uma destinada à história e outra à geografia, destaca as tipologias de fontes que deveriam basilar a escrita da História do Brasil. No documento o cônego aborda, inicialmente, a importância em se resgatar as biografias dos “grandes homens” das províncias, haja vista a indicação para que se procurassem as “Notícias biographicas impressas, ou manuscriptas dos Brasileiros disctintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou qualquer outra qualidade notável [...]” (BARBOSA, 1838, p. 109).

No entanto, notório destacar que o resgate biográfico dos “brasileiros distintos” já ocorrera em momentos anteriores à fundação do IHGB e da elaboração das *Lembranças*, embora de maneira mais sucinta e de forma integrada à narrativa histórica em si, como ficou demonstrado após as análises das fontes que compõem essa pesquisa. Outro ponto importante

proposto nas *Lembranças* de Januário consistiu na questão dos documentos basilares para a escrita da História Nacional. De acordo com o autor, tal escrita deveria ser pautada em uma documentação oficial, pois eram de importância as “Cópias authenticas de documentos interessantíssimos a nossa história, assim antiga como moderna [...]” (BARBOSA, 1839, p. 109). Januário assevera ainda a importância em se destacar dados relacionados à economia e à possibilidade de investimentos nas províncias, haja vista a relevância dada às “Descrições do commercio interno e externo da província, de sua indústria e litteratura; de seus principais produtos e variedades [...]” bem como “[...] sobre seus minerais, animais, aves, peixes e etc..” (BARBOSA, 1839, p. 109). Além disso, era também indicado para a escrita da história nacional a coleta de informações sobre “[...] os costumes dos Indios, sua catechese, civilização, augmento ou diminuição [...]” bem como “Notícias sobre factos extraordinários [...]”. (BARBOSA, 1839, p. 109). Todas essas características, como se poderá ver mais adiante, já compunham as obras escritas pelos historiadores de ofício que antecederam a criação do IHGB.

O IHGB ainda contava com reuniões para a discussão dos números da revista, das documentações por ele catalogadas, e que poderiam ser utilizadas de ferramentas para a construção de uma identidade nacional. “Dessas discussões, surgiu em 1840 um concurso sobre ‘como se deve escrever a história do Brasil’, do qual saiu laureado o alemão von Martius [...]”. (NEVES e MACHADO, 1999, p. 263). Na obra, Martius ressaltava a tríade da formação brasileira: o índio, o negro e o europeu. A essa altura, de acordo com os autores supramencionados, a literatura ressaltava o papel do índio como componente essencialmente nacional, mas ainda sob as lentes calibradas pelo olhar europeu.

“Significativamente, foram nas sessões do Instituto Histórico que se passou a denunciar a falta de um compêndio para o ensino da história pátria.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 264), questão esta que iria se tornar mais constante com a criação da cátedra de história, ocupada primeiramente por Gonçalves Dias, em 1849, de acordo com Gasparello (2004). Nesta temporalidade, o uso da língua tal qual se falava no Brasil fora outra marca de construção identitária, haja vista que havia distinções entre o português falado no Brasil e o que se falava em Portugal, e, até então, os intelectuais, marcados pela herança coimbrense, usavam do português da metrópole para se pronunciar por escrito.

Aprendizagem do ler e escrever, escolas primárias, ensino gratuito constituíam elementos indispensáveis para alcançar o nível e desenvolvimento econômico das nações civilizadas, transformando a educação em um mito. Para o Estado, o projeto revelava-se decisivo, pois equivalia a uma fonte de

patriotismo, representando a possibilidade de “fabricar o cidadão” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 227).

Conforme se solidificava a literatura escrita a punho brasiliense, tomara campo uma revista que reverberou em Paris, a *Niterói*. Nesta, a identidade brasiliense ia se consolidando no exterior. Em 1843, os fundadores deste periódico se uniram a um corpo editorial no Rio de Janeiro, com o intuito de lançar uma outra revista, nos moldes da lançada em Paris, a *Minerva Brasiliense*, cujo um dos integrantes também fora autor de manuais didáticos. Joaquim Manuel de Macedo, vale ressaltar, também fora, nesta temporalidade, um dos pilares da introdução dos romances no território nacional, que “[...] refletia mais as condições e peculiaridades nacionais do que preocupações literárias, inserindo-se no conjunto de uma atividade diversificada [...] conduzida sempre pela visão pedagógica ensinar o país e seus habitantes.” (NEVES e MACHADO, 1999. P. 199).

No que tange ao Colégio Pedro II, este fora responsável pela formação de uma elite que passou a confundir a atividade intelectual com a atividade política. Isso porque tal elite sobrevivia, depois de formada nas faculdades nacionais, de cargos e posições adquiridas na estrutura do Estado, sendo, portanto, necessária a aliança desta com os setores dominantes. Nessa conjuntura, a elite intelectual do período buscava maneiras de “abrasear-se”.

Segundo Gasparello (2004), o Colégio Pedro II foi de importância também devido a sua influência no cenário educacional, pois ele “[...] serviu de modelo aos demais estabelecimentos, que eram incentivados a adequar os programas aos do *Colégio Pedro II*” (GASPARELLO, 2004, p. 19 [grifos da autora]). A autora menciona ainda que os professores do Colégio pertenciam à elite intelectual e política e traduziram e escreveram obras que serviam a fins didáticos e que foram utilizadas por muitos anos na instituição. Além disso, destaca a autora que era relativamente comum os demais liceus e estabelecimentos de ensino particulares adotarem os livros utilizados no Pedro II como referência para suas aulas, haja vista os exames preparatórios. Em sua pesquisa, Gasparello (2004) elaborou um quadro sintético destacando as obras destinadas ao ensino de história e que foram mais utilizadas no referido Colégio. Dessa pesquisa já realizada, foram selecionadas as duas primeiras obras utilizadas enquanto norteadores do ensino da história, e, por isso, aqui consideradas enquanto didáticas, escritas por dois autores brasileiros diferentes, e que estarão explanadas mais adiante.

É no horizonte dessas profundas transformações político-culturais que o IHGB foi criado. Sua concepção inicial e sua configuração futura foram

produtos e produtores dessas transformações. Enquanto em 1838, na Câmara dos Deputados e no Senado, “Progressistas” e “Regressistas” combatiam suas diferentes visões de sociedade e interesses, nas sessões “literárias” do IHGB *fabricavam-se novas armas conceituais e ideológicas, e implementava-se um programa ao mesmo tempo político e intelectual* (ARAÚJO, 2008, p. 139 [grifos nossos]).

E é na implementação dessas armas conceituais e ideológicas que, infere-se, estava assentada a “bigorna” na qual os elementos da “forja” anterior seriam modelados. Seria o IHGB que ditaria quais seriam os crivos da e para a História Nacional, como ela seria escrita, por quem, de que forma e sob quais interesses. “Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, ao qual, [...], se confundia com a manutenção dessa conjuntura conceitual.” (ARAÚJO, 2008, p.151). Como o Colégio Pedro II, de acordo com Gasparello (2004), possuía uma ligação com esse instituto, também seria com base nessas premissas que a história seria “martelada”, ensinada.

A construção do ideário nacional a ser seguido, no entanto, se consolidou em meados de 1850, já após o reestabelecimento da monarquia e, assim sendo, se tornando mais evidente nos escritos nacionais. Neste sentido, vale a pena identificar quais foram as premissas destacadas nos escritos que antecederam essa construção ideológica e que foram produzidos no “entre impérios”, destacando se elas deram continuidade ou romperam com o que veio colocado pelos primeiros autores analisados nessa pesquisa. Justamente por isso, nas seções que seguem serão apresentados dois autores de “histórias” do Brasil que escreveram em meio a esse conflituoso período.

4.2.1 Luís Gonçalves dos Santos e as *Memórias para servir a História do Reino do Brasil*

Luís Gonçalves dos Santos, de acordo com Noronha Santos, na introdução da obra de autoria do Padre Perereca, aqui analisada, era filho de trabalhadores e considerado pródigo nos estudos, tendo recebido um atestado para passar para os estudos superiores. O sujeito, de acordo com Gonçalves (2013), nascido no Rio de Janeiro em abril de 1767 cursou filosofia e teologia dogmática no convento de Santo Antônio, por volta de 1782. Leitor e tradutor de grego, também tivera contato com as aulas de retórica, poética e geografia, além de frequentar o curso de filosofia racional e moral, do qual fora professor em 1789. Em 1794, recebeu as “ordens sacras”

e fora escolhido como professor do Seminário da Lapa. Em 1809, foi nomeado professor de gramática latina. Em 1825, se aposentou em virtude da surdez que impedia a continuidade de suas atividades. No entanto, exerceu a função de cônego até o falecimento, adentrando, inclusive o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839. Faleceu aos 77 anos, em 1844 (SANTOS, in: SANTOS, 1981).

No que se refere aos aspectos físicos do intelectual:

Luís Gonçalves dos Santos era de baixa estatura; rosto comprido, lábios grandes, nariz grosso, testa larga e cabelos finos, branqueados pela neve dos anos. De complexão franzina, muito magro, tendo olhos grandes e brilhantes, aliava a estes traços corporais uma voz fina e estridente, de forma a torná-lo à primeira vista antipático no convívio social. Por tudo isso, que exteriorizava fealdade não comum, deram-lhe a alcunha de – Perereca – pela qual foi geralmente conhecido. E com esse qualificativo depreciável, todos o recordam em nossa época (SANTOS, in: SANTOS, 1981 p. 21).

Na ocasião de sua morte, destaca Noronha Santos, o secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, orou recordando a obra de Luís Gonçalves dos Santos, que havia, de acordo com Gonçalves (2013), sido seu professor em momentos passados. Dentre as obras, destacam-se as *Memórias para servir a História do Reino do Brasil*, publicada em 1825; além e cerca de 19 outras publicações variadas, dentre cartas, respostas, discursos, análises e demais tipologias.

No que tange às *Memórias*, destaca Gonçalves (2013) que se trata de importantes relatos sobre a corte joanina, ao passo em que nas mesmas são descritos alguns dos festejos, hábitos e rotinas da corte portuguesa no Brasil, em linguagem romântica e detalhada. Na leitura das *Memórias*, fora possível identificar a intencionalidade do autor em ressaltar a costumes da corte portuguesa no Brasil, bem como, haja vista que clérigo, dos hábitos religiosos envoltos nesses festejos, honrarias, cortejos e velórios. Além disso, Padre Perereca descreveu a “parte” do Rio de Janeiro envolta nas glórias da corte, nas melhorias propiciadas para atender esse estamento social e seus festejos.

No que se refere às memórias disponíveis no sítio do Senado Federal, foram estas catalogadas na edição de volume 180, da coleção “Edições do Senado Federal”. No entanto, por conta das notas de Noronha Santos inclusas no corpo da obra, optou pela leitura da mesma na versão disponível no sítio da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin*.⁴⁵

⁴⁵ Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6691> . Acesso em 20/10/2020.

As *Memórias* aqui analisadas estão divididas entre os anos de 1808 e 1815, haja vista que o segundo tomo não se encontrava disponível em nenhum dos sítios consultados. E mesmo que haja uma versão impressa para venda, que fora adquirida pela pesquisadora, optou-se pela análise das *Memórias* disponíveis online, haja vista que o escopo de pesquisa recaía sobre estas.

Nestas *Memórias*, que renderam 10 tópicos de catalogação, excetuando-se as notas de Noronha Santos, fora possível identificar a retórica rebuscada do clérigo, bem como sua preocupação em deixar o escrito para a posteridade em caráter de memórias, e não precisamente de uma História do Brasil. Ainda assim, o padre destaca também a intencionalidade de escrever para que, talvez, a obra servisse de suporte futuramente aos estudiosos da história do Brasil.

Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil, cuja composição é muito superior às minhas forças, tanto físicas, como morais, e requer as penas de ouro dos Barros, Andradas, e Sosas; mas sim, umas Memórias, arranjadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda se não escreveram, por cujo motivo intitulei Memórias para servir à História do Brasil. (SANTOS, 1825, p. 34)

De acordo com Gonçalves (2013), importa ainda destacar a construção de uma imagem paternalista de D. João nos escritos de Padre Perereca, bem como de uma corte ideal, com seus ritos e trocas de favores bem delimitados e basilares para o funcionamento social. Além disso, infere-se que Padre Perereca muito teria a ganhar com *Memórias* que ressaltassem a figura de D. João quando em um momento histórico marcado pelas trocas de favores.

Imagem 6: Memórias para Servir a História do Reino do Brasil em versão digital

MEMÓRIAS
PARA SERVIR A' HISTORIA
DO REINO DO BRAZIL,
DIVIDIDAS EM TRES EPOCAS
DA
FELICIDADE, HONRA, E GLORIA;
ESCRITAS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO
NO ANNO DE 1821,
E OFFERECIDAS
A S. MAGESTADE ELREI NOSSO SENHOR
O SENHOR
D. JOÃO VI.
PELO P. LUIZ GONÇALVES DOS SANCTOS.

TOMO I.



LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1825.

Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Diferentemente das obras analisadas anteriormente, a do Padre Perereca possui um fio condutor mais romântico, com a centralidade narrativa no descritivo dos festejos. Mas ainda assim, algumas características se assemelham aos pontos identificados nas obras anteriores, de modo que a catalogação da mesma e o manejo pela plataforma *Iramuteq*, bem como a elaboração gráfica dos resultantes, fora possível, assim como a análise nos preceitos metodológicos que nortearam essa pesquisa. Nas seções que seguem estão catalogados os resultados obtidos com essa pesquisa.

4.2.2 José da Silva Lisboa e a *História dos Principaes Successos Políticos do Imperio do Brasil*

Natural da Bahia e nascido em 1756, o tornado Visconde do Cairu em 1826 por D. João, José da Silva Lisboa, teve uma trajetória marcada pelas conquistas políticas e acadêmicas. De acordo com Faria Júnior (2008), esse “homem público” vivenciou de perto três períodos da administração portuguesa no Brasil: o Joanino, o Primeiro Império e as Regências, compondo os círculos de poder e estando próximo à tomada de decisões. Infere-se que, por isso, sua obra tenha um tom essencialmente político e voltado para os eventos dessa categoria.

Novais e Arruda (2003, p. 9), definem o Visconde como “[...] o primeiro economista brasileiro, no sentido de introdutor da economia política entre nós e, portanto, pai fundador de nossa ciência econômica.”. Os autores mencionam ainda outras obras conhecidas e escritas por Lisboa, tais como *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha* (1798), *Princípios de Economia Política* (1804), *Observações Sobre a Franqueza da Indústria, e Estabelecimento das Fábricas no Brasil* (1810), *Memória dos Benefícios Políticos de El-Rei Nosso Senhor D. João VI* (1818), e outros tantos que compõem a seara de mais de 70 textos publicados por Cairu, que renderam materiais que incentivaram uma série de pesquisadores à revisitar seus escritos, à escrever suas biografias.

Tanto Novais e Arruda (2003), quanto Faria Júnior (2008), mencionam uma série de autores que citaram Cairu, tais como Déa Ribeiro Felon, Antonio Paim, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Emília Viotti da Costa, José de Almeida, Darci Carvalho, entre outros. Cada qual com sua análise sobre o posicionamento de Cairu, a miríade de visões deu origem a, pelo menos, duas construções de imagem diferentes sobre o Visconde: uma que o caracteriza como um sujeito de visão política e econômica limitada e defensor do domínio português sobre

o Brasil; e a outra que se pauta na imagem de Cairu como um sujeito “à frente de seu tempo”, leitor de Adam Smith e criador de uma teoria híbrida que bebia dessa fonte, mas gotejava uma teoria única para o Brasil.

No que tange à vida desse Visconde, Novais e Arruda (2003, p. 14) destacam que:

Para uns, filho de um pedreiro e de uma mulata. Para outros, filho de um arquiteto português de profissão e de mãe baiana, alternativa esta que nos parece mais verossímil, pois seus estudos foram custeados por mesadas remetidas por seu pai, somente interrompidas quando Cairu decidiu-se pela carreira jurídica e filosófica ao invés da eclesiástica, como ele desejava.

De acordo com Rocha (2001), quando a corte portuguesa aportou no Brasil em 1808, o baiano já havia publicado duas obras em Portugal e era funcionário da monarquia, além de ter, aos 18 anos, frequentado os cursos jurídicos e filosóficos da Universidade de Coimbra. Em 1778, José da Silva Lisboa teve sua proficiência em hebraico e grego reconhecidas pela universidade acima mencionada e passou a atuar como professor. Em 1779, obteve o bacharelado em Direito Canônico e Filosofia pela mesma universidade.

Quando retornou à Bahia, trabalhou por cerca de 20 anos como professor das cadeiras de Filosofia Racional e Moral e de Grego, cadeira por ele fundada. Neste meio tempo, teve contato com a obra *A riqueza das Nações*, de Adam Smith. No ano de 1797, pediu pelo júbilo para assumir o cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Com a vinda da família real para o Brasil, tanto a carreira pública de José da Silva Lisboa, quanto a de escritor, que havia começado por volta de 1778, seriam mais incentivadas.

Em 1808, quando na criação das aulas de Economia Política, José da Silva Lisboa foi nomeado professor, o que o fez se mudar para o Rio de Janeiro. No entanto, afirma Rocha (2001) que estas aulas não chegaram a se concretizar e, em vez de professor, Lisboa foi nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens como Censor Régio, trabalho que ladeava com o de membro da primeira Junta Administrativa da Imprensa Régia⁴⁶. Em agosto do mesmo ano, Lisboa passou para as atividades de Deputado Real da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações e, meses depois, atuou como

⁴⁶ Tanto o foi que a primeira obra publicada pela Imprensa Régia no Brasil era de autoria de José da Silva Lisboa. A obra *Observações Sobre o Comércio Franco no Brazil*, datada de 1808, foi somente a primeira das publicadas por ele, que, de acordo com Rubens Borba Moraes, *apud* Rocha (2001), foi o autor que mais publicou pela Imprensa Régia.

desembargador da Relação da Bahia. Em 1809, Lisboa foi encarregado de escrever um Código de Comércio.

Entre os anos de 1816 e 1817, de acordo com Rocha (2001), os serviços prestados por Lisboa foram interrompidos haja vista uma obra de encomenda da coroa portuguesa: *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey nosso senhor d. João VI*, publicada em 1818, o que o caracterizou como um “[...] historiador oficial do período joanino no Brasil [...]” (ROCHA, 2001, p. 19). Em 1820, Lisboa foi nomeado deputado das Juntas da Corte e, em 1821, tornou-se Inspetor Geral de estabelecimentos literários, atividade que conciliou com a publicação de outras obras de sua autoria.

Quando em 1823, já em um Brasil independente, Lisboa foi deputado constituinte e defensor da figura do imperador em periódicos e pasquins. Por conta disso, em 1825 ganha o título de Visconde de Cairu e, em 1826, uma cadeira no Senado. Neste mesmo ano, Pedro I repetiu a ação de seu pai em 1818, o que resultou na obra *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*.

Imagem 7: Principaes Successos Politicos do Imperio do Brasil em versão digital



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>

No que diz respeito às obras desse intelectual, de acordo com Araújo (2019), identificam-se pelo menos três micronarrativas com características distintas, a saber: a de ação providencial; a do conflito entre liberdade e autoridade; e a de passagem do mundo feudal para o comercial. Enquanto isso, na Europa, destaca Araújo (2008) a existência de narrativas de restauração (para qual um Brasil explorado cuidadosamente por Portugal poderia reerguer a metrópole), regeneração (que tinham por objetivo resgatar a memória das conquistas e recuperações de Portugal em sua trajetória histórica) e emancipação (do Brasil em relação a Portugal). É nessa miríade de possibilidades que a cultura histórica do Brasil, ainda de acordo com Araújo (2019) e, principalmente, a disseminada pelo Visconde de Cairu vai se propagar.

No plano original, o trabalho começaria com a história das grandes navegações portuguesas, contexto em que a descoberta do Brasil deveria ser associada, encerrando com a outorga da Carta Constitucional em 1824. O primeiro volume, publicado em 1826, aborda de fato as grandes navegações, as descobertas e os primeiros anos da colonização do Brasil. Mas a sequência planejada foi interrompida por ordem do imperador, que desejava antecipar os volumes da história mais recente. Os próximos três volumes foram então dedicados à última parte da história planejada, narrando os eventos entre 1821-1822 (ARAÚJO, 2019, p. 53).

Os três últimos volumes mencionados por Araújo (2019) na citação acima foram as obras analisadas para esse trabalho. Elas estavam disponíveis no sítio do Senado Federal, na seção de “obras raras”, e tinham como delimitação uma “nascente” da história do Brasil independente. Nelas, tanto no que fora possível identificar na catalogação, quando o que fora destacado por Araújo (2019), vigora uma certa oscilação entre a defesa da autoridade do monarca e a liberdade econômica e política de uma espécie de parlamento. Lisboa ora defende, ora ataca cada uma das alas de poder, e isso pode ser justificado na posição ocupada pelo autor enquanto sujeito próximo à Corte, mas defensor da liberdade econômica do Brasil pós Abertura dos Portos. Mais adiante, na sexta seção, essas obras serão analisadas mais profundamente, com base na metodologia que embasa essa pesquisa.

4.3 O martelo

O campo intelectual não permaneceu inerte em relação à conjuntura do Segundo Reinado, de modo que, inclusive, é nesse período que a intelectualidade que orbitava o novo

imperador vai assentar seus interesses e consolidar as formas de intermediá-los com a formação da identidade nacional de maneira mais concisa e, principalmente, ensinada. De acordo com Gasparello (2004), embora essa mesma elite, por intermédio do IHGB, fosse representada em seu projeto de escrita de uma história do Brasil por meio da obra *Historia Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen, impressa em 1854, a chamada pela autora de *pedagogia da nação* não esperou esse projeto ser lançado para se concretizar. No Colégio Pedro II, inclusive, a obra de Abreu e Lima, analisada mais adiante, já compunha as aulas de História Pátria desde 1849, sendo esta impressa em 1843⁴⁷.

Composta por uma elite que, embora ainda dependente do status social que a corte adotava, gradativamente modificava os esteios da educação nacional, a intelectualidade que acompanhou Pedro II se alterava aos poucos pela massa de bacharéis que haviam se formado nas faculdades em solo nacional, de modo que:

Como mostrou José Murilo de Carvalho, os eclesiásticos, representantes majoritários dos brasilienses, formavam 23% nas legislaturas de 1826 e 1834, mas reduziram-se a menos de 3,5% naquelas de 1869, 1878 e 1886; em compensação, os advogados, inicialmente limitados a menos de 3% cresceram, ao final do Império, para algo entre 10 e 20% mas devem ser acrescidos dos magistrados e bacharéis, que somavam então aproximadamente outros 23% em média (NEVES e MACHADO, 1999, p. 228).

Vale ressaltar ainda que se solidificava no imaginário social da juventude privilegiada os ideais perpassados no Imperial Colégio Pedro II, no qual, ainda em acordo com os autores supramencionados, compunham as fileiras de alunos os filhos da aristocracia agrária e dos destacados comerciantes da cidade, alas fornecedoras do corpo político de geração em geração. No que se refere à formação no Colégio, destaca Gasparello (2004) que estava centralizada em uma rede de sociabilidade restrita aos membros de uma elite cultural e política do período. Estas, quando formadas no Imperial Colégio de Pedro Segundo, se distinguiam em relação aos demais sujeitos presentes na sociedade brasileira do pós-independência. Ser formado nesse Colégio era sinônimo de prestígio social. Do Colégio, esse contingente de alunos se dirigia, na maioria das vezes, para os cursos superiores do Recife, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo e,

⁴⁷ De acordo com a autora, essa obra de Abreu e Lima fora utilizada no Pedro II, na disciplina de História Pátria entre os anos de 1849 a 1856, para o 4º ano; de Corografia e História do Brasil em 1858, para os 4º e 5º anos; e de Corografia e História do Brasil, em 1862, para o 7º ano.

posteriormente, ocupavam cargos de destaque no corpo burocrático nacional. Ser professor desse Colégio, de acordo com Gasparello (2004), significa ser criador das bancas de exames, dos programas de ensino; ser escritor de livros didáticos e de jornais e periódicos; ser da administração pública ou dela estar próximo; além de, também, poder ter acesso às visitas ao exterior, patrocinado pelo governo, para observar o sistema de ensino de outros países.

Além de sinônimo de prestígio, o Colégio também funcionava como uma espécie de “régua”, de “martelo”, sobre o que se ensinar.

A tarefa de “ilustrar” ou divulgar as luzes perde sua ênfase no “ousar saber” kantiano, na autonomia da razão, e transforma-se em uma ação pedagógica. Não há espaço para algum tipo de viagem formativa individual, já que a fonte da verdade e os mecanismos para seu estabelecimento estão fora de seu alcance, guardados nos cofres de um conjunto de especialistas. Entre a produção desse conhecimento e o povo, *a instância de mediação passa a ser um ensino público organizado*, ele também controlado por técnicos autorizados pelo Estado. *Não é por acaso que o Colégio Pedro II surge na mesma época que o IHGB, e entre as suas funções estava a de padronizar o ensino público no Império* (ARAÚJO, 2008, P. 153).

De acordo com Mendes (2016), enquanto o IHGB funcionava como uma instituição voltada para as *formas de apresentação* da história pesquisada, de sua escrita e reconhecimento, o Colégio atuava enquanto perpetuador dessa “fórmula” por intermédio do ensino. Ambas as instituições faziam parte das denominadas “modelares” para o período analisado pelo autor (que vai de 1838 a 1898). Isso porque “Criar um estabelecimento de ensino modelar poderia facilitar a implantação de um projeto de integração nacional e forjar uma identidade comum que pudesse amalgamar, por meio da formação das futuras gerações, as especificidades regionais.” (MENDES, 2016, p. 42). Ainda assim, em suas conclusões o autor identificou que em termos de abrangência entre os jovens o Colégio não cumpriu esse papel “modelar”.

Essa conclusão não se aplicou, ainda de acordo com Mendes (2016, p. 89), aos materiais que foram utilizados neste colégio, pois “[...] o modelo nacional impresso nos seus “livros didáticos” conseguiu abranger um número bem mais significativo de estudantes nas instituições de ensino secundário das diversas províncias, durante o período imperial, bem como nas primeiras décadas da República.”

No Brasil, tal qual na França e em Portugal, de acordo com Gasparello (2004), o ensino das humanidades passou a compor os currículos escolares e sofreu alterações para comportar as dimensões de preparatório para os cursos superiores e a formação cultural da elite que

ocupava os espaços de poder do período de consolidação do secundário. Na segunda metade do XIX, o Pedro II foi consolidado como padrão a ser seguido pelos demais colégios. E no século XIX, de acordo com Gasparello (2004), foi que essa tipologia de secundário se consolidou no Pedro II, e ser professor, nesse período, era ser reconhecidamente um letrado.

Em 1849, a criação da cátedra de história do Brasil no Colégio Pedro II, ocupada inicialmente por Antônio Gonçalves Dias, de acordo com Gasparello (2004), foi acompanhada por um ensino com apoio de manuais estrangeiros e que estava limitado pelas questões relacionadas às monarquias e acontecimentos fora dos limites nacionais. De acordo com Gasparello (2004), um excerto da *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*, de Escragnolle Doria, menciona que pelo Decreto Monte Alegre, de março de 1849, as cadeiras de Geografia e História foram divididas. Em 3 de abril do mesmo ano, o Imperador criava a cadeira de História do Brasil.

Ainda em acordo com Gasparello (2004), à História coube, nessa temporalidade, três cadeiras distintas: a de História, ocupada por Calógeras; a de Geografia, de Macedo; e a de História Pátria, de Gonçalves Dias.

A institucionalização dessa disciplina escolar na organização curricular apresentou quatro momentos importantes desse processo: 1º) uma fase inicial ensinada em conjunto com a *Geografia* e a *História Universal* (1838-1849); 2º) um segundo momento, com a cadeira de *História do Brasil* autônoma da *História Universal*, mas em conjunto com a *Geografia do Brasil* (1849-1898), sob o título de *Corografia e História do Brasil*; 3º) um retorno à situação anterior, com *História do Brasil* sendo lecionada na cadeira única de *História Universal, especialmente do Brasil* (1898-1922); 4º) numa quarta fase, a partir desta data, na qual a cadeira de *História do Brasil* recupera sua autonomia no *Programa do Colégio* frente à *História Geral* (GASPARELLO, 2004, p. 71 [grifos da autora]).

Na primeira das fases mencionadas pela autora, os compêndios utilizados como suportes para as aulas foram o *Resumo de História do Brasil até 1828*, de Bellegarde, em sua versão traduzida e aumentada do original de Mr. Denis⁴⁸ e o *Compendio da História do Brasil*, de Abreu e Lima, analisado mais adiante. De acordo com a autora, essa obra compreende e

⁴⁸ Essa obra não compôs o rol de fontes aqui elencadas haja vista que consistia em uma tradução de outra obra. Embora aumentada, elogiada pelos críticos que a leram e a consideraram uma produção concisamente eloquente para a história do Brasil e um dos caminhos para as obras didáticas que versaram para o ensino dessa disciplina, de acordo com Gasparello (2004), essa obra não constava como adotada para o ensino de história pátria nos programas elencados pela autora em seu quadro de referenciais didáticos do Pedro II. Por conta disso e pela necessidade de triagem das fontes documentais que comprazem essa pesquisa, a obra de Bellegarde, destinada ao ensino primário da Corte e para o secundário do Pedro II, não adentrou o rol de fontes aqui examinadas.

representa um período em que os interesses das elites letradas estavam centrados na formação de uma identidade nacional e que, infere-se, haja vista a particularidade do local de fala ao qual pertencia Abreu e Lima, também buscava a unidade e centralização do poder e autoridade do imperador como via de contenção à fragmentada estrutura adotada nos vizinhos de latino-américa.

Em meados de 1850, as discussões acerca da formação educacional, agora acrescidas pela gama de bacharéis destacadas anteriormente, foram retomadas, galgando importância para o desenvolvimento da civilização e do progresso brasileiro. Nessa temporalidade, principalmente no Rio de Janeiro, havia surgido uma diversificada camada média acrescida pelos bacharéis, que, embora não fizesse parte das esferas públicas de poder, de acordo com Neves e Machado (1999, p. 234),

[...] eram favorecidas pela proximidade com a Corte e pela concentração das melhores instituições de ensino, e estimulada ainda pela circulação de jornais e pelo ambiente intelectual criado pela geração romântica em busca de uma personalidade para o país, com a qual também se identificava. Partilhando, por conseguinte, da formação cultural da elite, obedecendo às suas convenções sociais, que asseguravam a distinção e o prestígio que almejavam, além de conviver com ela nos espaços públicos da cidade, passaram crescentemente, de certa forma, a integrar a “boa sociedade”.

Dessa camada social, cada vez mais acrescida pelas fileiras de bacharéis que se formavam ano após anos nas faculdades em solo nacional, vieram as demandas, cada vez mais pujantes, por modificações no aparato social e que repercutissem necessariamente na criação de ocupações para esses formados. Essas reivindicações perpassaram desde o período das primeiras formações nas faculdades nacionais, meados dos anos de 1850, até o fim do período imperial.

Em 1854, fora aprovada a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte, decorrentes, no entanto, de discussões provenientes do ano que antecede a mencionada data. Partindo desses pressupostos, em 1853, outra proposta para os ensinos primário e secundário foi promulgada pelo então ministro do império, Couto Ferraz, e, de acordo com Bittencourt (1993, p. 41), “Tratava-se de uma legislação que serviu de parâmetro para as demais províncias”. Essa normativa previa a regulamentação da obrigatoriedade da educação, delimitação de conteúdo para cada etapa do ensino e formação de professores, que seriam, nesta medida, adjuntos.

O ensino de primeiro grau compreendia a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética e o sistema de pesos e medidas do município. Ao seguinte, o das escolas primárias superiores, também chamadas de segundo grau, cabia o aprofundamento dos mesmos assuntos e o aprendizado de princípios de história natural, ciências físicas, geometria, história, geografia, e história sagrada, além da leitura explicada do Evangelho. A instrução pública secundária continuava a ser oferecida pelo Colégio Pedro II e em poucas aulas públicas avulsas existentes (NEVES e MACHADO, 1999, p. 231).

No entanto, essa reforma não logrou sucesso.

Os anseios de reformas prosseguem e assumem novos contornos especialmente a partir de meados da década de 1860, quando, após um período de domínio conservador, assume a chefia de Gabinete Francisco José Furtado, ‘o primeiro presidente do Conselho de filiação nitidamente liberal’ (IGLÉSIAS, 1976, p. 95). Nesse Gabinete, ocupou a pasta de ministro do Império José Liberato Barroso, cuja atuação terá a instrução pública como uma das questões prioritárias (SAVIANI, 2007, p. 135).

As propostas de Liberato Barroso podem ser resumidas na obra de sua autoria *A instrução pública do Brasil*, considerado por Saviani (2007) o primeiro estudo acerca da educação brasileira. Ainda em meados de 1854 vinha à luz dois volumes da *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Somente em 1861 seria lançado o compêndio *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, de Joaquim Manuel de Macedo, que substituirá Gonçalves Dias na cadeira de história do Brasil. Sobre esta obra, tecer-se-á as considerações mais adiante. Neste momento histórico também, de acordo com Gasparello (2004, p. 44), foi que “A produção didática revelou-se também um ramo com grandes possibilidades de lucro, com a presença do poder público como importante cliente, na compra de materiais didáticos e impressão de livros”.

No que tange à construção nacional no Segundo Reinado, destaca-se a introdução do elemento negro na literatura, marcado pela atuação, principalmente, de Tobias Barreto e Antônio de Castro Alves, consolidando o último dos sujeitos, nas premissas de Rüsen, do sustentáculo da identidade nacional (NEVES e MACHADO, 1999). Embora a preocupação neste trabalho não seja necessariamente sobre a inclusão dos sujeitos na história do Brasil, vale ressaltar essa introdução do elemento negro, haja vista que esta compreendeu umas das premissas para a escrita da História com base em Von Martius. Esse fator é de importância para chamar a atenção de qual identidade se procurava consolidar com o ensino de história nas obras

aqui analisadas enquanto didáticas que, por sua vez, não possuíam, em seus conteúdos, a inserção de tais sujeitos como ponto chave para a formação da cultura histórica do período. Ainda neste contexto, ressalta-se a cisão entre parte do clero com o poderio que detinha até então. Neste período, de acordo com os autores supramencionados, mais precisamente em 1869, houve até mesmo o envio de propostas ao senado com vistas ao ensino laico.

Por volta dos anos de 1870 a instrução pública fora circundada pelos ideais positivistas que entravam em vigor na Europa, sendo ressaltada como um dos pontos a ser desenvolvido para que se alcançasse de fato o desenvolvimento nacional. Ainda assim, certo cuidado era tomado quanto a esse desenvolvimento, haja vista que “Em 1877, lia-se na *Revista Ilustrada*: ‘Muita instrução é nociva; assim o entende o nosso paternal governo cujo o desejo é governar o povinho comodamente e o mais tempo possível.’” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 232).

Em 1879, a Reforma promovida por Leôncio de Carvalho trouxera à tona algumas modificações. Embora tenha mantido algumas premissas da reforma anterior, a de Leôncio de Carvalho trouxera novas características para os ensinos primário e secundário brasileiros, entre estas a criação das bibliotecas escolares e populares, dos jardins de infância, entre outras. “Ao professor, concedia o direito de expor suas ideias e de ensinar pelo método que achasse mais conveniente.” (NEVES e MACHADO, 1999, p. 232-233). Dessa reforma, destaca-se ainda a substituição do método lancasteriano pelo intuitivo ou “lições das coisas”.

Esse procedimento pedagógico, conhecido como método intuitivo ou *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX; e, ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino (SAVIANI, 2007, p. 138-139).

Vale ressaltar que tais materiais compreendiam as peças mobiliárias para as escolas, mas que, no entanto, por medirem de maneira diferente o processo de ensino até então realizado pelo método lancasteriano, impulsionaram novas regulamentações para o ensino, refletindo nos manuais escolares de maneira que:

O que estava em questão era, portanto, o método de ensino entendido como uma orientação segura para a condução do aluno, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto, foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modifica o papel pedagógico do livro, que, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte no ‘material essencial

para o professor, expondo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita' (VALDEMARIN, 2004, p. 105 *apud* SAVIANI, 2007, p. 139).

Datam dessas modificações, de acordo com os escritos de Bittencourt (2008), os livros didáticos escritos e editados por professores brasileiros ligados ao Colégio Pedro II, ao IHGB e à Escola Militar do Rio de Janeiro, que, na época, consistiam em centros de disseminação da forma de se ensinar a história por intermédio da feitura dos materiais didáticos que passaram a elaborar, assim como por meio das delegações acerca da organização do ensino, também concentradas nessas instituições, ganharam maior evidência no cenário nacional. A intencionalidade, caminhando nas premissas metodológicas de Rüsen (2001), consistia em reformar a educação brasileira de maneira significativa e, que finalmente, superasse a lacuna metodológica deixada após as reformas pombalinas de 1759. Vale ainda ressaltar que “Para realizar essa tarefa, a escolha e impressão de livros didáticos tornaram-se pontos básicos da reforma [...]” (BITTENCOURT, 1993, p. 23).

Neste sentido, relata Bittencourt (1993) que houve um esforço do império em distribuir o texto *Memória dos Livros Aconselháveis e Permitidos Para o Novo Método*, que trazia consigo uma listagem dos manuais indicados para as escolas régias em virtude das modificações na educação. No entanto, haja vista o Ato Adicional de 1834, pelo qual o império se desobrigava do custeio educacional, deixando-o a cargo das províncias, houve limites quanto à impressão e distribuição dessas obras. Além disso, ressalta a autora que:

Os livros a serem utilizados pelos professores foram pensados em dois níveis. Inicialmente, pelo custo e raridade de obras propriamente didáticas, impunha-se aos professores o uso de livros de autores consagrados, sobretudo as obras religiosas. Os professores faziam ditados e os alunos copiariam trechos ou ouviriam as preleções em sala de aula. Tal era o método imaginado para as primeiras décadas do século XIX (BITTENCOURT, 1993, p. 25).

Em meados de 1883, novamente as discussões acerca das reformas educacionais retornaram ao cenário nacional, dessa vez mediadas por Rui Barbosa, que, levando em consideração a possibilidade da Abolição, justificava a necessidade de um ensino que também levasse em consideração as ciências naturais e físicas. Somou-se a essa conjuntura os impactos do movimento positivista que despontava na Europa, tendo no Brasil seus reflexos na já estabelecida Escola de Recife, na Escola de Minas e Ouro Preto, entre outras.

Neste sentido, infere-se que a abrangência das obras do Pedro II, que tinham como alicerce referencial de ciência as produções legitimadas pelo IHGB, com exceção daquelas

publicadas antes da anuência do instituto, foram as que marcaram a disseminação de uma tipologia de cultura histórica a ser ensinada, clivando as “marteladas” da formação histórica de uma nação. Para tanto, nas seções que seguem buscou-se trazer, brevemente, um pouco da trajetória dos autores das obras selecionadas enquanto fontes. Na próxima seção, as características gerais das obras selecionadas para essa pesquisa analisadas com mais profundidade.

4.3.1 José Ignacio de Abreu e Lima e o *Compendio da Historia do Brasil*

De acordo com Moura (2006), José Inacio de Abreu e Lima fora uma personalidade singular na história do Brasil de sua época. Isso porque o autor viveu na América Andina, lutou a serviço de Bolívar, se debruçou na escrita de uma história do Brasil e fora, também, sócio do IHGB e professor do Colégio Pedro II. O autor mencionado destaca também que Abreu e Lima manteve polêmicas com o secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, e com o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, com os quais debateu sobre a construção da historiografia brasileira, além das desavenças com Evaristo da Veiga e com o Diogo Feijó; e com o proprietário do periódico *El Argos*, Antonio Leocadio Guzmán, na Venezuela.

As desavenças com os cânones do IHGB lhe renderam impasses, de modo que:

Dessa forma, a não aceitação da obra de Abreu e Lima se deu por divergências de ordem historiográficas, mas também principalmente por divergências políticas entre o autor e o então primeiro secretário Cunha Barbosa em 1843. Divergências que não existiam com o secretário interino Macedo de 1852, muito menos com Gonçalves Dias. Os dois últimos, sendo professores do Colégio Pedro II, poderiam inclusive ter utilizado o *Compêndio* do general em suas aulas de Corografia e História do Brasil (MENDES, 2016, p. 113).

Nascido em Recife, em 1764, o intelectual estudou no Seminário de Olinda e na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, onde se tornou capitão de artilharia. Acusado de insubordinação, foi preso e enviado à Bahia. Em 1817, junto de seu pai, teve participação na Revolução Pernambucana⁴⁹. De acordo com Moura (2006), neste mesmo ano Abreu e Lima fugiu da prisão com auxílio da maçonaria, e partiu para os Estados Unidos, e, de lá, para o

⁴⁹ Em determinado trecho do *Compêndio*, Abreu e Lima faz menção à execução do pai.

Caribe. Em 1823, o intelectual se alistou no exército de emancipação da América Andina, servindo à ala liderada por Simón Bolívar. Quando o Brasil se tornou uma monarquia, o afastamento do elemento estrangeiro das repúblicas latino-americanas teve início, o que isolou Abreu e Lima, defensor da monarquia brasileira, gradativamente.

Por conta de uma desavença física cicatrizada na face de Gusmán por Abreu e Lima, o último fora novamente preso e, por conta das acusações que fizera a outros membros do movimento, fora julgado e condenado à pena de seis meses no deserto de Bajo Seco, na Venezuela. Nos anos de 1830, Abreu e Lima, já liberto e apoiador da manutenção da união da Grã-Colômbia, lutou na frente de batalha e se destacou em combate, angariando a posição de destaque no exército bolivariano. Em 1831, foi oficialmente expulso da Colômbia por manter defesa ao projeto de Bolívar. Depois disso, voltou novamente para os Estados Unidos, e depois para Portugal, onde se aproximou de D. Pedro I, onde se ligou ao Partido Restaurador.

Lutando pelo retorno do imperador ao Brasil, Abreu e Lima fora preso novamente e mandado para a ilha de Fernando de Noronha. Com o fim do Partido Restaurador, retornou à Pernambuco, onde entrou em conflito com Diogo Feijó. Dirigindo o jornal *Diário Novo*, Abreu e Lima incentivou as ideias da Revolução Praieira, liderada por seu irmão, João Roma. Preso novamente em 1849, cumpriu pena em Fernando de Noronha novamente. Faleceu em Recife, em 1869.

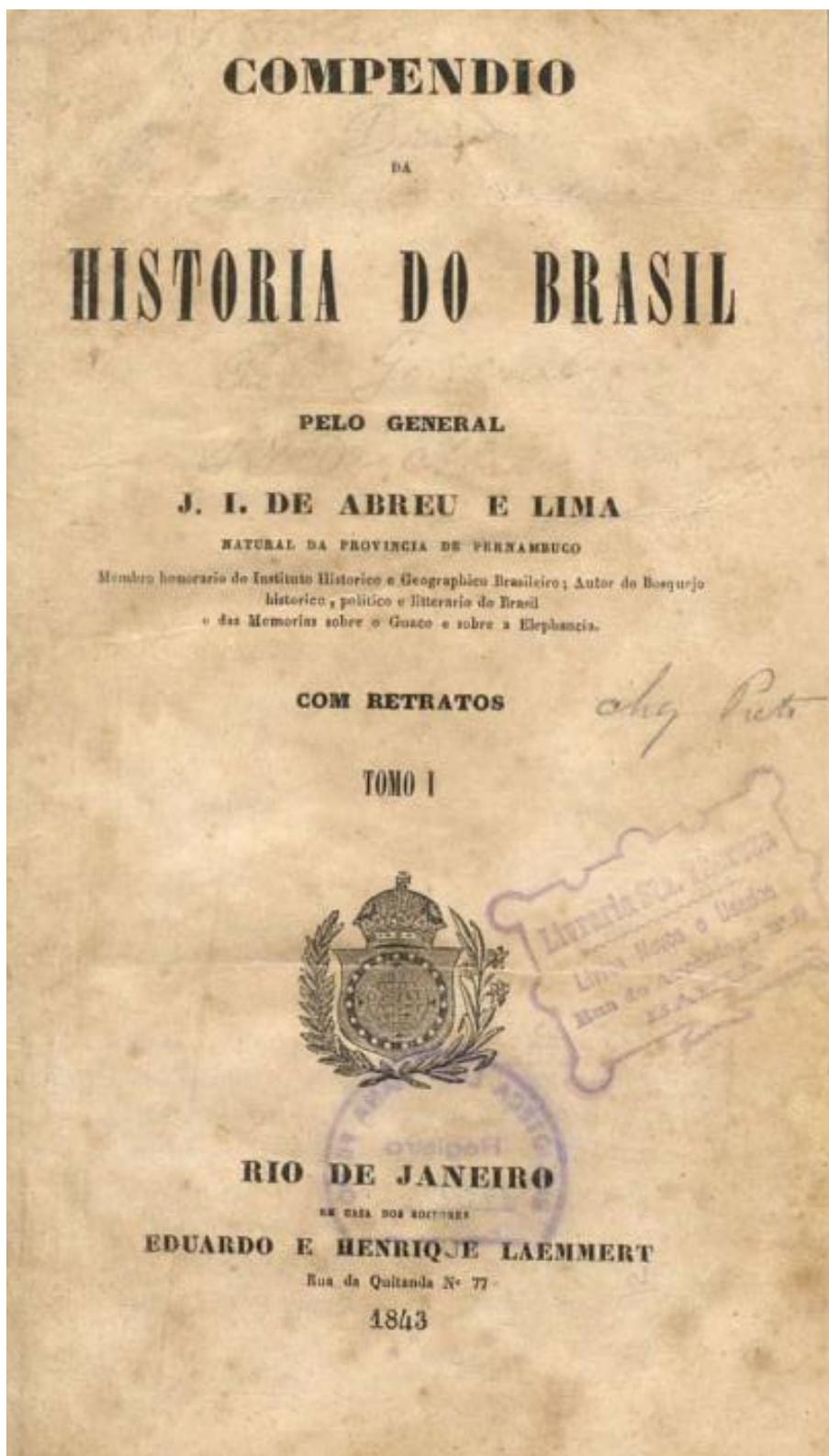
O reconhecimento das obras de Abreu e Lima, de acordo com Moura (2006), ocorreu dentro do próprio IHGB, por volta de 1858, quando o *Compendio da Historia do Brasil*⁵⁰, lançado pela editora Eduardo e Henrique Lammert, em 1843, se tornou célebre para a história do Brasil. Sobre este, destaca Mendes (2016, p. 57) que:

[...] trata-se de um compêndio elaborado à revelia do centro de estudos históricos da Corte, elaborado por uma personagem que tinha concepções políticas e historiográficas divergentes das que tinha o corpo dirigente do Instituto Histórico. Além disso, sua família tinha ligação com a Revolução Pernambucana de 1817. Apesar das polêmicas, o livro do general foi adotado no Colégio Pedro II, substituindo o Manual do também militar Henrique Bellegarde, publicado em 1834.

⁵⁰ De acordo com Gasparello (2004), o termo compêndio, na época, era similar ao termo compilação, de modo que tais obras que se apresentam com essa terminologia não era uma produção completamente original, mas uma compilação de trechos de outras obras.

Demais trabalhos do autor, tais como *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, *Diccionario biographico de Pernambucanos célebres*, e cerca de 27 outros escritos a ele atribuídos, entre livros e periódicos, somente foram retomados após os anos de 1880. Outros, tais como *Ressumem histórico de la última Dictadura del Libertador Simon Bolívar*, *O Socialismo*, *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da história do Brasil* (de 1845), *Bosquejo, histórico, político e literário* só vieram à tona com mais intensidade por volta no século XX.

Imagem 8: Compendio da Historia do Brasil em versão digital



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182894>

No que se refere mais especificamente ao *Compêndio*, Gasparello (2004, p. 78) ressalta que “Foi um capítulo importante, no qual o compêndio de um autor brasileiro – o general José Inácio de Abreu e Lima – entrou em rota de colisão com o nascente Instituto e por isso mesmo, serviu para dar os contornos diferenciadores desse período da produção didática [...]”. No entanto, esse mesmo *Compendio* fora criticado severamente por Varnhagen, que acusou Abreu e Lima de plágio da obra de Beauchamp.

A posição assumida por Varnhagen é a de quem falava do *lugar* legítimo, apoiado por todas as instituições imperiais, onde se poderia escrever a *história verdadeira*. Além disso, propõe que a produção de compêndios deveria ser feita *após* os grandes mestres terem produzido esse conhecimento oficial. Então, sua crítica já tinha uma direção: quem era aquele “brasileiro” (um dos pseudônimos de Abreu e Lima) que tivera a ousadia de escrever um compêndio, *o livro mais difícil de se escrever*, sem ter, ainda, a historiografia nacional produzido uma *História Geral*, escrita por um grande mestre? (O que ele próprio, Varnhagen, só traria a público 11 anos depois) (GASPARELLO, 2004, p. 91).

Destaca Moura (2006) que esta obra fez parte do projeto de construção de uma identidade para o Brasil, tal como Abreu e Lima já havia presenciado quando esteve na Grã-Colômbia. Dentre as intenções da referida obra, de acordo com o supramencionado estudioso, estava a de clivar uma periodização para a história do Brasil com base nos eventos políticos e administrativos de maior “destaque” para o grupo de intelectuais que liderava tal representação. O editor do jornal político *Maiorista*, que apoiava a antecipação da maioria do imperador integrou uma importante instituição que impulsionava a criação de uma identidade nacional por intermédio da história: o IHGB. O *Compêndio* teria representado a contribuição de Abreu e Lima para com a história pátria no sentido de a periodizar. Desse compêndio fora elaborada a versão reduzida, que seria adotado no Colégio Pedro II.

Sobre esse autor, Carvalho (2012, p. 22) que:

Filho de um padre fuzilado por participar da revolta pernambucana de 1824 e republicano convicto, lutara ao lado do libertado Simón Bolívar, que o fizera seu general. Morto Bolívar em 1830, Abreu e Lima regressou ao Brasil no mesmo ano da abdicação. Seu monarquismo era claramente instrumental. Convencera-se de que sem a monarquia o destino da antiga colônia portuguesa seria o mesmo que Bolívar tentara inutilmente evitar na ex-colônia espanhola: a fragmentação.

A obra, em seus dois tomos, conta com prefácio, introdução e oito capítulos divididos por períodos e segue uma estrutura narrativa que aborda desde as navegações europeias, enfocando-se nas portuguesas; passa pelo “descobrimento” do Brasil, os processos administrativos aqui ocorridos⁵¹; pelos conflitos com franceses, holandeses e indígenas do domínio e separação entre Espanha e Portugal; perpassa a mudança da Coroa para a colônia; a independência; as regências; e a aclamação de Pedro II.

4.3.2 Joaquim Manuel de Macedo e as *Lições de Historia do Brazil*

Mais referenciado que os autores mencionados até então, o intelectual de múltiplas faces⁵², Joaquim Manuel de Macedo nasceu em junho de 1820, em São João de Itaboraí. O fluminense, quando jovem, viveu na capital do império, onde cursou o preparatório para medicina, curso que concluiu juntamente com a defesa de sua tese alocada na área da literatura, em 1844. Em meio a esse processo, foi escritor no *O Itaboraense*. Além disso, tornou pública, por meio da literatura de folhetim no *Jornal do Comércio*, o romance *A Moreninha*, primeiro de tantos outros que marcaram a carreira desse intelectual (MATTOS, 1993).

Dentre os romances, *Um Passeio pelo Rio de Janeiro* (1826) e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), lugares, práticas sociais e descrições dos costumes que faziam parte do cotidiano da capital foram eternizados por Macedo. Além disso, destaca Mattos (1993) que o homem das letras ainda teve contribuições nos periódicos *Minerva Brasiliense*, *Guanabara* e no já mencionado *Jornal do Comércio*, bem como na *Revista Popular*, *A Nação*, *Reforma*, entre outros. Macedo foi ainda deputado provincial e geral pelo Partido Liberal, além de um dos autores utilizados no Colégio Pedro II e membro do IHGB, para o qual foi eleito, de acordo com Mattos (1993), segundo secretário em 1848.

O autor ocupou os principais cargos dentro do IHGB, foi professor do Colégio Pedro II, em uma das disciplinas mais estratégicas ao projeto nacional monárquico, além de inaugurar a prosa romântica, por meio do clássico *A Moreninha* e autor do manual de História mais lido no período imperial. Além disso, sua referência principal foi o visconde de Porto Seguro, unanimidade

⁵¹ Para tanto, utilizou-se da obra já analisada de Ayres de Casal.

⁵² De acordo com Mattos (1993), Macedo fora médico, escritor, jornalista, professor, entre outras atividades.

(somente nesse caso, dentro do IHGB), quando se tratava de intensa pesquisa documental (MENDES, 2016, p.120-121).

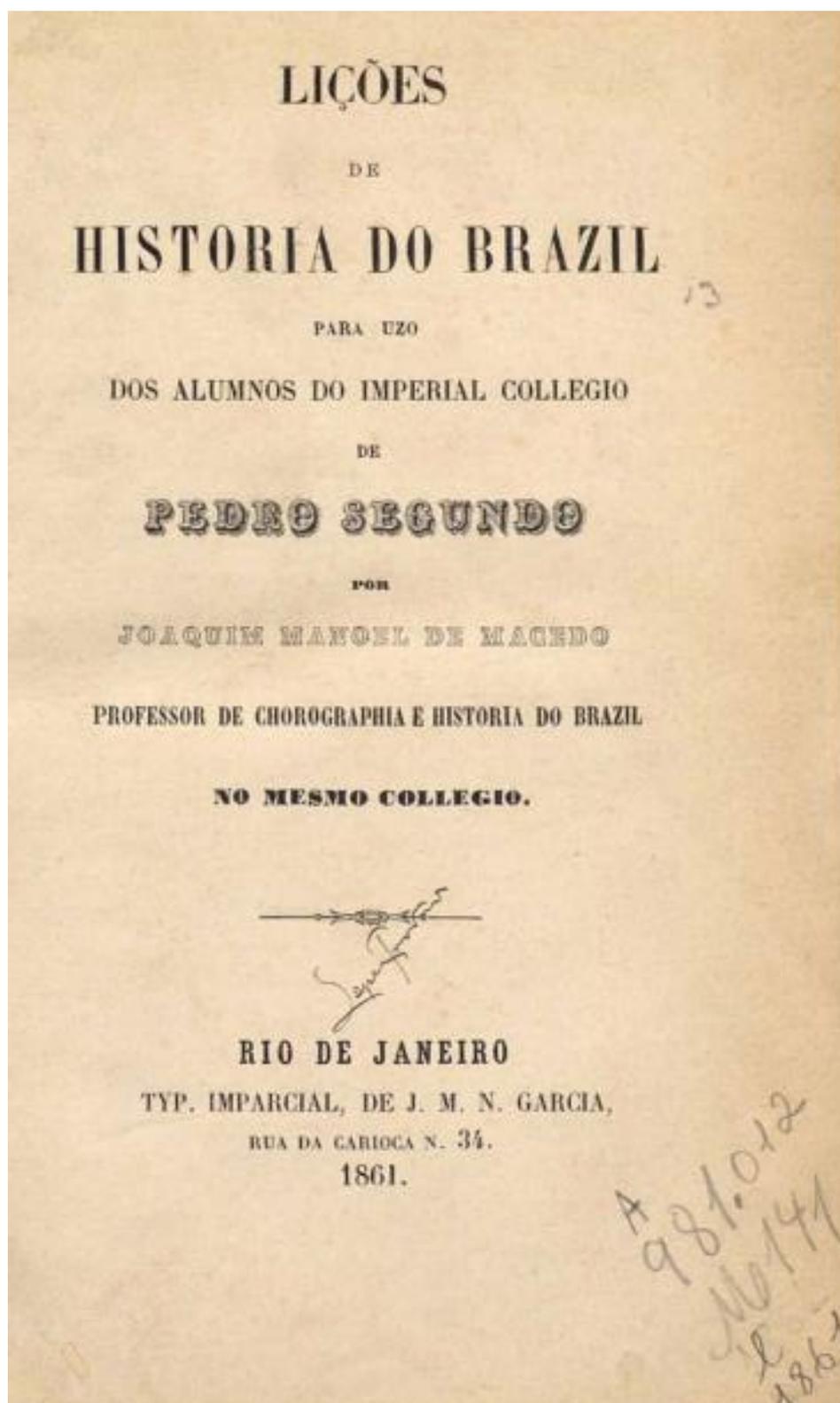
Em 1851, o autor se tornou primeiro secretário e membro da Comissão de Trabalhos Históricos. Em 1857, foi eleito orador efetivo, cargo que ocupou por cerca de mais de vinte anos. No campo historiográfico, as obras do autor que tiveram maior relevância foram *Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria* (1862), *Ano Biográfico Brasileiro* (1876-1880) e *Efeméride Histórica do Brasil* (obra inacabada).

No IHGB, de acordo com Bosisio (2007, p. 1), a participação de Macedo “[...] foi ativa e teve uma linha mestra: pensar a nação brasileira a partir de uma civilização baseada na moral”. E tanto foi que, em 1849, de acordo com Bosisio (2007), Mattos (1993) e Gasparello (2004), o letrado foi nomeado lente de História do Brasil no Colégio Imperial Pedro II. Enquanto professor do Colégio Pedro II, de acordo com Bittencourt (2008), utilizou-se da experiência para a resultar na escrita das *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II*, publicadas em 1861, obra que, por ter sido reeditada e utilizada por muitos anos após a sua primeira impressão, foi considerada “[...] um dos primeiros manuais didáticos de História do Brasil, e com certeza o mais importante na constituição de uma consciência histórica que tende a naturalizar uma construção social.” (MATTOS, 1993, p. 18).

Além disso, Mendes (2016, p. 105), menciona que:

Sua obra para as escolas de instrução primária, publicada em 1865, além de ser traduzida para o francês e o alemão, possuiu 11 edições com uma média de seis mil exemplares cada. No Liceu Cuiabano, por exemplo, primeiro estabelecimento público secundário, na capital da província de Mato Grosso, as Lições de Macedo, foram aprovadas pelo Conselho Literário para uso das Escolas Públicas Primárias e Secundárias desde a sua instalação em 1880, indicadas para a disciplina de História do Brasil.

Imagem 9: Lições de Historia do Brasil em versão digital



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242433>

Em 1864 Macedo, já em dificuldades financeiras por não ter mais o posto de deputado haja vista a derrubada do Partido Liberal, foi convidado para assumir a pasta do Ministério dos Negócios do Império, tarefa que negou alegando não ter poderio censitário o suficiente para tal. Embora tenha escrito, nos anos procedentes, algumas obras de encomenda ao governo brasileiro, Macedo foi relegado ao ostracismo, o que agravou as suas condições financeiras. Morreu em Itaboraí, em 1882.

De acordo com Bosisio (2007), o que se pode chamar de *forma* da obra de Macedo era contrária à de Abreu e Lima, de modo que o primeiro se demonstrava mais preocupado com uma história moral que o segundo. Ver-se-á se essa assertiva procede a passo que a obra de Macedo for analisada, o que se fará em seguida.

5. As dimensões rüsenianas aplicadas às obras: uma cultura histórica à brasileira

Nos tópicos que seguem procurou-se, à luz da metateoria rüseniana, analisar as obras dos autores mencionados anteriormente com a intenção de identificar os *interesses*, *ideias*, *métodos*, *formas* e *funções* presentes nas mesmas. Neste sentido, a intenção dessa seção é demonstrar os resultados obtidos mediante essas dimensões. Para que essa etapa fosse conclusiva, inicialmente as obras foram lidas “capa a capa” e catalogadas em quadros orientativos, que não compuseram os resultantes finais dessa pesquisa haja vista sua extensão e sua funcionalidade enquanto orientativos para a pesquisadora. Posteriormente, analisou-se os resultados obtidos da catalogação das fontes, cada um em uma subseção, com exceção das *formas* e *funções*, que compuseram apenas uma.

Notou-se, primeiramente, que a matriz rüseniana aplicada às fontes pode demonstrar as suas particularidades, bem como a *forma* de uma cultura histórica, à guisa de Rüsen, do Brasil que antecedeu àquela delimitada pelo IHGB, conforme se pode conferir a seguir.

5.1 Os *Interesses*

A começar pelos *interesses*, pode-se afirmar que na obra de Casal eles se perfazem diante da catalogação da história de um reino, a partir do ponto de vista do colonizador, haja vista que, como mencionado anteriormente, o padre escrevia, de acordo com Prado Júnior (1955), de um espaço privilegiado e com uma função específica. Neste sentido, como mencionado pelo próprio Casal nas palavras que iniciam a sua obra, o *interesse* consiste em demonstrar “[...] a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas [...]” (CASAL, 1817, p. 15), atendendo aos auspícios reais quanto à história do reino. Tratava-se de marcar um território com a força escrita da Coroa Portuguesa.

Vale ressaltar que antes de Casal, de acordo com Correa Filho (1949), outros tantos intelectuais já haviam catalogado uma série de escritos sobre as terras brasílicas, dentre os quais, de acordo com a leitura da *Corografia*, alguns foram consultados, resgatados ou rechaçados pelo autor. Sobre essa característica, discorrer-se-á mais à frente.

Produzida em 1817, a obra de Casal possui influências de seu período de composição. Sobre esse período, pode-se destacar como elementos de importância a vinda da família real para o Brasil; a consolidação da tipografia; e os interesses em relação ao potencial comercial do reino, haja vista tanto a funcionalidade de uma colônia naquele período, assim como a situação financeira da metrópole. De acordo com Prado Júnior (1955), a obra de Casal apresenta uma forte contribuição quanto à extensa descrição que realiza acerca dos cursos dos rios e de suas potencialidades de navegação, posto que o autor descreve minuciosamente os afluentes, as quedas e demais características dos rios de cada província, assim como também o faz quanto ao potencial mineral. É nesta descrição minuciosa e na forma de organização dessa narrativa que Prado Júnior (1955) destacou a potencial contribuição de Casal para a área da geografia.

Neste sentido, quando se analisa a obra de Casal à luz dessa perspectiva, o que se encontra é o *interesse* de catalogar e descrever uma região, por intermédio da densa descrição dos potenciais que, em 1817, eram basilares para o desenvolvimento econômico e social na localidade. Como o foco estava na comercialização via fluvial, na extração de minérios do solo e no desenvolvimento de gêneros de comercialização, tais como tabaco, café, cana-de-açúcar, entre outros, o autor da obra analisada orienta a sua produção de acordo com o cumprimento desses objetivos de explanação, de modo que, como destacado por Prado Júnior (1955, p. 60), “A Corografia representa assim, sob este aspecto, valiosa contribuição para uma das mais importantes questões do seu tempo”. A própria forma de organização da obra caminha em acordo com a explanação de tais ideais. Estes, aparentemente, eram os *interesses* do autor.

No entanto, mesmo que tenha atingido seus próprios interesses, Casal também possibilitou aos que hoje consultam sua obra o acesso a uma série de outras potencialidades acerca do período que estudou e do qual escreveu. Isso porque quando voltamos o olhar calibrado com as lentes rüsenianas para a obra de Casal, fora possível observar uma série de sujeitos que fizeram parte do processo histórico abordado na obra, seus pontos de pertencimento quanto à etnia; as atividades desenvolvidas nas províncias; as potencialidades de comercialização; entre outras.

A organização da análise da fonte seguiu os seguintes momentos: subdividiu-se a obra em acordo com os títulos destacados pelo autor, sendo catalogados 51 divisões, que nesta pesquisa nomenclaturamos por capítulos. Posteriormente, levantou-se algumas categorias de análise da fonte, de acordo com o método cunhado por Rüsen, que foram: das dimensões (economia, sociedade, cultura e política), os sujeitos citados e a tipologia narrativa. Essa mesma forma de análise fora utilizada para as demais obras que compõem essa pesquisa.

No que tange à dimensão dos sujeitos históricos, de acordo com Rüsen (2011), há importância em se compreender quais foram, haja vista que a história é multiperspectivada e não monológica. No entanto, como destacado por Reis (2000), por tempos esse tipo de escrita fora privilegiado nos círculos historiográficos, principalmente nas formas de escrita que convencionam a meados do século XVIII e XIX, períodos nos quais Casal viveu e escreveu. No entanto, viver nesta temporalidade não impediu o autor de ao menos mencionar as etnias indígenas, assim como de descrever alguns de seus hábitos, mesmo que a luz de seu tempo, calibradas, possivelmente, pelo olhar do colonizador.

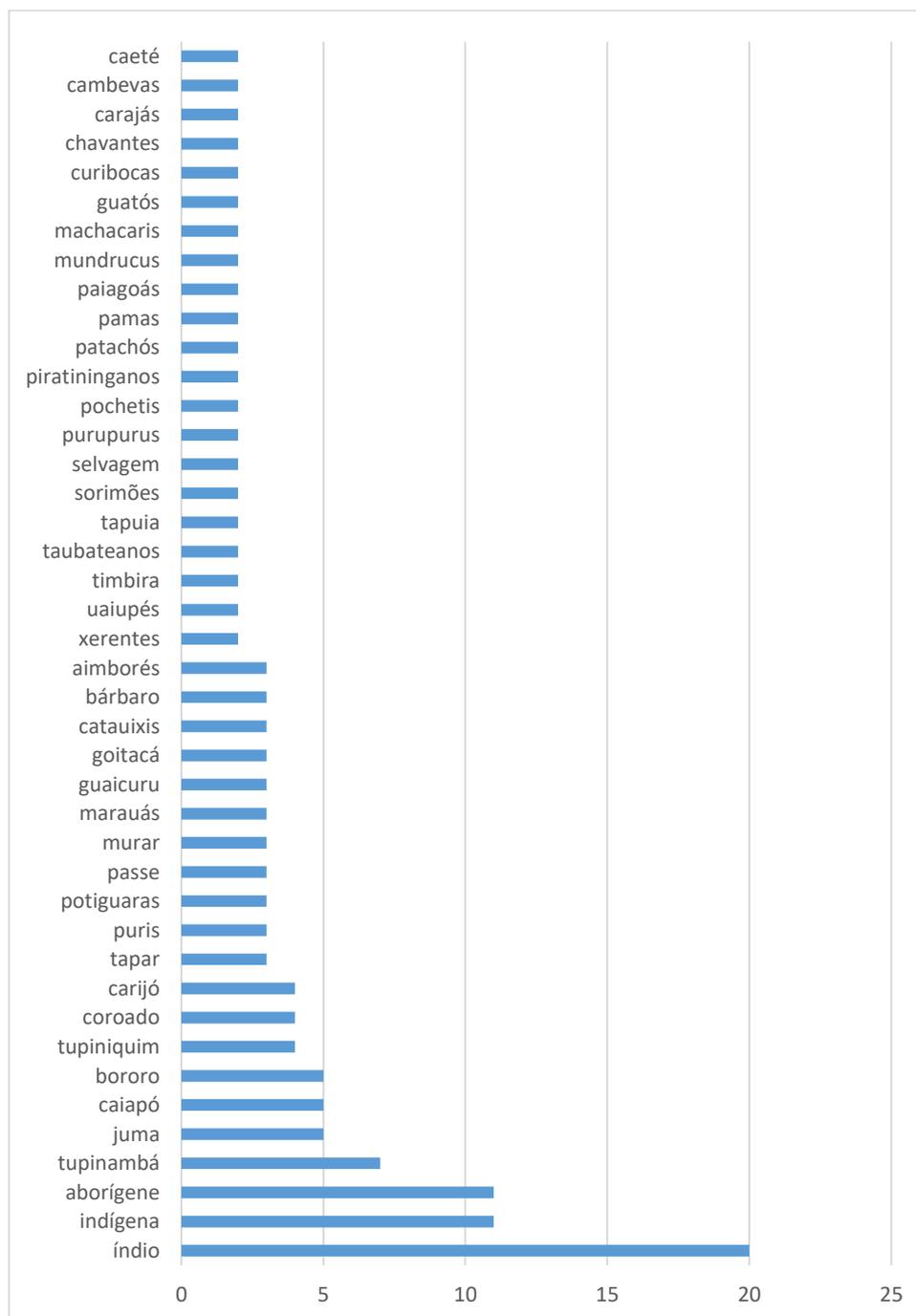
Nos 51 capítulos que compõem a obra, Casal relaciona 38 etnias diferentes, e a província de ocupação de cada uma delas⁵³, além de mencionar os indígenas de maneira generalizada por intermédio de alguns vocábulos que permitem essa característica. Na concepção de Prado Júnior (1955), a forma pela qual Casal aborda as populações indígenas, embora ocorra com certa atenção, “[...] não apresenta interesse: seus dados são visivelmente todos de segunda, quando não de terceira mão; e falta-lhe por completo espírito crítico.” (PRADO JÚNIOR, 1955, p. 60). Isso, de fato, fora observado posto que Casal não faz menção alguma à documentação de quaisquer tipologias quando se trata dos indígenas, o que não ocorre, por exemplo, quando em relação aos donatários de determinadas províncias, para os quais o autor por vezes menciona cartas, ofícios, concessões e demais documentações que solidificam a posição desses sujeitos no aparato social⁵⁴.

No entanto, embora a perspectiva de Casal sobre os indígenas quando na escrita da obra se dê de maneira eurocentrada, haja vista que por vezes trata dos indígenas nas subdivisões da obra onde trabalha com a questão dos rios ou animais, fora possível identificar várias etnias citadas pelo autor, de modo que a seguinte clivagem das mesmas e das formas de menção generalista aos indígenas puderam ser representadas de maneira gráfica:

⁵³ Houve uma tentativa, por parte da pesquisadora, de realizar um mapeamento dessas etnias por intermédio de uma plataforma geográfica de catalogação de dados. No entanto, dada à forma pela qual Casal subdivide o território e menciona das coordenadas, assim como pela área de formação da pesquisadora, a tentativa falhou.

⁵⁴ Não foi possível identificar se a forma pela qual Casal menciona os indígenas se deu por intermédio de fontes orais não citadas pelo autor, ou se por documentações de outras tipologias. No entanto, é notória a representação realizada pelo autor acerca dessas etnias.

Gráfico 1: Sujeitos citados – categoria indígenas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

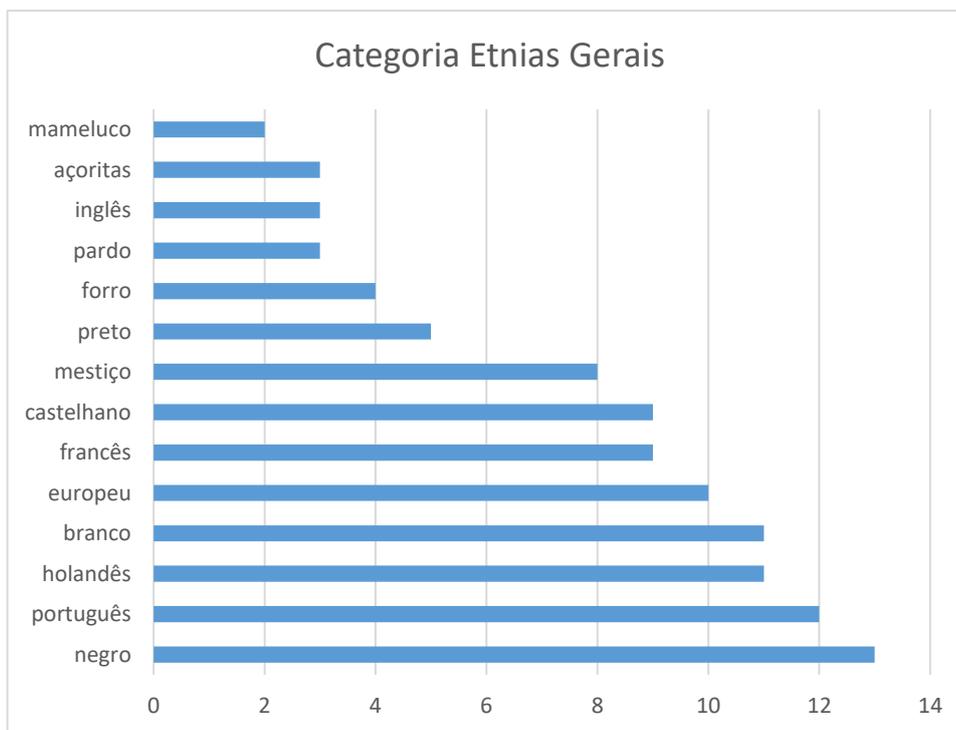
Os três primeiros vocábulos, “índio”, “indígena” e “aborígene”, estavam dispostos na maioria dos capítulos, sendo mencionados na proporção de 20, 11 e 11 para 51, sendo 51 a quantidade de capítulos da obra. As etnias que mais aparecem na obra são a Tupinambá, Juma, Caiapó e Bororo, na proporção de 7 para 51 para a primeira etnia, e 5 para 51 nas demais. Ressalta-se que não há nenhum capítulo da obra em que os indígenas não sejam mencionados

e que não se tenha uma etnia específica ocupando as províncias descritas pelo autor ou seus arredores.

Além disso, em 11 dos 51 capítulos da obra, Casal descreve de forma mais detalhada alguns costumes e práticas das populações indígenas que vivem nas províncias, que são: o Distrito do Rio das Velhas, onde o autor destina algumas linhas para abordar a cultura dos povos Bororo; a Província do Rio de Janeiro, onde menciona práticas dos Goitacás; a Província do Espírito Santo, na qual trata de alguns costumes dos Puris; a Província de Porto Seguro, onde informa sobre algumas práticas dos Manchacari; a Comarca de Ilhéus, onde trata dos Mongoiós; a Comarca da Bahia, mencionando práticas dos Tapinás e Tupinambás; a Província do Maranhão, mencionado as práticas dos Manajó e dos Timbira; a Hiabari, onde traz detalhes sobre os Maiurunas; e, por fim, as Províncias de Pernambuco, Mandrucânia e da Guiana, nas quais menciona as práticas de maneira generalista, sem especificar precisamente a etnia.

Importante destacar o espaço ocupado pelas etnias indígenas na obra de Casal, posto que elas podem ser observadas em quase todos os capítulos da obra. Quando comparadas, em menções, às demais etnias citadas pelo autor, não há a mesma abrangência em números de inferências. Quando se catalogou de maneira gráfica as etnias não indígenas que foram mencionadas por Casal no decorrer da obra, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 2: Sujeitos citados – categoria etnias generalistas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quando se cruzam os dados do gráfico acima, pode-se observar que a quantidade de negros ultrapassa a de portugueses e brancos que foram mencionados na obra analisada. Esse número seria acrescido caso se somassem a ele as categorias de “mestiço”, “preto”, “pardo”, “forro” e “mameluco”. Trazendo dados do Gráfico 01 para essas análises, o contexto representado por Casal em sua Corografia é de um reino majoritariamente indígena, negro e mestiço em primeiro plano, acrescido do elemento europeu em segundo/terceiro plano.

Partindo desses pressupostos, a Corografia, aqui, cumpriu um papel propedêutico neste quesito, haja vista que corresponde a uma das primeiras obras impressas no Brasil que abordam, de alguma forma, a sua história e que foram utilizadas como instrumentos de ensino em alguma temporalidade. Embora ela tenha sido escrita por intermédio de uma visão colonizadora em relação ao seu presente, cujos *interesses* eram necessariamente atender a demanda da Coroa Portuguesa perante a situação da “colônia” que já alocava o aparato administrativo da metrópole e se tornara o centro de decisões portuguesas; embora tenha sido escrita por um clérigo; e tenha sido impressa com anuência dessa mesma Coroa; a história que representa veio permeada de características que não tinham por pressuposto os *interesses* específicos de seu local de propagação, haja vista que mesmo os indígenas e negros sendo mencionados na obra, a forma dessa menção ocorre mais no descrédito à essas etnias do que na exaltação das mesmas.

Ademais, no âmbito dos *interesses* do autor, como mencionado anteriormente, e como também fora destacado por Prado Júnior (1955), há especial preocupação com a lucratividade do território, já angariado pela Coroa, assim como pelos potenciais de lucros que cada província apresenta. Sobre tais pontos, Casal proporciona ao/a leitor/a uma ampla descrição sobre as atividades lucrativas de cada uma das províncias que descreve, assim como das vilas, vilarejos, comarcas e aldeamentos que alocam. Nesta, pode-se observar certa variabilidade de atividades com fins lucrativos sendo desenvolvidas no Brasil, que ultrapassavam a extração de madeira, tão primada desde a colonização. Além disso, o autor também deu respaldo para o mapeamento de algumas atividades humanas, que foram categorizadas nesta pesquisa como “trabalho”.

Assim sendo, coadunando com o interesse português de se solidificar enquanto potência, bem como com a estrutura econômico-política que se desenhou no Brasil, à imagem e semelhança da que havia em Portugal, como destacado por Carvalho (2020), tratar-se das potencialidades da terra em obras que tinham por objetivo destacar o caráter histórico-

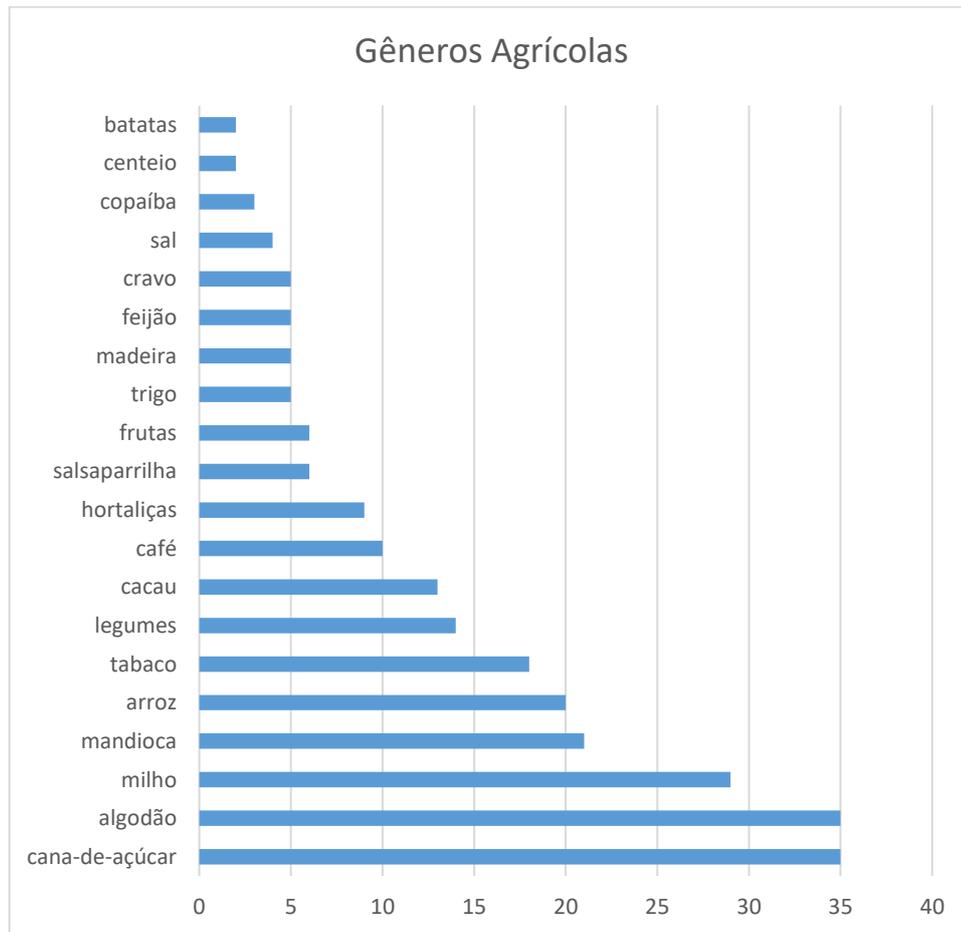
geográfico da porção tropical do Reino colaborava para o fortalecimento da solidificação do Estado português. Como apontado por Carvalho (2020, p. 38):

O Estado Português, por exemplo, já reduzira a muito o poder dos barões feudais e baseava-se numa coalizção entre a burocracia e os grandes comerciantes. No Brasil, a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e poder e, conseqüentemente, os proprietários, às vezes nobres portugueses empobrecidos, recuperaram o antigo prestígio. A centralização conseguida pelo Estado Português viu-se aqui reduzida a modestas proporções frente aos grandes latifúndios e à dispersão da população por um território tão extenso.

Daí a necessidade de se mapear este território por intermédio de obras publicizadas em território brasílico, anunciar as potencialidades de cada província, bem como suas concentrações populacionais, culturais, minerais e potencial hídrico, entre outras características presentes na obra de Casal e, posteriormente, na de Araújo e do Padre Perereca, por exemplo. Deste modo, os *interesses*, à guisa do proposto por Rösen quando aborda a construção de uma “história” caminham ao encontro do assenhramento do passado e, por intermédio deste, solidificar o posicionamento do presente e almejar-se um futuro.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas, estas foram subdivididas em duas ramificações, inicialmente: uma relativa aos trabalhos com a terra, de cunho agrícola; e outra quanto à criação de animais. Acerca dessas duas categorias, catalogou-se as seguintes incidências:

Gráfico 3: Atividades econômicas - gêneros agrícolas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ocupando posições de destaque frente às demais, as produções de cana-de-açúcar e algodão ocupam a proporção de 35 incidências para 51 subdivisões, em ambos os casos, seguidas, pela proporção de 29 para 51, pela produção de milho. Casal ainda afirma que a produção de tais gêneros nem sempre eram destinadas ao mercado externo, embora a maioria o seja, daí a sua fixação pela descrição do curso dos rios e das dificuldades mediante tais processos.

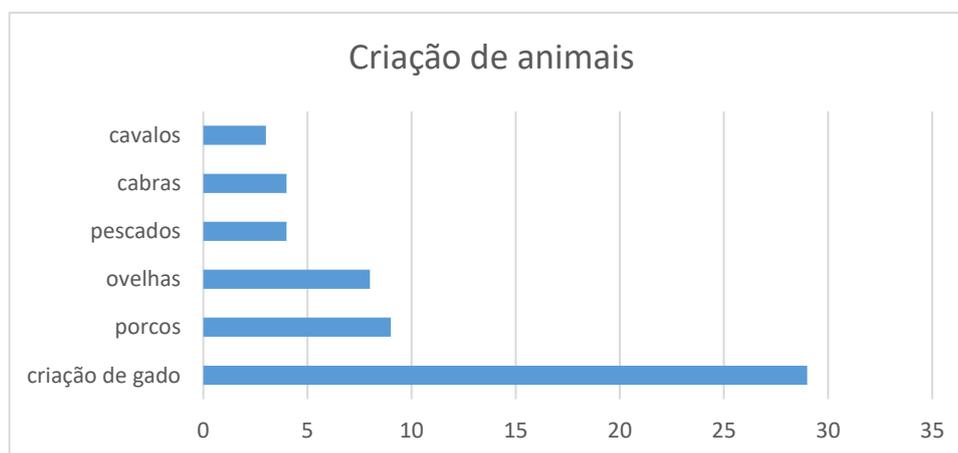
Nota-se também a abertura que o autor realiza quanto às possibilidades de lucratividade em relação aos territórios, abordando a necessidade de introdução de métodos de cultivo e formas de organização da produção nos moldes acumulativos para tal, assim como o faz quando descreve acerca das potencialidades produtivas da vila de Arinos. Essa perspectiva da escrita da história, de acordo com Rüsen (2001), interliga-se à duas dimensões da produção do conhecimento que vem a ser conhecido como histórico: a dos *interesses* e das *ideias*, que

caminham na perspectiva de significar o passado e, através disso, talhar certas expectativas acerca do futuro. Na referida expectativa, Casal expõe que:

Espera-se, que estes povos, em começando a experimentar as vantagens dos instrumentos de ferro, e do vestuário, e que só os podem haver dos navegantes deste rio, aquietando-se, e comunicando de boa fé com eles, não só lhes facilitem a nova navegação; mas concorram para o seu florescimento; até mesmo abrindo comércio com algumas produções do país em câmbio daqueloutros objetos (CASAL, 1817, p. 142).

Em relação a outra atividade também muito mencionada por Casal, a criação de animais, as seguintes incidências foram catalogadas:

Gráfico 4: Atividades econômicas - animais



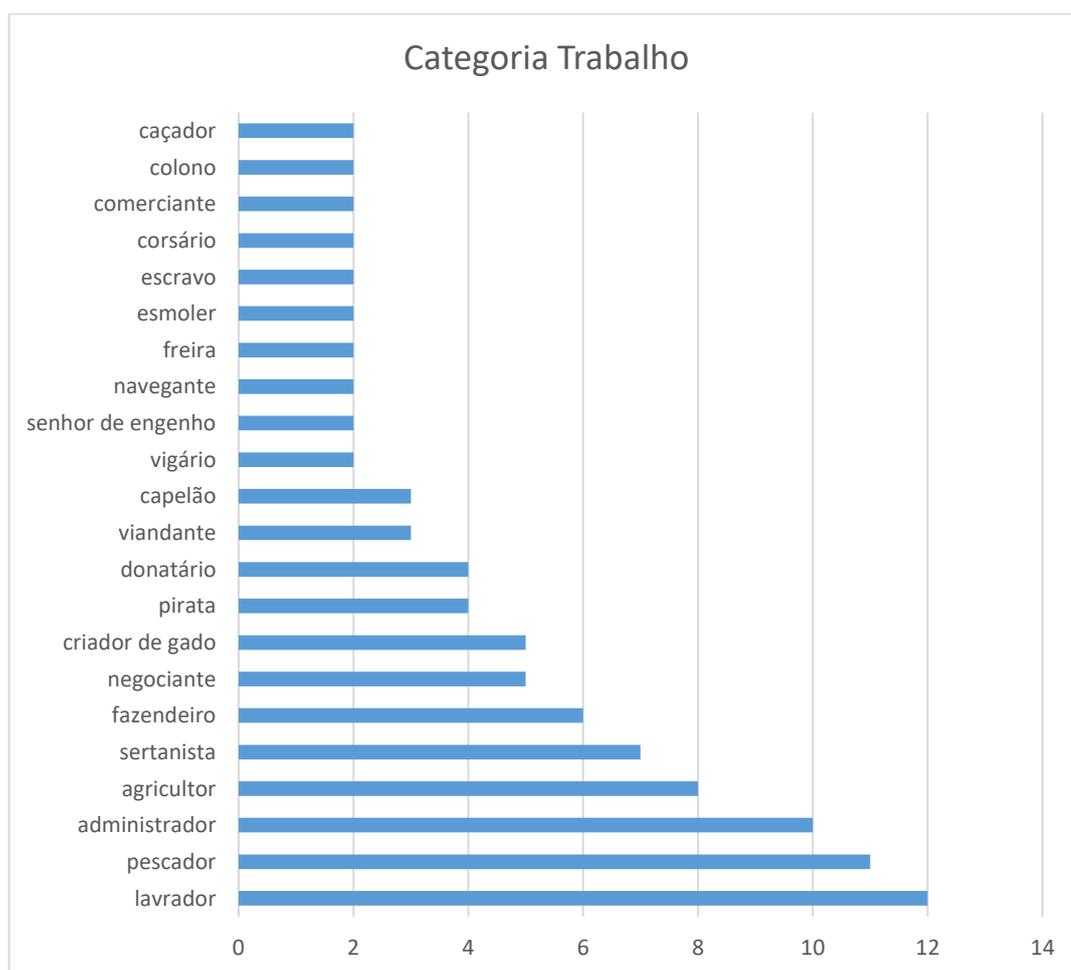
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Responsável por um dos ciclos econômicos que envolveu as regiões que hoje nomenclatura-se como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, a criação de gado, principalmente vacum, fora retratada na obra de Casal de maneira secundária quando relacionada às atividades agrícolas. No entanto, tal atividade fora catalogada na maioria das províncias, tal como se pode observar no gráfico acima, assim como na catalogação geral realizada pela pesquisadora para clivar os dados transformados em gráficos.

O autor não chega a discorrer acerca do destino preciso que envolvia a criação de gado, porém menciona algumas atividades ligadas ao ramo dos curtumes, do fabrico de queijos e, raramente, da comercialização da carne. As demais criações mencionadas pelo autor ficam no plano de descrição pormenorizada, sem agregação de quaisquer outras atividades que lhes pudessem ser correlatas.

Haja vista a existência de produções relatadas por Casal, associativamente o autor termina por, algumas vezes, descrever as categorias de trabalho de maneira ativa no decorrer da obra. Dentre as categorias de trabalho, para as quais designou-se tal nomenclatura levando em consideração o papel atribuído de sujeitos coletivos e o desenvolvimento de atividades que, na forma descrita por Casal, agregavam valor à atividade desenvolvida, as seguintes tipologias ganharam destaque na obra do clérigo:

Gráfico 5: Sujeitos citados – categoria trabalho



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Cruzando os dados levantados nesse gráfico com os anteriores, é possível perceber que a atividade desenvolvida pelos lavradores coincide com a importância destacada por Casal para os gêneros provenientes dessa atividade. No entanto, ocupando a segunda posição no número de incidências, totalizando 11 para 51, Casal destaca a atividade desenvolvida por pescadores, sendo que, embora “pescados” tenha sido mencionado pelo autor como atividade recorrente nas províncias, ela não chegou a ocupar a proporção de 2 para 51, no número de incidências. Isso

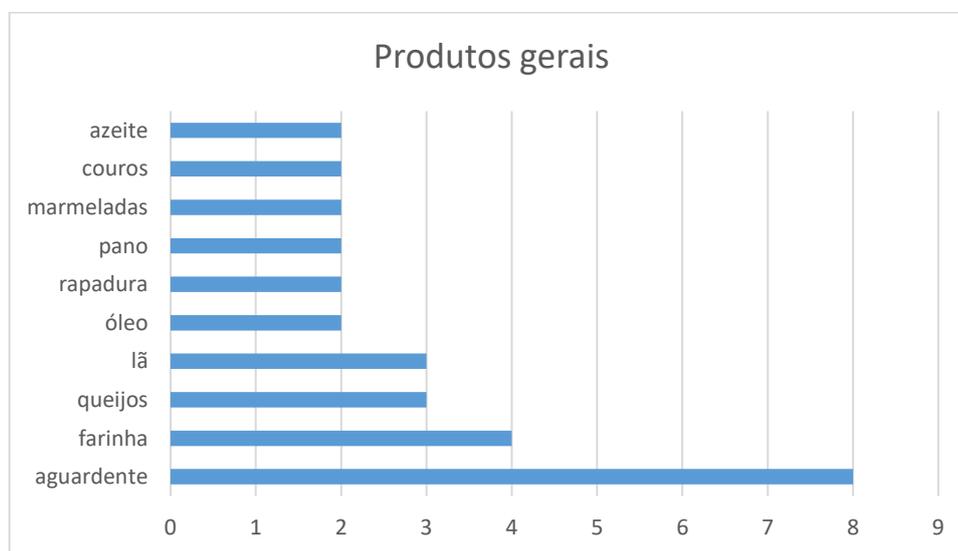
porque tal atividade é, na maioria das vezes, mencionada como praticada por populações indígenas ou em vilarejos de menor porte em relação aos demais.

Outras premissas que puderam ser notadas, consistiram na existência de uma classe de “esmoleres”⁵⁵ nas províncias mapeadas pelo autor, assim como na diminuta menção ao trabalho desenvolvido pelos escravos de maneira direta. A impressão geral que se tem da obra é que quase não há incidência do trabalho escravo negro, embora quando se atém aos descritivos dos sujeitos, os negros ocupem espaço de destaque na narrativa.

Em relação à proporção das atividades mencionadas pelos lavradores, chega a superar a quantidade de incidências do autor em relação a atividade desenvolvida por funcionários do estado, aqui denominados por “administrador”, englobando as atividades desenvolvidas por escrivães, juízes, governadores, entre outros. Se se agregar à essa categoria a de “agricultor”, este número é acrescido.

Por fim, no que tange aos produtos, categorizados aqui como aqueles em que se envolveu algum processo de transfiguração da matéria prima algo específico, as seguintes categorias foram encontradas na obra de Casal:

Gráfico 6: Atividades econômicas - produtos



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Com base nos dados indicados no gráfico, notou-se que as incidências dos indicadores “açúcar” e “pau-brasil” foram quase nulas na obra de Casal, e “madeira” obteve a incidência de

⁵⁵ Plural de esmolere, essa categoria abarcava as pessoas responsáveis pela distribuição de esmolos.

5 para 51 no número de menções. Essas características foram destacadas haja vista que o açúcar e a extração de pau-brasil foram grandes enfoques quando se trata da produção brasileira no período colonial e início do império. No entanto, na obra do clérigo o espaço mais abrangente é para a aguardente, farinha, queijos e lãs.

Na perspectiva de Rüsen (2001), as carências de orientação no tempo se tornam basilares para a escrita da história e a apropriação do passado a partir do momento em que este passado se torna um elemento de suma importância, sem o qual não se assegura o que se tem pouco consolidado no presente. Ou seja, quando se faz necessário significar, representar e disseminar o passado para que se consolide o que se tem no presente.

Na obra de Casal, escrita após a vinda da família real para o Brasil e a após a elevação deste a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, esse passado ainda não apresenta demasiada preocupação no cunho histórico do termo, haja vista que, como também ressaltado por Prado Júnior (1955, p. 60), a parte histórica da *Corografia* é diminuta quando relacionada às questões da área da geografia, o que não se torna motivo para desconsiderá-la enquanto fonte de uma temporalidade, haja vista que os *interesses* podem ser identificados até mesmo na “falta de interesses” sobre determinadas características do passado. E mesmo que essa premissa tenha sido identificada no decorrer da análise da obra, também o fora que o autor por vezes recorre ao passado para delimitar aquilo que explana sobre as regiões no momento de sua escrita, utilizando-se, inclusive, de métodos variados para tal perspectiva, os quais serão dispostos mais à frente.

Na obra de Araújo os *interesses* aparecem de maneira precisa, destacando que consistem no “[...] descobrimento, e collecção de Memórias, por cujo socorro pudessem conseguir noticias mais amplas da Província do Rio de Janeiro [...] antes que de todo se sepultassem [...] ou ficassem inuteis por se perderem”. (ARAÚJO, 1820, s/p). No que tange aos auspícios das memórias históricas, de acordo com Dal Moro (2012), embora estejam permeadas pelas particularidades de seus autores em relação ao contexto político da época, foram estas as responsáveis pela transposição da tradição oral, “[...] pela letra e palavras dos memorialistas, [em] memórias impressas”. (DAL MORO, 2012, s/p), que, por sua vez, podem ser transformadas em fontes históricas na medida em que se estende a elas questões referentes a uma dada realidade. Por sua vez, Galdames (2007) resalta como possíveis interesses para as *Memórias* de Araújo, galgar de maior prestígio social frente à Coroa Portuguesa.

Embora a abordagem tenha se iniciado pelo Rio de Janeiro, ao examinar os outros tomos da obra, encontram-se *memórias* de outras regiões do Império. Além disso, a obra de Araújo

conta com um enfoque mais religioso, seguido pela importância do desenvolvimento econômico e político da história do período, haja vista que o autor se prende à densa abordagem das sucessões de governadores de províncias, bem como de seus representantes no corpo de clérigos que possuía. As descrições com o aparato econômico ocupam um segundo plano na obra do Monsenhor, apenas sendo mencionadas em números e descrições de poucos parágrafos (não ocupando mais que 3), mas ainda assim, presentes em todos os tomos da obra.

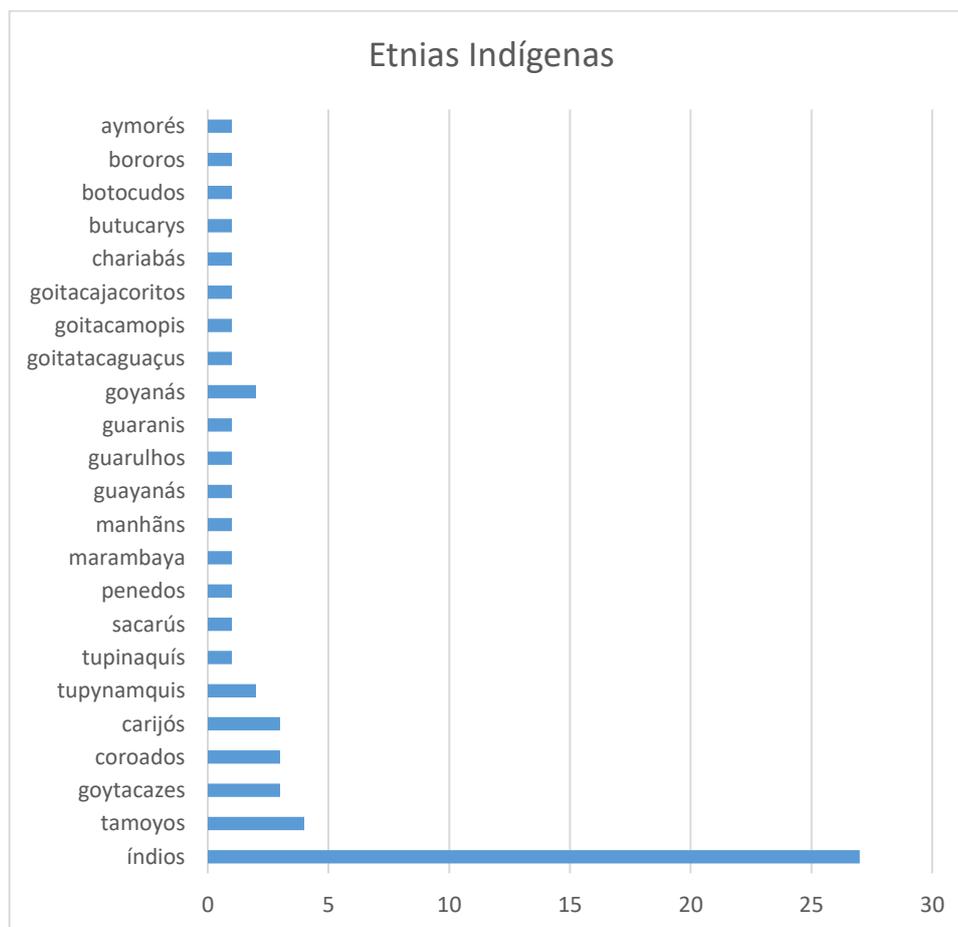
Utilizando-se dos conceitos mencionados por Rösen (2001) acerca dos *interesses* de uma perspectiva da história, bem como os métodos de catalogação e análise utilizados para a obra de Casal, também a obra de Araújo se tornou um contributo para a compreensão dos potenciais humanos, produtivos e de extensão da Coroa nas províncias, vilas e vilarejos nas terras brasílicas. Para tanto, o autor da obra cita sujeitos envolvidos no processo de surgimento, desenvolvimento e manutenção desses espaços e traz ao/a leitor/a elementos que justificam como chegara a tais sujeitos em suas análises. Como parte de “documentos oficiais”, ou das por ele chamadas de “fontes puras”⁵⁶, Araújo eterniza determinados sujeitos de maneira específica, privilegiando os nomes e famílias daqueles ligados diretamente ao poder Real e eclesiástico em suas representações provinciais.

A estrutura da análise que segue deriva da organização e divisão integral da obra, de acordo com a origem de sua impressão, chegando-se a dois grupos: o das obras impressas pela Impressão Régia (cinco tomos), e o das impressas pela Typografia de Silva Porto (três tomos – sendo o último, dividido em duas partes). Do primeiro grupo, foram catalogados 164 capítulos, de acordo com os indicadores de “dimensões: economia, cultura, sociedade e política”, “sujeitos” e “narrativa”, assim como o fora realizado para a análise da obra de Casal. O segundo grupo, fora dividido em 106 capítulos, também em acordo com a divisão do original.

Como primeiro dado, é importante destacar que diferentemente do que fora possível catalogar da obra de Casal quanto aos sujeitos citados no corpo do texto, quando se trata de Araújo o potencial da diversidade de sujeitos citados é menor, de modo que a abrangência de etnias indígenas é diminuta nos cinco primeiros tomos da obra, se for levado em consideração que, nas mais de 200 páginas de cada um dos tomos, somente as seguintes etnias foram identificadas:

⁵⁶ Araújo denomina dessa forma os documentos produzidos pelo Estado ou pela Igreja.

Gráfico 7: Sujeitos Citados primeiros cinco tomos – Etnias Indígenas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Neste primeiro quesito, na obra de Araújo, em seus primeiros cinco tomos, não chega a 30 o número de etnias mencionadas e não há menção alguma aos modos de viver dessas etnias. Fazendo uso de uma particularidade quanto aos índios, Araújo menciona o caso do índio Ararigboya, da etnia dos Goitacazes, que, juntamente com demais indígenas dessa etnia, lutou ao lado dos portugueses contra os franceses e Tamoio, o que lhe rendeu o título de Capitão Mor, e o rebatismo sob o nome de Martim Affonso de Souza, bem como a honraria do Hábito da Ordem de Cristo e Tença, uma espécie de prêmio pela prestação de seus serviços. Além disso, menciona Araújo que este índio ficou responsável pelo governo da aldeia, conforme se segue:

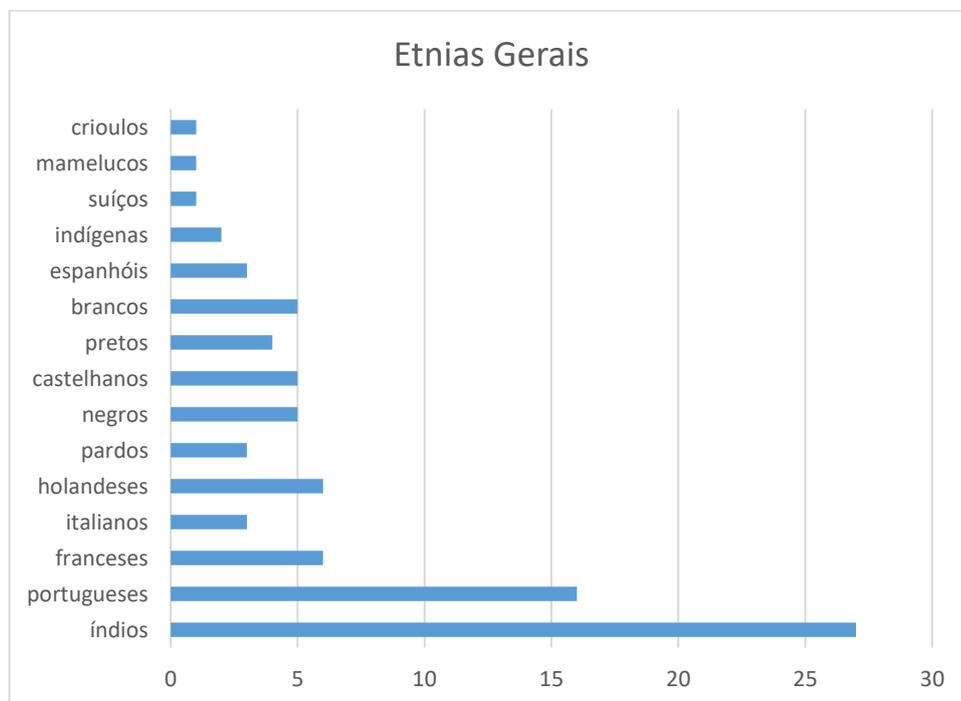
Soh o Commadamento de um Indio, honrado com a Patente de Capitão Mór, está a Aldea, cujo Povo, mais amigo da ociosidade, que do trabalho, faz ahi pouca residencia; e frouxo bastantemente na cultura de seis legoas de terra, assinaladas pelo fundador da Aldêa para seu patrimonio, vive disperso quasi todo, empregando-se em trabalhos diferentes no districto de Cabo Frio (ARAÚJO, 1820, Tomo V, p. 92-93).

Embora esta constitua uma pequena passagem em que a questão indígena fora mencionada mais pontualmente, quando se trata das demais etnias, o “índio” tende a prevalecer em número de incidências quando comparado às demais etnias citadas por Araújo em suas *Memórias*, como será demonstrado mais à frente. Vale ainda destacar que ao mesmo tempo em que o mosenhor considera o povo indígena “amigo da ociosidade”, também relata a execução de “trabalhos diferentes” realizados por esses povos, demonstrando tanto a contradição em sua análise quanto a associação da categoria trabalho apenas à forma eurocentrada do termo.

Nos últimos tomos da obra, as etnias indígenas antes mapeadas pelo Mosenhor quase desaparecem, de modo que se tornou até mesmo obsoleta a feitura de um gráfico para análise das mesmas, haja vista que somente os Tamoio e os Botocudo galgaram um pequeno espaço em menções nos últimos tomos da obra, ocupando apenas 2 menções cada nos 106 capítulos analisados. Já os vocábulos “indígenas” e “gentios” aparecem com mais frequência, solidificando a visão generalizadora para essa categoria de sujeitos.

Quando se trata das demais etnias, os seguintes dados puderam ser catalogados:

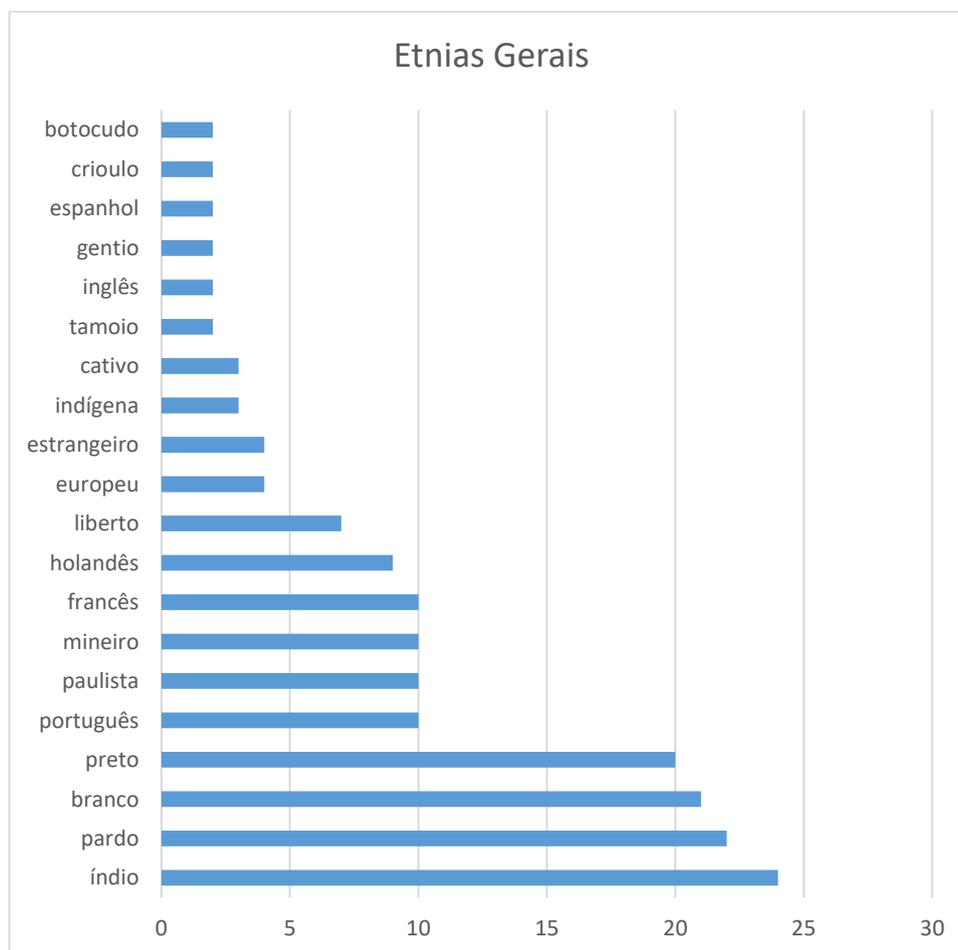
Gráfico 8: Sujeitos Citados nos primeiros cinco tomos – Etnias Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Nos últimos três tomos, pouco se altera a representação dos sujeitos acima mencionados, conforme pode-se observar abaixo:

Gráfico 9: Sujeitos Citados nos três últimos tomos – Categoria Geral



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Nos primeiros tomos, o termo “índio” aparece na proporção de 27 para 164; a portuguesa, na de 16 para 164; a francesa e a holandesa, na de 6 para 164; seguidas pelas etnias negra, castelhanas e brancas, na proporção de 5 para 164. Nos últimos tomos, “índios” apresenta uma incidência, de 24 para 106 capítulos e “indígenas”, 3 para 106; seguida por “pardos”, com 22 para 106; brancos com 21 para 106; pretos com 20 para 106; “português” e “francês” na de 10 para 106; seguidas pelas demais. Vale ressaltar a incidência de tratamentos regionalistas para alguns dos sujeitos citados pelo uso dos vocábulos “paulistas” e “mineiros”, por exemplo.

Chamavam-se Paulistas todos os filhos de mulheres Europeas Protuguezas, ou Hespanholas, ou Indias indígenas do paiz, que porpagando pordigiosamente, povoáram todo Continente de Serra á cima, sobre a grande, e notavel Sena de

Paranaá-piacába, principiada no Monte Mestre Alvaro (á 23° do Sul), e que tomando diferentes nomes, vai terminar em Chiles, e Perú (ARAÚJO, 1822, Tomo VIII, Livro I, p. 264).

Acerca dessa premissa, observa-se a continuidade do ideal de mapeamento dos sujeitos à luz do olhar do colonizador que, no entanto, dada à realidade que representa, não pode fugir de um Reino com características indígenas, pardas e pretas em grandiosa extensão quando comparadas às demais categorias de sujeitos angariados na escrita da obra, não modificando a representação de um Brasil com essas configurações. Ainda assim, a ojeriza dos sujeitos colonizadores pelas etnias não branca fica evidente na *Memória* escrita do Monsenhor, sendo que em uma das passagens aparece de maneira mais evidente, quando na representação de um conflito corrido na divisão de Igreja do Prelado com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos pretos, onde o autor relata que:

[...] mandou El-Rei conservar inteiramente a Cathedral, e o Cabido; na Igreja de S. Sra. do Rosario, emquanto se fazia nova Sé; para cujo a obra de novo lhe recommendou, que escolhesse sitio apto, onde se executasse, *sem ser na Igreja dos Pretos, por não ser decente, que o mesmo Prelado, e o Cabido estivessem celebrando os Officios Divinos em huma Igreja emprestada, e de mistura com os Pretos* (ARAÚJO, 1822, Tomo VI, p. 55 [grifos do autor]).

A representação desse conflito se perpetua por mais algumas páginas, sendo finda com a decisiva de que “[...] á fim de cessar a mistura do Corpo Capitular com os individuos pretos, e de habitar o Cabido uma Casa propria, onde podesse tranquila, commoda, e decentemente satisfazer os Officios Divinos” (ARAÚJO, 1822, Tomo VI, p. 57). Percebe-se, nesta passagem, que a visão do colonizador branco e cristão se consolida, em vistas de uma separação precisa em relação aos “individuos pretos”, mesmo que estes estejam mais citados nas obras do que os brancos.

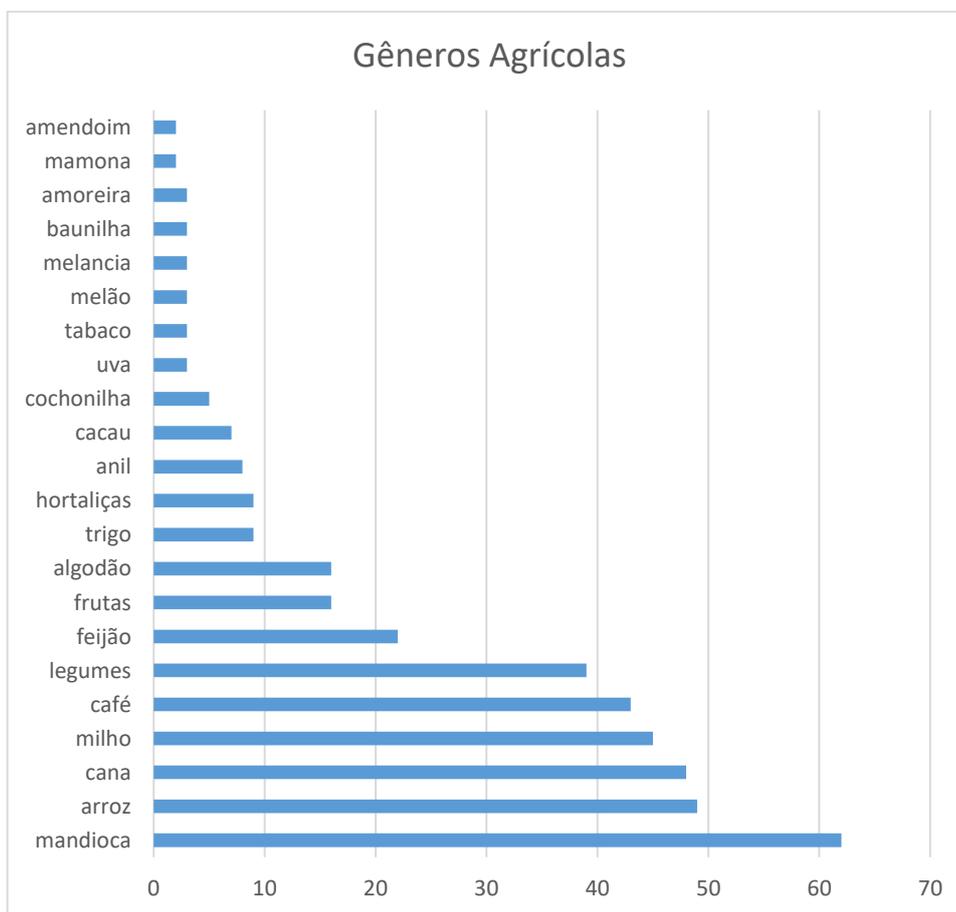
Para além dos sujeitos presentes no Reino em suas terras brasílicas, outro ponto permissível de análise diante da obra de Araújo foi o das atividades econômicas desenvolvidas nas províncias. Nesta categoria, identificaram-se atividades interligadas à criação de animais, cultivo de alimentos, comércio, extração de madeira, entre outras. Neste sentido, Araújo também deixou suas contribuições para com o mapeamento de tais atividades em relação às províncias onde eram desenvolvidas, bem como a importância do crescimento das mesmas para aumentar o número de fogos e, conseqüentemente, de pessoas em cada localidade, bem como

para a solicitação de paróquias para o atendimento das pessoas que se mudavam para locais onde as mesmas ainda não existiam⁵⁷.

Sobre essa premissa, Araújo ainda cataloga a facilidade com que tinham os grandes proprietários na reivindicação por paróquias, quando em relação aos pedidos realizados por parte dos pequenos lavradores, sendo os primeiros atendidos com mais prontidão que os segundos. Neste quesito, também fora possível identificar certa preocupação por parte dos chamados “suplicantes” para com o enterro de seus entes em locais propícios para tal. E por propício entenda-se um cemitério benzido por um membro do clero.

No que se refere aos gêneros agrícolas produzidos identificados nos cinco primeiros tomos da obra de Araújo, as seguintes categorias foram catalogadas:

Gráfico 10: Atividades econômicas nos cinco primeiros tomos - Gêneros agrícolas



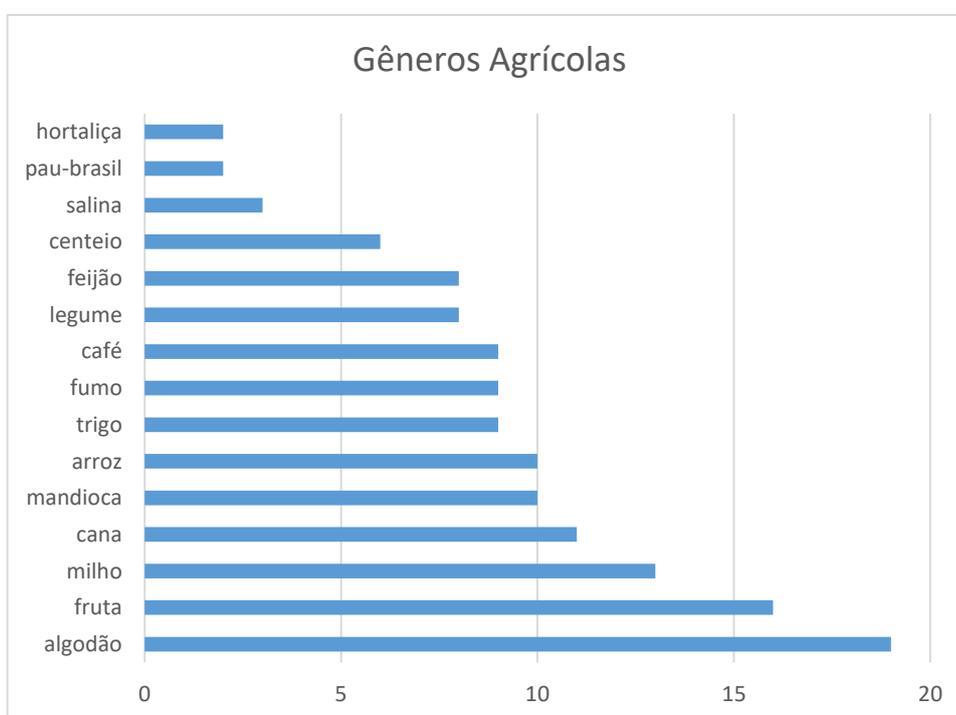
Fonte: elaborado pela autora (2020).

⁵⁷ Interessante destacar que Araújo chega a mencionar a quantidade aproximada, em número, de pessoas por paróquias nos tomos de sua obra, sendo que em alguns casos menciona, inclusive, a quantidade de casas e Igrejas, o material de construção utilizado nas mesmas, entre outros aspectos.

Para tecer tais considerações Araújo se utiliza, por vezes, de relatórios das casas de comércio bem como dos livros de registro de produções e que catalogaram tais atividades como sendo desenvolvidas nas províncias. Nota-se, quando no levantamento de dados tanto da obra de Araújo quanto da de Casal, que os gêneros agrícolas em preponderância de desenvolvimento no Brasil são similares, não apresentando alterações significativas entre os anos de publicização das obras (1817 e 1820).

Nos últimos tomos da obra de Araújo, lançados em 1822, as seguintes atividades foram catalogadas:

Gráfico 11: Atividades Econômicas nos três últimos tomos – gêneros agrícolas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Enquanto nos cinco primeiros tomos das *Memórias* de Araújo os produtos de destaque em cultivo agrícola eram a mandioca (62 incidências para 164 capítulo), o arroz (49 em 164), a cana-de-açúcar (48 em 164), o milho (45 em 164) e o café (43 em 164); nos últimos tomos as produções de algodão (19 em 106), frutas (16 em 106), milho (13 em 106), cana-de-açúcar (11 em 106) e mandioca (10 em 106) são preponderantes. Vale ressaltar que nos últimos tomos Araújo se restringe mais à descrição das regiões do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Minas Gerais e São Paulo, o que justifica serem estas as atividades econômicas mais citadas no teor da obra.

Assim como Casal, quando se trata das expectativas quanto ao aumento das produções, Araújo também o interliga como algo benéfico e que pode ser desenvolvido nas províncias com mais afinco. Assim sendo, quando este levanta hipóteses acerca do potencial de desenvolvimento de uma determinada região, o faz rechaçando as formas de viver de algumas comunidades em virtude da exaltação do padrão europeizado de produção. Isso pode ser observado quando o Monsenhor afirma que “Seria o territorio de Ilha Grande mui farto de viveres, e procucçoens utilissimas, se n’uma part consideravel de seus habitantes não fosse excessiva a indolencia, e nenhuma a industria.” (ARAÚJO, 1820, p. 81); ou quando destaca que, quando se trata da expansão da atividade açucareira na região do Campo dos Goitacazes, “D’ahi proveio não só a opulência, em que se acha a terra, mas a differença que se observa nos mesmos habitantes, passando de rusticos, e pela maior parte levantados, à homens civis, muito aceiados, grandes negociantes, e fartos de numerário.” (ARAÚJO, 1820, Tomo III, p. 117-118).

No entanto, importante destacar uma passagem onde Araújo relata um conflito na relação de desenvolvimento da produção de açúcar por grandes proprietários e donos de engenho com a condição das famílias de pequena propriedade. Sobre essa diferença de cenários, destaca o autor que:

A primeira vista parece, que a abundancia do assucar contribue muito para o augmento da terra, e de seus habitantes : mas não succede assim. Porque, vendendo os mercadores as fazendas ao povo, e abunando-as à troco de assucar, emquanto elles se enriquecem, os lavradores, e as famílias d’ estes ficam pobres, e seus filhos inhabilitados de continuar a agricultura , com prejuízo consideravel do Estado , que não pode deixar de sentir um desfalque grande pelo pouco crescimento, e felicidade do paiz (ARAÚJO, 1820, Tomo III, p. 122).

Diferentemente do que fora observado nos primeiros tomos, nos últimos Araújo não mais destaca esse tipo de conflito no desenvolvimento econômico com relações de desigualdades sociais como fizera acima. Além disso, são notórias algumas passagens onde o Monsenhor atrela o desenvolvimento econômico e comercial como pontos fulcrais do incremento do Reino, como pode ser observado nas passagens a seguir:

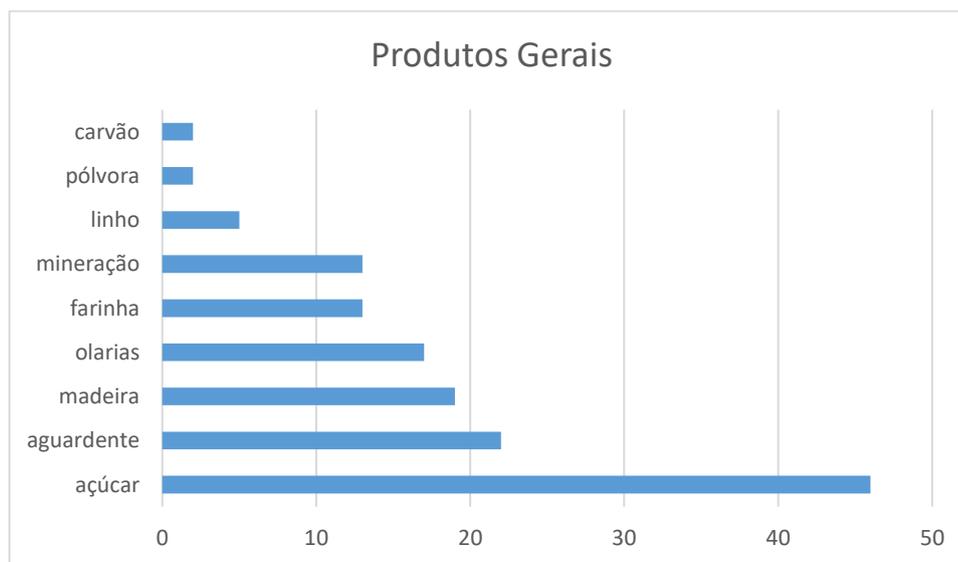
O Almanach de 1800 numerou 84 negociantes da Praça do Rio de Janeiro; o de 1803 contou 95; o de 1807 fez memoria de 126; o de 1811 chegou á 207 Portuguezes, e 65 Inglezes: e o de 1817 deu noticia de 278 Nacionaes, 105 inglezes, e 8 Francezes (ARAÚJO, 1822, Tomo VII, p. 67 [nota de rodapé]).

O Commercio he a base firme dos interesses politios, e o equilibrio das Potencias. A sua profissão he proveitosa, necessaria, e nobre. D'elle, em geral, resulta o bem commum depende do publico do Estado, e a utilidade de cada um em particular. Constitui poderosas as Monarchias, e a sua falta fará a maior Provincia inutil aos Subditos, e pesa la aos Príncipes (ARAÚJO, 1822, Tomo VII, p. 68 [nota de rodapé]).

Por Decreto de 3 de Fevereiro de 1820 (como fica dito) se estabeleceu na Capital da Provincia uma Alfandega, para que os seus habitantes, gozando da franqueza do Commercio concedido ao Reino do Brasil, podessem diretamente commerciar com todos os Povos, ou sejam da mesma Nação Portugueza, ou Estrangeiros [...] (ARAÚJO, 1822, Tomo VIII, Livro I, p. 149).

Em se tratando de produtos fabricados em terras brasílicas os seguintes foram identificados:

Gráfico 12: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Produtos Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

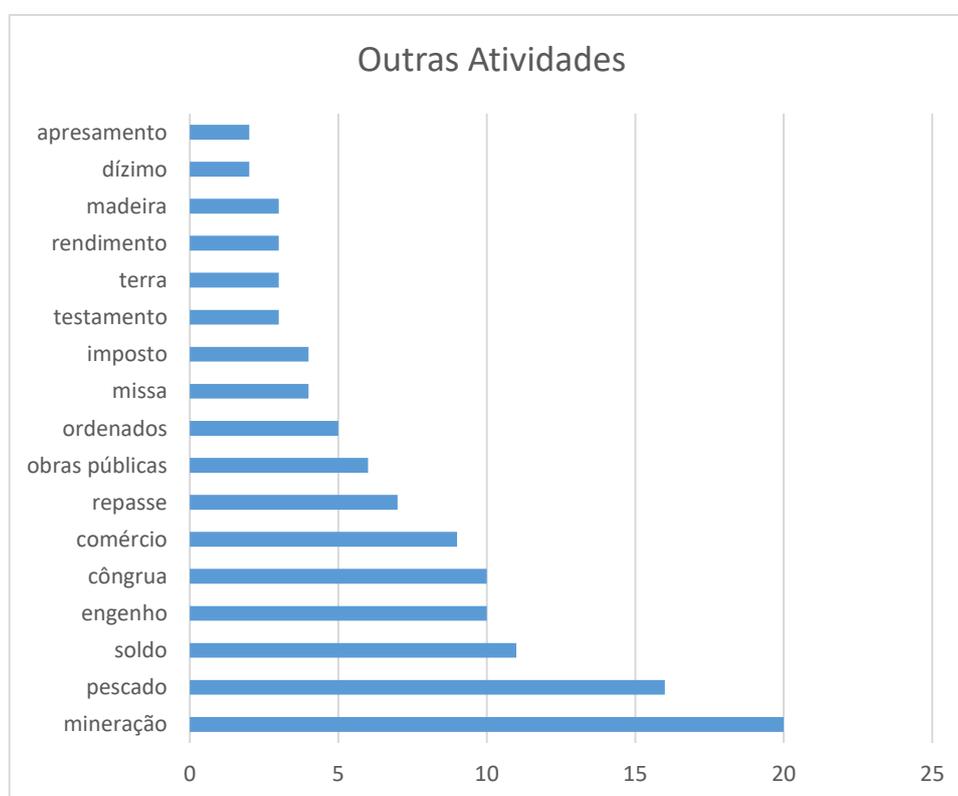
A começar pelo açúcar, chega à incidência de 46 em 164 capítulos; seguido pela aguardente, com a proporção de 22 em 164. No que tange à extração de madeira, em Araújo esta atividade/produto aparece na proporção de 19 em 164; as olarias, farinha e mineração aparecem em proporções com menos de 20 incidências em 164 capítulos; linho, pólvora, carvão ocupam posições menores.

Nota-se, neste sentido, *interesses* em descrever, nas premissas de Rüsen (2001), as potencialidades com o intuito de salvá-las do esquecimento e de pontuar o que era considerado

de importância no âmbito do desenvolvimento dessas províncias. E levando-se em consideração que além de clérigo Araújo foi um homem consagrado com honrarias cedidas pela Coroa e participe do aparato administrativo da mesma, infere-se que esta particularidade também possa intencionar a conquista de espaço para além da catalogação, haja vista que o autor, de acordo com Galdames (2007), direciona sua obra à sua majestade mesmo possuindo a opção de publicá-la sem tal direcionamento.

Nos últimos tomos que compõem a obra de Araújo, os seguintes mapeamentos puderam ser realizados:

Gráfico 13: Atividades econômicas três últimos tomos – Produtos Gerais



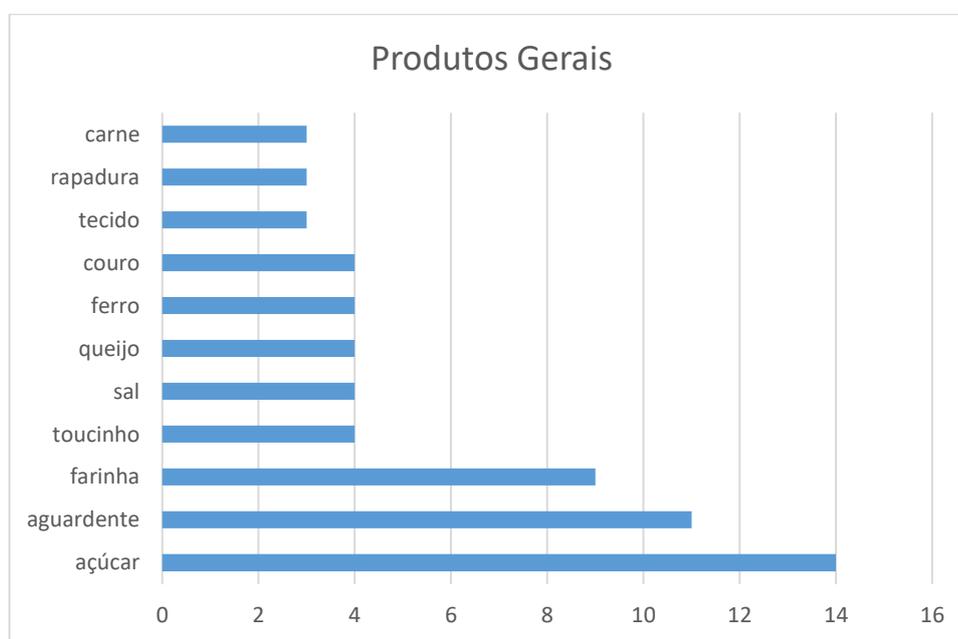
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Dada à particularidade da representação proposta no Tomo VI, que tratou especificamente sobre o clero, entrou em questão as atividades ligadas ao repasse de verbas da Coroa para o funcionamento e manutenção das igrejas, bem como o pagamento das côngruas e das “horas canônicas”, assim como também foram catalogadas por Araújo alguns valores pagos “pelo rebanho” pelas missas. Outra característica que esse tomo permitiu fora a identificação dos bens de padres e bispos por intermédio dos testamentos por eles relegados, e que foram

cotejados por Araújo nas páginas do sexto tomo. O dízimo também compete uma categoria mencionada pelo autor na especificidade do Tomo VI.

Nos Tomos VII e VIII, dada a volta à perspectiva seguida antes do sexto tomo, outras atividades puderam ser identificadas, em especial a mineração, seguida pelas menções à pescaria, o pagamento dos soldos ao corpo militar, a instalação e funcionamento dos engenhos, o estabelecimento do comércio interno, a abertura de obras públicas, bem como o pagamento dos ordenados de alguns dos “funcionários da administração” da Coroa nas províncias brasílicas. Além destas, a produção de alguns gêneros destinados ao comércio também fora mapeada nos últimos tomos da obra e seguem representadas no gráfico abaixo:

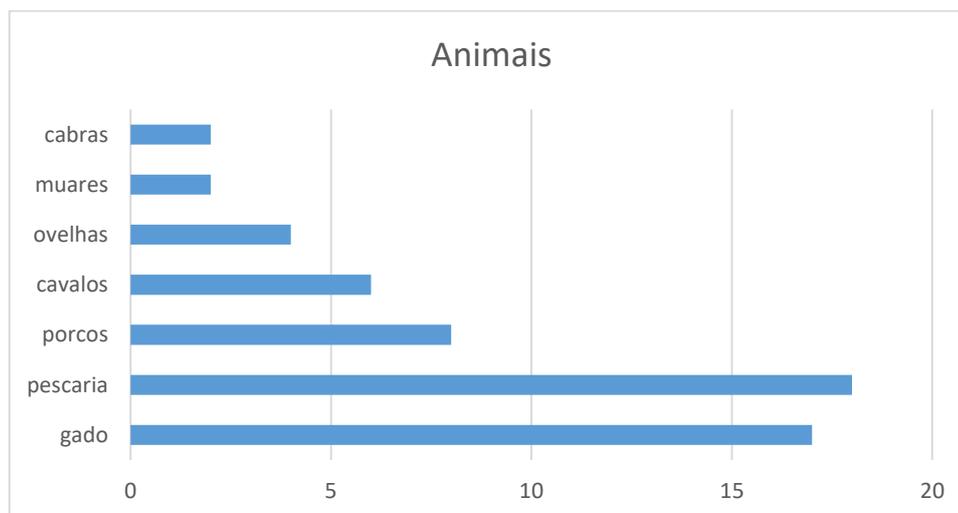
Gráfico 14: Atividades econômicas três últimos tomos – outras atividades



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Outro ramo de atividade presente tanto na obra de Casal quanto na de Araújo fora o da criação de animais, que na obra de Araújo tivera as seguintes incidências:

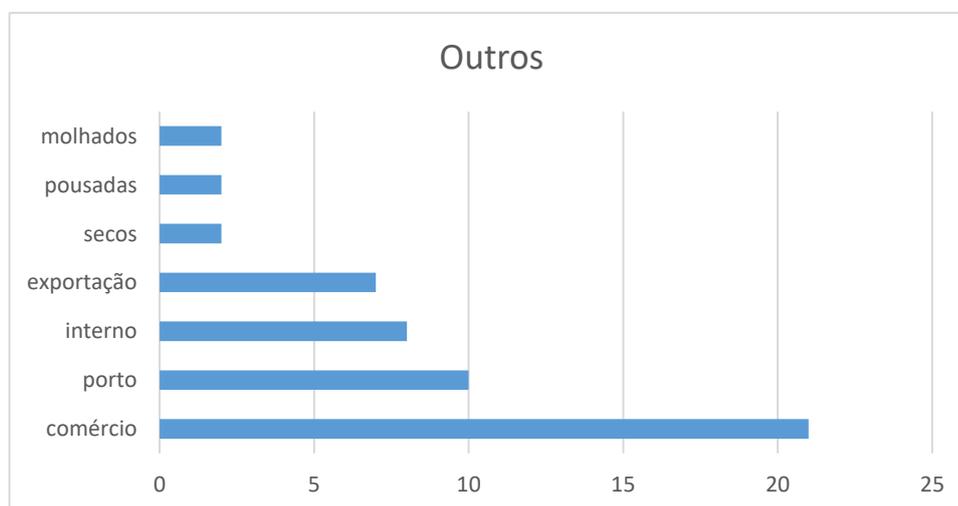
Gráfico 15: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Criação de Animais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Nos últimos três tomos, perpetuaram as criações já identificadas acima, bem como nos que o foram na de Araújo: criação de gado, porcos, cavalos, ovelhas, entre outros. Por esse motivo, dispensou-se a representação gráfica para esta atividade. Além destes, fora possível identificar alguns ramos de atividades especificadas nos escritos de Araújo, a saber:

Gráfico 16: Atividades econômicas primeiros cinco tomos – Outros Ramos



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Além disso, na obra de Araújo houve indícios da atividade tropeira em algumas das províncias e como esta se interligava com outras atividades desenvolvidas em virtude dessa demanda, tais como os serviços de pousadas dispostos no gráfico acima.

Por mencionar os ramos de produção que alavancavam a economia do reino, Araújo descreve algumas categorias de trabalho desenvolvidas, seja em virtude desses ramos, seja em relação aos tentáculos da Coroa sobre a administração das províncias. Na obra de Araújo a primeira posição em incidência é da categoria de funcionários da administração, com proporção de 77 para 164, aqui alocando-se governadores de província, vice-reis, escrivães, e demais categorias que possuíam soldo e estavam responsáveis, diretamente, pelos serviços ligados à administração dos interesses da Coroa nos territórios. Em segundo lugar, encontra-se, na incidência de 29 para 164, a categoria colonos. Em terceiro, na proporção de 11 para 164, Araújo menciona a categoria de escravos; lavrador ocupou a quarta posição em incidências, com a proporção de 9 para 164 capítulos, conforme representação gráfica abaixo:

Gráfico 17: Categoria trabalho primeiros cinco tomos – Gerais



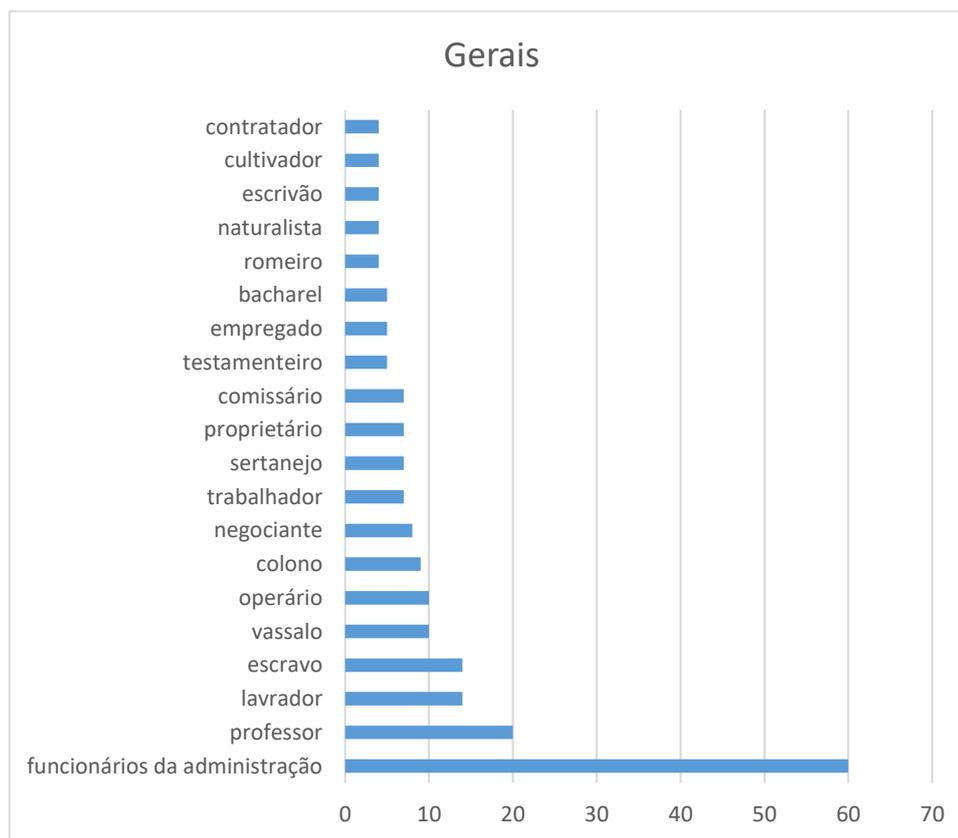
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Vale destacar ainda a relevância indicada por Araújo quanto ao papel do clero nas províncias. Isso porque o *interesse* da obra do Monsenhor caminha a *pari passu* com o que busca salvar do esquecimento quanto às paróquias surgidas em cada província. Sobre essa perspectiva, é possível, após a leitura dos cinco primeiros tomos, afirmar que o que “puxa” a

catalogação das *Memórias* por parte de Araújo é, inicialmente, até o terceiro tomo, o surgimento das paróquias em primeiro plano, para depois se abordar as demais dimensões; ao passo em que de parte do quarto tomo para o quinto, observa-se que justamente o desenvolvimento de algumas regiões refletiam diretamente na súplica por uma paróquia.

Nos últimos tomos, as seguintes categorias foram observadas:

Gráfico 18: Categoria trabalho últimos três tomos – Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Vale destacar que dada a particular preferência pela história das paróquias, foi longa a menção a sujeitos ligados ao clero como ocupantes de papel de destaque na história das províncias. Inicialmente, havia-se elaborado mais dois gráficos abordando apenas as menções realizadas pelo Monsenhor às categorias de trabalho ligadas ao clero. No entanto, optou-se por eximi-las dos resultantes da pesquisa, cabendo apenas explicar que os padres ocupam local de destaque na obra de Araújo, posto que este destina páginas e páginas para dissertar sobre sucessão dos mesmos frente às Igrejas, suas ações, entre outras características. Além disso, importou ao autor destacar as distinções dentro do próprio clero e suas atribuições. Um exemplo dessa particularidade, bem como do exercício letrado por parte do clero, pode ser observado quando o autor aborda sobre o Padre José Joakim Justiniano Macarenhas Castello-Branco, que

“[...] applicando-o aos Estudos menores nas Aulas da Companhia de Jesus, o mandáram seguir os maiores na Universidade de Coimbra, em 1750 [...]” (ARAÚJO, 1820, Tomo V, p. 211). O mesmo padre, de acordo com Araújo (1820, Tomo V, p. 220-221), “[...]declarou aos Ecclesiasticos do Bispado por Pastoral de 24 de Março de 1781, que nenhum seria admittido á Exame para Confessor, se suas supplicas não acompanhassem as certidões de frequência as Aullas de Moral, paasadas pelo Reitor do Seminario, e Professor competente.”

Além disso, no primeiro capítulo do quinto tomo, tratando sobre o bispo de Guadalupe, Araújo relata sobre algumas medidas religiosas que deveriam ser tomadas como regras pelos padres, e replicadas para os demais sujeitos da sociedade. Dentre estas menciona que, por intermédio do alvará de 30 de setembro de 1770,

[...] em observancia ao mesmo Alvará mandou, por outra Pastoral de 17 de Abril de 1773, aos Parocos, e Capellaens das Capellas, que n'uns, e n'outros lugares lessem, ou fizessem ler em todos os Domingos do anno aquelle Cathecismo, por espaço de meia hora, antes da Missa Conventual; e aos Professores das primeiras letras recommendou, que o fizessem aprender, e decorar pelos discipulos, inhibindo a estes alumnos a entrada nas Aulas da Gramatica Latina, se naõ provassem sufficientemente o estudo da Doutrina conteuda, ao menos, no Compendio do mesmo Cathecismo (ARAÚJO, 1820, Tomo V, p. 11-12).

Mais à frente, o autor menciona ainda que, em 1755, por meio de uma Pastoral, a influência dos clérigos chegava também aos professores de Medicina e Cirurgia, que deveriam também tratar dos sacramentos para com os enfermos. Aqui, como em outras passagens da obra, é possível identificar a influência desses sujeitos históricos para a obra de Araújo e para a realidade brasileira do período.

Por fim, importante destacar que quando se trata da análise da obra de Araújo através dos indicadores criados para o campo dos *interesses*, traçados por Rüsen, fora perceptível que o Monsenhor, mesmo escrevendo de uma realidade datada, e com perspectivas distintas da ciência histórica, crivou e eternizou nas linhas de suas obras *interesses* precisos para com a sua escrita, perpetuando a possibilidade de estudo de uma realidade e, diferentemente de Casal, seguindo determinados métodos hoje utilizados na ciência histórica, tais como a utilização de fontes escritas sobre as temáticas, de editais e demais documentações escritas oficiais para tal propósito, entre outras, sobre os quais tratar-se-á nos próximos tópicos.

Na obra do Padre Perereca, como o próprio autor menciona, não só as descrições da ritualística da corte tiveram espaço consagrado, pois consistia, infere-se, em um dos interesses, deixar algo escrito para posteridade, pois:

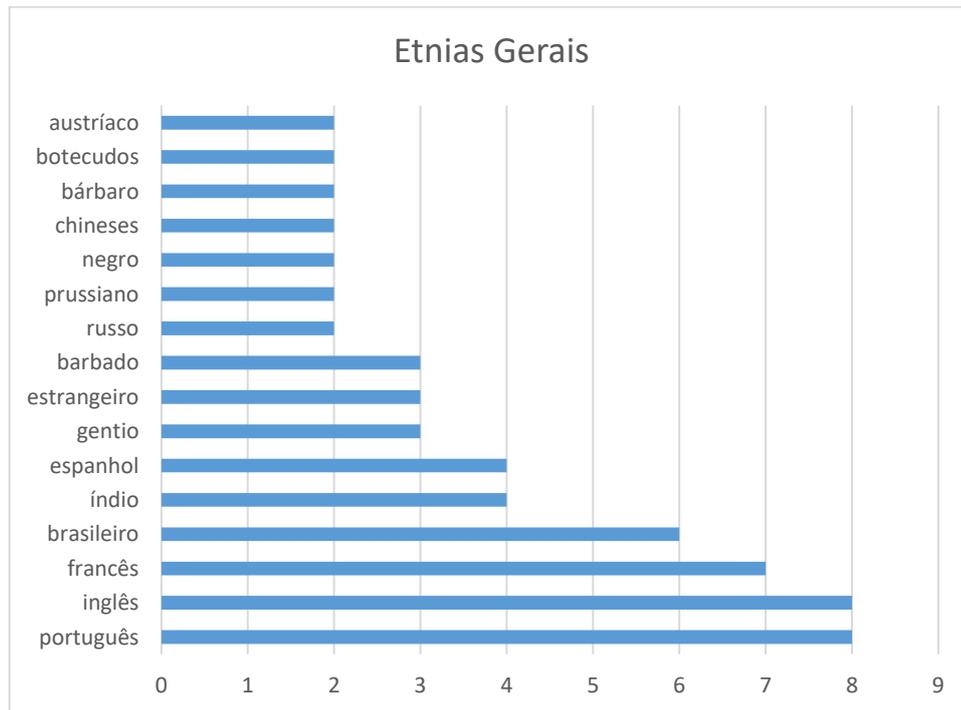
Parece que importará á Historia, para conhecimento dos vindouros, que neste lugar façamos menção de quantas Capitánias Geraes se compunha o Estado do Brazil, e dos nomes dos seus Governadores, e Bispos existentes na venturosa época da chegada do Principe Regente Nosso Senhor á Cidade do Rio de Janeiro, não so para que fique em memória os seus nomes, como também para que nas idades futuras melhor se conheça o augmento do mesmo Brazil pelas subdivisões de algumas das Capitánias actuaes, e erecção de novos Bispados, e Prelazias, que necessariamente se devem fazer, á medida que a população fôr crescendo, e cobrindo tão vastas, e solitárias regiões (SANTOS, 1825, p. 61 [grifos nossos]).

O clérigo tinha uma hipótese de que a colônia cresceria, aumentaria, poderia ser dividida, haja vista a extensão territorial, e sua obra poderia ser recuperada enquanto ponto referencial, uma base, um começo, um relato de seu tempo e das condições que o cercavam em momentos delimitados da história de um Brasil ainda governado por portugueses, grande foco da obra de Padre Perereca. Assim sendo, os interesses estão delimitados prontamente, bem como o público de quem a obra “fala”: a corte portuguesa no Brasil.

Na descrição das ritualísticas de “beija-mão”, dos disparos da guarda, dos festejos, das decorações e adornos, entre outros, Padre Perereca não economiza. A narrativa está repleta de detalhes que vão desde os bordados das toalhas de altares e tapeçarias, até os cortejos à vossa majestade e toda a sua corte. Os dias em que a cidade permanecera iluminada ou não, quando a marinha prestava homenagens com disparos de canhão, até o uso de montarias ensaiadas para o início os cortejos são descritos pelo autor de maneira atenta.

Infere-se que, justamente por isso, os *interesses* centralizam-se mais no Rio de Janeiro e, mais ainda, nos sujeitos que orbitavam D. João e sua corte; os que a eles causavam “problemas”, pois diferentemente do que fora observado nas obras anteriores, não fora extensa a quantidade de categorias de sujeitos citados por Padre Perereca, e, destas, as que englobavam os indígenas são citadas apenas na generalidade do termo “índio”, “gentios” e “bárbaros”. Apenas as etnias, nas palavras do autor, “Botecudos” e “Barbados” são particularizadas, e apenas incidindo duas vezes cada. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 19: Sujeitos Citados - Etnias Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Se por um lado Padre Perereca é sucinto na inclusão de categoria de sujeitos em sua obra, pois pode-se perceber que até mesmo quando menciona os portugueses, o faz na proporção de cerca de 8 menções nos dez capítulos, por outro lado, o autor não poupa esforços na afirmação/construção de uma imagem de um D. João paternalístico, bondoso, e que merece ser exaltado por seus atributos e por estar em terras brasílicas quando nelas aportado no período denominado pelo autor como da “Felicidade do Brasil”. Além disso, o autor também exalta a cidade do Rio de Janeiro, de modo que, como destacado por Gonçalves (2013), torna-a a mais europeia das cidades do império português. Nas passagens abaixo, tanto o monarca, quanto a cidade são exaltados pelo autor:

Rio de Janeiro, Cidade a mais ditosa do Novo Mundo! Rio de Janeiro, ahi tens a tua Augusta Rainha, e o teu excelso Príncipe com a sua Real Familia, as Primeiras Magestades, que o Hemisfério Austral vio, e conhecêo. Estes são os teus Soberanos e Senhores, Descendentes e Herdeiros daquelles Grandes Reis, que te descobrirão, te povoarão, e te engrandecerão, ao ponto de seres de hoje em diante a Princeza de toda a America, e Corte dos Senhores Reis de Portugal: enche-te de júbilo, salta de prazer, orna-te dos teus mais ricos vestidos, sahe ao encontro aos teus Soberanos, e recolhe com todo o respeito, veneração, e amor o Príncipe ditoso, que vem em Nome do Senhor visitar o seu Povo (SANTOS, 1825, p. 16).

A cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro jaz na latitude meridional de 22 graus, 54 minutos, e 10 segundos, na extremidade da zona tórrida; e tendo o seu porto sido descoberto por Martim Afonso de Sousa no dia 1º de janeiro de 1531, o qual, *julgado à primeira vista* ser um grande rio o braço de mar, que, entrando pela terra dentro, *forma esta tão bela, e magnífica baía*, deu-lhe o nome de Rio de Janeiro, que impropriamente conserva até hoje (SANTOS, 1825, p. 35-36 [grifos nossos])⁵⁸.

Como pode ser observado no gráfico anterior, quanto às categorias de sujeitos citados na obra de Padre Perereca o espaço é pequeno, as menções são curtas, de modo que ladeiam os portugueses na quantidade de menções os ingleses, na proporção 8 em 10 capítulos; os franceses 7 em 10; os brasileiros⁵⁹, com 6 incidências em 10; e os indígenas (de maneira geral e genérica), na proporção 4 em 10. Vale destacar ainda que os ingleses são citados em suas participações nas decisões políticas e quanto estavam presentes nos festejos da corte. Os franceses e indígenas, na maior parte das vezes, por causarem problemáticas ao monarca. Os brasileiros, para se referir aos nascidos no Brasil, por vezes dotados de títulos e honrarias concedidas pelo Regente, e que frequentemente participavam do “beija-mão” como forma de prestar homenagem ao monarca.

Padre Perereca, em sua narrativa edificante, como mencionado por Neves e Machado (1999), representa um Brasil de corte portuguesa opulenta, maravilhosa. Mesmo quando se trata de descrever os fúnebres rituais de despedida de entes do Regente, Padre Perereca é detalhista e transcreve os fatídicos eventos com riqueza, seja de aspectos físicos, seja no detalhamento da tristeza que representa ser sentida pelos/as presentes⁶⁰.

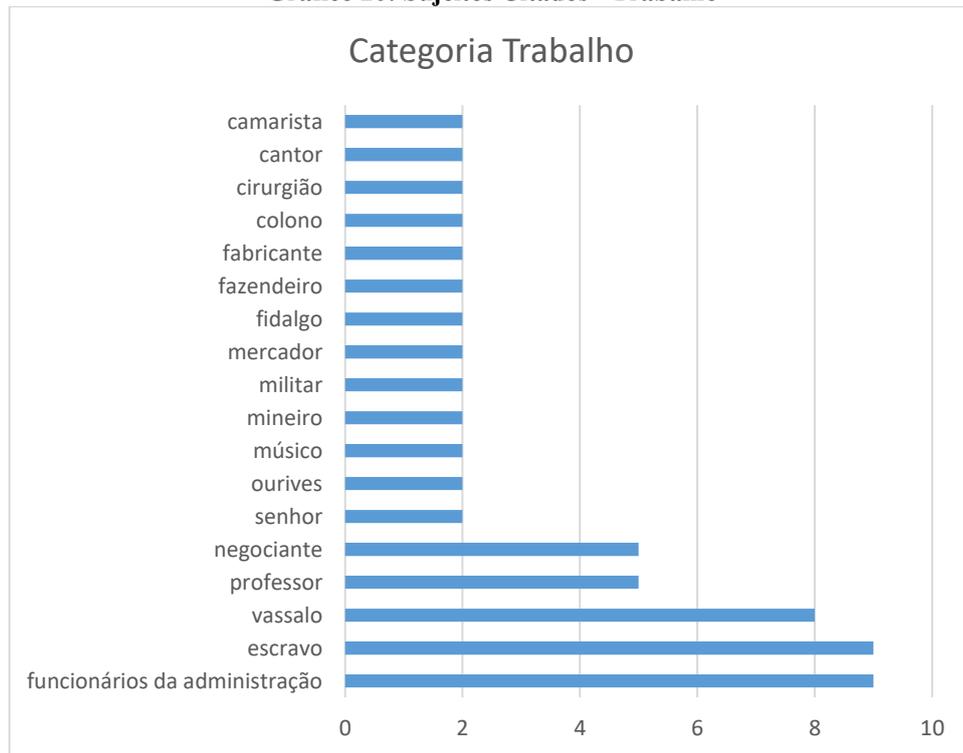
Mas embora o autor não tenha dedicado espaço para demais etnias das terras brasílicas, os trabalhos exercidos na colônia foram mencionados em suas *Memórias*, de modo que algumas categorias puderam, como já realizado com as obras antecedentes, ser categorizadas de maneira quantitativa e gráfica, conforme pode ser observado abaixo:

⁵⁸ Há, na obra reeditada com os comentários de Noronha Santos, uma nota esclarecendo sobre a real data desse acontecimento. Nas palavras de Noronha Santos, “O ano de 1531 assinala, não a 1º de janeiro, mas em 30 de abril, a chegada ao Rio de Janeiro da esquadilha de Martim Afonso de Sousa – cujo diário da navegação, escrito por Pero Lopes de Sousa, irmão do chefe da expedição, foi descoberto por Varnhagen em arquivo português e publicado no tomo XXIV – pág. 9 da Revista do Instituto Histórico.” (SANTOS, In: SANTOS, 1981, p. 81)

⁵⁹ Por brasileiros o autor denomina sujeitos nascidos no Brasil, mas com descendência portuguesa.

⁶⁰ Assim o fora, por exemplo, quando o clérigo descreve os ritos fúnebres de membros da corte mais próximos ao imperador.

Gráfico 20: Sujeitos Citados - Trabalho



Fonte: elaborado pela autora (2020).

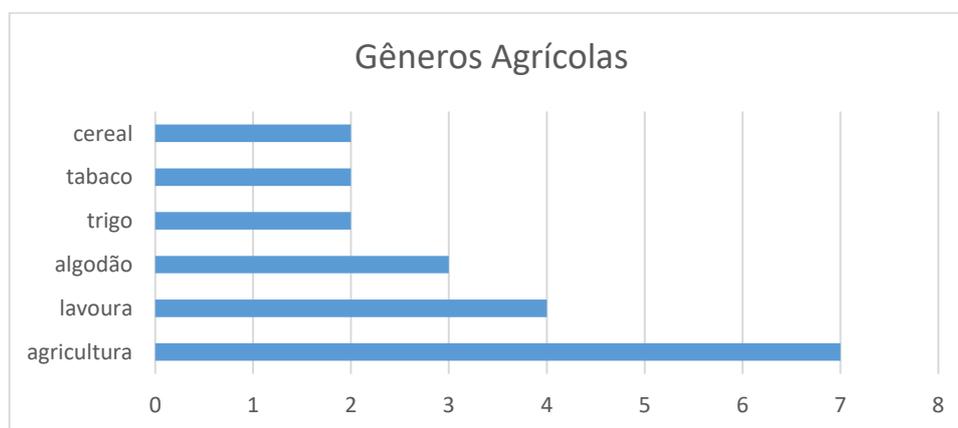
Nota-se que a categoria dos funcionários da administração e de escravos são as mais citadas por Padre Perereca, na proporção de 9 menções em 10 capítulos cada; seguidas pela categoria de vassalos com 8 para 10; professor e negociante, na proporção 5 para 10; e as demais citadas no gráfico acima. Assim como destacado por Carvalho (2020), Neves e Machado (1999), entre outros autores, essa identificação da quantidade de citações sobre uma tipologia de atividade exercida pela então elite brasileira pode inferir à qual história se almejava eternizar ao passo em que os sujeitos de “assenhramento” do passado possuíam um espaço consideravelmente amplo nas obras até então analisadas e nas que precedem essa pesquisa.

Isso porque a categoria de trabalho denominada por “funcionários da administração” fora mencionada tanto em Casal e Araújo, quanto em Padre Perereca, tornando-se uma das que permaneceram à luz da cultura de assenhramento do passado pelos autores de obras sobre a história do Brasil. Espaço este também ocupado com as inúmeras menções de membros do clero basilício, que constantemente fora identificado na obra analisada em suas mais variadas hierarquias. Assim como na obra de Araújo, também na de Padre Perereca a quantidade de menções acerca do clero é notória. Dessa característica, pode-se inferir que o espaço ocupado pela elite identificada como “funcionários da administração” é dividido com os membros dessa

elite correlata, formada pelos sujeitos responsáveis por orar e educar, conforme pode ser observado acima.

Ainda que Padre Perereca tenha se atido e escrito sua obra com o uso de recursos linguísticos mais rebuscados e envoltos na descrição da corte, fora possível identificar algumas das atividades desenvolvidas na temporalidade descrita pelo autor, principalmente naquelas relacionadas à agricultura e à lavoura, bem como algumas culturas de cultivo mais específicos, que são representadas por ele em meio à sua épica representação dos hábitos da corte portuguesa no Brasil. Dentre as atividades agrícolas gerais, o clérigo as menciona em uma proporção de 7 para 10 capítulos; para a lavoura, recai a estatística de 4 para 10; enquanto para as atividades específicas, tais como o cultivo de algodão, trigo, tabaco e cereal possuem uma estimativa de menções menores dos que as indicadas acima, conforme pode ser observado no gráfico sintético abaixo⁶¹:

Gráfico 21: Gêneros Agrícolas

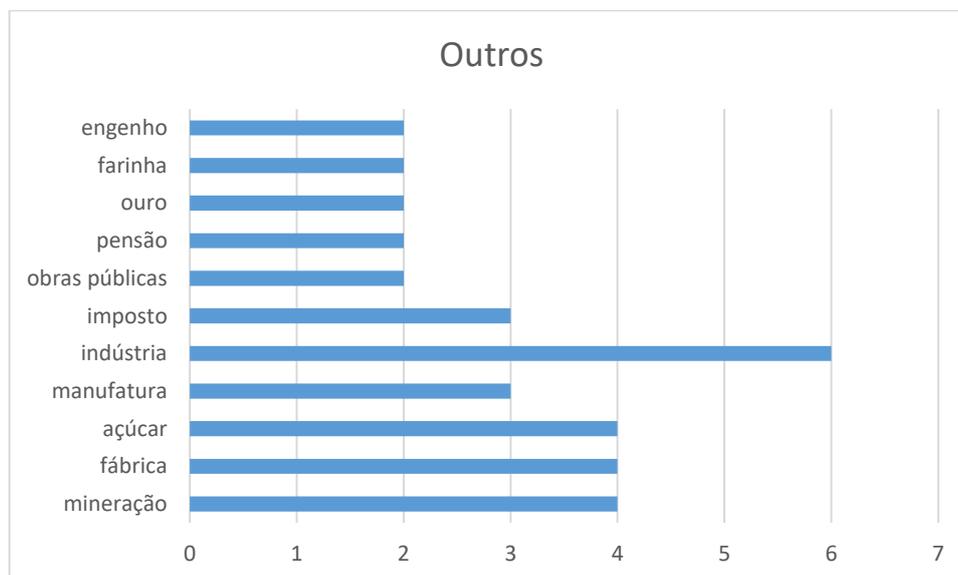


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Além dessas atividades, outras que não estavam necessariamente interligadas com o cultivo de alimentos também foram encontradas na obra de Padre Perereca, tais como as representadas no gráfico abaixo:

⁶¹ Optou-se por catalogar os indicadores “agricultura” e “lavoura” com as demais atividades agrícolas pelo fato de o autor realizar poucas inferências sobre tais atividades e, quando a realiza, o faz para se referir ao que era produzido por um determinado sujeito partícipe dos hábitos da corte.

Gráfico 22: Outras atividades



Fonte: elaborado pela autora (2020).

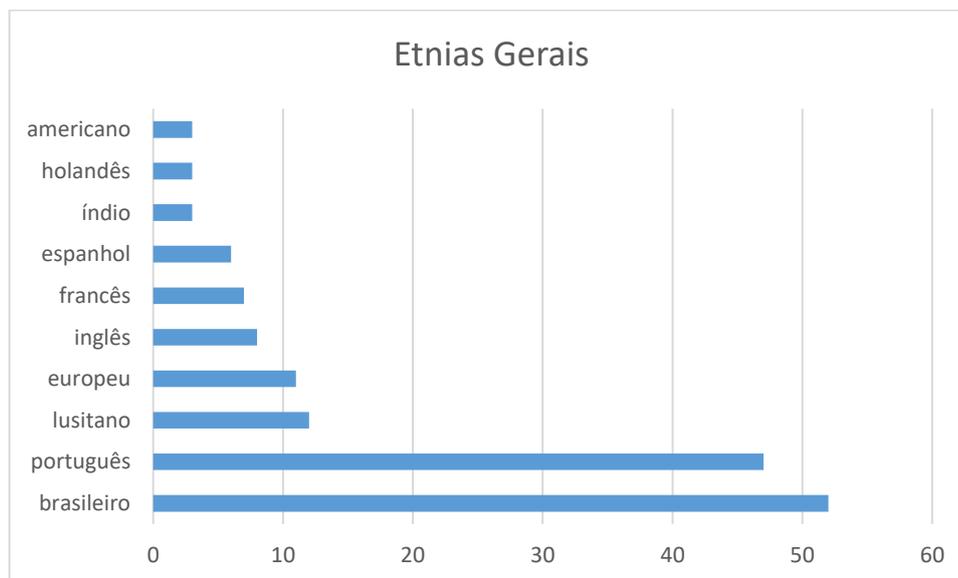
Notório destacar a opção do autor por mencionar as indústrias em espaço considerável em sua obra, ocupando uma proporção de 6 menções nos 10 capítulos analisados, abrindo espaço para se inferir acerca da necessidade de se catalogar a insurgência dessas formas de produção em solo brasileiro. Padre Perereca também aborda, em categoria próxima à de indústrias, as fábricas, que dividem espaço em questão de menção com os indicadores “açúcar” e “mineração”, atividades também desenvolvidas no Brasil de sua época e que muito rendiam aos cofres portugueses.

Findando essa etapa das análises da obra de Padre Perereca, pode-se, como forma de conclusão das análises dessa primeira dimensão considerar que os *interesses* do escritor estavam diretamente relacionados com a representação dos hábitos da corte, seus festejos, rituais fúnebres, formas de apresentação ao público, entre outros. Em segundo plano no rol de interesses do clérigo estava a escrita de uma história propriamente dita do Brasil, embora o autor afirme que suas representações poderiam ser utilizadas pelos historiadores como ponto de referência para o tempo de permanência da corte em solo da porção tropical do reino.

Já na obra de Lisboa, o Visconde de Cairu, em seus 115 capítulos, analisada de acordo com o que havia disponível para consulta no *site* do Senado Federal, os *interesses* apresentam uma característica diferente daqueles identificados até então. No lugar de se construir uma imagem de um Brasil copiado de Portugal ou completamente submisso à metrópole, a narrativa, que foca mais na perspectiva política dos acontecimentos, traz à baila os interesses dos

brasileiros como ponto de referência, tanto o é que na maioria das inferências realizadas quanto às “etnias gerais” na obra de Cairu está assentada no descritivo “brasileiro”, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 23: Etnias Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Precedido pelo descritivo “português”, com a incidência de 47 para 115 capítulos, a obra de Cairu já demonstra o enfoque dos seus *interesses*: catalogar, com sua densa descrição sobre as assembleias das Cortes Portuguesas, baseadas na arquivística da metrópole⁶², a divergência de interesses entre os representantes brasileiros, que ocupam a dimensão de 52 menções em 115 capítulos, e os de Portugal, construindo, aos poucos, uma narrativa da formação nacional não mais tão assentada no interesse de “Vossa Magestade” portuguesa, mas relevando aspectos que vinham ao encontro de um assenhoreamento do passado que daria aos brasileiros uma identidade “heróica de si”, sobre si mesmos.

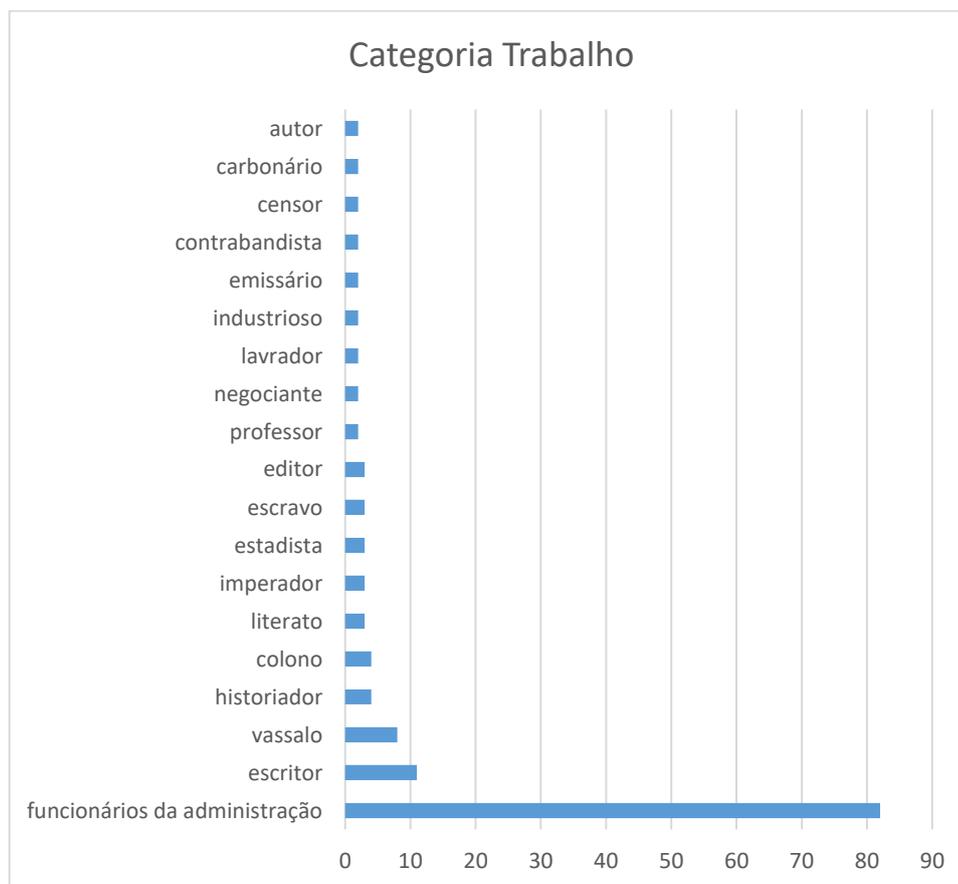
Vale ressaltar ainda que outras “etnias gerais” aparecem na obra do Visconde, tais como “lusitano”, também se referindo aos portugueses, na proporção de 12 para 115; “europeu”, na de 11 para 115; e as demais citadas no gráfico acima com menos de 10 menções para os 115 capítulos que compõem os tomos analisados.

⁶² Tais como livro de registro das Assembleias, periódicos de circulação na metrópole, entre outros.

Na leitura da obra não foi incomum identificar trechos onde o autor menciona falas retiradas das atas da Assembleia das Cortes, ora em defesa, ora contra a recolonização do Brasil. No que tange à postura de Cairu, na obra esta se demonstra ambígua, pois, de acordo com suas próprias palavras, “Ao historiador só incumbe expor factos, e não interpor juízos, maiormente em objectos problematicos.” (LISBOA, 1827, s/p [notas de rodapé]). Porém, importante ressaltar que por vezes esse assenhramento do passado deixa transpassar os interesses do autor em agradar a “nova corte”, que não se perfazia totalmente portuguesa, mas uma espécie de brasileira aportuguesada na figura do Imperador Dom Pedro I.

Essa nova/velha configuração, de acordo com os dados levantados na leitura dos tomos disponíveis no *site* do Senado Federal, era referente ao círculo de influência já mencionado por Carvalho (2020): uma elite composta pelo funcionalismo do Estado, que se confundia com o mesmo e que necessitava de uma identidade para além da relegada por Portugal. E essa identidade pode ser sutilmente identificada no quantitativo de vezes que Lisboa menciona a existência dos funcionários da administração como sujeitos coletivos que mereciam ser destacados em sua história do Brasil. Essa perspectiva da história de Cairu pode ser identificada quando se transformam os dados retirados de sua obra em recursos de visualização mais facilitada, como é o caso dos gráficos, haja vista que se torna notório que a categoria de sujeitos que engloba o indicador “funcionários da administração” é substancialmente a maior das mencionadas quando relacionada com as demais por ele descritas, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 24: Categoria Trabalho



Fonte: elaborado pela autora (2020).

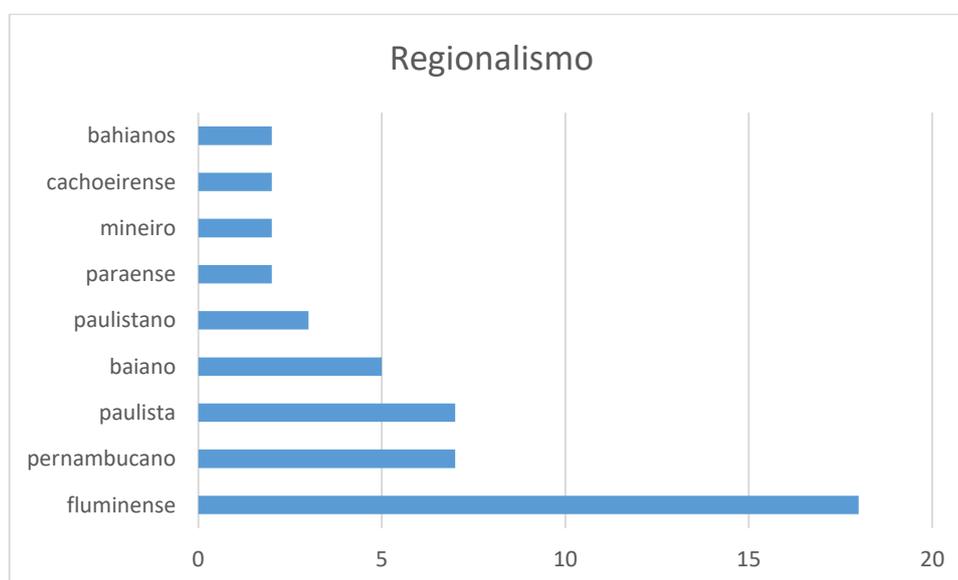
Aparecendo na proporção de 82 vezes em 115 capítulos, “funcionários da administração” é a categoria de sujeitos coletivos disparada na frente de qualquer outra das mapeadas na leitura da obra do Visconde. A segunda categoria mais mencionada, a de “escritor”, aparece na segunda posição contando com 11 menções em 115 capítulos, sendo precedida pelas demais com menos de 10 menções cada uma.

No entanto, valeu a pena destacar algumas outras categorias que não se enquadravam necessariamente na de trabalho como elemento fundamentador de uma coletividade, tais como o clero, também mencionado por Cairu, e outras que o autor utiliza para se referir a grupos de pessoas com intencionalidades estabelecidas e rotuladas pelo Visconde. São esses sujeitos coletivos denominados por “patriotas”, “cabalistas”, “revolucionários”, “anarquistas”, “perturbadores”, entre outros. O Visconde também menciona alguns membros do clero como sujeitos de sua história do Brasil, tais como os bispos, na proporção de 7 menções em 115 capítulos; padre e frade na de 2 para 115. Já os termos “patriota” e “cabalista” puderam ser

encontrados em 11 dos seus 115 capítulos; “revolucionários” e “anarquistas” em 9 dos 115; e as demais com menos de 6 menções para 115.

Outro ponto interessante que se pode analisar com a metodologia tracejada com base na metatextualidade de Rüsen foi, ainda no campo de identificação dos *interesses*, a incidência de algumas maneiras de se referir aos sujeitos com base em determinados regionalismos. Os indicadores “fluminense”, “pernambucano”, “paulista”, “baiano”, “paulistano”, “paraense”, entre outros, estão presentes na obra de Cairu e são mencionados com incidências consideráveis, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 25: Regionalismos



Fonte: elaborado pela autora (2020).

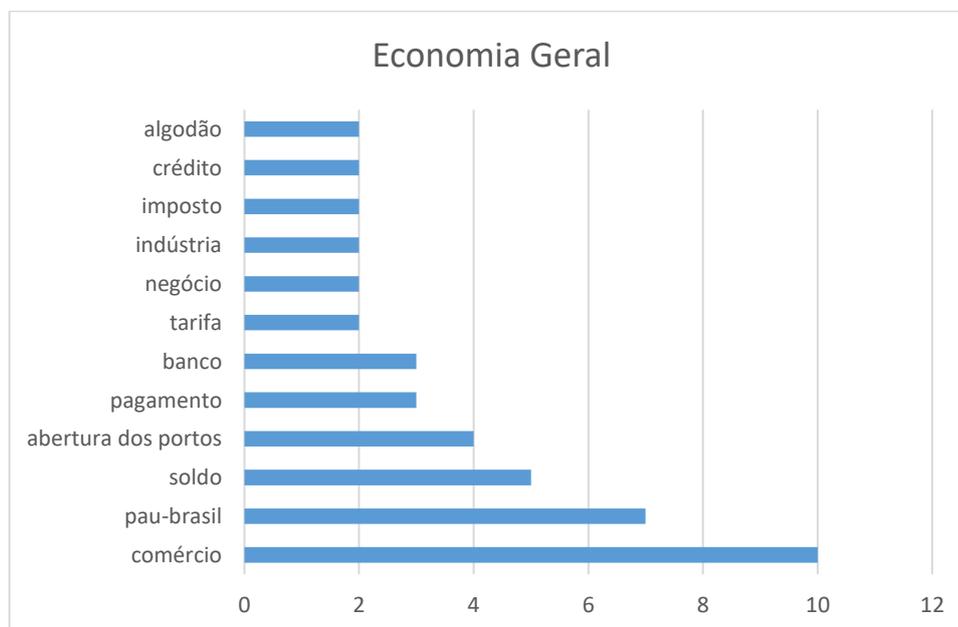
Com a maior quantidade de incidências, como pode ser observado, encontra-se o indicador “fluminense”, que aparece em 18 dos 115 capítulos. Nota-se, neste sentido, a permanência de certa centralidade da história do Brasil no Rio de Janeiro, como fora observado também nas obras de Araújo e Padre Perereca. No entanto, o autor também dá destaque para os eventos ocorridos em São Paulo, Pernambuco e Bahia, principalmente, haja vista os epicentros de conflitos ocorridos nessas localidades, como destacado anteriormente, e que deixaram vir à tona a instabilidade que assolava as províncias brásicas, suas elites e seus interesses em relação à descentralização em relação à influência portuguesa. Embora com 7 incidências em 115

capítulos, os indicadores “pernambucano” e “paulista” aparecem na obra do Visconde; bem como “baiano”, na proporção 5 em 115; e as demais com menos de 4 incidências.

A existência desse ressaltar regionalizado, infere-se, denota da particularidade da obra de Cairu em seu assentamento narrativo de cunho político, que destaca os *interesses* dos deputados e senadores de maneira mais acentuada que nas obras de Casal, Araújo e Padre Perereca, por exemplo. É notório também uma certa alternância do enfoque narrativo, que deslisa do epicentro português para um mais próximo das exigências da aportuguesada elite brasileira do período, bem como de seus membros mais próximos e das regionalidades que também se assentavam nos locais de destaque narrativo.

Seguindo a análise das particularidades destacadas no campo dos *interesses*, a obra de Cairu demonstra também uma variabilidade de opções quanto se trata do enfoque econômico relato por ele como de importância para o período. Atividades anteriormente ausentes, tais com a o tratado de Abertura dos Portos, é bem acentuado por ele em seus escritos. E também podem ser identificadas permanências, tais como o pagamento de soldos, a existência de comércio e a extração de madeira (que Cairu menciona sempre como “pau-brasil”). Essas características podem ser observadas no gráfico que segue:

Gráfico 26: Economia Geral



Fonte: elaborado pela autora (2020).

O indicador “comércio”, como pode ser observado acima, é mencionado em 10 dos 115 capítulos da obra; seguido por “pau-brasil”, que possui 7 menções em 115; “soldos”, com

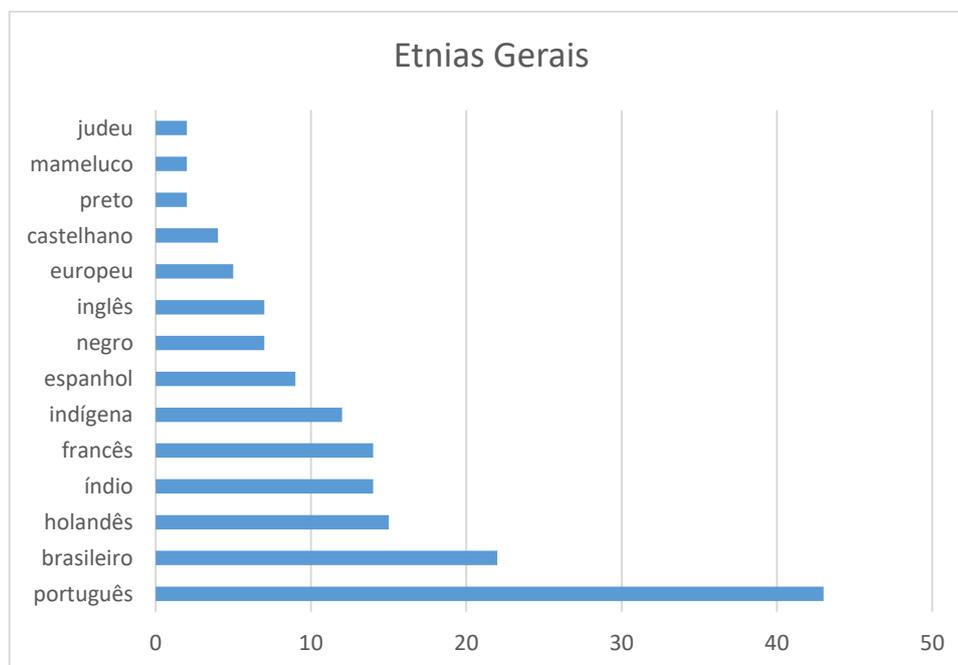
5 para 115; “abertura dos portos”, com 4 menções em 115; seguida pelas demais atividades com 3 menções ou menos.

Para finalizar essa etapa de análise da obra do Visconde, é importante destacar que os seus *interesses*, infere-se, estavam concentrados nessa diferenciação entre as “elites” brasileira aportuguesada e portuguesa e nas reivindicações da primeira em relação à segunda. O *interesse* aparenta se assentar na insurgência de uma corte, com suas características reivindicativas próprias, que não apaga a herança da casa de Bragança, mas não a toma para si como fundamentadora identitária. A história do Brasil de Cairu é política, baseada nos sucessos das elites e na “nova” corte.

No *Compêndio* de Abreu e Lima, o campo dos *interesses* também fora mapeado levando em consideração, inicialmente, a diversidade de etnias destacadas pelo autor. Vale ressaltar novamente que esta obra foi utilizada, de acordo com Gasparello (2004) para o ensino de história pátria no Colégio Pedro II, assim como as *Lições* de Joaquim Manuel de Macedo, que será analisada mais adiante.

No que tange ao *Compêndio* de Abreu e Lima, o descritivo “português” ocupou maior destaque que os demais, como pode ser observado do gráfico abaixo:

Gráfico 27: Etnias Gerais

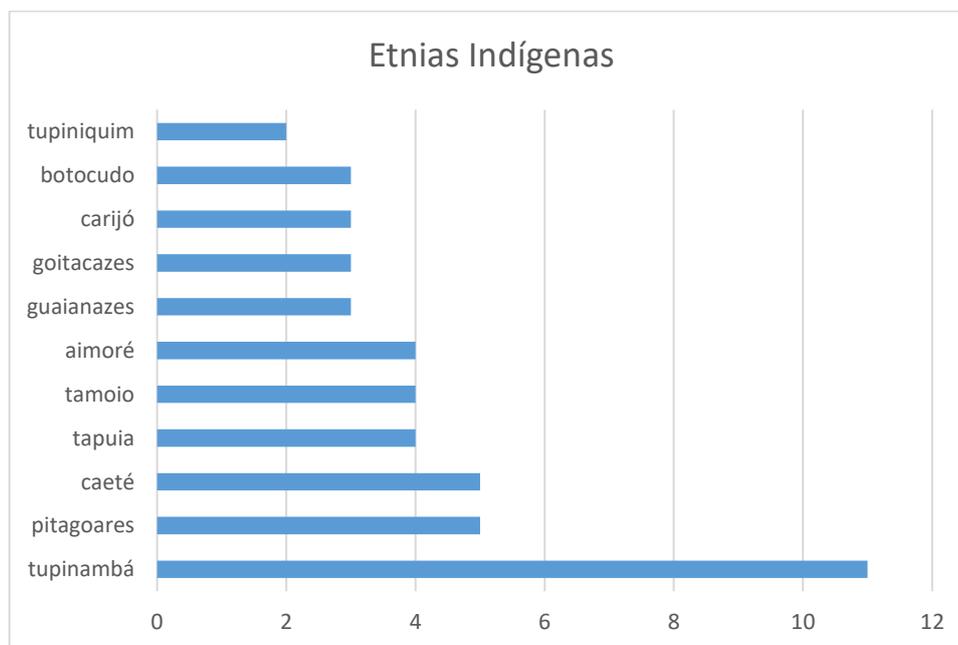


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Constando em 43 dos 51 capítulos da obra⁶³, o descritivo “português” é preponderante em relação aos demais. Na segunda posição, encontra-se o descritivo “brasileiro”, com 22 menções nos 51 capítulos da obra de Abreu e Lima. Holandês está na terceira posição, sendo mencionado em 15 dos 51 capítulos. Índios e franceses, foram mencionados em 14 dos 51 capítulos. O termo indígena aparece com 12 menções em 51 capítulos. As demais etnias gerais ocupam menos de 10 capítulos da obra.

No que se refere às etnias indígenas propriamente ditas, Abreu e Lima chegou a mencionar algumas em suas especificidades. Tupinambá, “Pitagoare”, Caeté, Tapuia, Tamoio, entre outras, são algumas das etnias citadas pelo autor em seu *Compendio*, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 28: Etnias Indígenas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os Tupinambá ocuparam o maior espaço entre as etnias indígenas mencionadas, abrangendo 11 dos 51 capítulos da obra de Abreu e Lima. Em seguida, os chamados de “Pitagoares”⁶⁴ e os Caeté estão na segunda posição com 5 menções em 51 capítulos, sendo

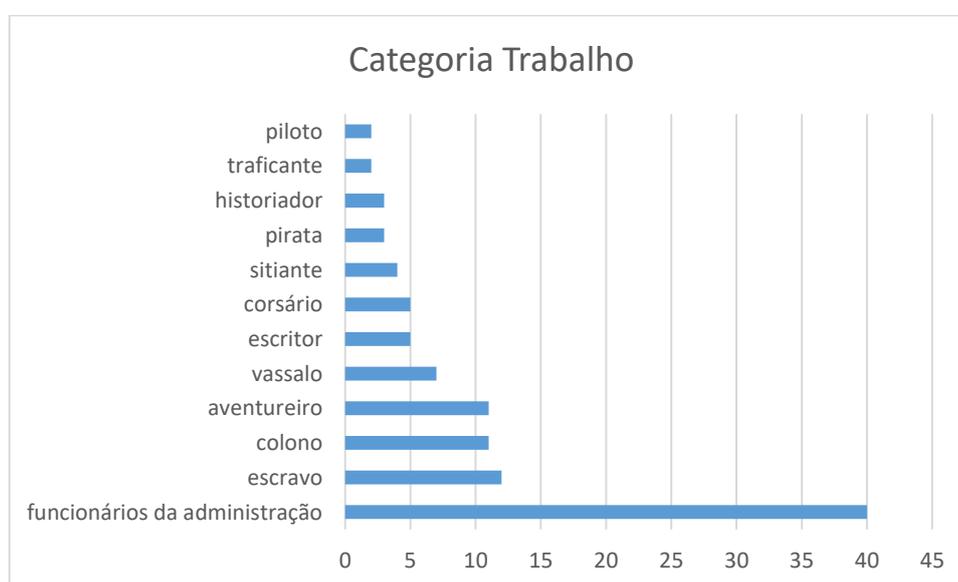
⁶³ Embora a obra esteja organizada em oito capítulos, nela constam subdivisões, como se fossem subtópicos, que foram aqui denominados como capítulos para melhor atender a proposta da pesquisa desenvolvida.

⁶⁴ De acordo com Moonen (1982), Pitagoares pode ser uma variação para denominar os indígenas da etnia Potiguaras.

seguidos pelos Tapuia, Tamoio e Aimoré, com 4 em 51. As demais etnias aparecem com menos de 3 menções em 51 capítulos.

Assim como nas demais obras, analisou-se também a categoria de sujeitos coletivos abarcados por uma atividade que lhes era específica: o trabalho exercido. Mais uma vez, a categoria denominada por funcionários da administração ocupou papel de destaque em relação às demais, despontando com 28 menções a mais que a categoria em segunda posição, como se pode observar com mais visualidade no gráfico abaixo:

Gráfico 29: Categoria Trabalho



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Sendo mencionada em 40 dos 51 capítulos da obra de Abreu e Lima, a categoria funcionários da administração como sujeitos preponderantes nessa perspectiva de história do Brasil é permanente nas fontes ora analisadas, haja vista que, mesmo aparecendo em menor incidência nas obras analisadas anteriormente, é uma das que reincide sob uma escrita que heroiciza o que fora realizado por essa categoria de sujeitos e marca fortemente as obras consideradas como “raras” no *site* do Senado Federal.

Escravos aparece na segunda posição desse *ranking* de menções de sujeitos coletivos possui 12 menções em 51 capítulos, seguido pelos termos “colono” e “aventureiro”, com 11 para 51 cada. Os demais termos possuem menos de 8 menções em 51 capítulos.

Mais uma vez, a perspectiva do *interesse* em uma história da elite brasileira aparece preponderantemente e, também, infere-se, pode ser sido perpetuada no imaginário dos sujeitos

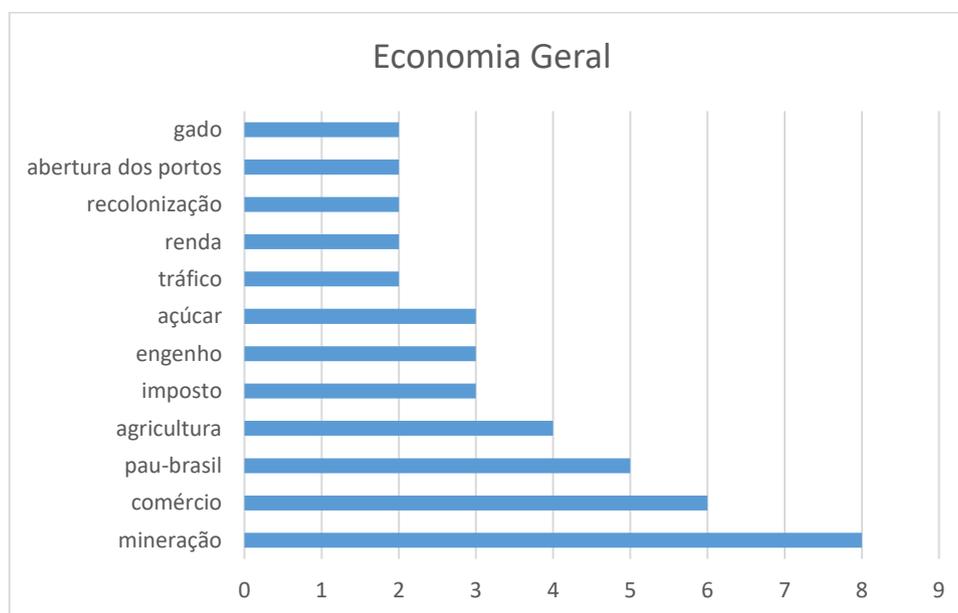
que passaram pelo Colégio Pedro II, haja vista que essa obra constava no rol daquelas que foram usadas nesta instituição, de acordo com Gasparello (2004).

Outra categoria presente nesta obra e que tangencia o campo dos *interesses* fora a dos regionalismos destacados na narrativa do autor. Embora em números tímidos, os termos “pernambucano”, “paulista”, “mineiro”, “gaúcho” e “baiano” são mencionados por Abreu e Lima em sua narrativa, aparecendo com menos de cinco menções para 51 capítulos

Inferre-se, neste sentido, que o assenhoreamento do passado realizado nessa obra que fora utilizada como uma das norteadoras para o ensino de História Pátria tende à uma história das elites, apenas tangenciada por outros sujeitos coletivos. Salutar destacar que o “desaparecimento” de sujeitos na escrita da história aparenta ser uma tendência nas “obras raras” de história do Brasil, haja vista que essa movimentação fora percebida desde Padre Perereca e se acentuou nas demais obras que o procederam.

Em relação ao campo econômico, outro que teve como finalidade identificar os *interesses*, foram mapeadas algumas atividades econômicas que também apareceram nas obras anteriormente analisadas, conforme pode ser visualizado abaixo:

Gráfico 30: Economia Geral



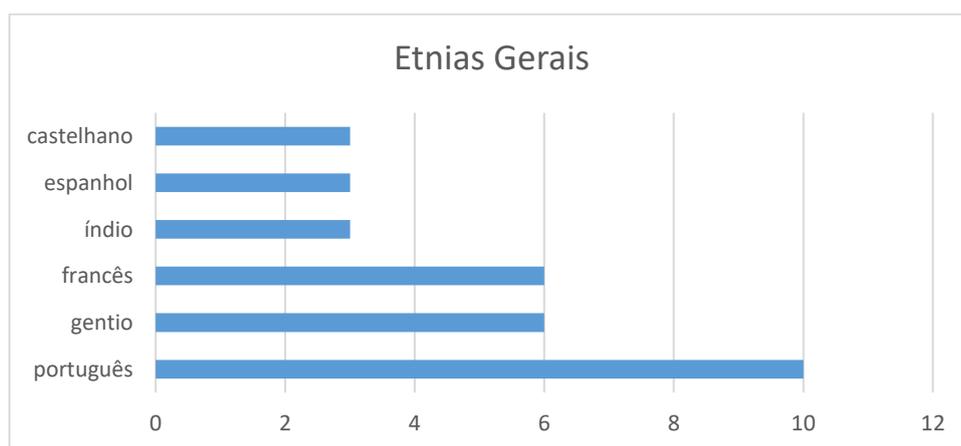
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ocupando o espaço de destaque na obra de Abreu e Lima, encontrou-se a atividade mineradora, que apareceu em 8 dos 51 capítulos; seguida pelo comércio, com 6 menções em

51; sendo procedida pelo pau-brasil, com 5 incidências em 51 capítulos. As demais atividades apareceram com menos de 5 incidências cada.

Nas *Lições* de Macedo, a ausência de sujeitos se acentua, ficando evidente que a construção narrativa segue a linha da mudança na forma de escrita, que será melhor abordada na seção sobre as *formas e as funções*. Para o momento, e para melhor ilustrar essa diminuição na tracejo de uma história que tinha em sua escrita uma série de sujeitos coletivos, vale a pena destacar que “português” fora a categoria de sujeitos que ocupou a maior quantidade de menções por capítulo da obra de Macedo, sendo identificada em 10 dos 15 capítulos da obra, seguida pelos indicadores “gentios” e “franceses”, com 6 para 15 menções. Para as demais, apenas menos de 5 menções para 15 capítulos foram identificadas, como se pode visualizar no gráfico abaixo:

Gráfico 31: Etnias Gerais

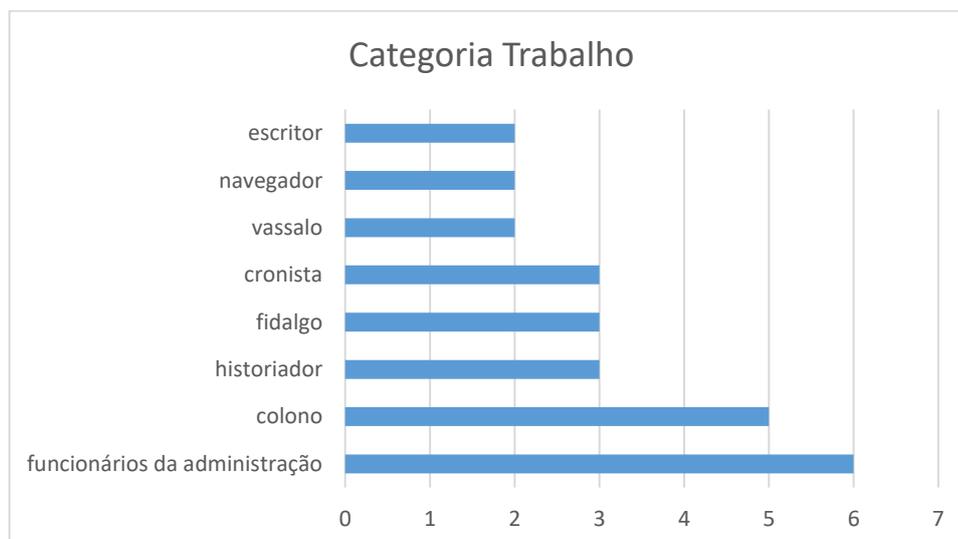


Fonte: elaborado pela autora (2020).

As distintas etnias indígenas, por sua vez, ocuparam pouco espaço na obra de Macedo, sendo mencionadas na proporção igual ou menor que 3 para 15 capítulos, sendo estas apenas os Tupinambá, os Tamoio, os Tupi, os Caeté e os Aimoré.

No que se refere à categoria de trabalho, o indicador identificado nas obras anteriores com maior incidência, “funcionários da administração”, aparece novamente na frente dos demais, como pode ser observado abaixo:

Gráfico 32: Categoria Trabalho

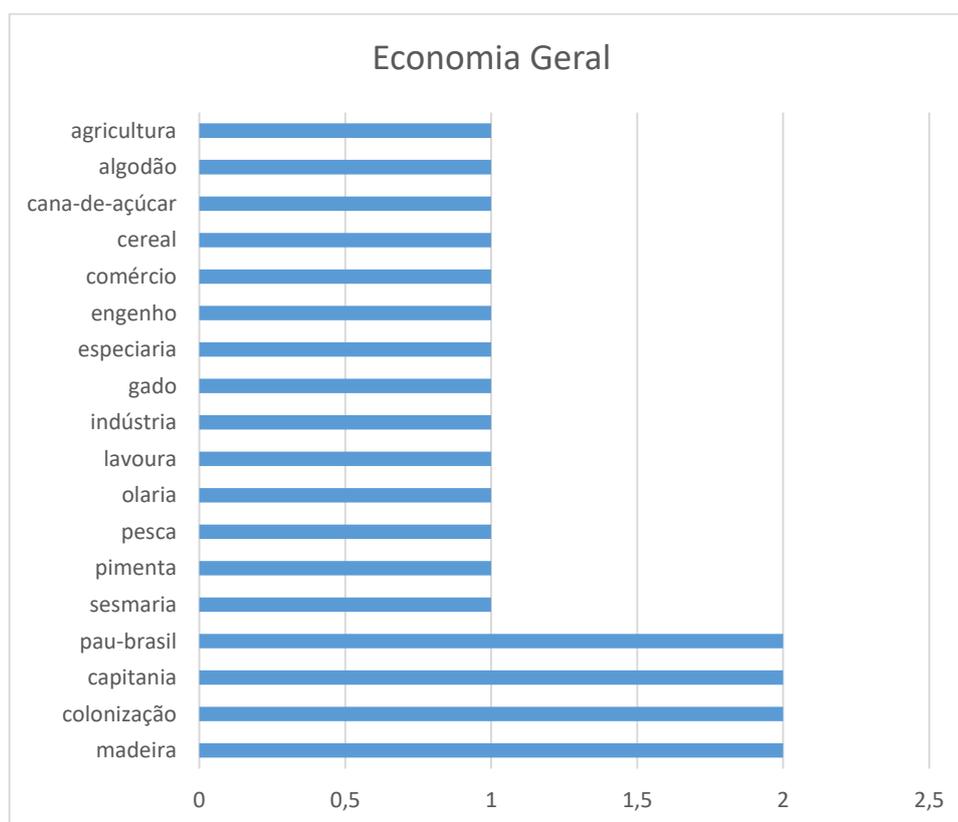


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Contando com 6 incidências nos 15 capítulos da obra de Macedo, essa categoria se mantém na dianteira, sendo seguida por “colonos”, com 5 incidências em 15 capítulos; “historiador”, com 3 para 15, e as demais, que contam com 3 ou menos incidências por capítulos.

Além das características de apresentar uma quantidade de sujeitos em menor diversidade, as atividades econômicas também foram mencionadas com menos intensidade que nas demais obras, motivo pelo qual se optou por fazer apenas uma representação gráfica com todas as atividades que foram mapeadas na obra de Macedo. As atividades com maior quantidade de menções por capítulo não passaram de 2 incidências em 15, sendo estas a extração de madeira, as atividades lucrativas ligadas ao exercício da colonização, descritas pelo autor de uma maneira geral com o uso desse termo, o que também ocorre com o termo “capitanias”. Notório destacar que o autor pontua a extração de madeira, no geral, e especificamente a de “pau-brasil”, que aparece também com duas incidências em 15 capítulos da obra. As demais atividades que puderam ser congregadas em dados referentes à economia aparecem com apenas uma incidência em 15 capítulos, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 33: Economia Geral



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Para o campo dos *interesses* foi mapeada, de acordo com as considerações de Rüsen, a permanência de uma escrita da história baseada na proximidade com a Corte, que busca consolidar enquanto sujeitos da História do Brasil os funcionários da administração (enquanto sujeitos coletivos), bem como os homens que orbitavam esse espaço de poder. Os grupos étnicos minoritários, tais como os indígenas e negros, foram gradativamente “esquecidos” nas narrativas quando se leva em consideração as menções realizadas a eles as *formas* pelas quais eles são mencionados de obra para obra. Enquanto em Casal uma série de etnias indígenas aparecem em corpo de texto, nos últimos, elas são diminutas.

No que se refere às diferenças entre as obras, enquanto os *interesses* presentes nas obras de Casal e Araújo tinham como lastro construir, forjar, uma História sobre o Brasil; nas do Padre Perereca e do Visconde de Cairu a intenção era delimitar uma história do Brasil, no sentido de tipologia e chamando atenção para o que acontecia no espaço da “brasilidade”, orientado uma forma de escrita centrada no Brasil e para o Brasil. Já nos manuais de Abreu e Lima e Macedo, os *interesses* estavam em afirmar a História do Brasil já consolidada, em passar

adiante essa *visão* da história. Para melhor se compreender o campo dos *interesses*, no quadro abaixo buscou-se sintetizar o que fora analisado das fontes sobre essa dimensão.

Quadro 6: Síntese do campo dos *interesses*

INTERESSES					
Autor/Dimensão	Princípio	Dimensões	Sujeitos	Etnias	Atividades
CASAL	Situação das províncias	- Social - Econômica	- Lavrador - Pescador - Funcionários da administração	- Indígenas (38) - Negros - Portugêses	- Cana-de-açúcar - Algodão - Milho - Criação de gado
ARAÚJO	Salvaguardar do esquecimento	- Cultural - Social	- Funcionários da administração - Colonos - Escravos	- Indígenas - Pardos - Pretos	- Mandioca - Arroz - Cana-de-açúcar
PERERECA	Salvar para relegar ao futuro	- Cultural - Social	- Funcionários da administração - Escravos - Vassalalos	- Portugêses - Francêses - Brasileiro	- Agricultura - Lavoura - Mineração - Fábrica
CAIRU	Descrever o processo da Independência	- Política - Econômica	- Funcionários da administração - Escritor - Vassalo	- Brasileiro - Portugêses - Regionalismos	- Comércio
ABREU E LIMA	Compilar o essencial para a história pátria	- Social	- Funcionários da administração - Escravo - Colono	- Portugêses - Brasileiro - Holandêses - Tupinambás	- Mineração - Comércio
MACEDO	Ensinar para a mocidade brasileira	- Social	- Funcionários da administração - Colono - Historiador	- Portugêses - Gentio - Francêses	- Madeira

Fonte: a autora (2022)

A cultura história que se consolida na práxis de escrita dessas obras antecede, no caso das quatro primeiras, a consolidação do IHGB, demonstrando que os *interesses* propostos por esse crivador⁶⁵ da escrita da história já estavam previstos em obras impressas antes da escrita de uma História do Brasil alicerçada no instituto. Houve, neste sentido, uma propensão de permanência de interesses em uma cultura histórica baseada no elemento europeu e nos seus elementos culturais e administrativos no bojo da história do Brasil. E isso foi perpetuado nos

⁶⁵ Por crivador, neste trabalho, compreende-se o conceito de se estabelecer os crivos necessários para a aceitação de uma tipologia de escrita da História do Brasil.

disseminadores dessa cultura histórica: os livros utilizados enquanto didáticos no Colégio Pedro II e em demais instituições escolares que se baseavam nos materiais desse colégio. O esquecimento gradativo das etnias não brancas também faz parte das obras utilizadas como didáticas, permanecendo a visão europeia acerca desses sujeitos.

5.2 As Ideias

Conforme destacado na seção 2, o campo das *ideias* corresponde às perspectivas orientadoras da experiência no passado. Para tanto, Rüsen (2001) leva em consideração o agir humano que significa esse passado, bem como o que permite que esse passado seja, de alguma forma, representado.

Nas obras analisadas, os seguintes dados dessa dimensão foram levantados:

Quadro 7: Síntese da dimensão das *ideias*

IDEIAS		
Autor/Dimensão	Agir Humano	Campo
CASAL	Significado conforme se aproxima do padrão português	- Obras, acordos, arranjos políticos - Descoberta das Américas e do Brasil - Estanque
ARAÚJO	Modificação no tempo conforme padrão cultural	- Fontes de arquivos - Surgimento das províncias - Estanque
PERERECA	Edificante pela incursão da Corte	- Decretos - Vivência na Corte, hábitos e costumes - Estanque
CAIRU	Agir político	- Atas de Assembleias, Livros das Cortes, cartas entre os monarcas - Defesa de um Brasil monárquico independente - Estanque
ABREU E LIMA	Apropriação do já escrito	- Obras escritas - Defesa da monarquia brasileira
MACEDO	Apropriação do já escrito e transposição para a mocidade	- Obras já escritas - Explicação, resumos

Fonte: elaborado pela autora (2022)

No que tange à apropriação do passado na obra de Casal, ocorrera, por parte da pesquisadora, uma certa dificuldade de mapeamento entre o que o autor categoriza enquanto

passado e o que ele descreve à luz de seu tempo, pois, por vezes, Casal se movimenta entre tempos históricos distintos (sincrônico e diacrônico). A narrativa, da forma como está disposta, condiz com período de escrita da mesma, ou seja, à realidade das províncias em meados de 1817, data de publicação da obra. Isso porque, por exemplo, as formas verbais se apresentam de maneira a validar a narrativa junto a realidade do autor que a escreveu, sendo que, no decorrer das mais de 300 páginas, Casal aborda o passado mais na introdução do que no restante.

Nas cartas de recomendação da obra, menciona Casal que ela corresponde aos anos de 1500 a 1532. No entanto, no corpo do texto, o autor chega a mencionar datações tanto anteriores quanto posteriores à essa temporalidade por inúmeras vezes (uma das datas por ele citada é a de 1815, dois anos antes da publicação da obra e cerca de 300 anos a mais do que a triagem referida na correspondência de abertura). O autor também menciona a datas anteriores ao período acima referido (1500-1532), haja vista que seu recorte retrocede até a “descoberta” das Américas.

No entanto, como o autor fez uso do passado para solidificar seus posicionamentos acerca da *Corografia*, fora possível algumas análises acerca do campo das *ideias*, dessas formas de significação do passado e de suas características. Sendo a introdução, como destacado acima, a parte em que os usos do passado mais ocorrem, ela fora basilar para a análise do campo das ideias. Vale destacar que, em Rüsen, o que se refere aos “usos” do passado para constituição do campo das *ideias* corresponde aos “[...] pontos de vista supraordenados acerca do passado, no âmbito dos quais este se constitui e é reconhecido como ‘história’” (RÜSEN, 2001, p. 31). Nessa dimensão, os *interesses* em se voltar ao passado transcendem o plano de formulação e passam para o agir humano significado. Quando se trata da escrita da história, as *ideias* constituem, “[...] as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” (RÜSEN, 2001, p. 32) e incluem as experiências concretas do passado no bojo das análises.

Sobre os usos do passado, haja vista a temporalidade da qual escreve o autor, o que se encontra para enunciar o passado são expressões como: “Diz-se”, “querem alguns”, “muitos declaram que”, “o certo é que”, “eis aqui como um viajante os retrata moralmente”, “segundo a relação desta viagem escrita por um piloto da mesma frota”, além da menção aos autores que escreveram sobre esse passado, tais como João de Barros, Antônio Herrera, entre outros, por meio dos quais o autor se apropria para evidenciar suas perspectivas sobre o passado e com o que se tem acerca desse passado.

Nesta abordagem, aqui clivando de acordo com ideias de Rüsen (2001), é possível que se perceba que os usos do passado estão significados e fundamentados por parte do autor, de

modo que, embora não tenha sido precisamente a sua intenção quando na escrita da obra, Casal exerce parte das ações hoje também desempenhadas pelos historiadores: consulta as fontes (documentos escritos), se baseia no que aqueles que o antecederam escreveram sobre o passado e cita-os. Além disso, preocupa-se e destaca as imprecisões desse passado em alguns momentos, informando o leitor acerca disso, tal como se pode observar no excerto abaixo:

Posto que os nossos escritores não coadunem sobre o ano em que El-Rei mandou continuar o descobrimento desta nova terra, é fora de toda a dúvida que a primeira esquadra expedida a este exame constava de três caravelas, que saíram do Tejo em maio do ano 1501 (parece que ao comando de Gonçalo Coelho) e foram encontradas no Porto de Bezenegue por Pedro Álvares Cabral, quando voltava da Índia (CASAL, 1817, p. 28 [grifos nossos]).

Casal afirma com convicção aquilo que constitui um fato histórico sem precedente, e destaca-o. Essa *ideia* de um passado que pode trazer certezas permeia também a análise que o autor realiza acerca das províncias e vilas. Isso porque, quando se retoma o espaço ocupado por esse sujeito, como mencionado nas seções que antecedem, pode-se inferir que assenhorar-se do passado colaborava para que este fosse ressignificado e utilizado enquanto instrumento de consolidação do poderio por intermédio da palavra escrita.

Outra marca característica de Casal quando se trata de analisar as *ideias* advém da descrição detalhada de algum fato, com base em argumentações deixadas por outros sujeitos. Exemplo disso é quando descreve parte das conquistas de Cristóvão Colombo, onde menciona que:

Esta recusa o fez passar com o mesmo projeto a Castela, onde por voto do Prior, do Júnior e de outros sábios, cujos sentimentos eram os mesmos dos cosmógrafos lisbonenses, ia a suceder-lhe o mesmo apesar de achar fautores. A espontânea oferta, que Luís Santangel fez do empréstimo de todo o dinheiro necessário para a expedição, com a que o Cardeal D. Pedro de Mendonça fazia da oitava parte das despesas, venceram as dificuldades; e Colombo, saindo de Paços de Muger com três caravelas a 3 de agosto de 1492 em demanda das Canárias, navegou ao poente até que a 11 de outubro encontrou a Ilha Guanaí, que é uma das Lucaias, à qual pôs o nome de S. Salvador; havendo sofrido muito a sua equipagem, que de desesperada quisera por vezes voltar atrás; mas ele animoso a sossegava, dizendo-lhe que não podiam ver terra antes de estarem 750 léguas arredados das Canárias para o poente (CASAL, 1817, p. 18 [grifos nossos]).

Nos trechos destacados é possível perceber algumas ideias provenientes do autor quanto ao fato que narra. Nestes, algumas possibilidades acerca do passado são levantadas, mas

permeando uma forma de apropriação que busca resgatar ideias acerca do que pode ter ocorrido neste passado, caminhando, aqui, em um dos pontos que perfazem o campo das ideias, destacado por Rüsen (2001), que corresponde às hipóteses acerca desse passado⁶⁶. Para fundamentar seus argumentos, Casal cita, em nota de rodapé, Willian Mavor, apenas destacando o nome do sujeito, sem deixar claro se é a autoria ou ao fundamento que se refere na menção que faz a ele. Também nas notas de rodapé encontram-se tantas outras atribuições que Casal faz em referência a escritos de autores que lhes foram antecedentes, e nos quais se baseia. Isso também foi identificado quanto às referências às documentações oficiais das épocas às quais se refere. Sobre essas premissas, abordar-se-á de maneira mais assídua na seção em que se trata sobre os *métodos*.

Outro ponto de destaque no que diz respeito ao campo das *ideias* corresponde ao *campo de experiência*, que, de acordo com Rüsen (2001), destaca os aspectos do passado que permitiram que a conjuntura de análise do presente fosse tal qual o é. No que tange à obra de Casal, é notório que seu objeto corresponde ao Reino português nas Américas, suas possibilidades e situação, como já destacado. Esse *campo de experiência* que Casal traceja é construído por intermédio de uma narrativa que traz em sua fundamentação alguns acordos, descobertas, arranjos políticos (caso dos donatários), entre outros, de maneira descritiva e acrítica, posto que a intenção não consistia em analisar o passado tal qual um historiador da atualidade, que possui espaço para uma visão mais crítica acerca do passado, mas de fazê-lo, na perspectiva de Reis (2000), de modo que as fontes falassem por si, detivessem força o suficiente para não serem criticadas, sendo apenas descritos os eventos que a envolveram. Nessa premissa, o campo de experiência é estanque: é dado, não se modifica, não se pode alterar ou analisar com outras lentes que não as fornecidas pelo autor da obra.

Partindo dos pressupostos ressaltados, é possível concluir que *interesses* e *ideias* foram campos possíveis de se identificar na obra de Casal. E nota-se, quando se volta para a fonte relegada por Casal, que as intenções em se perfazer a *Corografia* iam ao encontro das necessidades da época em se descrever parte da história e das potencialidades econômicas das províncias, em virtude da solidificação e fortalecimento do Reino no trópico.

⁶⁶ Em Rüsen (2001), embora esse campo tenha que ser complementado pelos *métodos* de elucidação dessas hipóteses, na obra de Casal, haja vista o anacronismo que seria cometido caso esta análise fosse realizada *in locus*, não se há a completude de maneira imediata, embora por vezes ela ocorra por intermédio de menção às fontes, aos escritos e demais possibilidades de validação.

No que se refere à *dimensão das ideias* na obra de Araújo, esta se apresentou de maneira mais fluida que a observada na obra de Casal. Isso porque diferentemente do que ocorre na obra do segundo, a de Araújo possui uma delimitação clara quanto a abordagem do passado, não mesclando-as com aspectos do presente do autor e restringindo-se aos fatos datados de períodos anteriores e catalogados mediante das fontes consultadas por ele. Nesta obra, a ação humana possui significado delimitado quanto aos acontecimentos e é introduzida na narrativa como forma de modificação no tempo. Ou seja, a ação dos sujeitos citados por Araújo, principalmente dos “grandes homens”, possuem características precisas, que são destacadas pelo autor e fundamentadas em fontes⁶⁷, passando claramente uma ideia de modificação no tempo por ação dos sujeitos, mesmo que o faça de maneira generalista e ressaltando apenas os grupos privilegiados.

Além disso, Araújo utiliza as formas verbais em um tempo específico: no passado, diferentemente de Casal, por exemplo. Ele dá a ideia de fatos, acontecimentos consolidados, encerrados e gravados na memória e nos documentos que acessa enquanto tal. Sua narrativa se consolida com característica de verossimilhança, de modo que fica claro ao leitor que se trata de um período longínquo da realidade do período de impressão da obra. Todas as fontes escritas utilizadas pelo Monsenhor estão datadas. Assim sendo, nas premissas de análise do campo das *ideias* concernente à Jörn Rüsen, o passado se significa de acordo com as possibilidades do tempo em que dele se escreve: está distante, possui as origens das estruturas do presente de Araújo e de seus leitores, e está fundamentado em documentos. Por estar fundamentado em seus documentos, Araújo não comete anacronismos.

Embora o autor por vezes se utilize de termos indefinidos quanto à origem de uma paróquia ou vila, a incidência desse tipo de abordagem é consideravelmente pequena, haja vista que o acesso às fontes o era facilitado dada à posição que ocupou no corpo administrativo do Estado Português. Torna-se possível, através dos recursos que dispôs Araújo, validar o passado por ele escrito à medida em que tais documentos vêm ao corpo de texto, nas notas de rodapé ou fim de texto. Partindo desses pressupostos, a obra do Monsenhor, assim como a de Casal, propõe um *campo de experiências* que não se altera: o que fora dado de acordo com a documentação do passado é a história que se é possível extrair daquele contexto, sem abertura para outras perspectivas.

⁶⁷ Nomenclaturamos enquanto fontes os materiais consultados pelo autor diante da premissa que ele o faz nos moldes utilizados quando se trata de considerá-las enquanto tal: o autor as traz no corpo de texto para fundamentar sua escrita em torno de um fato.

No entanto, é notório destacar que a certeza com a qual Araújo afirma suas proposições e coloca a documentação a serviço dessas premissas consolida um posicionamento de *ideias* também recorrente aos historiadores da atualidade⁶⁸. Quanto às formas pelas quais o autor tangencia os documentos e transforma-os no que hoje denominamos por fontes, abordar-se-á no próximo tópico.

No que se refere à apropriação do passado, seus usos e assenhramento, nos moldes propostos por Rüsen, inerente ao campo das *ideias*, a obra do Padre Perereca, tem como forma de assenhramento do passado a narrativa edificante sobre os hábitos da corte imperial brasileira, de modo que suas *Memórias*, destaca o autor, “[...] arranjadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos [...]” (SANTOS, 1825, p. 34) fossem úteis para a recuperação desse passado por ele narrado em momentos futuros. E para escrever esse passado e sobre esse passado, Padre Perereca faz uso de mecanismos de assenhramento que serão mais bem discutidos na seção que abordará sobre os métodos de sua escrita, bastando, nesta etapa, afirmar que as formas de enunciação do autor estão bem distantes das analisadas nas obras anteriores, haja vista que ele não se utiliza dos recursos de dizeres de autores anteriores, de falácias populares, ou de outras formas de inserção da veracidade da histórica que representa, e, se o faz, não menciona. Quando recupera o passado por meio dos vestígios dele residuais, Padre Perereca se baseia em alvarás e decretos, bem como de sua interpretação do fato por ele escrito. Nesse segundo ponto das formas de assenhramento do passado por intermédio das *ideias* o autor, infere-se, aparenta tentar recuperar até mesmo os sentimentos dos sujeitos de sua narrativa, como pode ser observado no trecho abaixo:

[...] dando-lhes sempre a victoria sobre os seus inimigos , passou o Mesmo Real Senhor (*penetrado do mais vivo sentimento de compaixão pelas atrocidades, e devastações, que o abominável Exercito Francez perpetrara naquelle Reino Lusitano no desgraçado tempo, em que pela terceira vez occupára parte de algumas das suas Províncias*) [...] (SANTOS, 1825, p. 218 [grifos nossos]).

No trecho exposto acima, outra forte característica da obra de Padre Perereca pode ser explicitada: a necessidade de construir uma imagem paternalista do imperador. Tal

⁶⁸ Aqui nos referimos exclusivamente à consulta às fontes e a exposição da argumentação, não a veracidade das ideias propostas.

característica, também recuperada no período Regencial, aparenta ir ao encontro da construção de uma imagem benéfica dos monarcas portugueses, consolidando-os no passado de maneira quase que heroica, edificante. E essa característica se intensifica quando se volta as lentes de pesquisa para as formas como o autor se dedica ao descritivo dos hábitos do beija-mão, das comemorações e rituais fúnebres, entre outros eventos. O passado, nessa forma de escrita, é o passado edificante marcado pela influência e poderio da corte portuguesa e de seu alcance no Brasil. E diferentemente do que pudera ser observado em Casal, que traceja uma espécie de hipóteses sobre esse passado, em Padre Perereca esse passado está mais relacionado à uma *ideia fixa*, que, apropriando-se do conceito de Rösen sobre a dimensão das ideias como formulações que permitem ao passado transparecer enquanto tal, introjeta-se o juízo firmado, que não se altera. Para Perereca, o passado nos moldes por ele descritos não é passível de questionamento, mas apenas de “revisitamento” por intermédio de seus escritos.

O *campo da experiência* de Padre Perereca é quase o de um narrador observador, partícipe. A *ideia* que se constrói quando na leitura de sua obra é de que o autor estaria sentado à frente dos eventos representados, narrando os fatos. Assim sendo, esse *campo de experiência* é, assim como o de Casal e de Araújo, estanque, não sendo passível de análise para além da perspectiva que o autor quisera retratar.

Já na obra de Cairu, as *ideias* possuem espaço delimitado pela dimensão política. O Visconde utiliza como *campo de experiência* e ponto de significação das ações humanas no tempo o que ocorreu nas Cortes, tanto o é que a forma de escrita desse passado se assenta em livros atas das assembleias, em documentos escritos emitidos, cartas trocadas entre o Imperador e seu pai, entre outros documentos. O autor menciona também alguns sujeitos que também representaram a história do Brasil de maneira escrita, entre eles, Robert Southey. E mesmo afirmando que “Não he do dever do Historiador transformar-se em Publicista, fazendo contestações polemicas [...]” (LISBOA, 1827, s/p), por vezes fora possível observar certas “alfinetadas” em alguns pontos mais restritivos da administração portuguesa na colônia, como pode ser observado no trecho abaixo, quando o autor menciona que:

Estadistas e Theologos prohibem o commercio de máos livros e impressos; todavia a experiencia dos seculos tem mostrado, que as prohibiçoes á e se respeito só tem o effeito de fazer mais devasso o contrabando. O Politico historiador Tacito bem notou a inutilidade de tal expediente, ainda nos despoticos reinados dos Imperadores Romanos. O risco da prohibiçãõ forçava procurallos e escondellos; depois a licença de os possuir, fazia que cahissem no esquecimento (LISBOA, 1827, s/p [nota de rodapé]).

Na obra de Cairu, haja vista que os pontos de vista sobre o passado possuem um local comum de propagação e, quando ordenados de acordo com os *interesses* do autor, são transpostos enquanto história à medida que ganham significação na narrativa do Visconde, a preocupação estava, infere-se, em retratar algumas das deliberações e decisivas tomadas quando nas reuniões dos “grandes homens” das duas porções do reino, que, juntos, discutiam os rumos dessa história. Daí a utilização de documentos consultados nos livros de atas da Assembleia, de transcrição de cartas do Regente, entre outros documentos que traziam no bojo de suas linhas e entrelinhas essa disputa de espaço no Brasil representado por Lisboa. A *ideia*, neste sentido, aparenta ser a defesa de um tornar-se Brasil, da conquista desse direito por intermédio da articulação das pessoas que representaram essa, anteriormente, porção do Reio Português nas Cortes.

Essa representação feita pelo autor condiz diretamente com o presente do qual escreve, 1826, permeado por certas instabilidades políticas, conflitos entre partidários de alas distintas e de tensões sobre qual identidade seria formada para essa nação. E diante dessa distinção de posicionamentos, foi notória certa preferência do Visconde pela ala mais conservadora, que, embora ensejasse pela manutenção das modificações realizadas no Período Joanino, ainda o fizera na defesa da monarquia, como fica explícito quando ele menciona que:

Os exemplos das Revoluções dos Novos Estados circumvisinhos das Colonias de Hespanha, não illudia as pessoas codatas, que sabião dos horrores da anarchia nesses paizes, e tinhão sempre em vista a catastrophe da França, causada pela furia da Gallomania e insana tentativa de pertender-se realizar a impossibilidade de estabelecimento de Democracia em Vasto Estado [...] (LISBOA, 1827, s/p).

Esse posicionamento e a forma de se assenhorar do passado e de escrever a história, interliga-se com a quantidade de menções dos sujeitos categorizados como “funcionários da administração”, haja vista que boa parte desses ocuparam os cargos por intermédio da proximidade que possuíam com os círculos de sociabilidade das alas mais abastadas socialmente e do círculo político nos quais as decisivas sobre os rumos das nações eram tomadas. Essa *ideia* sobre um passado que assevera a importância dessas alas para a independência do Brasil, suas formas de articulação na corte de Lisboa e as maneiras pelas quais esse movimento pela defesa dos interesses, agora nacionalizados, acontece na obra de

Cairu demonstra a ordenação os pontos de vista que é característico do campo dessa dimensão (das *ideias*). Na ação desses sujeitos e de suas reivindicações houvera a construção da história do Brasil conforme as lentes do Visconde.

Não aparenta ser mera coincidência, haja vista a inferência dessas *ideias*, que na obra de Lisboa apareçam formas regionais de se mencionar determinados sujeitos, caracterizando-os como “fluminenses”, “pernambucanos”, “paulistas”, “baianos”, etc. É nessa obra também que encontramos 47 incidências do termo “brasileiro”. É sob esse *campo de experiência* que se assentaram as *ideias* da obra do Visconde.

As *ideias* em Abreu e Lima foram fundamentadas em Aires de Casal, Roberto Southey, Bellegard, Armitage, Varnhagen, Visconde de S. Leopoldo, Muniz Tavares, entre outros autores por ele mencionados no decorrer das páginas que formam os tomos do seu *Compendio*. Compilado e escrito em período de maior estabilidade política, quando o IHGB já estava consolidado e sendo lançado em 1843, com Dom Pedro II já no poder, esse compêndio, utilizado como material para de ensino no Colégio Pedro II, de acordo com Gasparello (2004), se inicia destacando que “Um paiz, que apenas conta vinte annos de existencia como nação, não pôde ter litteratura propriamente sua; porque nos primeiros desenvolvimentos da intelligecia não é dado tocar a perfeição, que se requer nas obras do espirito humano.” (LIMA, 1843, s/p). Talvez, infere-se, o autor tenha, com esse trecho, justificado a utilização de ideias que não eram de sua autoria, mas que considerou basilares para a escrita de uma história pátria.

No entanto, Abreu e Lima também assevera que

É verdade que, como colonia, pertenciamos a um povo civilisado, que tinha uma liueratura, accrescendo que desde muitos annos escriptores Brasileiros se haviam assignalado entre os que tinham nascido na Metrôpole; porém embebidos nas maximas dos que nos dictavam a lei, seguimos á pista as doutrinas, os erros, e até a vaidade dos nossos dominadores, sem que as nossas obras cheirassem ao menos ás flores da nossa eterna primavera (LIMA, 1843, s/p [grifos nossos]).

Ainda assim, ele se utiliza de alguns desses autores, reunidos e compilados, que seriam, no ponto de vista que lhe competia enquanto letrado, essenciais para a representação da história pátria. É sob esse alicerce que os fundamentos do *Compendio* acontecem. Tal como uma revisão bibliográfica de uma literatura científicada, Abreu e Lima consultou “[...] varios auctores, que julguei mais habilitados, pondo todo o meu esmero em reunir de todos elles o maior numero de factos, crhonologica.” (LIMA, 1843, s/p). Assim sendo, as *ideias* representadas em Abreu e

Lima caminham para o apropriar-se de uma história que fora pesquisada e catalogada em forma de História do Brasil, por outras penas, em outros momentos, com consultas de fontes distintas das suas, já que as fontes por ele utilizadas são esses autores. Partindo desses pressupostos, a obra de Abreu e Lima caminha para espécie de transposição da literatura mais específica sobre a história do Brasil, movimento este que se acentua a com a obra de Macedo mais assentada no ensino que se propagava no Pedro II, que será analisada em seguida.

Embora não tenha havido uma consulta mais minuciosa das fontes, como fora em Casal e, principalmente, Araújo, Abreu e Lima também perpassa uma das atribuições dos historiadores da atualidade que consiste na consulta bibliográfica da temática representada na obra escrita, citando alguns dos autores que escreveram obras que estão nessa pesquisa e que foram citados em outras bibliografias, tornando essas obras significativas para o ensino de história intermediado pelo seu escrito e canonizando formas de se representar a história que antecederam a escrita de seu *Compendio* e que podem ter permanecido no imaginário daqueles que dele se utilizaram para estudar a história do Brasil, solidificando determinados posicionamentos de escrita e criando permanências.

No entanto, enquanto nas obras de Casal e Araújo a *ideia* se baseava na defesa do interesse português e na manutenção do Brasil sob sua tutela, na de Abreu e Lima, dada a diferença temporal e de perspectiva, o *campo de experiência* que solidifica a *ideia* consiste na narrativa de defesa da monarquia, mas de característica brasílica, independente de Portugal e em construção de identidade distinta daquela inteiramente ligada à metropolitana. Nessa narrativa, embora ocorra a exaltação de um monarca, não mais se atrela esse monarca apenas a Portugal, mas ao Brasil, suas ações em defesa dessa territorialidade e desses interesses. E embora esse *campo de experiência* esteja solidificado, não sendo aberto para interpretações para além da representação do autor, altera-se a estrutura do que fora centrado nesse campo, de modo que a “brasilidade” da história brasileira é mais sólida do que a das obras anteriormente mencionadas.

Assim sendo, a obra de Abreu e Lima tensiona a narrativa no sentido levantado pelo IHGB “[...] de *eternisar pela historia os factos memoraveis da pátria*, salvando-os da voragem dos tempos e *desembaraçando-os das espezas nuvens* que não poucas vezes lhes agglomeram a *parcialidade*, o *espírito de partido*, e até mesmo a *ignorância*.” (BARBOSA, 1839, p. 9 [grifos nossos]). Essas “espezas nuvens” corresponderiam, infere-se, à defesa exacerbada de uma escrita para as graças de sua majestade de Portugal. No entanto, não se pode perder de

vista que mesmo atendendo aos preceitos do IHGB, a obra de Abreu e Lima não foi bem aceita pelo instituto e fora, inclusive, rechaçada por Varnhagen.

A manutenção dessa característica na dimensão das *ideias* também fora observada nas *Lições* de Macedo, datadas de 1861 e utilizadas como material de ensino no Colégio Pedro II, de acordo com a pesquisa realizada por Gasparello (2004). Essa obra, que também fora escrita no contexto de um IHGB atuante, de um Colégio consolidado e com *interesses* específicos, e se apropria de um passado também escrito por outros sujeitos, tais como Varnhagen, Spix e Martius. Assim sendo, Macedo também possui ações que remontam aos historiadores que o antecederam e o sucederam no que diz respeito a consultar o que já havia sido escrito sobre a temática e citar os autores utilizados. Seu assenhoramento do passado está diretamente interligado com assenhoramento realizado por aqueles que o antecederam na escrita.

No que tange à descrição desse passado, Macedo utiliza-se de uma linguagem mais explicativa que descritiva, de modo que as densas caracterizações do passado realizadas em Casal, Araújo, Padre Perereca e Lisboa são menos observadas, havendo, ainda, a intencionalidade de otimizar o conteúdo com seus quadros resumo ao final dos capítulos. O *campo de experiência* de Macedo, dessa forma, se transfigura em uma experiência a ser explicada, resumida e apreendida. E o autor relega ao leitor essa intencionalidade de maneira clara, quando menciona que:

Professando desde alguns annos a Historia do Brazil no Imperial Collegio de Pedro II, reconhecemos no fim de breve experiencia que e fazia sentir a falta de um *compendio dessa materia que fosse escripto e methodizado de harmonia com o systema de estudos adoptado naquelle importante estabelecimento*, e tambem comprehendemos que á nós como professor da cadeira respectiva, cumpria mais que á outro qualquer procurar satisfazer uma tal necessidade (MACEDO, 1861, s/p [grifos nossos]).

Em desempenho do nosso dever mettemos hombros á empreza, tendo sempre de memoria que escreviamos para estudantes, cuja intelligencia já um pouco desenvolvida não tinha de contentar-se com uma restricta exposição de factos e simples recordação de datas e ainda não bastante esclarecida mal podia elevar-se ás alturas de transcendentis apreciações philosophicas (MACEDO, 1861, s/p).

Nesses trechos, é possível observar com nitidez a *ideia* preposta na obra de Macedo: escrever uma história do Brasil em consonância com o currículo do Pedro II e que levasse em consideração a característica do público ao qual essa literatura seria dirigida, que eram os estudantes do colégio. Além dessa *ideia* central, o *campo da experiência* das ideias de Macedo

se assenta sobre uma narrativa que tenta explicar ao leitor um passado permeado por personalidades políticas, homens distintos, que fizeram essa história “acontecer”. E esse passado se caracteriza, como também o fora nas outras obras analisadas, como estanque, não sendo possível ou permitido ir além do que aquilo que fora representado pelo autor nas linhas de seu escrito.

5.3 Os Métodos⁶⁹

Os métodos consistem na parte da matriz rüseniana que dotam a história de caráter científico assentado nos seus próprios andaimes. Neste sentido, a intenção desta subseção é detalhar quais foram os métodos clivados pelos historiadores do ofício que escreveram fontes selecionadas para essa pesquisa. Os seguintes dados puderam ser catalogados nessa dimensão:

Quadro 8: Síntese da dimensão dos *métodos*

MÉTODOS				
Autor/ Dimensão	Universais Históricos	Dimensões Temporais	Operações Processuais	Operações Substanciais
CASAL	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: descoberta - Processo Temporal: ascendente - Relação tempo/tema: modelo português - Fator decisivo: elemento europeu 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: documento - Analítica: objetivo claro, sistêmica tênue - Dialética: sujeito e período similares 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: argumento de autoridade - Crítica: não se aplica - Interpretação: monocausal e unilateral 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: desnaturaliza indígenas, naturaliza português - Analítica: cristã e monárquica - Dialética: não se aplica
ARAÚJO	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: paróquias e vilas - Processo Temporal: ascendente - Relação tempo/tema: conforme a religião - Fator decisivo: presença cultural portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: fontes localizadas - Analítica: objetivo e sistêmica em mesma linha - Dialética: rompimento sujeito e período em momentos pontuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: fontes “puras” - Crítica: tencionada singelamente com base documental - Interpretação: monocausal e unilateral 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: elemento cristão e português no centro - Analítica: força do elemento cultural - Dialética: não se aplica

⁶⁹ Neste subtítulo, o/a leitor/a observará certa desproporção de corpo de análise de obra para obra. Isso ocorreu para se evitar a repetição de termos, formas de análise e elocubrações que deixavam a compreensão da narrativa comprometida. Neste sentido, notório será que a análise que compreende a obra de Casal, que inaugura as analisadas aqui, contém muito mais conteúdo do que a análise da obra de Macedo, por exemplo. No entanto, partindo do pressuposto que na primeira análise recuperou-se algumas discussões realizadas na seção 2, esse movimento é entendido enquanto “natural” da escrita e não necessariamente por um posicionamento da autora em privilegiar uma obra em detrimento de outra.

PERERECA	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: presença da corte - Processo Temporal: ascendente - Relação tempo/tema: costumes da corte equipara o progresso temporal - Fator decisivo: chegada e permanência da corte 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: testemunho ocular, alguns decretos - Analítica: objetivo claro, sistêmica tênue - Dialética: sujeito e período similares 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: argumento de autoridade - Crítica: não se aplica - Interpretação: monocausal e unilateral 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: chegada da família real - Analítica: força da cultura da corte - Dialética: coincidência fato-permanência
CAIRU	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: vivência política das Cortes de Lisboa - Processo Temporal: antessala da Independência - Relação tempo/tema: similares - Fator decisivo: Independência X recolonização 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: atas, livros da assembleia - Analítica: objetivo e sistêmica alinhadas - Dialética: sujeito e período similares 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: documentos - Crítica: realizada (com as ressalvas do período de escrita) - Interpretação: monocausal em defesa da independência 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: passado recente ao autor - Analítica: monarquia independente - Dialética: coincide fato-desdobramento
ABREU E LIMA	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: gradativa consolidação do poder político português - Processo Temporal: ascendente - Relação tempo/tema: coincidente - Fator decisivo: permanência da monarquia 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: compilação de obras escolhidas - Analítica: objetivo e sistêmicas comuns - Dialética: comum ao fator decisivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: revisão bibliográfica - Crítica: não se aplica - Interpretação: monocausal e unilateral 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: ensino herdeiro do passado glorioso - Analítica: monarquia centralizadora - Dialética: solidifica a identidade
MACEDO	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura: descoberta e permanência portuguesa - Processo Temporal: ascendente - Relação tempo/tema: coincidente - Fator decisivo: gradativa introjeção administrativa portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: embasamento em obras anteriores, sem apego referencial - Analítica: objetivo e sistêmica alinhados - Dialética: transcendente de conjunturas 	<ul style="list-style-type: none"> - Heurística: revisão bibliográfica - Crítica: não se aplica - Interpretação: monocausal e unilateral, com reforço de quadros resumos 	<ul style="list-style-type: none"> - Hermenêutica: elemento cristão e português - Analítica: permanência do poder central - Dialética: solidifica a identidade

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Casal foca seus escritos mais na descrição detalhada do espaço geográfico das províncias. No entanto, dadas as possibilidades de pesquisa que hoje se aplicam à ciência histórica, relevada a temporalidade de escrita da obra, é possível que mais de suas contribuições sejam perceptíveis quando se trata do caráter histórico da obra em si, posto que, de acordo com Rüsen (2007a), é possível que se extraia dela o conhecimento histórico controlável, ou seja, o que fora catalogado, ao passo em que a multiplicidade de perspectivas que levam o estudioso às fontes “[...] só assusta quem sustenta dogmaticamente um procedimento único em detrimento

de todos os demais.” (RÜSEN, 2007a, p. 107). Como a obra de Casal foi escrita, em partes, sob uma premissa de histórica, ela pode ser analisada em alguns dos pontos que compreendem a dimensão dos *métodos* destacados por Rüsen.

Quando a obra de Casal foi analisada à luz dessas perspectivas, suas particularidades enquanto fonte histórica e obra de historiografia puderam ser ressaltadas. Isso porque, como delimitado anteriormente, a obra, nas premissas de Prado Júnior (1955), foi considerada como profícua mais para o campo da geografia do que necessariamente para a história quando se lançou sobre ela o olhar científico de uma história dos anos de 1950. Mas quando se altera a lente que criva a análise da obra, algumas outras perspectivas aparecem na obra de Casal, a começar pela dimensão dos *universais históricos*, que contempla: as formas pelas quais o autor caracteriza as conjunturas; a natureza do processo temporal; a relação dessa natureza com os demais processos que circundam a temática histórica abordada; e os fatores decisivos para as mudanças ou permanências que foram destacados pelo autor da obra.

Na obra de Casal pode-se destacar que quando se trata da caracterização das conjunturas, o clérigo parte de um ponto específico: a descoberta das Américas pelos europeus, e como isso foi, para ele, benéfico tanto para os “descobridores”, quanto para os povos que ali viviam. Esta consiste na grande conjuntura. A partir dela, se desenvolvem as demais temáticas abordadas na obra, posto que na descrição de cada uma das províncias o autor ressalta a presença europeia e os benefícios advindos disso. Em cada uma delas ele busca os elementos da cristandade e os aspectos do “progresso” proveniente da estrutura do Estado português. Quanto mais próximas dos ideais portugueses, na visão de Casal, mais desenvolvida ou propícia ao desenvolvimento seria a província.

Partindo dessa conjuntura e da forma como ela é entendida como melhor possibilidade, a escrita de Casal infere, e de maneira peculiar, conforme destacado por Reis (1999, p. 11), “[...] ‘originalidade’ de um povo, de um indivíduo, pela psicologia individual dos grandes homens políticos” de seu tempo, representando em sua forma de apresentação o modo de vida europeu, mesmo a obra sendo publicada no Brasil.

Além disso, é notório que Casal destinou esforços quanto às leituras das obras históricas de seu tempo, consultou fontes históricas variadas, desde documentos escritos e oficiais, a fontes orais e monumentos, se aproximando das fontes enquanto descreve acerca delas, destacando seu ponto de vista sobre muitos dos acontecimentos. O autor também deu destaque aos grandes homens e grandes eventos, consultou os documentos e ressaltou um processo

temporal “rumo ao progresso”, construção esta que nos estudos das obras de Rüsen pode ser delimitada como uma forma de consolidação do *tempo humano*.

Nessa forma de se trabalhar a temporalidade, quando se aplicam as considerações de Rüsen acerca dessa ação, o constructo temporal torna-se uma seta para o futuro, levando em consideração a conjuntura da qual se parte. Em Casal, o futuro do reino rumava para o progresso caso a influência portuguesa se fizesse pujante, tanto que o autor chega a mencionar, quando se trata de conjecturar sobre as províncias, que estas teriam sucesso caso se insistisse no modo de produção orientado pelos “brancos” e com o uso da força de trabalho negra em detrimento às formas de se viver protagonizadas pelos indígenas. Estes, por sua vez, foram avaliados pelo autor à medida que se “aculturavam” ou não em relação ao padrão europeu.

Analisando a relação dessa natureza temporal ascendente, rumo ao progresso, com os demais processos que circundam a temática histórica abordada, outro componente que, de acordo com Rüsen (2007a), permeia o constructo dos *universais históricos*, compreende-se a força que a palavra escrita denota em determinadas épocas, haja vista que, neste caso, Casal registra por diversas vezes que a potencialidade do reino brasílico está necessariamente interligada com o modo de produção português; ou seja, o sucesso ou não de cada província está respaldado no quanto se aproxima ou se distancia do modelo europeu.

Além disso, à medida que descreve os recursos hídricos, minerais e vegetais, o faz visando a lucratividade que fornece, ou que pode vir a fornecer, caso a Coroa destine atenção. Nota-se que, em Casal, graças a estrutura a qual pertence e da qual escreve, o que se merece catalogar de importante está no outro, no além-mar, e não necessariamente no seu local de escrita, haja vista que a publicação da obra já fora no Brasil e que o autor tenha residido por um longo período nesta terra. Notoriamente, isso lhe é natural, posto que o sujeito era clérigo, português naturalizado brasileiro e culturalmente formado dentro das estruturas de Coimbra.

Na última instância de cunhagem dos *universais históricos*, Rüsen (2007a) destaca a importância de se compreender os fatores decisivos para as mudanças ou permanências, que permeiam o constructo da história e que são ressaltados pela historiografia. Na obra de Casal, os fatores decisivos de mudanças consistem na entrada do elemento europeu nas províncias e na introdução de modos de vida baseados no modelo de economia praticado e necessário à metrópole, assim como dos ideais religiosos, que são destacados por ele como elementos de mudança no modo de vida dos indígenas. Neste quesito, para ele, quanto mais dóceis, aculturados no padrão europeu, mais há a aposta no progresso da província. Quanto mais “bravios” e “selvagens”, menor é a aposta do clérigo nesse progresso, mais peserosa aparenta

ser a tarefa de desenvolvimento, e mais ressaltada se faz a necessidade de introdução do elemento português na região. No que se refere às permanências, Casal tende a destacar de cada província, quando há a possibilidade, o que permanece no imaginário social da incursão jesuítica, dos elementos culturais indígenas e da administração desenvolvida por determinados sujeitos, sempre ressaltando que os benefícios desses processos caminham ao encontro do ideal europeu.

Outro ponto ressaltado pelo autor no que diz respeito às permanências ou descontinuidades está na questão territorial, posto que resalta as disputas entre portugueses e ingleses, holandeses e franceses, principalmente, em relação à América Portuguesa e a exploração de suas potencialidades. Aqui, a busca que se faz é em marcar as conquistas portuguesas em relação ao território, demonstrando que, no curso da história, é esta que permanecerá, e que o fará diante do merecimento de tal pertença.

Destacados estes pontos, pode-se resumir que na obra de Casal o *universal histórico* é o modelo português de sociedade, economia, cultura e política. É essa calibragem de lentes que o autor utiliza quando busca informações sobre o passado para escrever a *Corografia*, por intermédio de procedimentos que, na perspectiva de Rüsen, ocorrem quanto às dimensões de tempo, processo e substância.

Em relação às *dimensões temporais* e às categorias *hermenêutica, analítica e dialética*, a obra de Casal, no que tange à *hermenêutica*, embora conte com a interferência do sujeito que pesquisa, haja vista que, utilizando das considerações de Gaddis (2003), a história é construída e analisada por partículas pensantes, partiu-se da premissa que essa dimensão corresponde à que “[...] reconstrói processos temporais do passado de acordo com perspectivas de sentidos coerentes com as intenções dos atores (agentes ou pacientes) desses processos.” (RÜSEN, 2007a, p. 116). Em relação à obra de Casal, essa reconstrução, como mencionado, se fez mediante documentos oficiais por ele consultados em arquivos, obras escritas por autores, na época, renomados em relação à história da colônia, entre outras formas de validação. Casal, nessa dimensão de análise, corresponde ao agente da história; o que a representa, a escreve, a pesquisa e cataloga com uma intencionalidade específica: agraciar sua majestade.

Em relação à dimensão *analítica*, na obra de Casal a intenção é clara e objetiva. Já as imposições sistêmicas são mais tênues e oscilantes, haja vista que, embora metódico quanto à divisão da obra, a descrição das províncias e a consulta às historiografias do período, não há a preocupação acirrada quanto à veracidade do que ele consulta enquanto historiografia e a defesa ou ataque ao que menciona como imprecisão. Para exemplificar, pode-se mencionar a seguinte

passagem: “Antônio Herrera diz, que João Dias Solis costeara o Brasil até o Rio da Prata em 1509; Gomara diz que fora em 1512; Antônio Galvão que fora em 1513: nenhuma destas autoridades parece segura.” (CASAL, 1817, p. 32). Embora Casal concorde quanto à imprecisão das fontes, ele dá continuidade à sua narrativa sem maiores preocupações quanto à precisão da data, o que, se considerar-se as proposições de Rüsen, atende à uma sistêmica, ao passo em que o autor fundamentou seu escrito em fontes, mas não à outra, que corresponde à veracidade daquilo que se escreve.

Na dimensão da *dialética*, pode-se afirmar que, em relação às intenções, a obra do clérigo atingiu os objetivos por ele traçados: sua majestade não só poderia se informar quanto às províncias, quanto permitiu que a obra fosse impressa; o que colaborou para o sucesso que atingiu, chegando a ser utilizada como referência para elaboração de textos de cunho didático cerca de sessenta anos mais tarde (PRADO JÚNIOR, 1955).

Outro ponto a se destacar quanto às intenções se relaciona com o que fora catalogado na obra: potencial mineral, agrícola, de comercialização, entre outros que, mencionados pelo autor da *Corografia*, permitiam um conhecimento acerca das províncias, mesmo que generalista. Além disso, a descrição também possibilitou o mapeamento de uma série de etnias indígenas que ocupavam as províncias, como mencionado anteriormente. Assim sendo, as possíveis intencionalidades de Casal foram contempladas na escrita de sua obra, demarcando a visão do autor acerca da América Portuguesa, o que se interliga, diretamente, com as condições estruturais que permeavam o agir humano no período. Isso pode ser observado à medida em que se identificou, à luz da abordagem de Rüsen, que a intenção de Casal se explicitou no decorrer de toda a sua obra, em suas formas metodológicas de articulação, bem como as *formas de apresentação*, das quais se tratará no próximo tópico.

Isso porque a estrutura pertinente ao período estava alinhavada aos seguintes setores: na cultura, com ideal de disseminação e solidificação do cristianismo; na economia, uma espécie de pré-capitalismo; no ideal de sociedade de padrão europeu; e na política, com a estrutura monarquista. E Casal contempla os ideais de cada uma dessas dimensões em sua *Corografia*. Logo, suas intencionalidades vão ao encontro das estruturas presentes no período, não caracterizando uma obra que saia dessa perspectiva, o que, na visão de Rüsen, é uma construção onde a identidade do sujeito e do período são similares.

Para as *operações processuais*, sustentadas pela *heurística*, pela *crítica* e pela *interpretação*, na obra de Casal, as explicações acerca da história são realizadas por meio de argumentos de autoridade, ou seja, chamando para a fundamentação autores que haviam escrito

sobre o Brasil, ou fontes as quais Casal teve acesso. Por exemplo, para solidificar o argumento em relação à saída da esquadra de Cabral para o estabelecimento de relações comerciais com o rei de “Calecute”, Casal descreve o fato em texto corrido na obra, no padrão descritivo, mas em nota de rodapé destaca que:

Havendo relatado o descobrimento do Brasil com Barros, Góis, e Osório à vista, comunicando-se-me depois no Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro a cópia duma carta escrita em Porto Seguro pelo mencionado Pero Vaz de Caminha, companheiro de Pedro Alvares, que refere o caso em contrário daqueles outros, nao só com miudeza, mas até com veracidade palpável, me vi obrigado a dar-lhe preferência: e estimei tanto este encontro, que escrupullzo faria injustiça aos meus leitores nao lhes dando aqui dela a cópia seguinte (CASAL, p. 21 – [nota de rodapé]).

E como prometido, Casal deixa em nota de rodapé o documento transcrito para consulta do leitor, de modo a ressaltar a veracidade da questão histórica que propõe com o “testemunho oficial” do mesmo. E essa forma de atestar a fala por intermédio do documento anexo em nota de rodapé é um recurso muito utilizado por Casal. Outra tipologia de fontes que Casal faz uso corresponde ao testemunho oral realizado de maneira esporádica e generalista, como o faz em relação ao potencial navegável da Província de São Paulo, em que destaca que “Um sertanista, que desceu por este rio, diz que ele é navegável sem embaraço desde Ciacanga até o salto da Vitória; mas não declara a extensão deste intervalo, [...]” (CASAL, 1817, p. 99). E esse tipo de recurso também é recorrente na obra do autor. Neste sentido, utilizando-se de diversificada categoria de “fontes”, Casal busca alinhar em sua explicação às reais condições das mesmas e os relatos que se pode haver sobre isso, o que permeia um recurso de atestabilidade histórica e comprovação de validação, mas que, no entanto, com exceção dos documentos, não se garante grau de confiabilidade posto que não se sabe quem eram as pessoas que haviam dito o que fora ressaltado pelo autor.

Em relação à *crítica*, vale destacar que mesmo que tal dimensão não compreenda a obra de Casal de maneira integral, essa dimensão possui as suas particularidades. Dadas às formas de análise que Casal empreende na obra e o tipo de narrativa que a permeia, a dimensão crítica não fora identificada com a precisão ressaltada por Rüsen, mas é pertinente à alguns pontos destacados pelo autor da *Corografia* quando este menciona alguns fatos e os contrapõem com o que se tem catalogado acerca deles, como pode ser observado abaixo:

A tradição, e a história mencionam quatro notáveis sucessos anteriores à fundação da capital, por onde começou a colonização da província: o naufrágio de Diogo Alves Correia, outro duma nau castelhana, o desembarque do único donatário Francisco Pereira Coutinho, e o seu desgraçado fim. Nenhum dos nossos escritores datou as épocas destes sucessos; e a disconcordância, que no respectivo se nota entre eles, faz duvidosa uma grande parte do que nos referem (CASAL, 1817, p. 223).

Nada há tão provável como ter sido esta enseada descoberta por Gaspar de Lemos, quando voltava de Porto Seguro com a notícia do Descobrimento; porém ainda não apareceu documento, que nô-lo certifique (CASAL, 1817, p. 234 [notas de rodapé]).

Sendo Diogo Alves Correia da equipagem de Gaspar de Lemos, engana-se Herrera a seu respeito em dez anos. Este escritor sem dúvida equivocou-se, atribuindo a Caramuru a época da ficada dos oito (CASAL, 1817, p. 245).

Embora na obra de Casal a *crítica* propriamente dita, à guisa de Rüsen, não ocorra de maneira assídua, alguns pontos do *princípio metódico da plausibilidade informativa* podem ser observados, principalmente no que diz respeito à concepção da realidade da qual parte o historiador em relação ao que se tem de relato, fonte ou escrito de caráter histórico anteriores a ele e que serviram de suporte para a fundamentação de sua escrita. Como se pode observar acima, Casal empreende um esforço em analisar escritos de outros autores acerca da história das províncias e compara-os às fontes e as análises empreendidas por ele mesmo acerca dos fatos, destacando que, por vezes, houve equívocos relacionados a esses fatos. Neste sentido, o autor promove a crítica aos registros realizados por outros sujeitos levando em consideração uma série de outros escritos e apontamentos sobre a história das províncias brasílicas.

O movimento de crítica estabelecido por Casal se apresenta desde as formas mais simples como de maneiras mais fundamentadas, com o uso de outras ciências para tal propósito, como pode ser observado neste outro excerto da obra:

Alguns escritores dão ao Rio Maranhão oitenta léguas de boca, acrescentando que os navegantes bebem suas águas doces setenta antes de chegar a ela. Nada disto é verdadeiro. As melhores cartas mostram cinqüenta léguas da Ponta Tigioca até Macapá: advertindo que neste intervalo está a Ilha de Marajó, que ocupa a maior parte dele. Mais: as águas do Oceano correm em todo o tempo a oeste do Cabo de São Roque até quase à embocadura deste rio, onde inclinam para o setentrão; de sorte que os navios, que vão ao Pará, navegam à vista e porto da costa já antes de chegar à Ilha de São João, e dobram a Ponta Tigioca, navegando sempre em água salgada; e só de meia baía para diante é que encontram água doce. As águas do Maranhão correm encostadas ao continente, ou costa de Guiana, até perto de Cabo do Norte. Esta evidência é

outra prova que Pinzon não desembarcou no continente do Brasil, como pretende Herrera com outros (CASAL, 1817, p. 314).

Nota-se, também, um certo combate estabelecido por Casal em relação a Herrera, que por vezes é citado pelo autor e criticado sutilmente em seguida. Além disso, vale destacar também que nesta obra a história e a geografia caminham juntas, mesmo que a *Corografia* tenha sido anunciada por seu autor como uma obra de caráter histórico. No entanto, os conceitos e conhecimentos da área da geografia, foram amplamente utilizados.

Na última dimensão das *operações processuais*, a *interpretação*, algumas ressalvas tiveram de ser consideradas na obra de Casal, haja vista que a parte fundamentadora da explicação, a crítica, também se apresenta de maneira restrita, dadas às condições da época de escrita e do sujeito que a escreve, o que, para o período, pode ser ressaltado como uma tipologia que, embora restrita, fora precursora. Como destacado anteriormente, isso ocorre pelo fato de a *Corografia* ter sido escrita por um clérigo. Além disso, o mote da *Corografia* não estava consubstanciado em escrever, por fatos, uma história em si, mas de informar o rei acerca do andamento de suas províncias. Essas dimensões foram aqui destacadas para que pudessem ser comparadas com as demais obras que compõem as fontes dessa pesquisa.

No que tange à *interpretação*, na obra de Casal ela transcende o princípio explicativo à medida que talha uma regra geral para essa plausibilidade. Isso porque Casal não está preocupado com as particularidades de cada província no que diz respeito à história, e nem mesmo o faz em relação aos povos que nela se encontram. Sua preocupação é traçar um panorama geral da constituição de cada província e em destacar a inserção da cultura branca. Assim sendo, a *interpretação* de Casal é monocausal, unilateral, tal como se espera para a sua temporalidade.

A última dimensão que compreende os métodos da ciência histórica destacados por Rüsen é a das *operações substanciais*, formada pelos campos da *hermenêutica*, a *analítica* e a *dialética*. Dimensão dificultosa de talhar na obra de Casal, haja vista que esta não fora pensada em acordo com essas premissas, apenas algumas das etapas que compõe as *operações substanciais* puderam ser observadas.

Os traços que se puderam identificar dessa dimensão na obra de Casal estão relacionados aos destaques feitos pelo autor em relação ao estabelecimento e prevalência da cultura cristã no reino brasílico. Notoriamente na inversão do que atualmente se faz na história, em 1817 a preocupação de Casal consistiu em demonstrar que o passado pagão no reino fora substituído

por uma atualidade cristã⁷⁰ com seus monumentos, formas de organização populacional e ensinamentos. Para tanto, o autor faz uso do que pode ser observado no dia a dia de quem passava pelas províncias, destacando as igrejas há muito construídas nessas regiões, assim como também se utiliza de relatos (não referenciados) para enaltecer a presença do elemento branco cristão nessas províncias. A *hermenêutica* das *operações substanciais* na obra de Casal, neste sentido, atua desnaturalizando a tradição dos povos indígenas, em primeira instância, haja vista que estas não possuíam a força da palavra escrita que tanto se preservava na temporalidade de escrita da *Corografia*.

Em segundo momento, Casal desnaturaliza também, como destacado mais acima, escritos de outros autores acerca de fatos do reino brasileiro. No entanto, na obra do clérigo isso não fora realizado em salvaguarda do conhecimento histórico ou da ressalva metodológica mais precisa quanto aos estudos dessa categoria, mas para consolidar-se enquanto sujeito e obter prestígio perante a realeza.

Na obra de Casal, essa superestrutura da dimensão *analítica*, segundo ponto das *operações substanciais*, se mescla com a *hermenêutica*, posto que mesmo que o clérigo tenha se esforçado para mapear alguns traços da cultura indígena, que tenta suplantar, ele aloca a importância da cultura hegemônica da qual é oriundo para que esse movimento de suplantação ocorra. Notoriamente, Casal o faz de maneira natural, haja vista que não há como afirmar que o autor agiu exatamente orientado por uma intencionalidade de apagar uma cultura. Mesmo assim, é possível identificar essa associação com a superestrutura já na introdução da obra, quando o clérigo faz uso de um escrito acerca dos indígenas, que bem retrata a forma *analítica* estrutural que se tinha na época acerca desses sujeitos:

Eis aqui como um viajante os retrata moralmente: "Os americanos são glutões em extremo, quando têm com que se saciar; sóbrios em a necessidade, até nem ainda desejar o necessário; pusilânimes e poltrões, enquanto a bebida os não faz enfurecer; inimigos do trabalho; indiferentes a qualquer motivo de honra, glória ou reconhecimento; unicamente ocupados do presente; sem cuidado do futuro; incapazes de reflexão; passam a vida, e envelhecem, sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos. É para admirar que com tais qualidades seja preciso tanto trabalho para fazê-los bons cristãos." (CASAL, 1817, p. 19).

⁷⁰ Referimo-nos dessa maneira haja vista que Casal não aponta as formas pelas quais a cristandade fora imposta aos indígenas. Para ele, enquanto clérigo, a chegada do elemento branco e a sua imposição cultural era um benefício aos índios, e ele assim relata esse fato.

Na forma *analítica* mencionada por Rüsen, os fatos são, primeiramente, singularizados à expressão de seus acontecimentos e quantificados à guisa do mapeamento de sua incidência. Posteriormente, são analisados em seus “porquês”, ou seja, na explicação do contexto histórico de suas repercussões e incidências. No exemplo mencionado, caberia analisar os motivos que levaram os argumentos religiosos à propagação nas fontes, de maneira associada com a rede de sociabilidade, haja vista que, se só se produzisse obedientemente às regras de determinada sociedade, pouco restaria ao historiador do presente para analisar dos silenciados por essa força estrutural, e considerando-se que muito se resgata das entrelinhas, algo que se produziu fora dessa estrutura⁷¹. Logo, a analítica lida com interpretação e a teoria explicativa, que está “[...] materialmente vinculada aos contextos sistemáticos dos fatores condicionantes objetivos da vida humana prática ao longo dos processos temporais.” (RÜSEN, 2007a, p.154).

Na obra de Casal essa forma de análise é conclusiva à medida que se identifica a estrutura que permeia a obra do autor de maneira muito natural: ele próprio é um clérigo; e ele mesmo afirma estar escrevendo para “vossa majestade”. Logo, a estrutura é cristã, monárquica e, se se levar em consideração como o autor se refere aos indígenas, eurocêntrica. No entanto, importante destacar que, de acordo com Ellis (2004), este clero, do qual Casal, infere-se, fazia parte, não mais se postava de maneira ortodoxa.

Mais frequentadores das letras francesas do que das latinas, mais versados na literatura profana do que nas obras pias, muitos de nossos clérigos estavam saturados dos ideais iluministas, das reivindicações democráticas e liberais da Revolução Francesa. Em Minas, encontramos o “diabo”, encarnado em Rousseau, Voltaire, Diderot, etc., solto na “biblioteca do cônego” [...]. Em Pernambuco, o famoso Seminário de Olinda perfilhava também as ideias do tempo e foi decisiva a participação do clero nos movimentos revolucionários

⁷¹ A preocupação de Rüsen com os silenciados da história pode ser comprovada, de acordo com apresentação de Estevão Resende Martins à obra *Jörn Rüsen e o Ensino de História*, uma coletânea organizada pelo próprio Martins junto com Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca, através da opção teórica do alemão por uma vertente historiográfica que prima pelo humanismo e comunicação intercultural, que tem por objetivo diminuir a incidência de um “[...] aprendizado histórico capenga, unilateral, autocentral, discriminante.” (MARTINS, in: SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011 p. 8). Nas palavras de Rüsen (2001, p. 125-126), “[...] histórias gerais podem reproduzir a grosseria das atitudes preconceituosas com respeito a outras culturas; elas podem mostrar que as mudanças transculturais, no tempo, são relevantes para auto entendimento de seus destinatários, e contribuir, assim, para que seus destinatários estabilizem a sua identidade cultural mediante o reconhecimento do ser outro de outras culturas, conscientes dos muitos pontos em comum. Essa concepção histórica da identidade cultural pode ser vista como uma consolidação mais abrangente do que uma identidade que consista no menosprezo do outro, com o fito de valorizar sua própria importância (como ocorre em muitas histórias que se articulam na lógica do nacionalismo). A consolidação da identidade consiste na ampliação do horizonte das experiências do tempo e nas intenções acerca do tempo, no qual os sujeitos agentes se asseguram da permanência de si mesmos na evolução do tempo. O ponto extremo dessa consolidação da identidade é a ‘humanidade’”.

de 1817 e 1824, ousadamente liberais e republicanos. [...] Basta dizer que entre muitos dos eclesiásticos que faziam parte da Assembleia Legislativa, de 1826 a 1829, contavam-se diversos que não titubeavam em reconhecer o primado do poder civil, entre eles Feijó, Miguel José Reinaut, *Monsenhor Pizarro*, Januário da Cunha Barbosa, Rocha Franco, Custódio Dias, José Bento Leite Ferreira de Mello etc. (ELLIS, 2004, p. 374 [grifos nossos]).

Nota-se, neste sentido, que mesmo que os clérigos, enquanto elite letrada que dispunha de local privilegiado na disseminação de impressos, possuíssem propriedade intelectual de certa forma resguardada junto à monarquia, esse espaço não aparenta perenidade, já que, como destacado na citação acima, mesmo aqueles que escreveram “para a vossa magestade” e obtiveram espaço na Imprensa Régia, como fora o caso do Monsenhor Pizarro, outro autor que compõe o escopo de fontes deste trabalho, possuíam ideais que caminham no embate ao poderio monárquico. Neste sentido, infere-se que a obra de Casal, haja vista essa contextualização, faz jus a essa tentativa de aproximação com a “magestade”⁷².

Por fim, a última dimensão que alude aos *processos substanciais* é a *dialética*. Acerca dessa dimensão, não houve como submeter a obra de Casal a tais princípios posto que a *hermenêutica* e a *analítica* estão em um mesmo patamar. Foram poucas as entrelinhas destacadas por Casal que fugiram do arquétipo da estrutura do período, e mesmo quando ocorreram, estas se articulavam em virtude do enaltecimento da estrutura vigente.

Com a aplicação dessa metodologia na obra de Casal, o que se pode concluir é que parte de um “método historiográfico” determinado pelo autor, ainda híbrido entre um alicerçamento deveras científico mediante os *métodos* que puderam ser observados, mas ainda permeados por uma *forma de apresentação* que não acompanha de maneira precisa uma escrita que se orienta pelo uso preciso da razão⁷³. Isso porque, quando se analisa o princípio dos *universais históricos*, Casal parte de um específico: a “descoberta” da América pelos europeus e os benefícios desse fato histórico. Em sua análise, o autor, ainda, quando se trata dessa dimensão, aborda as possibilidades do progresso em acordo com esse universal, mas de uma maneira que lhe é particular, não sendo enquadrada propriamente nos ideais de uma escola historiográfica específica, e nem mesmo de uma matriz de outra ciência, posto que, de acordo com Prado Júnior (1955), a forma de escrita de Casal também não coadunava com as premissas da geografia de

⁷² Uso do vocábulo com “g” para referenciar a forma de escrita utilizada por Casal.

⁷³ De certa forma, Casal antecipa o que seria clivado como critérios científicos de escrita da história pelo IHGB tempos depois, mas ainda de uma forma elementar.

sua época. Além disso, embora representando a história de províncias localizadas no além-mar, formadas por indígenas dessa região cujo costumes diferiam do padrão europeu, Casal despende certo esforço para destacar o que havia de histórico nos elementos europeus presentes entre esses povos, quando em temporalidades mais longínquas, principalmente quando se trata da incursão jesuítica.

No que tange às *dimensões temporais* e suas categorias *hermenêuticas*, *analítica* e *dialética*, a obra de Casal desempenha papel histórico à medida em que, no campo da *hermenêutica*, o autor destaca fontes que para ele eram históricas acerca do passado, e que coadunam com os seus interesses enquanto sujeito. Na categoria *analítica*, o autor as sujeita às suas intencionalidades, não tangenciando uma sistêmica única a medida em que a forma de abordagem dessas fontes se altera conforme os seus propósitos. Esse processo permitiu uma *dialética* específica, na qual a intenção do autor e a sistêmica de escrita se tornam uma só.

Em relação às *dimensões processuais*, a obra de Casal, haja vista as categorias da *heurística*, da *crítica* e de *interpretação*, também apresenta a sua particularidade. *Heuristicamente*, pelo fato de que o autor compara fontes, analisa-lhes a veracidade e plausibilidade; *criticamente*, pelo fato de o clérigo contrapor autores e suas visões; *interpretativamente*, por meio da monocausalidade, postos os objetivos de sua obra.

Por fim, a obra também possui suas perspectivas da *dimensão substancial* à medida em que a narrativa busca consolidar uma versão da história das províncias, desnaturalizando o passado tradicional das mesmas em virtude de uma nova história a ser passada adiante.

Como mencionado anteriormente, os métodos utilizados por Araújo são densos. O Monsenhor cita documentos oficiais, livros de Sesmarias, registros paroquiais, jornais, entre outros documentos, referenciando-os por ano, localidade, página (quando possível). Analisando essa premissa na perspectiva dos *métodos* abordada por Rösen, pode-se afirmar que Araújo trilha uma espécie de pesquisa histórica, fundamenta suas inserções e busca as origens dos fatos que narra em seu texto. Seus *universais históricos* estão presentes na obra. Assim sendo, como procedeu-se na análise da obra de Casal, as *Memórias* de Araújo foram analisados de acordo com as premissas dos *métodos* crivados por Jörn Rösen, abordando-se os *universais históricos*, as *dimensões temporais*, as *operações processuais* e *substanciais*, em suas clivagens próprias.

A obra de Araújo possui caráter de fonte histórica, bem como a de Casal, haja vista que se apresenta enquanto produção do homem no tempo (BLOCH, 2001), e de obra de historiografia, posto que trilha um caminho de análise de um passado para aquém de seu tempo. Dentro da dimensão dos *Universais Históricos*, Araújo possui mais de um aspecto quando se

trata da caracterização das conjunturas, haja vista que, para ele, embora o ponto de partida seja a história do surgimento das paróquias, o Monsenhor também cliva como de importância a descrição do que se altera após a instalação das mesmas, bem como procura ressaltar como fora o processo de instauração das vilas e a justificativa da necessidade de criação das paróquias a partir disso: são três pontos de análise que se interligam na narrativa.

Da mesma forma que fora observado em Casal, Araújo também se aproxima de uma forma de se escrever a história em conformidade com as fontes, mas também de maneira particular. Enquanto Casal, ao passo em que pesquisava as fontes, deixara passar opiniões de maneira explícita, Araújo, embora também o faça em algumas passagens, traz dados mais concisos, mais fundamentados em fontes, e mais próximos de uma estrutura de história enquanto ciência. Ele busca, a cada incursão de vilas e paróquias, destacar em qual documentação oficial foram encontradas as menções àquele objeto, em qual ano a incidência ocorreu e em qual repartição está alocado o documento que comprova o que ele afirmou em corpo de texto. No entanto, importante inferir que talvez isso foi possível graças ao acesso facilitado de Araújo à documentação por conta de sua posição dentro do corpo administrativo do Reino português, como ressaltado anteriormente.

No entanto, mesmo com essas particularidades, a escrita da narrativa de Araújo apresenta uma natureza do processo temporal ascendente. O surgimento e a prosperidade de cada província, na visão do Monsenhor, estariam diretamente ligados com a administração da mesma, por intermédio dos funcionários nomeados para tal, em consonância com a manutenção dos preceitos cristãos. Vale inferir, ainda, que essa característica em sua obra marca a particularidade de um sujeito que se curva a duas autoridades ao mesmo tempo: a Igreja e o Estado Português, que, embora próximos, já havia Portugal passado pelas Reformas que distanciavam, gradativamente, esses dois entes.

No que se refere ao segundo ponto dos *universais históricos*, que compete à relação da natureza do processo temporal com os demais processos que circundam a temática, Araújo articula a relação de maneira mais precisa, posto que seu objetivo estava delimitado. Enquanto conta a história das vilas e de suas paróquias, o Monsenhor articula-as com o desenvolvimento da economia na localidade, com as relações políticas empreendidas pelos governadores nomeados e suas ações, bem como com a quantidade de pessoas em cada uma delas, e seus deslocamentos, quando identifica que ocorreram.

Neste ponto, já o terceiro aspecto dos *universais históricos* pode ser observado, o qual se trata dos fatores decisivos para as mudanças e permanências. Diferente de Casal, que detinha

na incursão europeia o principal ponto de rupturas e permanências, Araújo parte do princípio de uma permanência consolidada (a presença e cultura portuguesa), mas que apresenta rupturas, não com a sua essência em si, mas com algumas das relações estabelecidas por meio e para além desta. Um dos exemplos que pode ser destacado está presente no capítulo que aborda a região dos Campos dos Goitacazes, onde o autor menciona que:

Em outro tempo era o algodão um dos generos de muita cultura, que já em rama, e já em panos tecidos, saia para diferentes lugares em porçoens avultadas : mas a indolencia, e abandono d'este ramo de Commercio, tem obrigado à substituir a sua falta com o algodão, ou manufacturado, ou simples, da Capitania do Espirito Santo. O milho e o feijaõ, foram à principio outro objecto muito principal dos lavradores pois que o rendimento commum d'esse generos era de 100 por 1 ; e o milho produzia com tanta fartura, que chegou à vender-se 20 réis cada alqueire: porém sentindo hoje essa lavoura a mesma sorte, que outras semelhantes, àpenas suppre o gasto dos habitantes do paiz, quando a estaçãõ felizmente coopera para a sua abundancia (ARAÚJO, 1820, Tomo III, p. 113-114 [grifos nossos]).

Além do fator econômico no quesito das rupturas, Araújo também ressalta movimentos de deslocamento por conta das descobertas de ouro, como nos casos da região de Cuiabá e do litoral do Paraná; menciona mudanças de gestão das paróquias nas narrativas que tratam dos anos posteriores a 1759⁷⁴; aborda as sucessões de governadores de províncias, sendo este ponto válido para a análise das permanências da estrutura de gestão do reino, e de algumas mudanças angariadas por alguns dos governadores; trabalha com a descrição das nomeações de padres para as paróquias das vilas e suas sucessões, e os aspectos relevantes das gestões; aborda os soldos pagos aos governadores, bem como com a financiamento da Coroa para a manutenção das paróquias; entre outros, que comprovam que o Monsenhor articula estruturas, mesmo que este não tenha sido sua intencionalidade.

Partindo desses pressupostos, no que se refere aos *universais históricos*, na obra de Araújo este é mais amplo que na de Casal: trata-se da tríplice relação entre a história das vilas, das paróquias nelas insurgidas e das formas de organização concomitantes. É sobre essa tríplice relação que Araújo parte e para a qual se fundamentam das demais dimensões metodológicas identificadas em suas fontes.

No que se refere às *Dimensões Temporais*, que congregam aspectos da *hermenêutica*, da *analítica* e da *dialética*, os primeiros tomos da obra de Casal também possuem suas

⁷⁴ Ano no qual, por meio do comando de Pombal, os jesuítas foram expulsos do reino português.

particularidades em cada um dos pontos. Em relação à *hermenêutica*, que corresponde, de acordo com Rüsen, aos sentidos coerentes tendo em vista a intencionalidade dos atores do processo, Araújo pesquisa em fontes específicas, bem delimitadas, com uma intencionalidade precisa: agraciar, por meio dos escritos, sua majestade. O Monsenhor é, na maior parte dos escritos, ator passivo na história, posto que a escreve sem dela participar⁷⁵; mas é agente, escritor, da mesma: ele que a pesquisa e escreve, que a representa de acordo com as suas intencionalidades⁷⁶. No entanto, o autor ainda se preocupa com a narrativa de alguns pontos onde o poder do destinatário principal da obra fora colocado em dúvida, como foi no caso sobre o governador de “N. Senhora do Rosario de Meia Ponte”, Luiz Vahia Monteiro, apelidado, de acordo com Araújo, por “onça”, haja vista certo desentendimento junto aos demais poderes da administração real nas províncias. Na passagem, sobre o caso, Araújo (1820, Tomo IV, p. 176-177), menciona que:

[...] fazendo-se Vahia muito amado do Povo, foi por isso requerido à EIRei, para que continuasse no cargo, além dos annos ordenados na Patente; porém faltando-lhe a constancia no modo civil, e docil de tratar o mesmo Povo e pessoas publicas, empregadas nos Cargos da Justiça, e Fazenda, voltou de systema, que obrigando á Camara a queixar-se da sua aspereza [...] Foi ElRei Servido Ordenar lhe pela Provisaõ de 7 de Novembro do mesmo anno, que nunca se intromettesse nas materias de Justiça, e Fazenda, e só auxiliasse as diligencias á requemto dos Ministros d’essas repartiçoens (ARAÚJO, 1820, Tomo IV, p. 176-177).

A resolução desses desentendimentos resultou em represália violenta por parte do governador àqueles que contra ele se pronunciaram, e este continuou no cargo por mais dois anos após o ocorrido, falecendo em 1733, sendo substituído por um bacharel formado na Universidade de Coimbra, Gomes Freire de Andrada. Nota-se que embora a provisão real fosse

⁷⁵ Apenas no Tomo VI, que se volta, mais especificamente, para a história do clero, que o Monsenhor menciona a si mesmo como partícipe da “história” narrada.

⁷⁶ De acordo com Rüsen (2001, p. 66) “A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana.”. Por meio dela, os sujeitos interpretam as mudanças sociais que ocorreram em virtude de continuarem seguros em seu presente e autoafirmarem suas identidades mediante a representação da continuidade desse epicentro de segurança em relação a um passado já consolidado, e, infere-se, perpetuado por intermédio da narrativa. No entanto, quem escreve a história, em sua cientificidade, é um sujeito que a representa de acordo com as carências de orientação de seu presente e da racionalidade por ele tracejada, à luz dos métodos, para tal propósito. Assim sendo, há diferenças entre os sujeitos que fazem parte da história e aquele que ela escreve, haja vista que os primeiros estão inseridos nos acontecimentos, enquanto o segundo detalha os *interesses* que serão dirigidos à história narrada.

contra o mencionado governador, este continuou em exercício e ainda repreendeu os levantados. Assim sendo, mesmo intencionando agraciar vossa majestade, Araújo não deixa de abordar momentos em que o poder da Coroa fora posto à prova.

Houvera, no caso mencionado, uma certa fuga das imposições sistêmicas, características da *analítica* das *Dimensões Temporais*, que, como abordado anteriormente na análise sobre a *Corografia* de Casal, correspondem à relação entre intenção dos sujeitos produtores do processo e as imposições estruturais do mesmo. Essa relação pode ser observada em duas possibilidades: na dos acontecimentos e na da análise dos acontecimentos, sendo a primeira relacionada ao fato; e a segunda, à forma de se escrever sobre o fato.

Assim sendo, no que tange à primeira perspectiva da *analítica*, a do fato, por diversas vezes Araújo menciona certas fugas intencionais dos sujeitos em relação às imposições estruturas do período. Porém o caso mais específico, dentre os primeiros cinco tomos, o do prelado de “N. Senhora dos Remedios de Paratii”, para o qual inexistindo documentação que comprovasse o surgimento, o autor recorreu à um documento dos Oficiais Camaristas, que não se encontrava catalogado no Livro da Câmara, e que lhe foi repassado por um dos “fundadores” da Vila, por nome de Salvador Carvalho da Cunha Amaral Grugel, no qual consta que por falta de documentação comprobatória foram convocados os homens “mais antigos desta terra”, para que testemunhassem sobre o surgimento da vila. Checando as informações com dados do Livro da Câmara de Ilha Grande, Araújo conseguiu localizar dados que batiam com a descrição do documento avulso que tivera contato, mencionando que achou

[...] n'uma folha avulsa, com os numeros 67-68 do Livro, que pertenceram, no Liv. servido pelos annos 1654 fol. 15 v., o provimento do Ouvidor Geral João Velho de Azevedo, em Correiaõ de 26 de Julho do mesmo anno, que certificava tambem o estado actual dos moradores de Paratii, onde naõ havia justiça alguma, , nem Camara formada no tempo referido, como se vê do mesmo provimento, concebido nos termos seguintes (ARAÚJO, 1820, tomo III, p. 50-51).

Em seguida, transcreve o texto do documento onde encontrou a menção ao ocorrido em Parati, e menciona e transcreve uma Carta de diligência onde Parati também era abordada. Além disso, comprova que esta localidade surgiu de maneira muito específica em relação às demais, posto que isso ocorrera de maneira independente, fora da imposição estrutural, ao passo em que o prelado atuava longe da jurisdição que lhe era pertinente. Araújo destina páginas e páginas explicando como o processo de formalização da independência de Parati ocorreu,

demonstrando que a ação de alguns sujeitos fora basilar para tal propósito, ocorrendo na contramão do sistema que lhe era superior.

No que se refere à *analítica* da escrita sobre o fato, que se interliga com as possíveis imposições da escrita do mesmo, a obra de Araújo apresenta-se de maneira mais preocupada com a sistemática de validação. Isso porque, primeiramente, o uso de conceitos de imprecisão é menos frequente nas *Memórias* do Monsenhor, como já fora mencionado. Além disso, na *analítica* das fontes consultadas, Araújo possui um rol de documentos bem abrangente e que são citados com mais frequência, e para os quais busca validação em outros documentos, como forma de sanar a imprecisão, como pode ser observado na passagem que segue:

O Magistral José Joakim Pinheiro, fallando d'este Prelado nas suas Memorias, disse, que elle fora elevado á Dignidade Prelaticia no dia 4 de Dezembro de 1661, e tomára posse à 26 de Fevereiro de 1663, seguindo fielmente o que achou escrito nos apontamentos do Doutoral Doutor Henrique Moreira de Carvalho. Ambos se enganaram: o primeiro, per jurar in verbis magistri; e o segundo, por naó reflectir, que requerendo o mesmo Prelado nova Carta de Nomeação, pelo descaminho da primeira, se lhe lavrou a segunda com a data referida de 12 de Dezembro de 1658, e no fim da Salva foi declarado o dia 4 de Dezembro de 1661, em que ella se passou. D'aqui nasceu o engano, facil de se dissolver, por existir esse documento Registrado no Liv. oitavo da antiga Provedoria do Rio de Janeiro a f. 77 (ARAÚJO, 1820, Tomo III, p. 175 [nota de rodapé]).

Embora o autor discorde do princípio de imposição estrutural das primeiras fontes, diferentemente de Casal, que segue sem prestar maiores esclarecimentos acerca dos equívocos, Araújo recorre a outras fontes em busca da dissolução do “nó”. Logo, há e não há, ao mesmo tempo uma imposição sistêmica para a escrita: há no princípio da categoria rüseniana analítica dos documentos a ressalva de se escrever através deles; não há ao passo que mesmo os documentos são elevados ao critério da dúvida, quando se encontram outros que lhes podem contestar. No entanto, a imposição estrutural é mais presente que a identificada na obra de Casal, posto que mesmo para contrapor o documento, Araújo o faz por meio de outros documentos. Assim, contando com apenas três anos de diferença entre a publicação das duas obras, e sendo os dois autores herdeiros da tradição coimbreense e membros do clero, tais distinções puderam ser observadas.

E essas distinções se mantêm quando se parte para a *dialética* das *Dimensões Temporais*, ao passo em que a direção dos processos temporais em relação às condições e intensões do agir humano, identificadas em Casal apenas na premissa da escrita sobre o fato, o

que também fora perceptível em Araújo, estão presentes na obra do Monsenhor para além do que fora identificado como intencionalidade do ator. Isso porque além de Araújo atingir seu tríptico objetivo quanto à escrita da obra, abordando o surgimento das vilas, das paróquias e as permanências dessas relações no curso da história, sendo sua obra permitida por vossa majestade, sua abordagem também deu indícios das condições do agir humano em relação os processos temporais nos fatos que menciona. Ou seja, o Monsenhor aborda acontecimentos de maneira histórica, que se dirigem na intencionalidade delimitada para o período, em relação à economia, à religião e ao ideal de sociedade, mas que por vezes são tencionados por esse próprio agir humano dentro da conjuntura, caracterizando uma espécie de excepcional normal, mencionado por Grendi⁷⁷.

Assim sendo, as intencionalidades do autor vão ao encontro das estruturas presentes no período, mas possuem momentos que “escapam” pelas tangentes, sem, no entanto, romper a barreira por completo. Assim sendo, diferentemente do que fora observado na obra de Casal, para o qual, seguindo as premissas de Rüsen para a *dialética das Dimensões Temporais*, a identidade do período e do sujeito caminham unidas, na obra de Araújo houve momentos de rompimento desse caminho identitário partilhado (como, por exemplo, no caso de Parati, na nomeação de um indígena enquanto Capitão Mor, na contestação do poder real) sem, no entanto, se romper com ele.

Em se tratando da dimensão das *operações processuais*, regimentadas pela *heurística*, pela *crítica* e pela *interpretação*, também obra do Monsenhor apresentou particularidades. Operações ligadas diretamente aos fazeres para representação do processo histórico, nesta dimensão metodológica os primeiros cinco tomos da obra de Araújo se diferenciam da de Casal, inicialmente, pelo tipo de fonte e de referências: enquanto o primeiro recorre às “fontes puras”, aos documentos física e oficialmente catalogados; o segundo, como mencionado por Prado Júnior (1955), consulta referências de “segunda mão”. Sobre a particularidade de inserção das fontes na narrativa de Araújo, é possível a observação da referenciação precisa, conforme o excerto abaixo:

Ambas as Cartas se registraram a f. 251 v. e a f. 254 do Liv. 5 das Cartas da Secretar. do Cons. Ultramar. V. a Provisaõ do mesmo Conselho de 7 de Julho

⁷⁷ Pelo conceito de “excepcional normal” compreende-se, de acordo com Grendi (2009), os testemunhos indiretos nos quais constam relações que, em ampla análise, aparentemente fogem da normalidade para a temporalidade em que ocorrem, mas que, quando analisados pelas lentes micro históricas, podem denotar em algo relativamente “normal”.

de 1725 inhibitoria de certidoens de abono aos Governadores, e Ministros actuaes, em quanto durarem os empregos, dirigida á Camara de Villa Rica, onde se acha registrada, e no Liv. findo de Reg. das Ord. Reg. f. 56 da Camara de S. Paulo, como ficou dito no Cap. antecedente in fin (ARAÚJO, 1820, Tomo IV, p. 176 [nota de rodapé]).

No que tange à *heurística*, as fontes apresentadas por Araújo aparentam certa confiabilidade quanto a originalidade, haja vista que todas estão referenciadas. No entanto, é notório que tais fontes foram confeccionadas por atores pertencentes a determinados espaços sociais, e orientadas de acordo com suas intencionalidades. Neste sentido, as fontes selecionadas pelo Monsenhor podem ter seguido esse mesmo padrão. Ademais, em uma das passagens de esclarecimentos acerca das fontes, Araújo destaca que:

Do Livro citado do Conselho Ultramarino se extrahiu uma Copia da Patente, que o Illustrissimo Antonio Paes de Sande, 4.º neto deste Governador e *meu Collega na Conezia da Santa Igreja Patriarchal* (hoje Monsenhor) *me fez ver com outros documentos*, d'onde extrahi as primeiras notícias que publico (ARAÚJO, 1820, Tomo IV, p. 59 [nota de rodapé – grifos nossos]).

Vale ainda destacar que o recurso adotado por Araújo não permite que atores do processo histórico que estavam aquém as fontes fossem representados enquanto sujeitos, perspectiva que por vezes fora identificada em Casal, haja vista as passagens em que se “dava voz” aos sertanistas, lavradores, e outros atores menos favorecidos na escala hierárquica, e que não possuíam títulos que lhes relegasse aparecimento enquanto sujeitos particulares de uma realidade, como é o caso das fontes de Araújo, para as quais os nomes dos “grandes homens” de um tempo estão transcritos na documentação. Neste mesmo sentido, Araújo pouco recorre ao que já havia de escrito sobre o Brasil, como fizeram Casal. O Monsenhor aparenta apostar apenas na perspectiva documental e em sua própria intencionalidade a representação da história.

Isso não o impede, no entanto, de, por vezes, exercer a competência *crítica*, também componente das *operações processuais*. Araújo tensiona alguns dos elementos de comprovação da história expressa nos documentos que consulta. Isso pode ser observado nas seguintes passagens:

Passando à inquirir na mesma Parochiá algumas particularidades concernentes à sua memoria entre os antigos moradores, e de maior idade, ouvi a Diogo Dias de Araujo, que nascido alli em 1710 [...].Por esta circunstancia ultima procurei o Liv. 10 de Assentos, recolhido á Camara Ecclesiastica ; descobrindo alguns Termos do anno 1710 sem assinatura do Ministro officiante dos Sacramentos, certifiquei-me da existencia da Parochia

n'essa Era, para firmar na mesma a sua origem (ARAÚJO, 1820, Tomo IV, p. 98-99).

Os Livros existentes no Cartorio da Vara apenas tocam nos annos de 1696; mas o seu principio excede sem duvida à esse tempo: porque, se no territorio de Paratii se acha outro estabelecimento semelhante, já no anno de 1683, necessariamente se havia de criar muito antes no districto de Angra a Vara Ecclesiastica, para se providenciarem, com outroas dependencias, as causas matrimoniaes dos moradores da Freguezia, e Villa de Paratii, fundadas em annos posteriores, antes de subtrahirem da Jurisdicção da Villa de Conceição no anno de 1646 com pouca diferença (ARAÚJO, 1820, p. 79).

Do nome, e do governo de Vasconcellos nenhuma lembrança existe nos Livros da Camara da Cidade, mas descobre-se nos titulos das Sesmarias, datados desde Setembro de 1599, até Janeiro de 1602: e combinando estes documentos com a noticia communicada por Fr. Vicente, cujo testemunho he maior de toda a excepção, verifica-se no anno assinalado o governo de Vasconcellos, à pesar de não apparecer tambem memoria alguma de suas acçoens, nem de outras circumstancias, que o distinguissem (ARAÚJO, 1820, p. 115-116).

Um folheto inexacto referiu, que por ordem d'El-Rei Philippe entrára no governo Luiz Negreiro de Brito em 16 de Junho de 1626: mas nenhum dos Catalogos antigos fez menção d'elle, nem consta por documento viridico, que existisse tal Governador (ARAÚJO, 1820, p. 213 [nota de rodapé]).

[...] não ha certeza alguma do anno de fundação d'esta, nem da Igreja de Y-Tinga, por desapparecer o Livro do Tombo, que ainda existia em tempo do Vigario Philippe de Siqueira Unhaõ : mas o Liv. 1 ele Baptismos alli feitos supre de algum modo essa falta, certificando a época do seu actual exercicio, como se lê no rosto do mesmo = Livro dos Baptismos da Aldêa de Y-Tinga, começa no mez de Junho de 1688 = escrito pelo Padre Jesuita Administrador da Aldêa (ARAÚJO, 1820, Tomo V, p. 100).

Em todas essas passagens, bem como em outras que estampam as páginas dos tomos da obra de Araújo, expõem-se fatos relacionados às imprecisões nos documentos, os coloca à prova, e demonstram, ao mesmo tempo, alguns dos andaimes percorridos pelo Monsenhor para construção de sua narrativa. Elas seguem, ao menos, o *principio da plausibilidade informativa*, trazendo para o leitor informações quanto ao suporte usado pelo escritor quando na fundamentação de suas assertivas. E no caso dos escritos do Monsenhor, o principio tímido da crítica se respalda apenas nos documentos, não tangenciando as ciências auxiliares, como fora observado em Casal.

Desse movimento de fundamentação por intermédio dos documentos, Araújo insere no contexto narrativo o conhecimento inerente das fontes, transformando-os em fatos históricos, principio que interpela a dimensão *interpretação das operações processuais*. No entanto, pela modesta explanação da *crítica*, que na obra do Monsenhor fora orientada por *interesses*

transmorfos em *ideias* estanques, o *princípio da plausibilidade explicativa* só o poderia ocorrer de maneira monocausal. Não interessa ao autor asseverar acerca de uma mudança no paradigma do que fora clivado nos documentos, ou sobre uma descoberta de equívoco histórico que modificaria consubstancialmente as formas de ler o mundo, mas sim, identificar algumas discrepâncias relegadas à temporalidade, à datação, à localização de fontes mais completas acerca de um determinado objeto, seguindo uma linha específica.

Por fim, no que se refere às *Operações Substanciais*, em suas dimensões *hermenêuticas*, *analítica* e *dialéticas*, que fecham os ciclos dos *métodos* mencionados por Rüsen, a obra do Monsenhor apresentou um desfecho similar à de Casal. Em ambas, a *hermenêutica* estava orientada na particularização de um elemento enquanto tradicional (o elemento cristão e branco), embora em Casal haja a incidência de um processo de dismantelamento de uma tradição para imposição de outra, enquanto em Araújo esse o processo está dado, é o ponto de partida e não necessita derrubar, pela argumentação, uma estrutura para colocação de outra.

A *analítica*, em Araújo, também segue as premissas estruturalmente postas. Elas não precisam cair ou ser tensionadas, não são relativizadas. As intencionalidades são explícitas e a incidência do elemento fundamentador é permanente: em todos os capítulos que permeiam a obra é unívoco o elemento cultural cristão como ponto de princípio.

Em relação à *dialética*, assim como em Casal, não houvera motivações para submeter a obra de Araújo à essa dimensão, ao passo em que as duas primeiras, *hermenêutica* e *analítica*, não apresentam dissonâncias entre si, fator este que ressaltaria a necessidade de se compreender a dialética de sentido entre ambas as competências anteriores. Embora a obra de Araújo possua menções à fatos isolados que ressaltaram uma espécie de “excepcional normal”, estes, quando ocorrem, não tensionaram por demasiado a estrutura total do período.

Em relação aos métodos, Padre Perereca é mais sucinto que os demais autores analisados nessa pesquisa. Para começar, suas fontes de pesquisa são mais restritas que os dois autores analisados anteriormente, de modo que decretos, alvarás e algumas inserções de periódicos são as únicas fontes utilizadas pelo autor das *Memórias*. Como já ressaltado anteriormente, sua escrita se relaciona com uma visão da história de mais proximidade entre autor e fato narrado, aparentando que ele estava muito próximo do evento.

No entanto, a obra deixada pelo Padre Perereca e disposta na aba de obras raras do *site* do Senado Federal pode ser considerada enquanto fonte histórica também por suas características descritivas, seja dos ritos, seja da paisagem do Rio de Janeiro. Neste sentido, a começar pelos *Universais Históricas*, Padre Perereca caracteriza a conjuntura que iria

representar de maneira clara e objetiva: elas são “[...] Memórias, arranjadas pela ordem cronológica [...] para servir à história do Brasil” (SANTOS, 1825, p. 34), objetivo que o autor mantém intacto do início ao fim da obra. Além disso, outra perspectiva da obra de Santos aparenta ser a construção paternalista da imagem do monarca, representando-o sempre de maneira docilizada quando no trato com seus “vassalos”, forte nos momentos de enfrentamento, corajoso, bondoso, entre outras características que exaltam essa figura como herói.

Enquanto o objetivo fora mantido, as formas de se elencar essa história não seguem uma estrutura que beira à ciência. Essa nem mesmo era a intenção do autor, haja vista que nem sempre se respalda em fontes para elaboração e afirmação de sua escrita, como era possível se observado nos dois primeiros autores analisados. Além disso, sua linguagem é mais romantizada do que dos dois primeiros e a sua escrita, como fora observado em Araújo, também se inclina para o futuro - sendo o passado uma espécie de terreno de preparo para uma estrutura que daria suporte para esse caminhar em direção ao horizonte de expectativa.

Começando pelos *universais históricos*, quando se trata da caracterização da conjuntura da qual escreve, primeiro ponto dessa dimensão, Padre Perereca tem como ponto de referência a presença portuguesa no Brasil com a transferência da família real. Tanto é que o primeiro capítulo de sua obra se denomina “Felicidade do Brasil”. Desse feliz momento, apropriando-se aqui das palavras do autor, se desenrolam as *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, mesmo que construídas com linguagem mais romantizada e sem tamanha garimpagem de fontes como ocorrera nas obras de Casal e Araújo.

Ainda assim, o padre se fundamenta em alguns decretos, alvarás, cartas de leis, entre outros documentos, que dão à sua narrativa certa construção do *tempo humano* na medida em que provém de plausibilidade o que é por ele afirmado. Os nomes dos sujeitos que orbitavam a família real e, posteriormente, o imperador, também são ressaltados na narrativa de Padre Perereca, bem como os festejos e ritos fúnebres da corte, e o que era considerado ou não como caminho para o progresso era justamente o que se aproximava dessa forma de viver, em detrimento de outras. Neste sentido, assim como em Casal, a seta para o futuro da narrativa de Padre Perereca estava assentada nos costumes em comum com a corte e a reprodução dessas formas de viver como essenciais para a construção cultural. A natureza temporal nessa narrativa também compraz o sentido ascendente, como nas que antecederam essa produção.

Essa relação temporal ascendente permeia toda a obra do autor, juntamente com o seu fio condutor, que é a presença a corte. Tanto é que as nomenclaturas dos capítulos da obra de Padre Perereca são os anos em ordem cronológica, partindo, no tomo analisado, de 1808 e

alcançando 1815, e seguindo a temporalidade sem retroceder demasiadamente ou avançar sem maiores explicações ao leitor. Esse pressuposto de organização temporal permeia também as obras que foram utilizadas como didáticas, que serão analisadas mais à frente, e dá vazão para a construção do último ponto que compõe os *universais históricos*, que são os fatores decisivos para as rupturas ou permanências tanto desse processo temporal linear, quanto das próprias conjunturas. E em Padre Perereca, o fator de maior impacto tanto para as rupturas quanto para as permanências está na corte: a partir de sua chegada, o Brasil teria a sua “felicidade”, como fora bem delimitado na nomenclatura do capítulo inicial da obra do autor. E é também nesse elemento gerador que as rupturas com os modos de vida anteriores à chegada da corte vão se alterando para que, posteriormente, se tornassem as regras gerais, as permanências culturais, para o Brasil. Ao mesmo tempo, Padre Perereca vai solidificando a imagem paternalista de D. João, com pode ser observado no seguinte trecho:

Verdadeiro Pai dos seus Vassallos, a sua generosa Liberalidade não se limitou só aos que de Lisboa vierão em sua companhia: ella se extendeo profusamente pelos habitantes do Brazil , especialmente da Bahia, e do Rio de Janeiro, concedendo a huns, hábitos, e commendas; a outros postos, e officios; a estes dignidades, e empregos; áquelles honras, e mercês; a todos amor, e sollicitude paternal (SANTOS, 1825, p. 37).

As mudanças podem ser observadas acima principalmente em relação àqueles que receberam do regente tais regalias, que os proveu de condições mais abastadas do que as até então disfrutadas. E tais regalias se tornariam permanentes. Assim sendo, ao mesmo tempo se tem uma ruptura com a condição anteriormente identificada, que antecede a chegada da família real, cria-se uma permanência à medida que tais mudanças foram perpetuadas e incentivadas a se perpetuarem conforme a administração do reino via Brasil se mantinha. E essas características estendem-se também para a questão política e territorial à medida em que o autor descreve alguns movimentos ocorridos no Brasil e que contestaram a administração da corte, mas foram suprimidos, bem como àqueles referentes à questão de domínio do território, como pode ser observado nos excertos abaixo:

Havendo-se ateado nas Províncias de Buenos Ayres, e do Paraguay, o fogo da insurreição, e possuídos aquelles habitantes do furor revolucionário, levantarão o estandarte da independência, e se subtrahirão á obediência do seu legitimo Soberano , Sua Magestade Catholica , rompendo os laços, que os unia á Hespanha. Começou por tanto neste desgraçado paiz huma desastrosa guerra

civil pelos annos de 1808 , e 1809 ; e a pesar de todos os meios de brandura, que o Principe Regente Nosso Senhor Foi servido empregar para o restabelecimento da paz, e boa harmonia entre estes povos, nada se concluiu pela sua Paternal Mediação , antes cada vez mais se assoberbarão, pensando que Sua Alteza Real não teria talvez no Brazil forças, nem meios para os subjugar, se necessário fosse [...] (SANTOS, 1825, p. 227).

[...] era por tanto necessário irem estes com a espada na mão a atalhar o mal epidêmico, que, nascendo na America do Norte , passou a assollar a Europa, e voltava dalli para consummar os seus horrores na America do Sul. Pelo que o Principe Regente Nosso Senhor se vio obrigado a mandar hum grande corpo das suas Tropas da Capitania do Rio Grande, e da de S. Paulo, a fim de levantar o cerco da Praça de Monte-Video , e de enxotar para além do Rio da Prata os botafogos de Buenos-Ayres [...] (SANTOS, 1825, p. 227).

Neste sentido, as permanências de conjuntura política são expostas por Padre Perereca, que destaca os movimentos de contenção às orientações mais revolucionárias que vinham do “mal epidêmico” que nascera na América do Norte e que foram rechaçadas pelo regente. E como se “enxotou” os “botafogos de Buenos-Ayres” para além do Rio da Prata, a questão de disputa territorial também assenta o campo dos *universais históricos* identificados na obra de Padre Perereca. De modo geral, o grande universal da obra desse padre são as modificações, para melhor, implementadas com a chegada da família real do Brasil.

No que se refere às *dimensões temporais*, pode-se afirmar que a obra de Padre Perereca, quanto se trata do campo da *hermenêutica*, sofre com a interferência do sujeito produtor da história de maneira bem acentuada, haja vista que, como já ressaltado, a impressão que se tem quando na leitura das *Memórias* é que Padre Perereca está narrando um fato por ele observado “a olho nu”, em testemunho ocular. O autor descreve possíveis sentimentos dos sujeitos em relação os eventos, com minuciosos detalhes, os narrando maneira apaixonada. Por vezes também fundamenta sua escrita em documentos, embora em menor quantidade e variabilidade do que os autores que o antecederam. Ainda assim, Padre Perereca é o agente da construção de suas *Memórias*, que seleciona os detalhes a serem descritos com o intuito de forjar representações de sucesso do tempo de permanência da corte no Brasil.

E esse intuito delinea parte do campo da *analítica*, segundo ponto das *dimensões temporais*. Parte porque este campo também conta com a validação dos fatos objetivados por intermédio da verificação da veracidade das informações consultadas para a construção da narrativa, o que não aparece com precisão na obra de Padre Perereca, haja vista a particularidade estrutural na qual se constrói, e a opção do autor pelo uso de decretos, cartas de lei e outros

documentos dessa tipologia por ele mencionado, mas que não trazem ao conhecimento os locais de acesso, tal como feito por Araújo.

Por fim, quando se trata da *dialética*, último campo das *dimensões temporais* e no qual se pode analisar as relações entre as intenções as condições estruturais do agir humano, pode-se afirmar que ambas estão em consonância, haja vista que autor partiu da intenção de representar a vida da corte no Brasil como um período que agraciou a colônia em inúmeros aspectos, que escreveu ressaltando essas melhorias e construindo uma identidade paternal do regente, colaborando para assemelhar o que socialmente se esperava (da corte) em relação a uma obra que representasse sua vinda à colônia e aquilo que fora efetivamente produzido sobre tal temática.

Na terceira dimensão dos *métodos*, as chamadas *operações processuais*, compostas pelos campos da *heurística*, da *crítica* e da *interpretação*, a obra de Padre Perereca, no primeiro campo, compraz-se enquanto histórica haja vista que permeia os fazeres da história, em sua vertente científica, destacando algumas das fontes consultadas pelo autor para fundamentar suas ideias. Assim como em Casal e Araújo, a fundamentação se perfaz por argumento de autoridade, destacando, principalmente, documentações elaboradas pelo Estado acerca de alguns dos fatos que compõem a narrativa do autor. Para melhor exemplificar, foram destacados os excertos abaixo:

Assim, por Decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes Annos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Côrte a Impressão Regia, para nella se imprimir em exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Real Serviço, e também todas, e quaesquer Obras, concedendo a faculdade aos seus Administradores para admittirem aprendizes de Compositor, Impressor, Batedor, Abridor, e demais Offícios, que lhe sejam pertencentes (SANTOS, 1825, p. 80-81).

Pelo Alvará de 15 de Junho com força de Lei , Sua Alteza Real elevou á primazia de Capella Real a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, e a Creou Parochia do Seu Real Paço. Darei a copia de quasi todo este memorável Diploma, por ser hum eterno Padrão da religiosa Piedade do Nosso Augusto Principe, e igualmente hum honroso Titulo da Igreja Fluminense, e por esta razão muito interessante, e glorioso para a Historia do Brazil (SANTOS, 1825, p. 85-86).

[...] pelo Decreto de 22 de Junho, determinou Sua Altez a Real que, para augmento da agricultura , e da povoação, e igualmente para segurança da propriedade pessoal, os Governadores, e Capitães Generaes das Capitánias deste Estado do Brazil continuem a dar sesmarias, devendo os sesmeiros pedir ao depois a competente confirmação á Mesa do Desembargo do Paço, a qual

o Mesmo Augusto Senhor foi servido authorisar para assim o fazer; e que nesta Côrte, e Provincia do Rio de Janeiro conceda a mesma Mesa as sesmarias, ficando as Cartas de concessão, e confirmação dellas dependentes da Real Assignatura, para seu inteir o valimento (SANTOS, 1825, p. 93-94).

Pelo Alvará com força de Lei com a data deste mesmo fausto dia 12 de Outubro , o Principe Regente Nosso Senhor foi servido mandar crear, e estabelecer nesta Capital o Banco do Brazil, beneficio singular, e ainda sem exemplo na Monarchia Portugueza. O fundo deste thesouro nacional será, pelo menos, de tres milhões de cruzados, ou de mil e duzentas Acções de hum conto de réis cada huma, e o praso da sua duração será de vinte annos (SANTOS, 1825, p. 104-106).

Foi servido, por Carta de Lei de 4 de Dezembro, crear nesta Côrte huma Real Academia Militar para hum Curso completo de Sciencias Mathematicas, de Sciencias de Observação, quaes a Physica, Chimica, Mineralogia, Metalurgia, e Historia Natural [...]a fim de que dos Cursos destes estudos se formem Officiaes de Artilheria , Engenharia , e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiros Geographos , e Topographos , que possam também ter o util emprego de dirigir objectos administrativos de minas, caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas (SANTOS, 1825, p. 204).

Por intermédio desses recursos, Padre Perereca atesta a viabilidade de suas *Memórias* e, também, em alguns casos, paternaliza a imagem do imperador. Ao mesmo tempo, dá continuidade à história pátria que busca representar em suas páginas, descrevendo a criação de instituições, eternizando as ações do regente, enaltecendo as ações realizadas com vistas à manutenção da religião cristã, entre outros aspectos. Torna-se importante destacar que a narrativa de Padre Perereca, por compreender os *topoi tradicional e exemplar* com maior constância, não apresenta contestações às obras de outros sujeitos, como fora observado em Casal e Araújo.

Padre Perereca raramente menciona outro autor de história do Brasil em sua narrativa, assim como também não se utiliza de nenhum ferramental das ciências auxiliares, como fizera Casal com os usos da geografia. No entanto, é notório que a delimitação do espaço e tempo em que os eventos aconteceram são operações realizadas pelo autor, que localiza o leitor quanto aos eventos que descreve, sejam estes relacionados à história da pátria, sejam relacionados às ritualísticas da corte. Na relação de tempo, a referência também é realizada haja vista que Padre Perereca até mesmo divide sua obra em períodos anuais delimitados e cronológicos. Desse modo, o *princípio metódico da plausibilidade informativa* é realizado de maneira bem simplória por Padre Perereca: ele cita algumas fontes relacionadas aos eventos que representa em sua obra, mas não tensiona essas fontes ou o que já fora escrito com base nelas, não havendo uma

plausibilidade informativa completa haja vista que o que é informado pelo autor é o que está na fonte que “fala por si só”.

Em relação à última dimensão das *operações processuais*, a *interpretação*, ocorre o mesmo processo que fora identificado em Casal: a ausência de elementos para a completude da análise dessa dimensão, haja vista a limitação já observada na crítica. Padre Perereca, assim como Casal, é um homem de seu tempo, um padre que admirava a corte, um homem à serviço da escrita de uma história pátria, embora não mais com o intuito de informar sua majestade sobre o andamento das províncias, mas de relatar, de representar, memórias sobre o Brasil de maneira cronológica e organizada, para que pudessem servir aos historiadores. Neste sentido, há *plausibilidade explicativa* em seus escritos, que consiste em um dos motes da *interpretação*, mas ainda de maneira pouco explorada quando comparada aos autores que escreveram antes dele, porém mantendo o padrão monocausal e unilateral.

Na última dimensão dos *métodos*, denominada por Rüsen de *operações substanciais*, estão alocadas as características relacionadas à essência do escrito, no sentido da sua significação na relação passado/presente e seus reflexos na construção dos imaginários. Compostas pela *heurística*, pela *analítica* e pela *dialética*, essas *operações substanciais* também puderam ser analisadas e, começando pela *heurística*, foi possível identificar que Padre Perereca compreende o passado por intermédio do marco referencial da chegada da família real no Brasil e das modificações advindas desse evento, de modo que o presente do qual escreve o autor só pudera ser possibilitado, no fio condutor de sua narrativa, por conta dessa particularidade ocorrida no Brasil. Esse marco referencial e essa forma de se buscar o resquício de passado na história da pátria podem ser observados nos excertos abaixo:

Desta sorte, animando-se desde então a lavoura, e por conseqüência a reproducção dos gêneros coloniaes começando a crescer, e a subir em preço, e valor , os *Brazileiros como que não sentirão os terríveis resultados da guerra da Europa*, e da ocupação do Reino de Portugal , visto que todas as classes do povo, segundo as suas diferentes representações , tiverão em abundância, e a preço moderado os necessários supprimentos; e igualmente *começou a desenvolver-se huma energia até agora desconhecida na Agricultura , e em outros poucos ramos de industria , que nos erão permittidos* (SANTOS, 1825, p. 64 [grifos nossos]).

Até agora a nossa industria esteve reprimida, e suffocada pelo antigo Systema colonial , que apenas permitti a as ordinárias artes fabris y e os tecidos grossos de algodão para o vestuário dos escravos; e como nem todos podem ter terras, nem meios para se empregarem na Agricultura , tem-se perdido muitos , e grandes talentos industriosos ; milhares de braços inutilizados , e inertes se

consumirão na ociosidade, reduzidos á indigencia, por falta de meios para subsistirem; *daqui a decantada priguiza do Brazil* ! (SANTOS, 1825, p. 66 [grifos nossos])

O passado, em Padre Perereca, é o tributário do pacto colonial, da exploração e da ausência de incentivos à produção e de liberdade de comércio. É no ressaltar da existência desse passado que o autor trabalha com o outro passado: o das mudanças ocorridas com a vinda da família real. Assim sendo, a *hermenêutica das operações substanciais* de Padre Perereca se dá nessa relação do passado anterior e posterior às mudanças implementadas pela chegada da corte, e o fio condutor da sua narrativa, já caminhando para a dimensão da *analítica*, se dá nessa *práxis*, na orientação de sentido da história pátria pelas modificações ocorridas com a mudança de localidade da corte.

Mais uma vez, a *dialética das operações processuais* é coincidente: tanto a estrutura de produção da obra e as suas definições dos campos dos passados, quanto a orientação de sentido da *práxis* terminam na construção de uma identidade epicentricamente comum: a história do Brasil se torna “melhor” a partir da presença da corte e das modificações implementadas desde esse evento.

Já na obra de Lisboa, o Visconde de Cairu, as características dos *métodos* se apresentam de maneira distinta daquelas analisadas até então. Para começar, a obra do Visconde possui como referencial documentos cartas trocadas entre D. Pedro e seu pai, decretos, livros de assembleias, discursos de alguns dos deputados, sejam estes brasileiros ou portugueses, entre outros documentos cujo alinhamento se dá na perspectiva política e econômica dos acontecimentos, com maior ênfase. Neste sentido, a conjuntura caracterizada pelo autor é a de uma intensa vivência política, repleta de discussões e forças antagônicas de poder que queriam recolonizar o Brasil, e aqueles que defendiam que fossem mantidas as modificações oriundas da vinda da corte para a até então colônia. E o fio condutor dos três tomos da obra de Cairu disponíveis no *site* do Senado Federal têm essa arraigada característica como perspectiva para a escrita dos *Principaes Sucessos Políticos do Império do Brasil*.

Em Lisboa, diferentemente de Casal, Araújo e Padre Perereca, esse alinhamento dos *universais históricos* está temporalmente na antessala da independência, consolidando a figura de seu monarca e ressaltando, como menciona o nome da obra, os sucessos políticos do Brasil imperial no sentido de tornar-se um império propriamente dito. Para tanto, Cairu escreve sobre esses sucessos políticos uma narrativa repleta de compilações de documentos como os mencionados acima, utilizando-os com o recurso de aspas entre o texto deles advindo e o de

próprio punho, bem como anexa alguns documentos ao fim dos capítulos de seus *Principaes Successos*. Além disso, a narrativa está organizada de maneira cronológica, de modo que os fatos acontecem de maneira linear, caracterizando um processo temporal ascendente, permeado por uma conjuntura conflitante, e, infere-se, daí a necessidade de se ressaltar a figura do monarca constantemente, de modo que no início do primeiro tomo há toda uma descrição da formação do imperador.

Isso porque Lisboa escreve de um período marcado pela tentativa de recolonização do Brasil e no caminho de sua independência. Assim sendo, retrata como foi o processo desde a saída de D. João para Portugal e menciona as tensões políticas existentes para a também retirada do regente que ficara no Brasil. Nessa narrativa, as Cortes de Lisboa se tornam, junto com os “cabalistas”, os perturbadores, os “rebeldes”, outras tipologias mencionadas pelo autor para se referir ao conjunto de sujeitos que ia contra a política de independência assentada na monarquia, aqueles que deveriam ser combatidos e rechaçados. Como exemplo de como as Cortes foram vistas e representadas por Cairu, pode-se citar a seguinte passagem:

As Cartas do Senhor D. Pedro á Seo Pai o Senhor D. João VI, depois que este regressou para o Reino de Portugal, em que lhe deo Conta do Successos sobrevindós, até que se interrompeo a Correspondencia pelas desordens das Cortes de Lisboa, podem-se, ainda, com maior razão, considerar no predicamento da correspondencia epistolar do Principe dos Oradores Latinos (LISBOA, 1827, p. 1).

Assim sendo, aqui aplicando as dimensões metodológicas de Rüsen, a orientação sistêmica retratada por Lisboa era perpassada pela resistência de Portugal e pela convocação de retorno do Regente nas premissas de um projeto de recolonização do Brasil, e até mesmo na titularidade de alguns dos capítulos da obra do Visconde, esse projeto é enunciado. Além disso, é importante ressaltar também a orientação sistêmica da vivência de Lisboa, que era permeada pelas tensões políticas para caminhar ao encontro da independência e pela união territorial do Brasil, que, como mencionado nas seções anteriores, estava permeado por disputas que fragmentavam a unidade (tais como a Revolução de Pernambuco). E quando se trata da relação entre esse processo temporal e os demais que o circundam, terceiro ponto dos *universais históricos*, a narrativa do Visconde permite a identificação da conjuntura política que perpassou a consolidação da independência do Brasil, destacando, para tanto, como foi esse processo nos camarotes políticos habitados por aqueles que tinham voz e vez perante as câmaras onde essas

decisões eram tomadas, daí a utilização dos livros as assembleias como fonte e da reprodução de alguns discursos em meio a obra.

E, neste contexto, os fatores decisivos para as mudanças ou permanências destacadas por Lisboa eram justamente essas tensões políticas que antagonizavam portugueses de Portugal, brasileiros e/ou descendentes de portugueses que estavam no Brasil, tanto é que o Visconde quase não menciona os “antigos” inimigos (indígenas) e não realiza uma descrição densa das províncias, atendo-se apenas aos fatos que balançavam a unidade política e territorial do Brasil. Assim sendo, as mudanças e permanências por ele destacadas são as de cunho político e econômico envolvendo o pacto colonial e aqueles que dele mais se valiam.

Para tanto, o Visconde faz alusões aos conflitos que tiveram como ponto de convergência essa realidade fragmentária, como pode ser observado a seguir:

O Brasil, depois de felizmente suffocada á nascença por EIRei D. João VI., a rebelião de alguns facciosos de Pernambuco em 1817, permanecia em socego, e progresso de riqueza, pelo Indulto da abertura dos Portos á todas as nações, e da franqueza da Industria, que havia cessado o anterior Systema Colonial (LISBOA, 1827, s/p).

Neste sentido, o *universal histórico* do Visconde corresponde a essa nova configuração brasileira, de nação quase independente e que tinha como objetivo manter essa condição; e soma-se a narrativa para que a manutenção dessa mudança se tornasse permanente. E como o foco está nesse universal, a abordagem das distintas formas de tensão entre as partes políticas conflitantes (monarquistas portugueses e brasileiros exaltados; grupos exaltados e grupos moderados; deputados portugueses e deputados brasileiros; entre outros) foram pontos identificados em toda a narrativa de Cairu.

Em relação às *dimensões temporais* da obra do Visconde, segunda dimensão de análise dos *métodos* nas propostas de Rüsen, composta pela tríade *hermenêutica, analítica e dialética*, no que se refere ao primeiro ponto, a *hermenêutica*, pode-se inferir que Cairu partiu de algumas das fontes oriundas do passado e direcionou seus usos para a defesa do propósito de sua escrita (que, infere-se, consistiu em ressaltar os sucessos políticos justamente para defender a independência com a manutenção da monarquia como forma de estado). Neste sentido, a validação de sua intencionalidade ocorreu por intermédio desse manejo com as fontes, com a construção de uma imagem de defesa dos interesses políticos e econômicos advindos da ala brasílica em detrimento dos interesses da ala recolonizadora.

Em relação à *analítica*, que corresponde às imposições sistêmicas para a escrita da obra, pode-se inferir que a intenção do autor não conflitava com as possíveis orientações de escrita para o momento histórico que Cairu viveu e escreveu. Publicada entre 1827 e 1830, a obra do Visconde estava, temporalmente, inserida no pós-independência e narrando a antessala desse processo. Neste sentido, construir uma imagem de atividade dos povos brasílicos no processo de independência tornar-se-ia importante, infere-se, para consolidar esse processo no imaginário de quem tinha acesso às obras escritas uma conquista, e não uma gentileza de Portugal à sua antiga colônia. Ainda, haja vista as tensões políticas e os conflitos no interior do Brasil, solidificar uma imagem unitária de poder colaboraria para manter os limites territoriais dessa porção de terra e uniformizá-los quanto ao poder político.

E, por fim, essa relação mútua entre as intenções e as condições estruturais, no campo da *dialética*, se complementam e não se conflituam na escrita do autor - a intencionalidade do autor foi a mesma da sistêmica: reforçar o ideal de independência e a imagem do monarca e, ao mesmo tempo, ressaltar os sucessos políticos que perpassaram essa história.

No campo das *operações processuais*, composto pelos crivos da *heurística*, da *crítica* e da *interpretação*, a obra de Cairu também é sustentada pelo argumento de autoridade das fontes por ele consultadas e reproduzidas. No entanto, por vezes o autor utiliza-se de seu próprio senso de moralidade como argumento para solidificar as escolhas que orientam os seus fazeres da história, como pode ser identificado no excerto que segue:

Talvez estranhem os leitores fazer hum Capitulo sobre a deserção de hum Presidente da Provincia do Brasil, que até não valia a pena de se mencionar na historia por ser hum facto singular e sem grave consequencia ao andamento da Causa do Brasil. Porém como o desertor Saldanha apparece na Historia de Portugal qual hum dos Campeões de Exercito Constitucional, com transitorios e parciaes triumphos, aspirando á aura popular até ser Ministro da Guerra á despeito da Regencia alli estabelecida, por isso expuz o successo de sua deserção em marca do character de hum Militar, que tomou Serviço de hum Governo, e depois, sem permissão, o abandonou no risco de occasionar desorganização da ordem publica, que realmente depois acconteceo em parte da Provincia Cisplatina pela força desse pessimo exemplo (LISBOA, 1827, s/p [nota de rodapé]).

Nota-se, no excerto acima, que Cairu não só tem conhecimento de como a figura de Saldanha é representada em Portugal, como também não está em acordo com essa representação. E essa característica também permeia o campo da *crítica*, haja vista que se pode perceber que ao mesmo tempo que o autor escreve a história, ele também registra as diferentes

formas de se representar um sujeito conforme o tempo e espaço onde essa narrativa vai ganhar campo, que, no caso do exemplo, compreende a perspectiva da história de Portugal, onde o mesmo é retratado enquanto um “Campeão”, e na do Brasil, onde, na visão de Cairu, o mesmo sujeito tomou decisões que foram por ele julgadas como um “péssimo exemplo”. E em nota de rodapé há outras inserções críticas do autor, que permitem identificar que o mesmo possuía conhecimento quanto da concepção de realidade da qual partia e da distinção desta em relação às outras existentes, em outros locais, sob outras óticas de análise e conjuntura.

Neste sentido, a *crítica* em Cairu, embora não se utilize de ciências auxiliares, como proposto em Rüsen, se delinea ressaltando o tempo e espaço do qual fala, de suas particularidades e diferenças em relação a outros espaços, em outros tempos. E em relação à forma pela qual o próprio Visconde descreve sobre o dever do historiador, pode-se destacar que mesmo que sua visão seja tradicional quanto à crítica, ele ainda realiza algumas inferências baseado em suas vivências, como pode ser observado no trecho abaixo:

Não he do dever do Historiador transformar-se em Publicista, fazendo contestações polemicas: Mas o tom decisivo deste Dogmatista Archi-Demagogo força a reflectir, que não existe o inculcado Direito, pois he contestado pelas Potencias da Santa Alliança (LISBOA, 1827, s/p [nota de rodapé]).

No último ponto das *operações processuais*, a *interpretação*, é possível afirmar que Cairu interpreta os fatos defendendo a posição que se assemelha com a que ele ocupa enquanto Visconde: a da independência com a manutenção da monarquia. Isso fica evidente à medida em que toda narrativa do autor se constrói uma visão positiva do monarca e dos deputados que defendiam a independência. Neste sentido, a *plausibilidade explicativa* de Cairu se orientada na monocausalidade de seu próprio ponto de defesa enquanto sujeito partícipe dessa conjuntura política.

Por fim, quando se tratou das dimensões das *operações substanciais*, compostas pela *hermenêutica*, pela *analítica* e pela *dialética*, a obra de Cairu não se destacou no campo da hermenêutica por falar sobre o passado distante com os resquícios do presente, mas sim, por fazer alusão a um passado recente, haja vista que a obra permeia os anos de 1822 e fora lançada em 1827. O passado conclamando por Cairu é aquele tensionado pelo pacto colonial, com suas amarras coloniais e suas imposições políticas mais ferrenhas. O presente, herdeiro desse passado, na obra do autor, é o presente dialético, aquele que se contrapõe ao passado. É o

presente da mudança, da ruptura, de configurações distintas da conjuntura geral do passado, mas que se utiliza dele para fundamentar justamente a necessidade dessa mudança. Cairu parte de um passado em que essas amarras eram presentes para justificar um presente onde, embora a figura do monarca fosse necessária, seria também a liberdade política e econômica. Talvez essa *forma de apresentação* tenha colaborado para relegar ao ostracismo a obra do Visconde por um grande período, bem como o “[...] distanciamento de suas concepções “complexas e ambivalentes” do modelo historiográfico hegemônico em torno do IHGB, fundado em 1838” (MENDES, 2016, p. 56-57).

Em relação à dimensão da *analítica*, que envolve a *práxis* e a orientação do sentido da história, Cairu localiza o seu leitor quanto às tensões existentes na antessala da independência, de sua consolidação, os movimentos emancipacionistas e não emancipacionistas ocorridos no Brasil em meio a esse processo, entre outros aspectos. E o sentido para o qual caminha a resolução desses conflitos é a figura do monarca de uma pátria independente. Monarca este que tem suas ações justificadas por Cairu, mesmo quando toma decisões de cunho mais autoritário, como pode ser observado no decreto reproduzido pelo Visconde, que segue abaixo:

Havendo-se ponderado na Minha Real Presença que, Mandando Eu convocar huma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil, cumpria-Me necessariamente, e pela Suprema Lei da Salvação publica, evitar que, ou pela Imprensa, ou verbalmente, ou de outra qualquer maneira, propaguem, e publiquem os inimigos da ordem e da tranquillidade, e da união, doutrinas incendiarias e subversivas, principios desorganizadores e dissociaveis, que, promovendo a anarchia e a licença, ataquem e destruão o Systema, que os Povos deste grande e riquíssimo Reino por sua propria Vontade escolherão, abraçarão, e me requerereão, a que Eu Annui, e Proclamei, e á cuja defeza e mantença já agora elles e Eu estamos indefectivelmente obrigados [...] (Decreto de 18 de Junho de 1822, *apud* LISBOA, 1827, s/p).

Assim sendo, o sentido da história de Cairu é justificado pelo seu próprio espaço enquanto sujeito. Ele, enquanto Visconde, era um homem para o qual a monarquia teria uma inclinação importante. Também era um liberal, tradutor de obras desse cunho, de modo que também para ele era importante a manutenção e o desenvolvimento da autonomia econômica, daí o questionamento dos fatos deflagrados na obra de Cairu terem como ponto de conexão, como fio condutor, uma monarquia, porém independente.

Por fim, no que se refere à *dialética* das *operações substanciais*, em consonância com a *hermenêutica* e a *analítica* acima ressaltadas, a construção da escrita e, conseqüentemente, a

orientação para a mentalidade na obra do Visconde vai ao encontro das duas premissas anteriores. Busca, por meio do desenrolar da narrativa, fundamentar essa visão de uma independência conquistada no veio político, tensionada pelas distintas visões acerca da manutenção ou não do pacto colonial, que coloca como inimiga a ser combatida as Cortes de Lisboa e os movimentos emancipacionistas das províncias e, como elixir para todas essas problemáticas, a independência centralizada na figura do Imperador.

Essas obras, que antecederam a criação e o crivo do IHGB sobre as formas de se escrever a história do Brasil não foram utilizadas como didáticas. Mas foram referenciadas por aquelas utilizadas no Colégio Pedro II e que não tiveram como ponto serem traduções de outras obras. Elas foram, até então, analisadas enquanto referenciais de cultura histórica, nas premissas de Rüsen, sob os quais os disseminadores, na forma de materiais de ensino de história, se pautaram.

Abreu e Lima, nos dois tomos de seu *Compendio*, procura representar a história do Brasil desde a descoberta até a aclamação de Pedro II, indo um pouco adiante temporalmente em relação às obras analisadas até então, por conta, principalmente, de sua data de publicação. Escrevendo em uma época pós criação do IHGB, Abreu e Lima possui como mote para a narrativa um estilo mais explicativo da história do que o das obras que o antecederam temporalmente nessa pesquisa.

A começar pela forma como o autor caracteriza as conjunturas, primeiro passo dos *universais históricos*, embora Abreu e Lima tenha explicitado em sua obra algumas características dos povos originários do Brasil, como por exemplo no capítulo *Caracter, usos, e costumes dos habitantes naturaes do Brasil*, e em mais alguns capítulos que menciona a importância das alianças com indígenas tanto para as ocupações promovidas pelos portugueses, como para os franceses e holandeses, o fio condutor da narrativa se assenta na gradativa consolidação do poder político, econômico, social e cultural dos portugueses nessa região e, posteriormente, dos brasileiros que lutaram pela independência sob tutela do imperador. Por fim, o autor também alinha esse fio condutor com a existência das regências e entra em concordância com a defesa da monarquia no Brasil na medida em que aponta como benéfica a aclamação de Pedro II para o trono. Dessa forma, pode-se resumir que a caracterização da conjuntura advinda de Abreu e Lima é de uma narrativa em defesa do Brasil independente, mas monárquico. E as formas pelas quais a narrativa do autor avança, na escrita, esse ponto de referência, esse fio condutor, se torna mais intenso.

Assim, a natureza do processo temporal condiz com essa intencionalidade à medida que é ascendente e, rumo a um futuro promissor caso se retenham as tensões internas por

rompimento e se mantenha unida a porção territorial denominada por Brasil. Talvez pelo fato de ter participado do processo de independência da Bolívia, Abreu e Lima tenha visto nessa alternativa um futuro mais promissor para sua nação por conta das divisões territoriais ocorridas nos territórios vizinhos de latinoamérica. Tanto é que mesmo quando o autor aparenta entrar em concordância com algumas das motivações que levaram aos conflitos separatistas, ele termina por defender que a unidade do país era a melhor escolha – isso fica evidente quando o autor narra sobre a Revolução Pernambucana, da qual seu pai fora participante ativo, sendo, inclusive, fuzilado na repressão (abordar-se-á uma passagem sobre esse evento mais adiante, na seção sobre as *formas e funções*).

E na medida em que essa natureza do processo temporal em ascendência vai progredindo, característica do *tempo humano* mencionada por Rösen (2007), a relação dessa natureza vai se associando com os demais processos que circundam a temática histórica abordada, que é a história do Brasil. Para exemplificar, pode-se levar em consideração a própria estrutura de capítulos da obra, que se inicia com o *Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*, perpassa as explorações, a criação das capitanias hereditárias e dos governadores gerais, a invasão de franceses e holandeses, a chegada da família real no Brasil e as modificações oriundas desse acontecimento, a regência de Pedro I e seu retorno à Portugal, as regências provisórias e a sagração de Pedro II.

Por fim, quando se trata dos fatores decisivos para as mudanças ou permanências, nota-se em Abreu e Lima que a característica da mudança está no processo de independência, ao passo em que a da permanência se assenta na manutenção de um monarca como centralidade de poder, e, mais uma vez, infere-se que isso pode ter sido uma herança da vivência do autor nos movimentos de independência e fragmentação da América Latina.

Nas *dimensões temporais* da obra de Abreu e Lima, compostas pelas características presentes na *hermenêutica*, na *analítica* e na *dialética*, nota-se que, no que se refere ao primeiro campo, a intenção do autor está na escrita de uma história do Brasil compilada de outros autores, como o autor mesmo esclarece logo nas primeiras páginas de seu *Compendio*, que é por ele organizada de maneira cronológica, ascendente. Embora Abreu e Lima seja o agente organizador da obra, suas referências se restringem à compilados de outros autores, como pode ser observado no trecho abaixo:

Resta-me agora dizer-os meios que empreguei na redacção d'este Compendio, que muito pouco tem de propria lavra. *Servi-me em grande parte do trabalho*

alheio, porque nem me era possível compulsar arquivos, e muito menos repassar centenas de livros para recolher um ou outro facto, uma ou outra relação, quando antes de mim tinham alguns praticado este exame: portanto a minha obra não é uma composição inteiramente original, mas uma compilação de varios auctores, que julguei mais habilitados, pondo todo o meu esmero em reunir de todos elles o maior numero de factos, crhonologica (LIMA, 1843, s/p. [grifos nossos]).

As tipologias de referencial presentes nas obras analisadas anteriormente são menos influentes em Abreu e Lima, que raramente conclama algum documento escrito por ele mesmo garimpado para validar sua narrativa sobre o Brasil. Como o próprio autor menciona no trecho acima, sua *hermenêutica* teve por base outros autores, outras produções, compiladas.

Essa característica, no entanto, reafirma a intenção do autor com a obra, haja vista que, mesmo que algo seja compilado, o é por alguma motivação, que, no caso da de Abreu e Lima consistia na escrita de uma história do Brasil ressaltando a necessidade da sua união e da influência da figura de um monarca. Neste sentido, quando se trata da dimensão da *analítica*, a intencionalidade do autor é clara, e vai ao encontro das imposições sistêmicas do período de escrita da obra, no qual a figura do imperador era influente, presente no IHGB e no Colégio Pedro II, onde a obra, de acordo com Gasparello (2004) fora utilizada como material para o ensino de história. Neste sentido, assim como fora observado nas obras analisadas que precedem a de Abreu e Lima, a *analítica* não se apresenta sob a égide do conflito, mas sob o encontro das intencionalidades do autor com a orientação sistêmica.

Por fim, no que compete ao campo da *dialética*, infere-se que Abreu e Lima teve suas intencionalidades atingidas com a escrita do *Compendio*, haja vista ele não só fora relegado para posteridade, como também foi adaptado para o ensino de História do Brasil no Colégio Pedro II. Se o autor possuía outras intencionalidades com a referida obra, na escrita do *Compendio* elas não foram explicitadas.

Passando para a análise das *operações processuais*, compostas pelos campos da *heurística*, da *crítica* e da *interpretação*, no que compreende o primeiro campo a obra de Abreu e Lima já tem no seu início os “ses” e “comos” foram realizadas as operações para a escrita do *Compendio*. Como já ressaltado, se tratou de uma compilação de alguns autores, organizadas de maneira cronológica por Abreu e Lima, que colabou com “pouca lavra” para a confecção da totalidade da obra. Ainda assim, a “operação metódica” fora realizada pelo autor no que se refere à seleção do que seria ou não compilado.

Na dimensão da *crítica*, a característica consiste na delimitação espaço/tempo e na utilização das ciências auxiliares, bem como no *princípio da plausibilidade explicativa*, fora possível, embora o autor deixasse claro que se tratava de um compilado com poucas contribuições de própria lavra, identificar algumas passagens nas quais Abreu e Lima explicava os eventos fazendo alusão às obras escritas por outros punhos, seja no sentido de entrar em concordância com as mesmas como forma de validar o fato, seja no sentido de estabelecer uma singela crítica ao que fora representado por outro autor, como pode ser observado no excerto que segue:

O Senhor Francisco Adolfo de Varnhagen, em suas notas ao Diarío de Pero Lopes de Souza se inclina a crer que o commandante d'esta frota fôra Fernando de Noronha, descobridor e primeiro donatario da ilha do mesmo nome, e não Christováo Jacques, como outros supõem; o que se accomoda em boa parte com Goes, Gaurie, Soares, e Osório (LIMA, 1843, s/p).

Diz o Pe. Ayres de Casal, na sua Corographia Brasilica, que a esquadra depois de ter refrescado em Porto Seguro, foi entrar na Bahia de Santa Luzia, cujo nome fôra trocado pelo do Rio de Janeiro por ser a entrada no 1º dia do anno de 1532. Ora, pelo Diarío de Pero Lopes de Souza vê-se claramente que não podia ser esta a causa da troca do nome, se tal troca tivesse havido, porque a entrada fôra a 30 de Abril de 1531 [...] (LIMA, 1843, [nota de rodapé] s/p).

Embora de maneira mais singela do observado, principalmente, em Casal e Araújo, também Abreu e Lima realiza alguns procedimentos relacionados à dimensão da *crítica* mencionada na metodologia tracejada por Rüsen. Porém, dadas às particularidades da obra, tais como período de escrita, intencionalidade e formas de escrita, a completude dessa dimensão não seria conclusa, como também não o fora nas obras anteriormente analisadas.

No que se refere ao campo da *interpretação*, último ponto das *operações processuais*, que se caracteriza pelo processo de síntese entre o fazer historiográfico e plausibilidade explicativa, pode-se ressaltar que a obra de Abreu e Lima, embora traga ao leitor elementos para se conhecer alguns hábitos dos indígenas brasileiros e dos conflitos por independência de algumas das províncias, se orienta para uma *interpretação* monocausal e unilateral dos acontecimentos históricos e de suas repercussões, assim como observado nas obras que o antecederam na cronologia de publicação e que foram analisadas nessa pesquisa. E aqui, como fora nas outras obras já analisadas, o fator que prepondera como explicativa para esse tipo de

orientação se baseia justamente na característica da sistêmica de escrita dessas histórias, tendo em vista a realidade da qual insurgiram e dos crivos para suas publicações.

Na última dimensão dos *métodos*, a das *operações substanciais*, composta pela *hermenêutica*, pela *analítica* e pela *dialética*, pode-se ressaltar, no que se refere ao primeiro passo, que quando se trata das dimensões do presente que possui resquícios do passado e dele se assenhora para justificar a narrativa, Abreu e Lima se assenta na existência de uma figura monárquica no Brasil após a independência e as regências (que caracteriza o presente com resquícios do passado) e, ao mesmo tempo, conforme sua narrativa caminha cronologicamente desde a “descoberta” do Brasil, perpassa sempre a existência do elemento português nos eventos que caracterizaram a história dessa nação, trazendo ao leitor as características de estabelecimento das colônias, das formas de administração e de quem exercia essa administração, perpassando as temporalidades sempre com intermédio desse elemento como ator do processo histórico brasílico. Assim sendo, o elemento *hermenêutico* de Abreu e Lima figura na existência de um presente ensino que fora herdeiro de um passado baseado e assenhorado mediante a figura do colonizador como epicentro.

No que se refere à dimensão da *analítica*, segundo ponto das *operações substanciais*, que está caracterizada pela forma como o sentido da história se encaminha perante a *práxis*, nota-se que Abreu e Lima se utiliza da sistêmica relação existente para solidificar sua obra. O autor não tensiona os crivos práticos existentes socialmente, não critica as formas de se orientar a escrita das obras de história. O *Compendio* de Abreu e Lima se orienta dentro do prescrito: recupera obras anteriores à dele, movimento observado desde Casal, compila as partes importantes de forma cronológica, constrói uma narrativa que defende o monarca e tenta manter o princípio de unidade territorial como ponto de importância para a história do Brasil, como pode ser observado abaixo, no trecho onde o autor defende o posicionamento do monarca em detrimento do que se noticiava nos jornais sobre o mesmo:

Estas palavras de moderação na boca do Imperador faziam verdadeiro contraste com o estilo violento e sarcástico dos Jornaes, que tinham chegado ao ultimo ponto de exaltamento , e até de insolencia, porque não só atacavam a pessoa sagrada do Monarcha, como a mesma Constituição em suas bases fundamentaes: começou-se por pregar a federação, e acabaram proclamando a Republica (LIMA, 1843, p. 67).

Neste sentido, a *analítica* de Abreu e Lima não se orienta questionando os fatos, mas defendendo sua visão da história, do local de fala ocupado pelo autor e defendido no círculo de

sociabilidade do qual fazia parte. Por conta disso, no que se refere ao campo da *dialética*, último passo das *operações processuais*, no qual as formas de apresentação podem dar uma alusão do que se almejava para a construção do imaginário, a intencionalidade de Abreu e Lima com o seu *Compendio* não tensiona as estruturas já postas, mas busca solidificar identidades que se orientariam pela manutenção da monarquia como epicentro de poder, da estrutura de império e da união territorial como formas de preservar o que se construiu quando o Brasil se tornou independente. E essa orientação permeia sua obra que chegou ao Colégio Pedro II e que também fora observada nas *Lições* de Macedo, como se verá a seguir.

No caso de Macedo, os *universais históricos*, quando se trata dos recursos para caracterizar as conjunturas, vêm em concordância com os dos demais escritos analisados até então: o autor também parte da “descoberta do Brasil”, da introjeção do elemento português e do que isso significou para essa porção de terra antes ocupada pelos indígenas. E assim como nas demais obras analisadas, dessa grande conjuntura, os demais percalços da história do Brasil iam se delineando, passado da “descoberta” para as explorações, dessas para as capitânicas e governo geral, e daí por diante. No entanto, importante destacar que a obra de Macedo, como mencionado na contracapa, estava destinada aos alunos do quarto ano do Colégio Pedro II, de modo que a sua organização cronológica, já comprazendo o segundo ponto dos *universais históricos*, a natureza do processo temporal, compreende desde antes da “descoberta” até os anos de 1581.

No que se refere ao processo de identificar os fatores decisivos que desencadearam as mudanças ou permanências, último ponto destacado nos *universais históricos*, a obra de Macedo se orienta nas mudanças relacionando-as com a gradativa inserção do elemento europeu no território hoje denominado Brasil, e como isso refletiu, principalmente, na cultura dos povos indígenas que ocupavam o território, tanto é que o autor, nos capítulos intitulados *O Brasil em geral: povos que o habitavam na época de seu descobrimento*, *Do gentio do Brasil em geral*, *O Gentio do Brasil em relação à família* e *O Gentio do Brasil em suas relações sociais*, Macedo menciona alguns hábitos, no geral, não se atendo às distintas etnias, e pontua a necessidade de se aculturar esse povo nos moldes da cultura europeia.

Em relação às *dimensões temporais*, perpassadas pelos campos da *hermenêutica*, da *analítica* e da *dialética*, é notória a intenção do autor em caminhar com a cronologia histórica de maneira ascendente, de modo que a sua *hermenêutica* também se baseia em argumentos de historiadores que o precederam, mas, diferentemente do identificado nas obras anteriores, sem tanto apego às fontes e às bibliografias de referência. Macedo não destina páginas e páginas

para explanação de documentos e muito menos citando nomes de autores de história do Brasil, suas ideias são colocadas para os leitores de maneira enxuta, objetiva. Raramente (sendo notada apenas uma vez) o autor insere em nota de rodapé alguma informação sobressalente para indicar em quem se baseou. Tanto em nota de rodapé quanto em texto direto, foram nomes mencionados por Macedo: Humboldt, Spix, Martius e Varnhagen.

No que se refere ao campo da *analítica*, pode-se inferir que Macedo atingiu seus objetivos com a escrita de sua obra, haja vista que a mesma, de acordo com Gasparello (2004) foi utilizada por muitos anos para ensinar a história pátria no Colégio Pedro II e fora, de acordo com Bittencourt (2008), considerada uma das obras de enfoque das editoras em momentos posteriores, ganhando outras edições. Além disso, a obra de Macedo consta no *site* do Senado Federal, na seção de obras raras, e ainda compraz pesquisas sobre o ensino de história no período imperial até a atualidade⁷⁸. Neste sentido, pode-se inferir que justamente por não ir de encontro com a orientação sistêmica, a obra desse autor tenha ganho tamanha repercussão e perpetuação enquanto destinada ao ensino de história.

No campo da *dialética*, última instância que perfaz as *dimensões temporais*, formada pela relação direta entre as intenções do agir e as condições estruturais, é possível se afirmar que por conta das características anteriormente ressaltadas, a obra de Macedo atingiu suas intencionalidades quanto ao assenhramento do passado e as interligou com as condições estruturais não apenas do presente em que sua obra fora escrita e disseminada, mas também em momentos posteriores, haja vista que a mesma obra utilizada do Pedro II ainda no império também o fora em momentos posteriores, que, de acordo com Moreira (2011), a mesma se perpetuou no ensino de história até por volta de 1950. Neste sentido, mesmo que a obra não entrasse em tensão com o império ou defendesse a estrutura republicana, ela transcendeu as duas conjunturas.

Em relação às *operações processuais*, formada pela *heurística, crítica e interpretação*, a leitura de capa a capa da obra de Macedo permitiu identificar que, no que se refere à *heurística*, não há a justificativa do escrito pelo autor por intermédio da apresentação de documentos sobre o fato narrado⁷⁹, perspectiva comum nos autores que o antecederam

⁷⁸ Dentre as pesquisas, pode-se citar as de Gasparello (2004; 2011), Mattos (1993), Moreira (2011), entre outras produções.

⁷⁹ Exceto por menções aos documentos, como no caso da Carta de Pero Vaz de Caminha, o autor não os traz na íntegra ou indica onde os mesmos podem ser encontrados e se foram consultados.

cronologicamente e na análise que perfaz essa pesquisa. Além disso, como mencionado anteriormente, são poucas as vezes que o autor cita outros autores para reforçar sua argumentação acerca de um fato e, ainda assim, a citação é realizada mais como um argumento de autoridade solto, que precisamente uma citação para atestabilidade histórica. Para exemplificar, quando menciona Varnhagem, Macedo ressalta apenas que:

A tarefa de que nos encarregamos difficil e espinhoza em muitos sentidos, mostrou-se-nos entretanto menos rude porque não hesitamos m pôr em abundante tributo a nosso favor algumas obra antigas e modernas sobre a Historia Patria, e mais que muito a *História Geral do Brazil*, do Sr. Varnhagen, que especialmente em ierificação de factos e de datas é a melhor de quantas até hoje temos estudado (MACEDO, 1861, s/p).

No decorrer da obra, no entanto, Macedo não volta a citar Varnhagem e apenas menciona um ou outro dos autores já acima mencionados (Humboldt, Spix, Martius), sem trazer aos leitores maiores referências acerca das obras nas quais se baseou ou das visões da história que buscavam ressaltar. Neste sentido, os “ses” e “comos” da pesquisa histórica de Macedo aparecem de maneira tênue, sem a transparência anteriormente verificada em outros autores.

No que se refere ao campo da *crítica* no sentido de delimitar o espaço/tempo em que os fatos se desenrolaram, Macedo cronologicamente organiza as *formas de apresentação* de suas *Lições*, cita as datas dos eventos e ainda as ressalta ao lado os parágrafos para melhor localizar o leitor. No entanto, de maneira explícita poucas são as inserções onde o autor cogita visões distintas acerca de um mesmo fato. No trecho mais evidente acerca desse tensionar de visões sobre a história e suas delimitações de espaço/tempo, encontrou-se a seguinte passagem:

Discordão notavelmente os autores, principalmente os antigos, a respeito do dia em que Pedr'Alvares Cabral descobrio o Brazil; mas a combinação da carta de Pero Vás Caminha, que era o escrivam da armada, com a relação do *piloto portuguez*, que hia como aquelle na frota, e o accordo em que estão ambos declarando que o descobrimento tivera lugar na quarta feira oitavario da Pascoa, e o facto de ter sido a quarta feira oitavario da Pascoa em 1500 o dia 22 de Abril, põe fora de duvida o acerto de Caminha que marca essa data, e o engano de em que cahio o piloto que designa o dia 24 do mesmo mez (MACEDO, 1861, 32).

Porém, Macedo se utiliza de um recurso até então não encontrado nas obras analisadas e que o antecederam cronologicamente: quadros resumo do conteúdo apresentado em forma de

texto. Nesses quadros, o autor destaca, conforme as nomenclaturas por ele estabelecidas para os “Quadros Synopticos” das lições, os campos: *personagens*, *atributos*, *feitos e acontecimentos* e *datas*. Com esse recurso o autor resume o conteúdo apresentado no capítulo das *Lições*, infere-se, facilitando o “ensino” e perpassando, inclusive, o último campo das *operações processuais*, a *interpretação*, haja vista que nesses quadros o autor exerce muito poder de síntese entre o fazer historiográfico e a plausibilidade explicativa de cada um dos pontos de importância por ele destacados. Haja vista que não se trata, neste trabalho, de compreender se essa síntese se enquadra ou não no ensino de história, pode-se afirmar que a utilização do recurso, pelo autor, como destacado por Bittencourt (2008), colaborou para que sua obra ganhasse destaque no ensino de história.

Por fim, no que se refere às *operações substanciais*, compostas pela *hermenêutica*, pela *analítica* e pela *dialética* centradas nesse campo, pode-se compreender que a *hermenêutica* de Macedo vai ao encontro das até então identificadas nas demais obras, ou seja, ao encontro da cultura cristã católica como central, do ideário europeu de economia, sociedade e organização política e ressaltando sujeitos ligados à essa conjuntura como aqueles que deveriam ser perpetuados na e pela história. Embora não retrate a insurgência das igrejas de maneira assídua, como em Casal e Araújo, e nem se destine à descrição dos rituais da corte, como em Padre Perereca, Macedo tece comentários que entregam suas intencionalidades e o desenho de sua *hermenêutica* para com esses interesses, como pode ser observado no trecho em que o autor menciona que “O Brazil conservará com a mais justa gratidão a memoria de Martin Afonso de Souza, seo primeiro colonizador” (MACEDO, 1861, p. 53).

Em relação à *analítica*, que se perfaz a orientação do sentido da história por intermédio da *práxis*, a obra de Macedo não busca questionar o sentido dos fatos históricos ou tensioná-los para contradizer o que se possuía de história no presente. A intenção do autor é reafirmar as estruturas vigentes, solidificar aquela tipologia de história (e de ensino), reafirmado os fatos até mesmo nos quadros resumos ao fim de suas *Lições*.

Por fim, quando se trata da dimensão da *dialética* das *operações substanciais*, pode-se concluir que a obra de Macedo possui uma orientação que se interliga diretamente tanto com a sua *hermenêutica* quanto com *analítica*, haja vista que a forma de apresentação da obra, suas intencionalidades e funções estão diretamente ligadas com a formação e um tipo de mentalidade, posto que a obra é destinada ao ensino da mocidade que estudava no Colégio Pedro II. A *dialética* de Macedo vai ao encontro das duas dimensões que a antecedem, fortalecendo o princípio formador de sua obra.

5.4 As Formas e as Funções

As *formas* e as *funções*, como disposto na seção dois, são os últimos pontos da matriz de Rüsen. Para que se possa compreender como opera a cultura histórica escrita, é preciso submeter as fontes, também, à essas dimensões, das quais se pode sintetizar os seguintes dados extraídos das fontes:

Quadro 9: Síntese das dimensões das *formas* e *funções*

FORMAS E FUNÇÕES		
Autor/Dimensão	Padrões das Formas	Funções
CASAL	- Tradicional - Exemplar	Contempladas
ARAÚJO	- Tradicional - Exemplar	Contempladas
PERERECA	- Tradicional - Exemplar	Contempladas
CAIRU	- Crítica	Contempladas
ABREU E LIMA	- Exemplar	Contempladas
MACEDO	- Exemplar	Contempladas

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Neste sentido, pode-se começar a análise da obra de Casal destacando que ela possuía como destino os círculos da corte, haja vista que dirigida ao rei; mas, conforme destacado por Prado Júnior (1955), conquistou um público diferente, sendo, inclusive, utilizada como metadidática e para fins referenciais para obras didáticas⁸⁰. Assim sendo, o que se pode observar, dada a temporalidade que o autor escreve, fora a prevalência do gênero descritivo das características das províncias, assim como de sua história (quando o autor o faz). Analisando essa forma de escrita junto às clivagens de Rüsen, abordadas em momentos anteriores, o que se encontra é a manutenção dos padrões *tradicional* e *exemplar* da narrativa em maior constância e, de maneira mais tímida, do *tipoi* crítico.

Em relação à tipologia tradicional, a obra de Casal apresenta as características para tal clivagem haja vista que a dimensão das *memórias* das origens do mundo além mar a partir do ponto de encontro do europeu com este mundo são ressaltadas logo de início, posto que a obra começa, em sua introdução, escrevendo sobre a história da “descoberta das Américas” e relacionando a origem do povo que ali vivia como de mesmo epicentro que a europeia, na

⁸⁰ Tais como a de Joaquim Manuel de Macedo, conforme será mencionado mais adiante.

medida em que o autor destaca que “O certo é que os Sibérios orientais, chamados Choukchis, costumam passar o Estreito de Behring para a América no verão desde tempos imemorráveis” (CASAL, 1817, p. 19). Além disso, o fato de se destacar o “descobrimento” como ponto fulcral denota, no decorrer da obra, como um ponto de princípio, uma origem, no sentido estrito da palavra, da história daquele povo. Ignorando-se o que viera anteriormente, e atestando o “nascimento” da história daquela localidade.

Ainda seguindo essas premissas, quando se trata da tradicionalidade das formas de apresentação de Casal, há a *Continuidade* no sentido dos padrões eurocêntricos, haja vista que busca enaltecer esse modo de vida como o mais propício a ser seguido em detrimento dos modos de vida dos indígenas ou afro-brasileiros. Por muitas vezes o autor menciona que as províncias terão sucesso à medida que se assemelhem com o padrão de produção europeu. A continuidade, neste sentido, é desse tipo de padrão em detrimento do preterido pelas populações que ali viviam.

No âmbito da *comunicação*, a *adesão* às narrativas tradicionais ocorre em alguns pontos da obra, como na concórdia de um “descobrimento” de uma terra, na menção aos ideais religiosos com clamor e otimismo, entre outros pontos que atestam que a intenção é aderir a um princípio tradicionalmente colocado e segui-lo. No entanto, também fora observada a aderência à narrativa *exemplar* à medida em que Casal também exerce a *faculdade de julgar* o passado de maneira ácida, principalmente em relação aos valores de etnias distintas da sua: indígenas (principalmente), holandeses, ingleses, franceses, negros, entre outros.

A *Identidade* pela afirmação de padrões culturais também é motivada através do enaltecimento do padrão eurocêntrico cristão, haja vista que o autor seguidamente menciona a importância da ação jesuítica na conversão dos indígenas como algo benéfico e colaborativo para com o ideal de progresso. Neste sentido, quanto mais identitariamente condizente com o perfil europeu, mais aculturado era considerado o indígena.

Por fim, a tradicionalidade da narrativa pode ser observada no *sentido de tempo* com que caminha em direção à eternidade, haja vista que o autor menciona sempre que a ascensão das províncias está diretamente relacionada com a prevalência do padrão de cultura econômica ligada ao modo europeu. Além disso, a forma de organização da narrativa, que se propõe descritiva, permeia um sentido de tempo cronológico, em ascendência.

Considerou-se também a narrativa *exemplar*, posto que, na obra de Casal, ao mesmo tempo em que se percebem as características da tradição, a intencionalidade para com tornar essa narrativa um exemplo a ser seguido é exposta na medida em que as *memórias* são exaltadas

por meio das *regras de conduta* dos grandes nomes da história das províncias: os aventureiros que desbravaram os matagais em busca das potencialidades das terras e almejando encontrar ouro e demais pedras preciosas; os grandes donatários que fizeram prosperar a terra; os bravios que enfrentaram as pestes, as dificuldades de acesso e os indígenas indóceis, e salvaguardaram a terra em nome de sua majestade. Grandes exemplos, que se fazem também tradicionais pelo fato de canonizarem a forma de nascimento das províncias.

Além disso, a narrativa também permeia a tipologia *exemplar* quando se trata da continuidade no tempo, que adentra o que Rüsen (2007b) denomina como *validação das regras* em diferentes contextos. Isso porque na história de todas as províncias há um enredo relacionado às características mencionadas acima e espaço privilegiado para abordar as edificações que circundam esses grandes homens com grandes fatos: as igrejas, prédios públicos, praças, escolas, entre outras. As regras para os sistemas de vida das diferentes províncias passam a ser similares.

E estas, à medida que se analisa a obra quanto à construção e solidificação da identidade, tornam-se gerais, de modo que a experiência que Casal apresenta os sujeitos que cita como grandes modelos a serem seguidos. As identidades, neste sentido, possuem um padrão a ser alcançado. Padrão este que é exemplar à medida em que galga de *extensão espacial* no tempo, posto que sua prevalência é incontestável. As demais tipologias narrativas não foram observadas na obra de Casal, como já mencionado, haja vista a sua temporalidade e o que vigorava em termos de escrita para o período, ou o foram de maneira tão tímida que não se pudera realizar uma análise mais assídua como as duas primeiras.

As formas de apresentação da história cumprem, de acordo com Rüsen (2001), as *funções* de orientação no tempo. Estas, por sua vez, estão diretamente relacionadas com as carências de orientação do campo dos *interesses*, findando a matriz detalhada pelo autor para explicar o pensamento histórico que leva à consciência histórica e à sua expressão na cultura histórica. No caso da obra de Casal, não há como negar que ela tenha cumprido com *interesses* que lhe deram origem: o reino fora, de uma forma ou de outra, mapeado corograficamente, de modo que foi possível compreender o estado das províncias e dos povoamentos que elas agregavam, assim como também fora possibilitada a compreensão de seus potenciais agrícolas e comerciais, tal como de comercialização fluvial e dos desafios que poderiam conter. No entanto, vale destacar que o autor realiza essa tarefa de um jeito particular, arraigado de comentários pessoais que aproximam o sujeito do objeto de escrita, contrapõem alguns escritos que foram realizados acerca da temática, estabelece certa crítica aos documentos quando

encontra argumentos para tal, como também engloba a descrição de algumas etnias indígenas, de seus costumes e tradições.

Sobre a obra de Araújo, as *formas de apresentação* e as *funções* identificadas nas *Memórias*, foram similares ao que fora identificado nas obras de Casal. Isso porque foram escritas tendo em vista público letrado próximo à Corte, haja vista que foi dirigida à majestade, sendo que, no caso de Araújo, alguns de seus leitores foram listados em agradecimento ao fim do Tomo IV. Tanto a estética quanto a retórica da obra de Araújo estão em consonância: o autor se permite seguir um objetivo, uma intencionalidade por ele traçada, mas o faz de maneira fundamentada na realidade. Isso colabora para que o *tópos histórico* de Araújo seja o mesmo em todos os tomos, seja os impressos pela Impressão Régia, seja pela Typografia de Silva Porto.

A narrativa de Araújo segue o padrão hora descritivo, hora descritivo breve. A diferença entre ambos está na extensão da abordagem por parte do autor, sendo que a forma de escrever segue o mesmo padrão. Porém, quanto para a forma descritiva o autor utiliza mais que cinco páginas, nas breves essa quantificação não passa de três.

No que se refere ao *tópos*, a obra de Araújo possui uma mescla entre as tipologias *tradicional* e *exemplar*, da mesma forma que o fora em Casal. Isso porque, em relação tradicionalidade, Araújo orienta sua argumentação em acordo com o princípio das *memórias* a partir das origens de seus modos de vida (homem, letrado, Monsenhor). Nelas, a *memória* do leitor é ativada na medida em que o autor trabalha com o surgimento de uma vila ou de uma paróquia dentro dos preceitos que lhes são familiares, tais como doação de terra por parte da Coroa, o encontro de uma jazida de ouro ou pedras preciosas, a identificação de um local propício para plantio ou comércio, sem abordar tensões territoriais que possivelmente ocorreram nas disputas dessas terras com os indígenas que provavelmente as ocupavam antes da chegada do elemento europeu. Além disso, o princípio das *memórias* também tangencia a tipologia *exemplar* na medida em que, conforme se dá continuidade à leitura, esse padrão torna-se uma regra geral de conduta dos colonizadores, dos grandes nomes, dos padres, sujeitos sempre citados no processo, e que deveria ser seguida, como exemplo.

No que se refere à dimensão da *continuidade*, esta atua na obra de Araújo de maneira mais relacionada à narrativa *exemplar*, na medida em que o autor dá a ideia de que as formas de se viver, traçadas pelas *memórias*, abrangem diversos sistemas de vida, espaço e temporalidade. Exemplo disso está nas passagens em que o autor cita a relação com os indígenas neófitos, catecúmenos, cristianizados, ao passo em que nos trechos ele ressalta como natural este curso de mudança cultural para o padrão europeu. À essa dimensão, interliga-se a

comunicação ora na forma de adesão, quando se trata de respaldar os ideais cristãos, ora na forma da *faculdade de julgar*, quando o autor está procurando destacar o que, a seu ver, constituem os benefícios da imposição cultura cristã e das formas de viver assemelhadas ao padrão europeu.

No que se refere à dimensão da *Identidade*, também fora identificada a dupla relação entre os *tópos* clivados por Rüsen, haja vista que a *afirmação* de padrões culturais de autocompreensão na visão eurocêntrica fora identificada em todos os capítulos dos tomos analisados, e na medida em que este padrão é estendido no sentido de *generalização* como regra geral de conduta, componentes, respectivamente, das clivagens *tradicional* e *exemplar*.

Em relação ao *Sentido de Tempo*, último componente dos *tópos* narrativos de Rüsen, identificaram-se as dimensões de ganho de tempo no sentido de *eternidade*, característica da narrativa *tradicional*, posto que Araújo não delimita um ponto final para o tipo de construção que utiliza; bem como a de ganho de tempo no sentido de *extensão espacial*, ao passo em que a *validação das regras* por meio da estrutura narrativa é identificada no padrão de desenvoltura do escritor: cada capítulo sempre começa, se desenvolve e finda de maneiras similares e ressaltando sempre os modos de viver dos colonos como basilares para a sociedade brasileira.

Por fim, assim como em Casal, Araújo também atingiu os *interesses* de criação de sua obra: as regiões habitadas foram descritas, assim como as paróquias, e a história de surgimento de ambas fora “salva do esquecimento”. Deste modo, Araújo cumpriu com a *função* a qual se destinava no início do processo de escrita.

A obra de Padre Perereca possui semelhanças e diferenças em relação as analisadas anteriormente. Semelhanças porque, como as anteriores, se dirige a um público específico, representa os interesses de quem ocupava o posto mais alto da sociedade e, infere-se, era também acessível a esse grupo social. Porém, diferentemente das obras anteriores, a de Padre Perereca possui *formas* e *funções* expressas em uma linguagem mais romantizada, mais próxima do produtor do conteúdo e, como mencionado anteriormente, dá a ideia de ter sido escrita com base no testemunho ocular do narrador.

A narrativa descritiva de Padre Perereca seria categorizada, nos *topoi* clivados na metateoria de Rüsen, como *tradicional* e *exemplar*, sendo a segunda mais prevalente que a primeira. No que se refere ao *topoi tradicional*, a narrativa de Padre Perereca ativa *memórias* a partir do ponto referencial que é a chegada e permanência da família real do Brasil. A *continuidade como permanência* dessa vinda e dos reflexos dos hábitos da corte no cotidiano brasileiro torna-se o modo de vida “comum”, tradicional, merecendo ser destacado numa

narrativa historiográfica e seguido pelos habitantes. Quando descreve os festejos e rituais da corte, Padre Perereca o faz de maneira detalhada, transformando esses eventos em grandiosos e detentores de um *status* mais elevado, como pode ser observado no excerto abaixo:

[...]havendo antes do Hymn o de Graças recitado huma bellissima Oração Gratulatoria o Reverendo Januário da Cunha Barbosa, Pregador Regio , o qual merecêo hum applauso geral de todos os ouvintes , que erão toda a Còrte, e as Pessoas mais distinctas desta Cidade, vestidas de gala , e peneiradas da mais viva alegria (SANTOS, 1825, p. 218).

Assim sendo, a *comunicação* pela adesão desse padrão pré-estabelecido também é exaltada e, por intermédio dessa característica, se afirma a *identidade*, os padrões culturais e se estabelece um *ganho de tempo* pela eternização dessas formas de apresentação como tradicionais. Essa *forma* se intercala com o *topoi exemplar* na medida em que a narrativa se orienta representando regras de conduta que seriam ideais, pois praticadas pela família real e pela elite que a orbitava. Essas regras seriam válidas, e ganhariam *continuidade* por abrangerem diferentes sistemas de vida, ou seja, diferentes sujeitos daquela sociedade à medida que estes se aproximassem da orla da corte. Essas regras seriam as norteadoras da *identidade*, generalizando essas experiências.

No que se refere às *funções*, infere-se que a obra de Padre Perereca cumpriu com os objetivos que tracejados pelo autor: descreveu, exaltou e perpetuou os hábitos da corte e, em suas palavras, arranjou a cronologia da história de alguns dos fatos da história do Brasil e relegou essa produção para as futuras gerações de historiadores.

Em relação à obra de Lisboa, o Visconde de Cairu, ainda que o autor tenha citado Padre Perereca em uma parte de sua obra, sua escrita possui *formas e funções* bem distintas das enunciadas pelo segundo autor. Isso porque o Visconde de Cairu, como mencionado anteriormente, possui uma narrativa assentada no viés político, pois o centro de sua *forma* de apresentação está nas discussões ocorridas nas Cortes de Lisboa, suas fontes são os livros lá elaborados, os discursos proferidos, as cartas trocadas entre o imperador e seu pai, entre outros documentos. Para além dos mesmos padrões de *formas de apresentação* identificados anteriormente, Lisboa tensiona, na narrativa, antagonismos entre os deputados das duas porções do Reino português, principalmente quando se trata da recolonização do Brasil, demonstrando *memórias* de certos problemas, desvios, identificados no decurso padronizador que se possuía

até então, mesmo que de maneira sutil. Além dessas, outras características do *topoi* crítico foram identificadas.

No que tange à *comunicação*, a narrativa de Cairu vai ao encontro desse *topoi* por alterar as ideias anteriormente colocadas como exemplares e tradicionais, pois o Visconde não mais assenta sua narrativa em defesa dos ideais de “Vossa Majestade Rei de Portugal”, mas em virtude de uma corte abasileirada, composta por um Imperador cercado por alianças políticas cujo interesse era a manutenção do status de liberdade política e econômica ao Brasil. Assim sendo, também a construção da *identidade* advém por intermédio da negação sutil à eurocentralização identitária, de modo que não mais se visualiza a extremada exaltação do Rei e dos portugueses como sujeitos centrais da e na história do Brasil. Cairu insere os brasileiros de maneira mais participativa na construção de sua história, o que dá vazão para que o *sentido do tempo* seja na direção da diferenciação, do julgamento das identidades anteriormente construídas apenas assentadas do aporuguesamento.

Em relação às *funções*, a obra de Cairu cumpre com as estabelecidas à medida que representa os ideais defendidos pelas distintas alas políticas, assevera sobre a história do Brasil e cataloga, por intermédio de compilados, uma série de fontes para fundamentar seus posicionamentos.

Nas duas últimas obras que compõem essa pesquisa, as *funções* são distintas das ressaltadas até então. Isso porque essas uma delas tinha como propósito ensinar a história pátria para a mocidade que frequentava o Colégio Pedro II, e a outra foi adaptada para servir a tal propósito. Logo, também as suas *formas* teriam características distintas. Para começar, a estrutura de linguagem preponderante nessas obras se assemelha com a explicativa, ou seja, ao lê-las, a impressão que se tem é de que elas estão explicando a história pátria, tentando “ensinar”⁸¹. Para que melhor se possa analisar as *formas* dessas duas obras, elas serão analisadas separadamente.

No que se refere às *formas* da obra de Abreu e Lima, a narrativa se assenta no *tópos exemplar*. Isso porque o autor se utiliza das *memórias* que remontam à “descoberta” do Brasil como ponto de partida para suas representações, e, partindo desse ponto inicial, deslança a história pátria, até meados das regências. Além disso, Abreu e Lima por vezes chama a atenção do leitor para dar a ideia de casos em que as regras gerais de conduta se tornaram preponderantes

⁸¹ Aqui, o termo fora utilizado entre aspas haja vista que há diversidade de perspectivas

e poderiam ser seguidas. Um dos exemplos onde se pode encontrar essa característica é no trecho a seguir:

A mulher de D. Filippe Camarão, conhecida pelo nome D. Clara, combateu com um denodo que o seu sexo fazia metivel: afrontando todos os perigos, carregou por muitas vezes o inimigo, penetrou nos mais cerrados batalhões. Ao passo que combatia, exortava os soldados a fazer os seus deveres, prometendo-lhes a victoria, e dando assim o exemplo á outras muitas mulheres, que procuravam imila-la (LIMA, 1843, [nota de rodapé] s/p).

O ressalte à memória do ocorrido como forma de exemplo de conduta é uma das características do *topoi exemplar*, que prepondera na obra, até mesmo, infere-se, pelo seu uso no Pedro II. Nessa tipologia de narrativa, a *continuidade* se perfaz pela validade das regras e como elas se perpetuam, influenciando outras pessoas para que sigam o mesmo exemplo, como pode ser observado no trecho acima referenciado. Essas formas de viver e se portar atingem diferentes sistemas de vida e, por isso, se tornam exemplares.

No entanto, vale destacar que por vezes o autor também deixa perpassar, em sua narrativa, algumas de suas particularidades e vivências, como é o caso da nota de rodapé onde menciona o fuzilamento do pai, José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido como Padre Roma, e um dos partícipes da conspiração ocorrida em Pernambuco. No trecho, é possível que se observe o sentimento do autor quanto ao fato representado.

No momento em que escrevo estas linhas assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quasi companheiro da victima: era eu que parecia o condemnado, e não elle. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos supplicios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua patria, tanta resignação emfim; era meu pai quem me animava, porque que eu parecia inconsolável [...] (LIMA, 1843, p. 284 [notas de rodapé]).

Em ambas as citações, pode-se notar a característica do exemplo, seja de D. Clara, que combateu afrontando os inimigos, seja o de Padre Roma, que, ainda que fuzilado, fora para o autor um exemplo de vida. E ao passo em que merece espaço da narrativa é o exemplo a ser seguido, o escritor da obra exercita a sua *faculdade de julgar* como forma de comunicação aos leitores do perfil esperado diante da leitura dessa obra.

Além disso, essas experiências destacadas na narrativa são generalizadas enquanto regras de conduta e percalços para a formação da *identidade*, outro ponto que se pode observar

nos *topoi* de tipologia *exemplar*. O *sentido de tempo*, mediante essas características da narrativa, é ganho por intermédio da extensão espacial de abrangência dessa narrativa, ultrapassando temporalidades e limites políticos para se colocar enquanto regra válida para outras temporalidades e outros locais.

Conforme a narrativa de Abreu e Lima se estrutura, em seus capítulos e subdivisões dos capítulos, explicando os principais eventos da história pátria, pode-se inferir que ela atingiu aos seus objetivos de escrita, seus interesses iniciais, suas *funções*. Ela fora utilizada como norteador do ensino no Colégio Pedro II, como demonstrado na pesquisa de Gasparello (2004), trouxe à tona características da história do Brasil, se fundamentou em outras obras, até mesmo as compilando, e fora publicizada e eternizada como “obra rara”.

O mesmo ocorre com a obra de Joaquim Manuel de Macedo, haja vista que suas *Lições* também foram utilizadas como ferramentas para o ensino de história pátria no Colégio Pedro II. Além disso, outra semelhança que se tem entre Macedo e Abreu e Lima é o uso do *tópos* narrativo *exemplar* como forma preponderante, haja vista o espaço de propagação de ambas as obras. O marco referencial também é o mesmo: a chegada do elemento colonizador ao Brasil e as modificações advindas depois desse acontecimento, que, na visão do autor, caminham sempre para o progresso à medida em que a presença portuguesa se assenta na colônia e lhe influencia cultural, social e economicamente. Em Macedo, também vigora o uso de uma linguagem mais explicativa e chama a atenção os quadros de resumo de conteúdo ao final de cada capítulo da obra.

No que se refere às regras de conduta que constituem o alicerce das *memórias* do *tópos* narrativo identificado como *exemplar* em Macedo, pode-se inferir que o processo de colonização e sua continuidade no assentamento dessas regras de conduta fora o que validou e deu *continuidade* à essa *forma* de apresentação utilizada pelo autor. O elemento português, em Macedo, é o exemplo a ser seguido. É em torno desse exemplo que se constituiriam as *identidades*, alicerçadas nas experiências do tempo prepostas na ferramenta utilizada no Colégio. Em uma das passagens da obra pode-se identificar a questão da formação da identidade de maneira bem explícita:

A expulsão dos francezes do Rio de Janeiro foi um acontecimento feliz e de maxima importancia. O dominio da França em uma parte do Brazil importava uma divisão do paiz nessa época, bem como no futuro, e portanto a quebra desse todo immenso e prodigioso que fórma hoje o vasto imperio do Brazil, grande pela extensão e pelas riquezas e não menos grande pela identidade ela

religião, dos costumes, da língua, e das tendências do seu povo, identidade que não existiria, se mais de uma nação o tivesse colonizado (MACEDO, 1861, p. 134-135).

E, para tal, a escolha do que merecia ou não espaço na obra, a forma como esse espaço seria utilizado e como seriam as histórias pátrias das diversidades são tracejadas tal qual a *faculdade de julgar* do autor é transpassada na *comunicação* do que é representado. Para que se possa melhor exemplificar essas características, o trecho abaixo pode ser destacado:

No meio porém de toda esta brilhante e opulenta natureza, de toda estas proporções gigantescas, que tanto excitarão a ambição européa, cumpre reconhecer que aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil o que se apresentou menos digno de admiração, mais pequeno, mais mesquinho foi o homem que habitava, e assenhoreava esta vasta região (MACEDO, 1861, p. 57-58)

Nota-se, no trecho acima, que o marco inicial e a importância desse são ressaltadas: o “descobrimento do Brasil” e suas potencialidades. Há ainda um pequeno espaço destinado ao natural da terra, mas para diminuí-lo enquanto sujeito histórico e participe dessa história pátria, posto que o autor relata que o que menos chamava a atenção dos descobridores seria o homem que habitava essa terra descoberta pelo elemento europeu. Neste sentido, a *faculdade de julgar* do autor se prende na elevação do elemento europeu como símbolo do progresso, enquanto o natural da terra seria o “mais pequeno” e “menos digno de admiração”. O exemplo é o europeu, a formação de identidade deve caminhar nesse encontro, levando as características e anseio desses povos ao ápice. O *sentido de tempo*, quando são estas as características, é ganho nas potencialidades da extensão espacial que a narrativa permite expandir: da Europa para a colônia e aplicada no imaginário dos povos dessa colônia. Por conta dessas características, infere-se que a obra de Macedo também cumpriu as *funções* levantadas em seus *interesses*: serviu ao propósito de educação da mocidade que estudava no Colégio Pedro II e formou, de certa forma, uma identidade nacional eurocentrada.

O intuito da quinta seção era justamente demonstrar como as dimensões mencionadas por Rüsen foram manejadas no decorrer da pesquisa. De maneira geral, aqui foram catalogados os resultados e discussões realizados no caminho ao esclarecimento da hipótese norteadora, que consistia na afirmação de que havia, desde antes da institucionalização da história pelo IHGB, uma escrita da história do Brasil “à brasileira”.

6. Considerações Finais (?)

A opção por sinalizar com ponto de interrogação o título acima foi pelo fato dessa pesquisa não ter seu ponto final com os resultados ora apresentados. Aqui, comprazem apenas os resultados alcançados até o momento, mapeando-se apenas as obras escritas por brasileiros ou naturalizados brasileiros, que foram impressas no Brasil, disseminadas nesse território, categorizadas enquanto “obras raras” e disponibilizadas em PDF no *site* do Senado Federal. Foram utilizadas, para se mapear a antessala da institucionalização da escrita da história do Brasil, as obras que antecederam a criação do IHGB (com exceção das que foram utilizadas como materiais de ensino). E daí a interrogação presente nessa seção: trata-se de um ponto final? De considerações que findam essa discussão? A resposta negativa à essas questões já pressupõem que estes resultados atestam considerações finais para a delimitação clivada para essa pesquisa, haja vista a continuidade da história, da escrita da história, das formas de apresentação dessas histórias e de seus usos.

Considerando o que resultou dessa pesquisa que tinha como hipótese a possibilidade ou não de uma escrita à brasileira antes da criação do IHGB, se considerou necessário o percurso transcorrido de, primeiramente, delimitar e esclarecer ao leitor os crivos metodológicos que serviram de alicerce; realizar uma revisão bibliográfica da história do lugar de onde partiram os escritos; compreender como as atividades de escrita e preparo para o ensino foram se articulando; quem foram os sujeitos e as obras publicadas no período clivado; para, então, analisar-se as à guisa das dimensões dos *interesses, ideias, métodos, formas e funções* da matriz rüseniana em busca dos elementos da cultura histórica presente nas obras, sem recorrer à anacronismos.

Seguindo a metodologia traçada a partir das considerações de Jörn Rüsen, fora possível perceber pelo menos três tipologias gerais de formação de consciência história através dos escritos analisados nessa pesquisa. Essas tipologias foram denominadas pela pesquisadora por “forja”, “bigorna” e “martelo”, remetendo-se, respectivamente, às escritas que aqueceram a história do Brasil; às que serviram de suporte e molde depois da fase da forja; e, por fim, às que atuaram como instrumento repetidor e dosador das medidas de força necessárias para se moldar o objeto final: a história pátria que seria de fato ensinada para as gerações futuras.

No que refere à análise das três primeiras obras do escopo de fontes dessa pesquisa, as intencionalidades dos autores iam ao encontro daquela proveniente do corpo administrativo do

Império português, o que, no entanto, não impediu que certas particularidades de uma escrita “à brasileira” fossem identificadas nessas “visões da história”. Isso porque, como foi observado no manejo das primeiras fontes, que embora o *interesse* clivado tenha sido agraciar sua majestade, foi possível perceber a representação de eventos nos quais o poderio da Coroa fora contestado, seja por movimento insurgidos, seja pela forma de retratação de costumes fora do comum para a Corte. Importante destacar, ainda, que tais intencionalidades, nas duas primeiras obras, caminhavam ao encontro da consolidação de uma história de surgimento, por intermédio de narrativas descritivas, da porção americana do Reino, o que canonizaria os nomes de seus autores para a posteridade em um tempo em que a palavra escrita galgava, cada vez mais, de força enquanto uma das possibilidades de angariar *status* social e cair nas “graças” de sua majestade, bem como de estudiosos que poderiam fazer uso dessas obras enquanto registros relegado para a posteridade, como, de fato, pode ser observado conforme a análise das demais fontes.

No que se refere à obra de Padre Perereca, escrita tempos depois das de Casal e Araújo e em um período em que o Brasil já se fazia independente de Portugal, a intencionalidade era agraciar a nova majestade e representar a história de um Brasil que teve, quando na presença da Corte no Rio de Janeiro, um período de felicidade que fora merecedor de uma obra escrita. Para tanto, o autor inicia o processo de supressão da quantidade etnias indígenas antes descritas por Casal, principalmente, e por Araújo; não aborda com a mesma intensidade dos dois primeiros o surgimento das vilas e cidades, os prelados e as comunidades que se formavam, e não assenta sua narrativa destacando os documentos de onde as informações que passa a seu leitor foram retiradas.

Além disso, tais obras, por meio, apropriando-se aqui de Rüsen, de um certo “assenhoramento” do passado, colaboraram para homogeneizar o ideário em torno dele, solidificando os aspectos comuns de um povo alocado em um território vasto e que sofria as investidas de fragmentação dispostas pelos dirigentes metropolitanos insurgidos nas Cortes de Lisboa. Assim sendo, analisar tais escritos subsidiou a iniciativa de identificar aspectos comuns quanto aos traços desse assenhoramento do passado, dessas visões da história “à brasileira” que compuseram parte do referencial utilizado pelos escritores de manuais didáticos em momentos posteriores, quando já se possuía um aparato educacional do qual história, enquanto disciplina com cátedra própria, fizera parte e contexto em que a obra de Macedo ganhou campo de influência, como afirma Bittencourt (2008). Neste sentido, tais escritos prepararam terreno para o que depois seria colocado como de importância historiográfica quando na instituição do IHGB

e, conseqüentemente, do que seria utilizado enquanto ciência de referência para a produção de manuais e dos planos didáticos do Colégio Pedro II.

No que se refere aos sujeitos que as escreveram, Manuel Aires de Casal, Jose de Souza Azevedo Pizarro e Araújo e Luís Gonçalves dos Santos, todos herdeiros de uma tradição formativa que, de acordo com Carvalho (2020), homogeneizava a elite do trópico à semelhança da portuguesa; partícipes atuantes da estrutura administrativa do Reino português; clérigos; e possuindo acesso deveras privilegiado ao escopo de fontes que se utilizavam (no caso dos dois primeiros, ou aos círculos onde ocorriam os rituais da corte, no caso de Padre Perereca). Ou seja: todos eles tiveram condições materiais de publicar seus escritos e perpetuarem-se na história. No entanto, o que fora por eles eternizado, quando submetidos à análise metodológica clivada para essa pesquisa, revelou algumas semelhanças e distinções⁸².

A começar pelo campo dos *Interesses* e pela obra de Casal, a forma como o autor organiza a obra, descreve a localidade, potencialidades (vegetal, animal, hidrográfica e mineral), bem como o surgimento das vilas, permite ao leitor identificar *interesses* quanto ao catalogar do potencial identificado naquelas terras, dos locais onde os incentivos agrícolas haviam despontados e nos quais poderiam o vir a ser. Conforme se orienta por essa descrição, Casal menciona os sujeitos que compunham as províncias, quem desenvolvia o trabalho e quem, na visão do autor, causava empecilhos.

Assim, Casal mapeia etnias indígenas que por vezes não estavam mencionadas nos documentos que utilizou para a escrita da obra (haja vista que quando se trata de nomes de homens brancos, os “grandes homens” das províncias, há cartas, ofícios e demais documentos que solidificam seus argumentos). Quanto às demais etnias (portugueses, franceses, ingleses), importante destacar que não chegam à quantidade das indígenas e das menções feitas pelo autor a respeito delas.

Já a obra de Araújo, lançada três anos após a de Casal, apresenta organização de acordo com as províncias, e, internamente, se preocupa mais com o estabelecimento do clero e dos governadores para, em segundo plano, mencionar elementos econômicos, culturais e sociais. Além disso, o Monsenhor, destacado por Galdames (2007) como mais interessado na proximidade com a Coroa que outros elementos do clero, preocupa-se menos com a descrição

⁸² Importante destacar que não se trata, aqui, de comparar as obras de maneira hierárquica ou de eleger qual delas é “melhor” ou “pior” que a outra. A preocupação de pesquisa incide no conteúdo da obra, no que fora escrito para assenhoreamento do passado, no que fora ressaltado como fato, no que se perpetuou enquanto história.

das etnias indígenas e mais com os elementos interligados ao clero, sem deixar, no entanto, de prestar uma catalogação de fôlego sobre o surgimento das vilas e da quantidade de pessoas, em número, naquelas em que esse dado fora por ele acessado.

Já em Padre Perereca, os *interesses* vão ao encontro da importância do elo entre o Brasil e uma centralidade de poder representada pela Corte, tanto é que chama atenção na obra justamente o ambiente por ela habitado. Nota-se, com a leitura da obra, o destaque ao Rio de Janeiro e até mesmo um certo sudeste-centrismo da história do Brasil. Em relação aos sujeitos citados por Padre Perereca, pode-se afirmar que os indígenas não ocuparam espaço privilegiado em sua obra, e nem foram mencionados com a incidência identificada em Casal e Araújo, como mencionado anteriormente. Na obra desse padre, o espaço dos *interesses* é ocupado pelos grandes homens, que participavam do “beija-mão”, que tinham proximidade com a família real e dela haviam conquistado certas honrarias.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido na colônia recém elevada a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Casal e Araújo permitem a identificação de uma diversidade de ramos em desenvolvimento, bem como de produtos e sujeitos que os desenvolviam. Neste sentido, os autores perpetuaram essas características em seus escritos. Padre Perereca menciona os gêneros agrícolas cultivados na colônia de maneira mais tímida que os autores que o antecederam, assim como também o é com outras atividades de cunho lucrativo e com os sujeitos mencionados.

Na obra de Padre Perereca, portugueses e ingleses são os sujeitos coletivos mais mencionados quanto à etnia; funcionários da administração, escravos e vassallos, enquanto coletivo de sujeitos; sendo também identificado espaço considerável para os membros do clero. Assim sendo, a forja que sustentava a escrita das histórias do Brasil também é aquecida por Padre Perereca, assim como, principalmente, por Araújo, e se fez nesse tripé de sujeitos europeus, de religião cristã, e partícipes da administração do reino (exceto pelos escravos, que não participavam da administração pública, mas que faziam o trabalho braçal).

Em relação ao campo das *Ideias*, Casal, Araújo e Padre Perereca, chegaram a contemplar esse campo ao passo em que lançaram mão de maneiras de se interpretar esse passado levantado nos *interesses* para o representar, por intermédio do texto escrito, as ações dos sujeitos das temporalidades das quais escrevem de modo que encaminham seus argumentos para o passado e elucidam-no de acordo com as intencionalidades levantadas. Ou seja, esses três autores possuem uma premissa ideal de um passado que fora “melhorado” de acordo com as investidas portuguesas no território brasílico.

Quanto aos *Métodos* desenvolvidos por Casal, embora o autor não tenha sido um historiador de formação, aparentemente o fora de ofício: escreveu uma história do Brasil, se utilizou de fontes para tal, publicou seus escritos para apreciação dos letrados. Casal possui um método que lhe fora particular e que segue no corpo de sua obra. Sua narrativa permite a identificação de algumas dessas formas de escrita da história e dos “comos” isso fora realizado. O autor ainda utiliza documentos oficiais do período, fontes orais, escritos sobre história brasileira relegada por outros sujeitos, entre outros, para se fundamentar. Há, no seu exercício, um método aparentemente histórico, controlado, mediado pelas fontes e orientado de acordo com os *interesses* do autor, mas seguindo certos critérios para atestabilidade do escrito.

E isso também fora observado em Araújo. O Monsenhor acessa uma gama de fontes que cita e localiza no transcurso de sua obra – lembrando aqui que o acesso lhe era facilitado dada à posição que ocupara no aparato administrativo. Também por um método que lhe fora particular, Araújo descreve a insurgência de vilas, das paróquias e demais instâncias administrativas da porção americana do Reino. Aborda, também, os “grandes homens” da história dessas províncias, o papel do corpo eclesiástico nessa conjuntura, os desentendimentos entre a administração provincial e o próprio corpo administrativo que lhe era superior, entre outras particularidades.

Já neste ponto, Padre Perereca se difere dos outros dois autores que o antecederam, haja vista que sua obra, como já fora mencionado anteriormente, dá a impressão ao/a leitor/a que o padre vivenciara alguns dos eventos que narra e representa com a sua escrita. Poucas são as incursões das fontes e, menos ainda, a menção de onde estavam localizadas. A atestabilidade da obra de Padre Perereca ocorre mais por força da narrativa do que por apresentação das fontes e argumentos de autoridade por ele utilizados para comprovar essa história. Justamente por isso, nesse ponto, a obra de Padre Perereca vai se distanciando das anteriores.

No que se referiu ao campo das *Formas*, as duas primeiras narrativas, salvaguardadas suas particularidades, demonstraram campo comum: ambas descritivas, tradicionais, nas premissas de Rüsen (2001), e cânones da tendência de registro de acontecimentos na forma de crônicas ou anais, como destacado por Neves e Machado (1999). Já a de Padre Perereca, que figura no entremeio entre as narrativas de forja e as de bigorna, apresenta tanto as características de registro em forma de crônicas ou anais, quanto de narrativa edificante. E há certa edificação principalmente do Rio de Janeiro na narrativa de Padre Perereca, como ressaltado na análise dos *interesses* dessa obra.

No que tange às *Funções*, tanto em Casal e Araújo, quanto em Padre Perereca, pode-se afirmar que de uma forma ou de outra, foram atingidas as carências de orientação do período de escrita das obras em relação aos *interesses*, as *ideias*, os *métodos* e as *formas de apresentação* presentes em cada uma delas.

Com *interesses* distintos dos preludiados nas obras dos padres, o Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, possui uma narrativa, como ressaltado por Neves e Machado (1999), das mais edificantes desse período sobre o nascimento do Brasil enquanto nação. E nos tomos analisados nessa pesquisa, a percepção dessa edificação fora notória haja vista o constante ressalte do autor para os *interesses* políticos discutidos entre as alas brasílicas e portuguesas nas Cortes de Lisboa e as explicitações sobre a rejeição da ideia de recolonização. Nessa história do Brasil não há mais a preocupação com a descoberta do território, de suas vilas e potencialidades minerais e vegetais, mas com os rumos políticos e econômicos dessa porção do reino, com a criação das suas defesas de ideais. Justamente por isso, essa narrativa não fora entendida enquanto forja, mas enquanto uma espécie de bigorna sob a qual seria moldada, nesta e em outras obras procedentes, uma tipologia de brasilidade mais assentada nas particularidades do Brasil mais distante dos interesses portugueses.

Diante desses *interesses*, a obra do Visconde acentua bastante os temas “brasileiros” e “portugueses”, por vezes em posições antagônicas; quase não menciona os indígenas; apresenta como sujeitos coletivos amplamente citados os “funcionários da administração”; bem como traz o termo “patriota” e os regionalismos (fluminense, pernambucano, paulista, baiano, entre outros) com mais ênfase do que nas obras anteriores à dele. Neste sentido, a edificação da narrativa do Visconde acontece na tentativa de se enfatizar essas características de brasilidade no bojo da história pátria.

Em Cairu, diferentemente das obras anteriores, quando a questão é o campo econômico, a ênfase está no comércio, na abertura dos portos, e não mais no que era produzido por intermédio da agricultura ou pela criação de animais. O foco se altera no sentido de trazer para o Brasil a potencialidade de comercializar de maneira mais acentuada.

No campo das *ideias*, a obra de Cairu se assenta na dimensão política dos acontecimentos, haja vista, justamente, o campo de pesquisa do qual parte o autor e suas intencionalidades para com a construção de uma história que contasse ao leitor como a independência ocorrera em sua antessala. Neste sentido, é dessa centralidade narrativa que se constrói a obra do Visconde, e daí a suas particularidades.

Embora não tenha ficado tão explícito quanto em Casal e Araújo os “comos” da história de Cairu, a atestabilidade de seu escrito ocorre quando se consultam formas pelas quais a sua narrativa fora representada em seu escrito. Os *métodos* de Cairu, embora repletos de compilações, possuem a intencionalidade de reforçar a ideia de uma nascente da pátria. Para tanto, Cairu aposta nas correspondências entre os monarcas das duas porções do reino, nos livros atas das assembleias onde os rumos para a união ou bipartição do reino eram discutidos, entre outros documentos que tinham por intencionalidade reforçar os “comos” dessa criação inicial do Brasil império por intermédio das ações políticas empreendidas nos pequenos círculos de grande poder de decisão. A validação das intencionalidades de sua obra ocorre por intermédio dessas fontes e das formas pelas quais o autor às insere na obra, norteando-as para os seus interesses pessoais e de rede de sociabilidade, que estavam envoltos em conquistar a independência sob o sustentáculo da monarquia.

No que se refere às *formas*, a obra de Lisboa, com sua orientação política, tensiona a disputa pela memória pátria, apostando na independência do Brasil conquistada não somente pela via do grito do Ipiranga, mas discutida, debatida, ponderada nas Cortes. Neste sentido, a obra de Cairu vigora em ambiente distinto das dos autores que o antecederam no sentido de demonstrar certa brasilidade nas decisões tomadas para a pátria, assoalhando o caminho para a importância desse símbolo de nacionalidade que se constituiria o marco da independência. E por conta desse movimento de escrita, bem como daqueles identificados nas dimensões anteriores, pode-se afirmar que a obra de Cairu cumpre com as suas *funções*.

Em Abreu e Lima, embora o interesse primordial não consistisse na utilização de sua obra enquanto didático, assim como em Macedo, os *interesses* estavam em passar adiante uma história do Brasil, que, no caso do primeiro fora adaptada à mocidade do Colégio Pedro II, enquanto para o segundo esta era a premissa principal. Justamente por isso, ambas as narrativas diferem substancialmente das anteriores, embora tenham sido identificados elementos comuns entre todas elas. Nestas obras, trata-se de “martelar” a história pátria, ensiná-la, deixá-la entendível para os jovens, possível para o ensino, e, arriscando um pouco mais na análise, transposta didaticamente. Por conta disso, tais narrativas apresentam, no campo dos *interesses*, uma quantidade de sujeitos bem menor do que quando analisamos, por exemplo, as de Casal e Araújo. E embora Casal tenha sido mencionado em ambas as obras por conta da sua *Corografia*, apenas em Abreu e Lima, que utilizou Casal com mais ênfase, fora possível identificar o elemento indígena e suas etnias de maneira mais abrangente do que em Macedo.

Em Macedo, continua-se o movimento de supressão dos sujeitos citados de maneira até mais acentuada que em Abreu e Lima. E na obra do consagrado literato, são os portugueses que ocupam espaço privilegiado nas páginas do escrito. E embora as etnias indígenas apareçam, isso ocorre em menor escala tanto de menção quanto de multiperspectividade, ao passo em que é apenas a visão do colonizador a que prevalece.

Ainda assim, em ambas fora notório o espaço ocupado para se mencionar o coletivo de sujeitos englobado pelos funcionários da administração, mais uma vez assentado sobre quem seria a história pátria.

No que tangencia a economia, tanto Abreu e Lima quanto Macedo retornam às premissas destacadas por Casal e Araújo, trazendo de volta elementos econômicos interligados com a exportação e de caráter primário, tais como a mineração, a agricultura, o engenho e, também, o comércio, embora este último de maneira menos enfática, quando comparado ao todo das obras, do que foram em Cairu, por exemplo.

As *ideias* em Abreu e Lima, já consolidada a independência sob tutela da monarquia, possuem como ponto de referência a escrita de uma história que, nas palavras do autor, cheirasse mais semelhantemente às nossas primaveras, trazendo, inclusive, para o centro da história do Brasil um monarca que, mesmo que de herança portuguesa, era “brasileiro”. Já em Macedo, a centralidade que leva o autor à escrita é a realização de uma obra que auxilie no ensino de história para a mocidade brasileira que ocupava os bancos do Colégio Pedro II. Embora as mesmas características da obra de Abreu e Lima tenham sido identificadas nas *ideias* da obra de Macedo, soma-se a esse campo a preocupação do letrado com formas de se apresentar essa história de maneira mais significativa (para o período), para seus leitores, daí, infere-se, a utilização dos quadros resumo.

Já no que se refere aos *métodos*, ambas as obras não deixam completamente claro quais os foram se se levar em consideração as duas primeiras obras que compuseram o rol de fontes dessa pesquisa. Tanto Abreu e Lima quanto Macedo não se utilizam de muitos recursos documentais, escritos ou aparentemente orais para sustentar a atestabilidade histórica de suas obras. Em ambas as obras o fio condutor é o de explicar a visão da história da qual partem, que correspondem à de uma história do Brasil pela ótica do colonizador, comum à época em que foram escritas.

No entanto, diferentemente das obras anteriores, esses dois autores não se prendem tanto às demonstrações dos “comos”, mas sim às formas de se contar, de se explicar, a história pátria, de transpô-la – característica acentuada principalmente em Macedo, com seus quadros resumo.

Diante das particularidades de escrita das obras, haja vista suas *funções*, as *formas de apresentação* do *Compendio* e das *Lições* possui uma organização do *topoi exemplar*, se assenta na escrita mais explicativa da história pátria de maneira, principalmente em Macedo, mais resumida. Assim sendo, mesmo que os marcos referenciais recaíam nos mesmos das obras anteriores a essas, a maneira de se organizar a narrativa é mais fluida, infere-se, para o público para a qual seria destinado, prestando uma espécie de serviço de entendimento mais facilitado com vistas ao ensino, para a aprendizagem da história pátria. E em ambas as obras, as *funções* são claras: ensinar a história pátria à mocidade do Colégio Pedro II.

Com base nos resultantes dessa pesquisa, a hipótese inicial acerca da brasilidade das visões da história se comprovou quando na análise dessas obras que compõem o escopo de fontes: havia uma visão de história do Brasil impressa na América Portuguesa, construída e catalogada sobre um olhar próprio de sujeitos que viveram nessas terras. Sendo elas similares nos pontos relacionados ao poder imperial e suas irradiações, de modo que, para se fortalecer o estado, apostava-se na “[...] homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto” (CARVALHO, 2003, p. 42).

Neste sentido, a “forja da Nação” na aprovação das obras se demonstra na tipologia de história presente nas mesmas, deixando evidente também a intencionalidade desses escritos: homogeneizar, por intermédio da narrativa de cunho histórico, o assenhramento do passado, da história da colônia, de sua independência e das formas de se ensinar esse processo para a mocidade. E partindo do pressuposto que algumas das obras analisadas foram referenciadas por outras que também compuseram o rol de fontes dessa pesquisa, os baluartes dessa “forja” não foram completamente derrubados quando na implementação de uma forma de apresentação sobre os crivos do IHGB, não sendo, nessa medida, afastados dos meios de ensino, dessa visão do passado que tivera no Colégio Pedro II seu fundador identitário, como pode ser observado nas pesquisas de Gasparello (2004) e Mendes (2016). O que apresentou certa modificação quanto aos rumos desenhados nessa “forja” fora a “bigorna” na qual se “martelou” os escritos e as formas de apresentação destes que vieram em períodos procedentes.

Esses resultantes foram possibilitados à medida em que a metodologia utilizada para se mapear os dados deu suporte para tal. Neste sentido, os usos da matriz de Jörn Rüsen foram suportes indispensáveis, sem os quais os resultantes não poderiam ter sido alcançados da maneira que foram. Neste sentido, as contribuições de Rüsen foram circunstanciais para se

atestar essa escrita da história do Brasil à brasileira presente nos escritos aqui examinados. Por meio dela que se foi possível asseverar que essas obras são elementos da cultura histórica do Brasil não apenas por serem elementos criados pelos homens no tempo, mas por revelarem algumas das particularidades da trajetória desse espaço territorial, de suas formas de organização, seus alicerces culturais, e, principalmente, seus silenciamentos.

Dessa trajetória da/e pesquisa, o resultante pessoal, para além de um trabalho escrito, foi a experiência de que as clivagens delimitadas por Jörn Rüsen ultrapassam os limites de uma teoria. Elas são metodologias para a pesquisa histórica, trazem à tona os elementos que possibilitam identificar a cultura história de determinados períodos, tais como linguagem utilizada pelos sujeitos, os sujeitos que ocuparam espaço dentro das obras escritas, como e quem são os sujeitos que desaparecem ou que tendem a se perpetuar no imaginário eternizado pela força da palavra escrita, entre outros aspectos. Realizar essa pesquisa, para além de esclarecer a hipótese que a norteou, também resultou na efetivação de uma *visão da história* nos moldes detalhados pela matriz de Rüsen e aplicados a temporalidades anteriores à criação dessa matriz (salvaguardado quando isso não era possível).

7. Referências

Fontes:

ABREU E LIMA, José Ignácio de. **Compendio da historia do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1843. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182894>

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro ; Impressão Régia, 1820. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso inaugural no ato de estatuir-se o IHGB. **RIHGB**, Tomo 1, 1839, p. 09-17.

_____ Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, Tomo 1, 1839, p. 141-143.

BRASIL. **Lei imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834**. Dispõe sobre o poder do presidente de província. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. (coleção de leis Império do Brasil do ano de 1834)

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brazilica: ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil**. Impressão regia, 1817.

LISBOA, Jose da Silva. **Historia dos principais sucessos do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial/Nacional**, 1826. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de historia do Brazil**, para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo, por Joaquim Manoel de Macedo professor de chorographia e historia do Brazil no mesmo collegio. 1861. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242433>

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memorias para servir à historia do Reino Unido do Brazil**, divididas em tres epocas da Felicidade, Honra, e Gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821. Tomo I. Lisboa ; Impressão Régia, 1825. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6691>

Bibliografia:

ARAÚJO, Valdei Lopes de. José da Silva Lisboa e as narrativas de emancipação brasileira. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. **Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019

_____. Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo ; Aderaldo & Rothschild, 2008

ASSIS, Arthur. A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, v. 30, p. 91-120, 2010.

BAROM, Wilian Carlos Ciprani ; CERRI, Luis Fernando. A Teoria da História de Jörn Rüsen entre a Modernidade e a Pós-modernidade: uma contribuição à Didática da História. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/15.pdf>>. Acesso em 04/07/2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____, Circe Maria Fernandes. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. Universidade de São Paulo, 2004.

_____, Circe Maria Fernandes. Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>. Acesso em: 02/07/2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOAVENTURA, Edivaldo M. A educação brasileira no período Joanino. In: **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009, 129-141.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. Entre o escritor e o historiador: A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo – Rio de Janeiro, 1844 – 1876 / Rafael de Almeida Daltro Bosisio. – Rio de Janeiro, 2007

BUFREM, Leilah Santiago; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, TMFB. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, 2006, 22: 120-130.

CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: PAULA, João Antônio de; CARVALHO, José Murilo **História do Brasil Nação** (1808-2010) - volume 2 - A construção nacional (1830-1889) 2012.

_____, José Murilo. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

_____, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, p. 123-152, 2000.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: EDUSP/ Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** Unesp, 2002.

_____, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, v. 24, n. 69, pág. 30 de junho de 2010.

_____, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, 1990, 2.2: 177-229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, 2004, 30.3: 549-566.

CORREA FILHO, Virgílio. Desenvolvimento dos Estudos Históricos no Brasil. **Revista de História de América**, 1949, 27: 45-58.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos** - 9 ed. – São Paulo: Editora UNPESP, 2010.

DAL MORO, Nataniél. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. Alameda, 2005.

ELLIS, Myrian [et al]. **O Brasil Monárquico: declínio e queda do império**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**, 1996, 9.17: 7-30

FARIA JÚNIOR, Carlos de. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; FARIA, Felipe; ANTUNES, Miguel Telles. Manuel Aires de Casal, o beemote de Jó e o registro das ocorrências fossilíferas brasileiras no início do século XIX. **Filosofia e História da Biologia**, 2013, 8.2: 133-150.

FONTES, Silvia Drumond Silva. A corte portuguesa no Brasil. **Portugaliza**, 2007, 5: 1-9.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, 1992, 5: 28-49.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003

GALDAMES, Francisco. **Entre a Cruz e a Coroa: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. Iglu, 2004.

_____, Arlette Medeiros. Homens de letras no magistério: Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma história escolar. **Revista de História**, n. 164, p. 463-485, 2011

GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 2, n. 1, p. 37-69, 2013.

GRENDI, Edoardo et al. Microanálise e história social. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, p. 19-38, 2009.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o Método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 291-300.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. [trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]. 3ª. Ed. São Paulo ; Editora da Universidade de São Paulo, 2017

Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria didática da história. Organização: Maria Auxiliadora Schmidt; Estevão de Resende Martins – Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016

KOSELECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. edições Símbolo, 1979.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY; Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. – São Paulo : Contexto, 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Brasília: Conselho Editorial, 2005.

MANFREDI, Sílvia Maria. Metodologia do ensino: diferentes concepções. Campinas, UNICAMP, 1993.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **A História do Ensino de História do Brasil no Império Através dos Manuais de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação. Rio de Janeiro, 1993.

_____, Selma Rinaldi de. **Brasil em lições: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo**. 1993. Dissertação de Mestrado

MENDES, Luís César Castrillon. **“Logo que seu cofre proporcione essa despesa”**: A construção da narrativa didática nacional nos manuais de História do Brasil adotados no Colégio Dom Pedro II (1838/1898). Tese de Doutorado – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2016.

MOONEN, Francisco. **Os índios potiguara da Paraíba**. Universidade Federal da Paraíba, Editora Universitária, 1982.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Zahar, 2003.

MOREIRA, Kênia Hilda. **O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos**: análise historiográfica e didático-pedagógica. Tese de doutorado. 2011.

MOURA, Luís Cláudio Rocha Henriques de. **Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História – Linha de Pesquisa: Historiografia e História das Ideias, Brasília, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 1999.

NOVAIS, Fernando Antonio; ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da nação. **Economia e Sociedade**, 2003, 12.2: 225-243.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. Uma análise sobre a política educacional no Brasil durante o Período Joanino (1808-1821).. In: OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta; SILVA, Maria Gonçalves (orgs.). (Org.). **Educação e políticas públicas: desafios, reflexões e possibilidades**. 1ed.Franca: Uni-Facef; Unesp, 2013, v. 1, p. 138-148.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. A construção da Paróquia. **Revista Espacialidades**, 2010, 3.02: 01-26

PRADRO JÚNIOR, Caio. A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 19, p. 52-66, 1955.

QUEIROZ, Bianca Martins de. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): a trajetória de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, São Paulo, 2011.

REIS, José Carlos. **A História Entre a Filosofia e Ciência**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

_____, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____, José Carlos. **A HISTÓRIA: entre a filosofia e a ciência**. Ática – São Paulo, 1999.

_____, José Carlos. O Historicismo: a redescoberta da História. **Locus: Revista de História**, v. 8, n. 1, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. **Visconde de Cairu**. São Paulo – Editora 34, 2001.

ROMPATTO, Maurílio. Formação do Estado Nacional Brasileiro. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, 2001, 9.4.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história. Brasília ; Ed. Unb, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília ; Ed. Unb, 2007a.

_____. **História Viva.** Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília ; Ed. Unb, 2007b.

_____. **A aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas.** Curitiba: W. A. Editores, 2012.

_____. **Contribuições para uma teoria da didática da história.** Curitiba: W. A. Editores, 2016.

SALLES, André Mendes. Ensino de História, Livros Didáticos e Cultura Histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Cultura Histórica e Ensino de História.** João Pessoa, Editora da UFBP, p. 39-64, 2014.

SANTOS. Noronha. Introdução. In: SANTOS, Luiz Gonçalves dos. Memórias para servir à História do Reino do Brasil. **Tomo I. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp,** 1981.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Autores Associados, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação,** 2012, 16.37: 73-91.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SCHÜLER, Arnaldo. **Dicionário Enciclopédico de Teologia.** Canoas ; Ed. ULBRA, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 9-32, 2007

VIEIRA, Luís Otávio Silva Pincigher Pacheco. **Origens da Imprensa no Brasil**: estudo prosopográfico dos redatores e editores de periódicos publicados entre 1808 e 1831. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, 2019.

8. Apêndice

Imagem 10: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 01

FICHA OBRA 01

OBRA: *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*

AUTOR: Padre Manuel Aires de Casal

EDITORA: Impressão Régia

ANO: 1817

CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
TOMO I			
Introdução	<ul style="list-style-type: none"> - Economia: relances acerca da extração de pau-brasil; - Cultura: não abordada; - Sociedade: ressalta a Europa. - Política: estrutura monarquista. 	Gregos, portugueses, indígenas, <i>choukchis</i> , malaio, americanos, degradados, Tupiniquins, aborígenes, castelhanos, franceses, carijós, holandeses, beneditinos, carmelitas, franciscanos, bispos, dominicanos, <i>recoletos</i> .	De cunho descritivo, se aloca enquanto narrativa tradicional;
Provincia do Rio Grande do Sul, ou de São Pedro	<ul style="list-style-type: none"> - Economia: criação de gados e muars, produção de laticínios, comércio de produtos, plantações variadas; - Cultura: campesina e citadina, baseadas no cristianismo; 	Vicentistas, indígenas, castelhanos, jesuitas, comissários, tapes, mulheres, crianças, fazendeiros, lavradores, camponeses, <i>somboloros</i> , mulatas, <i>saçaláguas</i> , <i>chólos</i> , curibocas, <i>portimares</i> .	Narrativa descritiva.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Imagem 11: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 02

FICHA OBRA 02

OBRA: *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*

AUTOR: José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo

EDITORA: Impressão Régia

DATA DE PUBLICAÇÃO: 1820

CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
TOMO I			
PRÉAMBULO	<ul style="list-style-type: none"> - Economia: não menciona. - Cultura: baseada no ideal católico. - Sociedade: não menciona - Política: cita a incursão de governadores de província e bispados. 	Cônegos, meio-cônegos, vigários, governadores	Descritiva.
TOMO I			
CAP. I	<ul style="list-style-type: none"> - Economia: não menciona. - Cultura: ressalta os elementos de aventura e o poder da 	Portugueses, franceses, marinheiros, pilotos, conselheiros, reis (de Portugal e da Espanha,	Descritiva, sendo que busca elementos fantasiosos na

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Imagem 12: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 03

FICHA OBRA 03

OBRA: *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*

AUTOR: Luiz Gonçalves dos Santos (Padre Perereca) – com notas introdutórias de Noronha Santos

EDITORIA: Imprensa Régia

DATA DE PUBLICAÇÃO: 1825 (mas escritas em 1821)

TOMO I			
CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
Introdução às Memórias para servir à História do Brasil	- Economia: não menciona. - Cultura: não menciona. - Sociedade: não menciona. - Política: monarquia.	Vassallos, europeus, brasileiros, historiadores, fluminenses, príncipes,	Explicativa
Descrição da cidade do Rio de Janeiro	- Economia: ouro, comércio interno, açúcar, gado, agricultura, indústrias, frutas, farinha, legumes, madeira, - Cultura: religião cristã, descrição de detalhes arquitetônicos. Menciona cerca de 60.000 pessoas por volta de 1808, sendo mais da metade do número de escravos.	Funcionários da administração, huguenotes franceses, portugueses, franceses, paulistas, aventureiros, negociantes, soldados, fluminenses, beneditinos, barbadinhos franceses, pescadores, jesuitas, franciscanos, mineiros, carpinteiros, índios, miseráveis, sacerdotes, carmelitas, frades camarienses	Descritiva

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Imagem 13: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 04

FICHA OBRA 04

OBRA: História dos Principaes Successos Políticos do Imperio do Brasil

AUTOR: José da Silva Lisboa

EDITORIA: Typografia Imperial Nacional

DATA DE PUBLICAÇÃO: 1827-1830, 3v

TOMO I			
CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
Prefacio	Economia: não menciona. Cultura: religião católica. Sociedade: não menciona. Política: monarquia.	Conspiradores, latinos, príncipes, estadistas, visionários, censores, leitores.	Narrativa. Compilado de fontes.
Observação Preliminar	Economia: menciona intenções liberais. Cultura: não menciona	Imperadores, soberanos, brasileiros, espanhóis, portugueses, genoveses, corsicos	Compilado de fontes.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Imagem 14: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 05

FICHA OBRA 05

OBRA: Compendio da historia do Brasil, tomos I e II

AUTOR: José Ignacio de Abreu e Lima

EDITORA: Rio de Janeiro : Eduardo e Henrique Laemmert

DATA DE PUBLICAÇÃO: 1843

TOMO I			
CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
Prefácio	Economia: não menciona Cultura: não menciona Sociedade: não menciona Política: não menciona	Escritores, brasileiros, dominadores, holandeses,	Explicativa
Introdução	Economia: <u>navegações</u> . Cultura: religião cristã. Sociedade: não menciona Política: estabelecimento de tratados divisionais de terra,	Navegantes, portugueses, mouros, vassalos, indígenas, insulanos, maometanos	Explicativa

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Imagem 15: Imagem de extrato de catálogo elaborado pela autora – Obra 06

FICHA OBRA 06

OBRA: Lições de Historia do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo

AUTOR: Joaquim Manoel de Macedo

EDITORA: Typ. Imparcial, de J. M. N. Garcia

DATA DE PUBLICAÇÃO: 1861

CAPÍTULOS	DIMENSÕES	SUJEITOS CITADOS	NARRATIVA
Prefacio	Economia: não menciona Cultura: não menciona Sociedade: não menciona Política: não menciona	Professores, estudantes,	Explicativa Cita Varnhagen
Lição I Considerações preliminares	Economia: comércio, indústria, Cultura: cristã Sociedade: europeia, africana e indiana, asiática. Inglaterra, França, Portugal,	Príncipes, vassalos, mouros, árabes, mauritanos, azenegues, portugueses, bárbaros, italianos, catalães, espanhóis, fenícios, escandinavos, mulcumanos.	Explicativa

Fonte: elaborado pela autora (2022)